



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Reunião Ordinária realizada dia 16 de abril de 2014

Ata Nº 8

Presidiu esta reunião o senhor José Gabriel Paixão Calixto, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. -----

Os restantes membros presentes foram: senhores Vereadores, Manuel Lopes Janeiro, Joaquina Maria Patacho Conchinha Lopes Margalha, Carlos Manuel Costa Pereira e Aníbal José Almeida Rosado. -----

Secretariou a reunião o senhor João Manuel Paias Gaspar. -----

No Salão Nobre dos Paços do Município de Reguengos de Monsaraz, o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto declarou aberta a reunião: Eram 10 horas. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Resumo Diário da Tesouraria

O senhor Presidente desta Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto fez presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º 73, de 15 de abril, p.p., que apresentava um “total de disponibilidades” no montante pecuniário de € 523.826,36 (quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e vinte e seis euros e trinta e seis cêntimos), dos quais € 130.107,33 (cento e trinta mil, cento e sete euros e trinta e três cêntimos) referem-se a operações de tesouraria. -----

Gestão de Recursos Humanos: Melhoria das Condições de Trabalho e de Operacionalidade

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu conta da informação aos trabalhadores municipais atinente à gestão de recursos humanos tendente à melhoria das suas condições de trabalho e de operacionalidade, cujo teor ora se transcreve: -----

“INFORMAÇÃO AOS TRABALHADORES MUNICIPAIS

Gabinete da Presidência

ASSUNTO: Gestão de Recursos Humanos - melhoria das condições de trabalho e de operacionalidade dos recursos municipais

Caras e Caros Amigos,

Dirijo-me a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz para, em nome de todo o Executivo, Vos informar de um conjunto de decisões que pretendem **melhorar as condições trabalho a um alargado conjunto de serviços operacionais** desta Autarquia, bem como de algumas decisões tomadas na área de **gestão e optimização dos Recursos Humanos Municipais**.

A. Novas Instalações Logísticas

Em primeiro lugar, iremos, no decorrer das próximas semanas, proceder à mudança de instalações com o objectivo fundamental de melhorar as condições de trabalho e nível de operacionalidade de muitos trabalhadores municipais, **através do**



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

encerramento dos espaços obsoletos, desintegrados e inadequados para a necessária funcionalidade que deveriam apresentar. Procederemos, assim, à desativação dos edifícios da antiga “Adega da Cartuxa”, do Monte de São Lourenço do Barrocal (situado a 12 km da sede de Concelho) e da oficina de carpintaria (situada na Rua Francisco Sales Gião, dentro da cidade de Reguengos de Monsaraz, em plena zona habitacional). Recorde-se que decisão idêntica já tinha sido tomada, no mandato autárquico anterior, relativamente à antiga serralharia.

Todas estas instalações passarão a ser integradas em **dois únicos espaços logísticos:**

- **Oficinas Municipais**, situadas no antigo quartel dos Bombeiros Voluntários (Campo 25 de Abril), onde serão instalados os serviços de oficina auto, de carpintaria, de serralharia, de abastecimento de água, de saneamento urbano e de higiene e limpeza urbana, bem como todas as viaturas e equipamentos afectos a estes serviços municipais;
- **Centro Logístico Municipal**, que passará a estar situado na zona industrial, em instalações modernas com as condições adequadas para albergar todos os restantes serviços operacionais do Município. Estas instalações serão, em breve, apresentadas presencialmente a todos os trabalhadores municipais. Ao lado deste Centro Logístico está situado um lote industrial, que será vedado e onde serão construídas instalações para a presença permanente de vigilante deste espaço, bem como um novo Centro de Recolha Animal (Canil/Gatil) e ainda a acomodação e armazenagem de materiais inertes, e outras estruturas de médio/grande porte.

Será assim dado um **enorme passo** em termos de operacionalidade e integração destes Serviços Municipais, bem como das condições dos espaços físicos onde os respectivos trabalhadores municipais desempenham a sua missão pública.

B. Gestão de Recursos Humanos

Decorrente destas alterações, funcionalização e modernização de instalações municipais foram tomadas algumas decisões que agora igualmente Vos comunicamos:

- Nos termos permitidos legalmente pelo orçamento de Estado de 2014, serão nomeados em regime de mobilidade interna provisória novos **Encarregados Operacionais** que, certamente, serão um contributo fundamental para a coordenação geral destes Serviços:
 - Produção e Manutenção: Joaquim Manuel Claudino e Victor Batista;
 - Águas e Saneamento Básico: Henrique Medinas;
 - Educação e Parque Escolar: Augusto Cameirão e Artur Lopes;

Manterão a respetiva categoria de Encarregados Operacionais os trabalhadores Néstor Fialho (Produção e Manutenção), Joaquim Flores Marques (Águas e Saneamento Básico) e João Pimenta (Higiene e Ambiente);

- Igualmente nos termos que passaram a ser legalmente permitidos pelo orçamento de Estado de 2014, serão nomeados, a curto prazo, em regime de mobilidade interna provisória novos **Coordenadores Técnicos** nas subunidades orgânicas em que funcionalmente se justifique;
- Serão implementadas **Equipas de Turno** compostas por trabalhadores municipais de diversas áreas operacionais complementares, nomeadamente: um encarregado, abastecimento de água, saneamento básico, manobrador de máquinas, motorista e serviços gerais. Os trabalhadores integrados nos turnos serão retribuídos pelo respectivo subsídio e entrarão numa escala rotativa com dois turnos:
 - Primeiro período: das 8 horas às 16 horas;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- o Segundo período: das 16 horas às 23 horas;

Esta decisão começou a ser operacionalizada em reuniões já realizadas com os encarregados e respectivos trabalhadores;

- Foi igualmente concluído o processo de **designação do pessoal de apoio** ao Gabinete de Apoio à Presidência e Gabinete de Apoio à Vice-presidência e Vereadores, tendo sido assumida uma preocupação de total contenção de despesas através de nomeações a recair, todas elas, em trabalhadores já com vínculos à Câmara Municipal:
 - o Gabinete de Apoio à Presidência: João Paias (Chefe de Gabinete), Marta Santos (Adjunta do Presidente) e Ana Managil e Dora Godinho (apoio de secretariado por despacho de afectação funcional);
 - o Gabinete de Apoio à Vereação: Esmeralda Lucena (Secretária);
- Está ainda em fase de constituição uma **Equipa Técnica de Missão de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)**, que irá funcionar nas instalações do Arquivo Municipal, a qual será coordenada pelo Ricardo Barros e da qual fará parte um alargado conjunto de técnicos municipais, com cargas horárias variáveis e sempre compatibilizadas com os conteúdos funcionais que já possuem nos respectivos Serviços;
- Iremos igualmente proceder ao longo dos próximos meses aos procedimentos legais adequados ao provimento dos dois lugares vagos de **Pessoal Dirigente** do mapa de pessoal desta Câmara Municipal.

Concluimos assim mais uma etapa de modernização dos Serviços Municipais, sempre a pensar na optimização de recursos que permita uma melhor prestação das nossas missões públicas a todos os munícipes que servimos, bem como a criação de boas condições a todos os trabalhadores municipais que se dedicam diariamente a esta causa pública municipal.

Eu próprio e todos os colegas deste Executivo Municipal demonstramos a nossa completa disponibilidade para prestarmos toda a informação adicional que entenderem por bem solicitar.”

O Executivo Municipal tomou conhecimento. -----

Contrato Local de Segurança – Acompanhamento Mensal

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel Lopes Janeiro, deu conta do mapa do mês de março de 2014 referente ao acompanhamento do Contrato Local de Segurança, cujo Protocolo foi outorgado em 27 de abril de 2009, entre o Ministério da Administração Interna, que neste momento é representado pela Guarda Nacional Republicana, e este Município de Reguengos de Monsaraz; mapa mensal ora transcrito:-----



MAPA MENSAL DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA MARÇO DE 2014

	CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ													População abrangida		Actividades desenvolvidas					
	Efectivo Empenhado			Meios Envolvidos						Km Percorridos											
	Of.	Sarg.	Grd.	A	B	C	D	E	F	A	B	C									
Escola Segura			2	1							400			N.º Escolas	13	N.º Alunos	1711	N.º Professores e auxiliares de educação	150	N.º Pais e encarregados de educação	



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Taxa de Exploração e Conservação por Captação de Águas na Albufeira da Vigia

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto deu conta da Informação n.º 05/GP/2014, por si firmada em 14 de abril, p.p., referente a taxa de exploração e conservação por captação de águas na Albufeira da Vigia; informação ora transcrita:-----

“GABINETE DA PRESIDÊNCIA

INFORMAÇÃO N.º 05/GP/2014

TAXAS DE EXPLORAÇÃO E CONSERVAÇÃO POR CAPTAÇÃO DE ÁGUAS NA ALBUFEIRA DA VIGIA

A “Abovigia – Associação de Beneficiários da Obra da Vigia”, apresentou em 18 de outubro de 1999 junto da Repartição de Finanças de Reguengos de Monsaraz uma execução fiscal contra o Município de Reguengos de Monsaraz para cobrança de uma dívida de fornecimento de água nos anos de 1991 a 1998 (inclusive), no valor total de € 142.374,96, acrescido de juros de mora e IVA, à taxa de 5%.

Este valor reclamado era relativo às taxas de exploração e conservação, calculados tendo por base a quantidade de água bruta que o Município de Reguengos de Monsaraz retirou, por bombagem, naqueles anos, da Albufeira da Vigia e destinada a abastecimento público da população do concelho de Reguengos de Monsaraz.

A taxa de exploração e conservação vem prevista na subseção II, do Capítulo V, intitulado de “Financiamento e Regime Financeiro”, do Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, nos artigos 66.º a 69.º. Nos termos do artigo 66.º, do Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, que tem como epígrafe “conceito de taxa de exploração e conservação”, resulta que as despesas de exploração e de conservação de cada obra serão integralmente suportadas por todos os beneficiários e utentes a título precário respetivos, com o produto de uma taxa anual denominada «taxa de exploração e conservação».

Dispõe o artigo 67.º do citado diploma que a taxa de exploração e conservação será fixada anualmente, liquidada e cobrada pelos órgãos diretivos das entidades a quem competir a exploração e conservação, a partir do início da utilização das obras no todo ou em parte do aproveitamento.

Em 23 de março de 1991, em Montoito, concelho de Redondo, foi entregue pela Direção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola à Direção da Associação de Beneficiários da Vigia, o Aproveitamento Hidroagrícola da Vigia. Com esta entrega passou a competir a esta Associação de Beneficiários, designadamente, a exploração e conservação da Barragem da Vigia, de acordo com o Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho e o Decreto-Lei n.º 11/90, de 06 de janeiro.

No âmbito da ação executiva movida contra o Município de Reguengos de Monsaraz e após acórdão proferido em 27 de abril de 2004, pelo Tribunal Central Administrativo Sul, no âmbito do Recurso interposto pelo Município, ficou assente que a “Abovigia” detinha a qualidade de pessoa coletiva de direito público, por ter sido criada por ato de poder público que promove a sua criação, existindo sobretudo para a prossecução de interesses públicos e exercendo em nome próprio poderes de autoridade e que, por este motivo, seria aplicável o processo de execução fiscal à cobrança das respetivas dívidas ao Estado e a outras pessoas coletivas de direito público.

Quanto ao conceito de beneficiário, refere ainda o Acórdão do TCA-Sul que, embora o conceito de beneficiário venha no n.º 2 do artigo 61.º, do Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, onde se fala da «taxa de beneficiação», ele é um conceito definido para todo o regime de aplicação do citado Decreto-Lei, tanto que no artigo 66.º se fala igualmente de beneficiários.

Refere o artigo n.º 2 do artigo 61.º, que são considerados beneficiários os proprietários ou possuidores legítimos de prédios



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

rústicos situados na zona beneficiada, os utilizadores industriais diretos da respetiva obra e as autarquias locais consumidoras de água pela mesma fornecida.

Ficou, assim, decidido, que o Município de Reguengos de Monsaraz, enquanto Autarquia local era beneficiário da Obra da Vigia, e estava sujeito ao pagamento da taxa de exploração e conservação, tendo sido liberto do pagamento parcial de juros de mora.

A taxa de conservação e exploração é, assim, devida por contrapartida de benefício individualmente auferido, tornando-se o seu beneficiário obrigado a pagar a mesma, encontrando-se o Município de Reguengos de Monsaraz a pagar a referida dívida junto do Serviço de Finanças de Reguengos de Monsaraz.

Entretanto, deu entrada em 02 de dezembro de 2013, no Sistema de Gestão Documental do Município de Reguengos de Monsaraz um ofício, registado com aviso de receção, da Associação ABOVIGIA, datado de 25 de novembro de 2013, atinente à captação de águas na Albufeira da Obra da Vigia. Pelo citado documento, esta Associação refere que a ação de execução fiscal interposta por ela contra o Município de Reguengos de Monsaraz respeitava à cobrança dos valores devidos pela captação de água nos anos de 1991 a 1998, mas que ainda se encontra em dívida o valor total de € 151.730,94 (cento e cinquenta e um mil, setecentos e trinta euros e noventa e quatro cêntimos), das faturas respeitantes à captação de água de 1999 a 2004, a seguir discriminadas:

- 1. Fatura n.º 13/09, de 29/09/2009, no valor de € 19.779,38 c/ IVA, do ano de 1999;*
- 2. Fatura n.º 419/10, de 29/12/2010, no valor de € 22.146,05, c/ IVA, do ano de 2000;*
- 3. Fatura n.º 418/2010, de 29/12/2010, no valor de € 24.324,35, c/ IVA, do ano de 2001;*
- 4. Fatura n.º 264/10, de 07/07/2010, no valor de € 26.502,65, c/ IVA, do ano de 2002;*
- 5. Fatura n.º 2/10, de 15/01/2010, no valor de € 28.410,38, c/ IVA, do ano de 2003;*
- 6. Fatura n.º 15/09, 30/10/2009, no valor de € 30.568,13, c/ IVA, do ano de 2004.*

Quanto a estas faturas respeitantes à captação de água de 1999 a 2004, o Município de Reguengos de Monsaraz tem a dizer que desconhece os valores liquidados pela "ABOVIGIA - Associação de Beneficiários da Obra da Vigia", nos anos de 1999 a 2004, por falta de notificação por parte da ABOVIGIA.

O Município tem dúvidas que a liquidação da taxa tivesse sido precedida da afixação dos respetivos mapas, tal como impõe o DL n.º 269/82, no seu artigo 69.º, n.º 1 e o Decreto Regulamentar n.º 84/82, de 4 de novembro, que aprovou o Regulamento das Associações de beneficiários, no seu art.º 48.º - A liquidação da referida taxa deverá ser precedida da afixação dos respetivos mapas até à data que for determinada no regulamento de cada obra. Pois, a Associação lançou as faturas largos anos depois da ocorrência dos fatos tributários. Veja-se o caso da captação de água no ano de 1999, em que a fatura só foi lançada 10 anos depois.

Ademais, tratando-se a taxa de exploração e conservação prevista no art.º 66.º do DL n.º 269/82, de uma verdadeira taxa, e que o próprio Tribunal Central Administrativo considerou, no âmbito da referida ação de execução fiscal, tratar-se de uma questão fiscal, cuja cobrança coerciva é da competência dos tribunais fiscais ou da repartição de finanças, e, portanto, atendendo aos termos em que o n.º 2 do art. 1.º da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, considera as relações jurídico-tributárias e em que também o seu art. 3.º classifica os tributos (ali incluindo as taxas), a qualquer cobrança em processo de execução fiscal da taxa de exploração e conservação da Obra da Vigia, será aplicável o prazo de prescrição de 8 (oito) anos referido no n.º 1 do art. 48.º da LGT (no sentido da aplicação de tal prazo de prescrição, cfr. os Acórdãos do STA, de 15/2/2006, rec. n.º 01049/05 e de 22/11/2006, rec. n.º 01099/05, entre outros);



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

O prazo de prescrição das dívidas exequendas é, portanto, de 8 (oito) anos, contados do início do ano seguinte àquele em que tivesse ocorrido o facto tributário. No caso em concreto, tal prazo iniciou-se em 1/1/2000, 1/1/2001, 1/1/2002, 1/1/2003, 1/1/2004 e 1/1/2005, referente aos anos de 1999, 2001, 2002, 2003 e 2004 respetivamente (n.º 1 do art. 48º da LGT). Assim, o prazo de prescrição terminou para qualquer dívida emergente da taxa de exploração e conservação relativa aos anos de 1999 a 2004.

Completada a prescrição, irá esta Autarquia exercer a faculdade de recusar o cumprimento da obrigação e de, em todo o caso, se opor ao exercício do direito prescrito.”

O Executivo Municipal tomou conhecimento. -----

Associação de Natação do Alentejo: Cedência das Piscinas Municipais

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel Lopes Janeiro deu conta do Pedido de Apoio n.º 17/VP/2014, datado de 14 de abril, p.p, referente a pedido de cedência e utilização das Piscinas Municipais Victor Martelo, formulado pela Associação de Natação do Alentejo, para a realização dos Campeonatos Nacionais de Infantis de Pólo Aquático (masculinos e femininos), a ocorrer nos próximos dias 7 e 8 de junho. -----

Apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência e utilização das Piscinas Municipais Victor Martelo à Associação de Natação do Alentejo, nos exatos termos propostos e para o fim ora peticionado. -----

Núcleo Sportinguista do Concelho de Reguengos de Monsaraz: Campeonato de Sueca

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel Lopes Janeiro deu conta do Pedido de Apoio n.º 18/VP/2014, datado de 14 de abril, p.p., referente a candidatura ao Programa de Apoio a Atividades de Caráter Pontual, no âmbito do vigente Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo, formulada pelo Núcleo Sportinguista do Concelho de Reguengos de Monsaraz e atinente à realização do Campeonato de Sueca, a ocorrer de 14 de abril até 27 de maio, próximos, e para o qual peticionam a oferta de dois troféus. -----

Apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, conceder a oferta de dois troféus ao Núcleo Sportinguista do Concelho de Reguengos de Monsaraz, nos exatos termos propostos e para o fim ora peticionado. -----

Coral – Associação de Nadadores Salvadores de Reguengos de Monsaraz: Cedência das Piscinas Municipais

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel Lopes Janeiro deu conta do Pedido de Apoio n.º 19/VP/2014, datado de 14 de abril, p.p, referente a pedido de cedência e utilização das Piscinas Municipais Victor Martelo, formulado pela Coral – Associação de Nadadores Salvadores de Reguengos de Monsaraz para a realização do Curso de Formação de Nadadores Salvadores, a ocorrer de 28 de abril a 30 de maio, próximos. -----

Apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência e utilização das Piscinas Municipais Victor Martelo à Coral – Associação de Nadadores Salvadores de Reguengos de Monsaraz, nos exatos termos propostos e para o fim ora peticionado. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Coral – Associação Nadadores Salvadores de Reguengos de Monsaraz: Programa Nadador Salvador Júnior

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel Lopes Janeiro deu conta do Pedido de Apoio n.º 20/VP/2014, datado de 14 de abril, p.p., referente a candidatura ao Programa de Apoio a Atividades de Caráter Pontual, no âmbito do vigente Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo, formulada pela Coral – Associação de Nadadores Salvadores de Reguengos de Monsaraz e atinente à realização do Programa Nadador Salvador Júnior, a ocorrer de 17 a 26 de junho, próximo, e para o qual peticionam diverso apoio material e logístico. -----

Apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, conceder o apoio material e logístico necessário e possível à Coral – Associação de Nadadores Salvadores de Reguengos de Monsaraz, nos exatos termos propostos e para o fim ora peticionado. -----

Núcleo de Reguengos de Monsaraz da Liga dos Combatentes:

Mini Maratona de Monsaraz e Passeio em Família

A senhora Vereadora, Joaquina Maria Patacho Conchinha Lopes Margalha deu conta do Pedido de Apoio n.º 10/VJLM/2014, datado de 7 de abril, p.p referente a candidatura ao Programa de Apoio a Atividades de Caráter Pontual, no âmbito do vigente Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo, formulada pelo Núcleo de Reguengos de Monsaraz da Liga dos Combatentes e atinente à realização da Mini Maratona de Monsaraz e o Passeio em Família, a ocorrer no próximo dia 11 de maio, e para o qual peticionam diverso apoio material e logístico. -----

Apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, conceder o apoio material e logístico necessário e possível ao Núcleo de Reguengos de Monsaraz da Liga dos Combatentes, nos exatos termos propostos e para o fim ora peticionado. -----

Comissão Social de Santo António do Baldio: Festas de Santo Isidro 2014

A senhora Vereadora, Joaquina Maria Patacho Conchinha Lopes Margalha deu conta do Pedido de Apoio n.º 11/VJLM/2014, datado de 11 de abril, p.p., referente a candidatura ao Programa de Apoio a Atividades de Caráter Pontual, no âmbito do vigente Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural, formulada pela Comissão Social de Santo António do Baldio e atinente à realização das Festas de Santo Isidro 2014, a ocorrer de 23 a 25 de maio, próximo, e para o qual peticionam diverso apoio material e logístico. -----

Apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, conceder o apoio material e logístico necessário e possível à Comissão Social de Santo António do Baldio, nos exatos termos propostos e para o fim ora peticionado. -----

Ayuntamiento de Villanueva del Fresno: Certame Literário Hispano Luso “José António de Saravia”

A senhora Vereadora, Joaquina Maria Patacho Conchinha Lopes Margalha deu conta do Pedido de Apoio n.º 12/VJLM/2014, datado de 11 de abril, p.p referente a petição formulada pelo Ayuntamiento de Villanueva del Fresno, no



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

âmbito do vigente Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural, atinente à realização do Certame Literário Hispano Luso “José António de Saravia”, ocorrido no passado dia 11 de abril, e para o qual peticionam o apoio financeiro no montante de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros) referente ao 2.º prémio do concurso literário em apreço.-----

Apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, conceder o montante pecuniário de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros) ao Ayuntamiento de Villanueva del Fresno, nos exatos termos propostos e para o fim ora peticionado.-----

Rota da Água – Associação de Desenvolvimento Local da Freguesia de Campo: Festas em Honra do Padroeiro S. Marcos

A senhora Vereadora, Joaquina Maria Patacho Conchinha Lopes Margalha deu conta do Pedido de Apoio n.º 13/VJLM/2014, datado de 11 de abril, p.p., referente a candidatura ao Programa de Apoio a Atividades de Caráter Pontual, no âmbito do vigente Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural, formulada pela Rota da Água – Associação de Desenvolvimento Local da Freguesia de Campo e atinente à realização das Festas em Honra do Padroeiro S. Marcos, a ocorrer no próximo dia 25 de abril, e para o qual peticionam diverso apoio material e logístico.---

Apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, conceder o apoio material e logístico necessário e possível à Rota da Água – Associação de Desenvolvimento Local da Freguesia de Campo, nos exatos termos propostos e para o fim ora peticionado.-----

Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Informação de Compromissos Plurianuais Assumidos

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto deu conta da Proposta n.º 37/GP/2014, por si firmada em 9 de abril, p.p., atinente à informação de compromissos plurianuais assumidos no âmbito da autorização prévia genérica da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão extraordinária de 12 de novembro, p.p., conforme proposta da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária de 30 de outubro, p.p.; proposta ora transcrita:-----

“GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA N.º 37/GP/2014

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

Considerando que:

- - a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

- - que o art. 11º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art. 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais;
- - Tendo sido aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 12 de novembro de 2013 despacho em conformidade, que obriga que em todas as sessões ordinárias da referida Assembleia deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização prévia genérica;

Termos em que somos a informar o Executivo Municipal:

- a) No período transcorrido entre a última Assembleia Municipal e aquela que está agendada ocorreram os seguintes compromissos plurianuais:
- b) Procedimento 15/AD/APV/2014 – Aquisição de serviços para movimento e reabilitação para idosos, por um período de 12 meses”, Contrato de Prestação de Serviços, no montante de €6.000,00, isento de iva ao abrigo do n.º2 do art.º 9.º do CIVA;”

Ponderado, apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: -----

- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 14/GP/2014; -----
- b) Em consonância, aprovar a assunção dos compromissos plurianuais já arrojados e com efeitos produzidos no período transcorrido entre a sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro, último e a agendada para o corrente mês de abril; -----
- c) Submeter a presente deliberação à aprovação da Assembleia Municipal, em ordem ao preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----
- d) Determinar à unidade orgânica de Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais indispensáveis à execução da presente deliberação. -----

Tolerância de Ponto – Segunda-Feira de Páscoa

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto deu conta da Proposta n.º 38/GP/2014, por si firmada em 9 de abril, p.p., atinente à concessão de tolerância de ponto a todos os funcionários e colaboradores desta autarquia na segunda-feira de Páscoa (dia 21 de abril); proposta ora transcrita: -----

“GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA N.º 38/GP/2014

TOLERÂNCIA DE PONTO – SEGUNDA-FEIRA DE PÁSCOA

Considerando a tradição e o simbolismo da Segunda-feira de Páscoa em toda a região alentejana, no qual a grande maioria da população se desloca para o campo, a fim de confraternizarem e comerem os tradicionais pratos confeccionados com carne de borrego e outras iguarias da época da Páscoa, acrescida ao facto da tradição existente no sentido da concessão de tolerância de ponto a todos os funcionários e colaboradores do Município de Reguengos de Monsaraz,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Somos a propor ao Executivo Municipal:

- a) A concessão de tolerância de ponto aos funcionários e colaboradores deste Município no dia 21 de abril de 2014 (segunda-feira de Páscoa);
- b) Que os responsáveis dos respetivos serviços providenciem no sentido de serem asseguradas as tarefas/funções consideradas indispensáveis;
- c) Que seja determinado à subunidade orgânica de Recursos Humanos a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais indispensáveis à execução da deliberação que recair sobre a presente proposta.”

Apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: -----

- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 38/GP/2014; -----
- b) Em consonância, aprovar a concessão da tolerância de ponto, a todos os funcionários e colaboradores deste Município de Reguengos de Monsaraz no dia 21 de abril de 2014 (segunda-feira de Páscoa); -----
- c) Determinar à subunidade orgânica Recursos Humanos a notificação a todos os funcionários e colaboradores deste Município do teor da presente deliberação. -----

Apreciação, Discussão e Aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Exercício Económico de 2013

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu conta da Proposta n.º 39/GP/2014, por si firmada em 11 de abril, p.p., referente à apreciação, discussão e aprovação os Documentos de Prestação de Contas deste Município de Reguengos de Monsaraz relativos ao exercício económico de 2013; proposta que ora se transcreve:

“GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA N.º 39/GP/2014

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2013

Em ordem ao preceituado no n.º 1, do artigo 76.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, atentas as regras e os procedimentos contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e nos termos conjugados do preceituado na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º e na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentam-se e submetem-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz os Documentos de Prestação de Contas atinentes ao exercício económico-financeiro de 2013; a serem remetidos ao julgamento do Tribunal de Contas até dia 30 de Abril, próximo; organizados e documentados de acordo com a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção, de 12 de Julho, (com a alteração prevista na Resolução n.º 26/2013, de 21 de novembro) do Tribunal de Contas, que aprovou as “instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).”

Mais somos a propor, em ordem ao definido no Balanço e na Demonstração de Resultados, e de acordo com o determinado no ponto 2.7.3, do POCAL, que:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

O resultado líquido do exercício seja transferido para a conta 59 – resultados transitados, em conformidade com o definido no ponto 2.7.3.2, do POCAL.”

Outrossim, o respetivo Relatório de Gestão, que se transcreve:-----

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013 RELATÓRIO DE GESTÃO

I. Introdução

Em sede de prestação de contas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), define essencialmente os documentos de natureza orçamental e financeira a apresentar e a submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, bem como ao julgamento do Tribunal de Contas, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados, os mapas de execução orçamental e anexos.

No entanto, de acordo com o ponto 13 do mencionado POCAL, o órgão executivo competente deve ainda apresentar ao órgão deliberativo municipal um relatório de gestão que permita os esclarecimentos necessários à avaliação da gestão autárquica efetuada durante o exercício económico-financeiro em causa.

Nestes termos,

“O relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;

Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;

Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;

Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;

Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.”

O relatório de gestão deverá por isso incluir a comparabilidade entre os objetivos previamente traçados, os meios e os métodos utilizados na execução das atividades e a avaliação dos resultados obtidos.

Estes são, muito em suma, os objetivos traçados para o presente instrumento de trabalho e que nos cumpre sublinhar nesta introdução.

O ano de 2013 foi também pautado por uma racionalização dos custos, tendo sido avaliados diversos custos de funcionamento e adotadas as concomitantes soluções a pôr em prática, bem assim, foram avaliados os resultados obtidos, atento o princípio da economia das operações.

Podemos também referir que em 2013 demos continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito das linhas estratégicas fundamentais para o desenvolvimento do concelho de Reguengos de Monsaraz, definidas desde o início do corrente mandato, e que se sintetizam em:

- Solidariedade e ação social;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- Desenvolvimento económico sustentável;
- Qualidade de vida;
- Modernização administrativa e rigor na gestão dos recursos municipais;
- Cooperação com as Freguesias; e
- Cooperação com a Sociedade Civil.

Uma vez mais nos orgulhamos de todo o trabalho desenvolvido.

A qualidade que se projeta, a prioridade em apostar nos benefícios gerados pelas infraestruturas existentes, a preferência por oferecer à Comunidade um leque mais vasto de satisfação de necessidades, informação, conhecimentos e atividades, de forma a enraizar a cultura existente e a promovê-la cá dentro e lá fora, são sem dúvida sinais de que se iniciam novos e promissores percursos de crescimento e de desenvolvimento económico e social para garantir o desenvolvimento sustentável.

Em consonância, assim procuraremos relevar todo o trabalho desenvolvido por uma equipa - que integra, na linha da frente, todos os funcionários e colaboradores do Município de Reguengos de Monsaraz – e em equipa, com otimismo, confiança, profissionalismo e rigor; não escamoteando os novos desafios que se abalançam e a ambição própria de um Município, como é o Município de Reguengos de Monsaraz que, deverá continuar a estar na linha da frente e a representar o que de melhor a Região Alentejo tem para oferecer.

Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas em apreço foi tido em devida conta, o citado no POCAL, no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e na Resolução n.º 4/2001 -2.ª Secção, de 12 de julho, do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 26/2013, de 21 de novembro, do Tribunal de Contas.

II. Constantes e Linhas de Força das Políticas Públicas Municipais

1. Solidariedade e Ação Social

As políticas de inclusão social desenvolvidas no âmbito da Ação social, prosseguem o objetivo primordial da melhoria das condições de vida da população, em especial dos mais desfavorecidos, assente numa ótica de prevenção e/ou redução do fenómeno da exclusão social, procurando direccionar a sua intervenção junto dos grupos sociais mais vulneráveis, como são a infância e juventude, os idosos, as pessoas portadoras de deficiência e outros grupos em situação de exclusão social.

1.1. Apoio Social

No âmbito do Apoio Social, durante o ano de 2013, foram realizados 467 atendimentos sociais, procedendo-se ao acompanhamento, encaminhamento e apoio a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Desenvolveram-se também ações promotoras das competências pessoais e sociais das famílias, fomentando a participação cívica e o exercício da cidadania.

1.2. Habitação

1.2.1. Habitação Social

O Município de Reguengos de Monsaraz estabelece como grande prioridade as políticas sociais de habitação, compostas por medidas de apoio que visam a valorização da qualidade de vida da população. O Município tem competências ao nível da promoção da habitação social e da gestão do património municipal de habitação.

O património habitacional do município é composto por um conjunto de fogos sociais que se encontram dispersos por três



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

bairros, situados nas freguesias de Reguengos, Corval e Monsaraz.

No âmbito da gestão do património municipal de habitação, realizaram-se:

- -- 40 atendimentos aos munícipes, para análise e diagnóstico da situação habitacional e/ou inscrição para atribuição de fogo;
- -- atribuição de 1 fogo vago, sito junto à Escola EB1 de Caridade; e
- -- 23 visitas domiciliárias.

1.2.2. Habitação – Urbanização Casas de São Pedro

O Município de Reguengos de Monsaraz estabelece como grande objetivo a “promoção do acesso à habitação como instrumento estratégico para a inclusão e desenvolvimento social”.

Há grupos populacionais que não possuem, a curto prazo, ou de forma mais definitiva, condições de acesso ao mercado da habitação, de forma a poderem usufruir de uma habitação condigna, de tipologia adequada e com uma renda mensal possível de suportar com os rendimentos que detêm. Por sua vez, o património imobiliário do Município de Reguengos de Monsaraz não consegue dar resposta à procura de habitação condigna, de tipologia adequada e com uma renda mensal acessível aos rendimentos dos agregados familiares.

Nesta senda, o Município de Reguengos de Monsaraz assinou em 22 de outubro, um Contrato de Arrendamento Urbano com a empresa “SOCONSTROI PMG, S.A.” proprietária do empreendimento “Casas de São Pedro”, em São Pedro do Corval, de doze moradias unifamiliares de dois pisos e tipologias T3 e T4, para subarrendamento a estes agregados familiares.

No passado dia 2 de dezembro, procedeu igualmente à assinatura dos contratos de subarrendamento urbano para fins habitacionais e entrega das respetivas chaves aos 12 agregados familiares, num total de cerca de 50 pessoas.

1. Urbanização Casas de São Pedro – Habitação Social



1.3. Medidas de Política Social

1.3.1. Porta 65 – Arrendamento Jovem

O Município de Reguengos de Monsaraz assinou em 2008, com o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana e com o Governo Civil do Distrito de Évora, o Protocolo de Cooperação Porta 65 – Arrendamento Jovem, um instrumento que possibilita o acesso a apoio financeiro ao arrendamento por jovens isolados, constituídos em agregados ou em coabitação, com idades entre os 18 e os 30 anos. Através deste acordo, a autarquia passou a disponibilizar apoio técnico e informático no âmbito da instrução de candidaturas online, facilitando a correta instrução das candidaturas e apoiando os jovens do concelho.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Foram realizados 11 atendimentos durante o ano 2013.

1.3.2. Rede Social do concelho de Reguengos de Monsaraz

Foi elaborado pelo Núcleo Executivo e aprovado em reunião do Conselho Local de Ação Social da Rede Social de Reguengos de Monsaraz, o Plano de Ação da Rede Social.

O documento estratégico para 2013, elaborado com o envolvimento de todos os parceiros da Rede Social, é constituído por um conjunto de atividades enquadradas nas áreas prioritárias do emprego e formação profissional, saúde e idosos, novas pobreza, cultura e participação social.

Foram emitidos pelo Conselho Local de Ação Social, os seguintes pareceres favoráveis às candidaturas apresentadas ao PRODER:

- -- Sociedade Artística Reguenguense: Requalificação das instalações para criação de Centro Desportivo de Estágios;
- -- Atlético Sport Clube/ Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz: Aquisição de carrinha de 9 lugares para transporte de jogadores de basquetebol;
- -- Casa de Cultura de Corval: Requalificação do Parque Desportivo: aquisição de relvado sintético e iluminação;
- -- Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz: Construção de lavandaria central e substituição de cobertura de armazém;
- -- Sociedade União Perolivense: Requalificação do Campo de Jogos: aquisição e instalação de relvado sintético;
- -- Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz: Aquisição de uma ambulância de emergência pré-hospitalar.

1.3.3. Serviço de Psicologia

Este serviço realizou, durante o ano de 2013, um total de 610 sessões de acompanhamento psicológico. Os pedidos foram maioritariamente provenientes do Agrupamento Vertical de Escolas de Reguengos de Monsaraz, existindo também articulação com o Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz e com a Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz. Ao longo do ano foram sinalizados 104 novos processos.

Numa outra vertente do Serviço de Psicologia, ligada à Equipa Multidisciplinar de Serviços Especializados dos Apoios Educativos do Agrupamento Vertical de Escolas de Reguengos de Monsaraz, foram realizadas 30 avaliações a alunos propostos para integração pela C.I.F. - Classificação Internacional de Funcionalidade.

1.3.4. Serviço de Psicopedagogia

O Serviço de Psicopedagogia teve início em abril de 2013 e é direcionado para as Escolas de Ensino Básico de 1º Ciclo do concelho de Reguengos de Monsaraz, sendo o pedido feito e identificado pelos professores. No decorrer do ano foram realizados acompanhamentos mensais em média a 20 crianças com dificuldades de aprendizagem.

O trabalho é desenvolvido individualmente, atuando nas dificuldades apresentadas pelos alunos, tais como, dislexias, dificuldades emocionais, de raciocínio e memória, atenção e concentração, baixa velocidade de processamento, psicomotricidade pouco desenvolvida, baixa autoestima, entre outros.

No acompanhamento desenvolvem-se meios pedagógicos e de intervenção, até ao fim do insucesso escolar.

A missão é ir ao encontro das necessidades reais do aluno, tendo em conta os seus interesses, saberes, dificuldades, causas e expectativas, descobrir talentos e desenvolver potencialidades, ou seja, promover as capacidades que se encontram diminuídas,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

de forma a adquirir um bem-estar biopsicossocial.

1.3.5. Gabinete de Inserção Profissional (GIP)

Durante o ano de 2013 foram efetuados pelo Gabinete de Inserção Profissional um total de cerca de 3.971 atendimentos a utentes maioritariamente residentes no concelho de Reguengos de Monsaraz.

De entre as atividades desenvolvidas destacam-se:

- -- 366 Sessões de Informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional e de reconhecimento, validação e certificação de competências;
- -- Receção e registo de um total de 47 ofertas de Emprego;
- -- 106 apresentações de desempregados a ofertas de emprego disponíveis;
- -- 27 colocações de desempregados em Ofertas de Emprego; e
- -- + de 3.000 Controlos de Apresentação Periódicas efetuados.

O Gabinete de Inserção Profissional aproveitou ainda para, através de financiamento do Instituto de Emprego e Formação Profissional, previamente aprovado para o período de funcionamento em vigor, equipar a receção dos serviços de Ação Social de cadeiras de espera adequadas para melhor receber os nossos utentes.

Estes equipamentos servem diretamente o Gabinete de Inserção Profissional mas indiretamente todos os outros serviços que funcionam nos Serviços de Ação Social.

O responsável pelo G.I.P. procurou também, durante 2013, estar sempre presente nas reuniões, conferências, lançamento de medidas e demais ocasiões, para defender em todos os momentos os interesses do Município de Reguengos de Monsaraz.

1.3.6. RSI – Rendimento Social de Inserção

No âmbito do RSI, medida de política social coordenada pela Segurança Social, o Município de Reguengos de Monsaraz, enquanto parceiro no Núcleo Local de Inserção, participou em 13 reuniões, prestando acompanhamento aos agregados familiares beneficiários da medida, com vista à celebração de acordos de inserção no âmbito do apoio social, profissional e da saúde.

1.3.7. Loja Social

A Loja Social do Município de Reguengos de Monsaraz funciona desde dezembro de 2011, e é um espaço que visa atenuar as necessidades imediatas de famílias do concelho de Reguengos de Monsaraz, surgindo como uma estrutura de apoio e acompanhamento de proximidade. Para além de contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias carenciadas, pretende potenciar o envolvimento de toda a sociedade civil, empresas e particulares, na recolha de bens.

Os bens possíveis de doar à Loja Social são: utensílios domésticos, acessórios e calçado, têxteis e vestuário, brinquedos e material didático, mobiliário, livros escolares, entre outros, e podem candidatar-se a apoios deste serviço, todos os munícipes que se encontrem em situação de carência.

A Loja Social funciona de 2.ª a 6.ª feira, no período das 14h30 às 18h00, na antiga casa dos juizes da nossa cidade.

A Loja Social, no ano de 2013 teve um total de 32 inscrições, das quais foram apoiadas 32 famílias, mais 74 famílias acompanhadas dos anos anteriores. Estas famílias foram apoiadas nos mais variados bens, desde vestuário, calçado, material didático, brinquedos, eletrodomésticos, material materno-infantil e mobiliário.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

As famílias apoiadas são famílias que apresentam, normalmente, fracos recursos económicos, muitas beneficiárias de Rendimento Social de Inserção (RSI), idosos com fracos recursos económicos, e situações de desemprego prolongado ou temporário, que se encontram no limiar de pobreza e/ou exclusão social.

Na Loja Social do Município de Reguengos de Monsaraz existe ainda um serviço, em articulação com a Delegação de Santiago Maior da Cruz Vermelha Portuguesa, que consiste na disponibilização de material médico e ortopédico (cadeiras de rodas, canadianas, camas articuladas, andarilhos, entre outros), a título de empréstimo, mediante o pagamento de 1 euro/mensal, que reverte a favor daquela delegação. Até ao final de 2013 foram atribuídos, a título de empréstimo 1 cama articulada, 1 par de canadianas, 3 cadeiras de rodas, 1 andarilho de três pés e 1 andarilho de quatro pés.

1.3.8. Outras Atividades

Distribuição de cabazes de Páscoa

O Rotary Clube de Évora entregou no dia 27 de março no Município de Reguengos de Monsaraz 15 cabazes da Páscoa para serem distribuídos por famílias do concelho em situação de vulnerabilidade social. Os cabazes foram dados no dia seguinte a 15 famílias identificadas pela autarquia.

Os cabazes integraram cerca de 30 artigos diferentes, como por exemplo leite, açúcar, farinha, feijão, óleo, manteiga, bacalhau, atum e massas.

Desta forma, o Rotary Clube de Évora e o Município de Reguengos de Monsaraz contribuíram para que as famílias com fracos recursos económicos, em situação de desemprego e na sua maioria com filhos menores, pudessem passar uma Páscoa melhor.

2. Distribuição de Cabazes de Páscoa



Distribuição de Cabazes de Natal a Idosos Carenciados – Projeto “Tempo para Dar”

O Projeto “Tempo para Dar” da Associação Coração Delta, em parceria com o Município de Reguengos de Monsaraz distribuiu no dia 14 de Dezembro, 20 cabazes de Natal com bens alimentares, a idosos carenciados residentes no concelho de Reguengos de Monsaraz.

Ao nível da identificação dos idosos carenciados, para além dos serviços da autarquia, esta ação contou também com o apoio das Juntas de Freguesia e outras entidades com intervenção social do concelho.

O “Tempo para Dar” tem por objetivo apoiar a população idosa, colmatando a solidão e as necessidades sentidas.

Projeto de Fisioterapia

Projeto de apoio e intervenção junto dos utentes de cinco IPSS do Concelho de Reguengos de Monsaraz (Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Santo António do Baldio, Associação de Solidariedade Social de São Marcos do Campo, Centro Social e Paroquial Nossa Senhora do Rosário de São Pedro do Corval, Centro Social e Paroquial Sagrado Coração de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Jesus em Campinho e Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz), num total de 340 idosos, no qual são dinamizadas ações de reabilitação, através de apoio e tratamentos de fisioterapia no local onde se encontram. Estas ações realizam-se de segunda a sexta feira, durante o período da manhã, cada dia numa IPSS.

Projeto de Intervenção Social nas IPSS'S

O Projeto de Intervenção Social desenvolveu-se nas Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, nomeadamente: na Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Stº António do Baldio; no Centro Social e Paroquial Sagrado Coração de Jesus no Campinho; no Centro Social e Paroquial Nossa Senhora do Rosário em Sº Pedro do Corval; e, na Associação de Solidariedade Social de Sº Marcos do Campo. Passando pela linha da Educação Social e Animação Sociocultural com os Utentes, foram realizadas diversas atividades, tais como:

- -- *Expressão Plástica;*
- -- *Estimulação Cognitiva;*
- -- *Comemoração de datas festivas;*
- -- *Animação Motoro Sensorial;*
- -- *Animação Lúdica;*
- -- *Culturais;*
- -- *Intelectuais e Formativas;*
- -- *Desenvolvimento Pessoal e Social; e*
- -- *Religiosas.*

Além da dinamização de atividades nas IPSS's, foram realizados Planos de Desenvolvimento Individual dos Idosos, onde constaram as avaliações dos domínios a nível de:

- -- *Habilidades Sensoriais;*
- -- *Autonomia;*
- -- *Autoestima;*
- -- *Participação Social;*
- -- *Interação com o Grupo;*
- -- *Relações Interpessoais;*
- -- *Desenvolvimento Cognitivo;*
- -- *Desenvolvimento Físico;*
- -- *Desenvolvimento Psicológico; e*
- -- *Apoio psicossocial.*

O Plano foi elaborado individualmente e inserido no Processo Individual do Utente, tal avaliação permitiu identificar quais as necessidades e potencialidades do Utente, definindo assim estratégias e atividades a implementar a cerca de 120 Utentes.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

3. Intervenção Social nas IPSS'S



“Sábados à Tarde na Freguesia de Campo”

Ações de Animação Sociocultural, que decorrem desde o ano de 2007, desenvolvidas quinzenalmente na Freguesia de Campo, pretendendo promover um espaço de encontro, partilha e debate como forma de valorizar a Freguesia e os membros que a representam.

Estes encontros contam com cerca de 30 pessoas, do sexo feminino, numa faixa etária que varia entre os 39 e os 82 anos de idade, no entanto, os habitantes do sexo masculino, colaboram sempre que lhes é solicitado, em atividades pontuais.

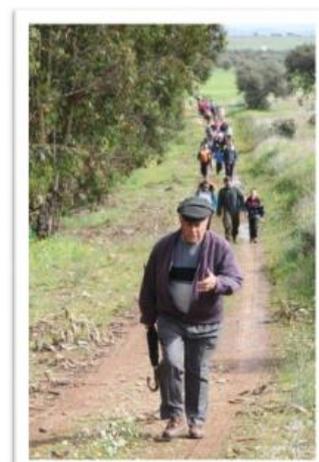
Os objetivos destas ações são a valorização das relações interpessoais, despertar a população para o trabalho em equipa, partilhar experiências, saberes e vivências, criar espírito de entreajuda e dar a conhecer hábitos e tradições da terra.

Durante o ano de 2013, o grupo realizou as seguintes atividades:

a) CAMINHADA DAS FREGUESIAS

Como forma de promover a atividade física e fomentar o espírito de entreajuda, convívio e partilha, o grupo colaborou e participou na iniciativa Caminhada das Freguesias, realizada no dia 9 de março de 2013, durante o período da manhã, organizada pelo Município de Reguengos de Monsaraz em colaboração com a Freguesia de Campo.

4. Caminhada das Freguesias





MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

b) COLABORAÇÃO COM O IIEFP (INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL) NA CONFEÇÃO DE TALEIGOS

O grupo confeccionou, a pedido do Instituto de Emprego e Formação Profissional, e em parceria com o grupo Casa das Avós de Motrinos, 120 taleigos pequenos e 60 grandes, para oferta aos participantes na inauguração do Pólo Tecnológico de Évora, que se realizou no dia 12 de abril de 2013.

5. Colaboração com o IIEFP na confeção de Taleigos



c) CURSO DE ALFABETIZAÇÃO

Sob o lema “Ninguém é tão novo que não possa ensinar, e ninguém é tão velho que não possa aprender”, o Município de Reguengos de Monsaraz e o Grupo de Sábado à Tarde da Freguesia de Campo desenvolveu desde 8 de maio de 2013, um curso de alfabetização para a população sénior da freguesia. Porque nunca é tarde para aprender, cerca de 15 pessoas do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 55 e os 82 anos, que se encontravam em diversas fases da alfabetização, frequentaram este curso, que muito contribuiu para a aprendizagem e o desenvolver das competências de cada participante.

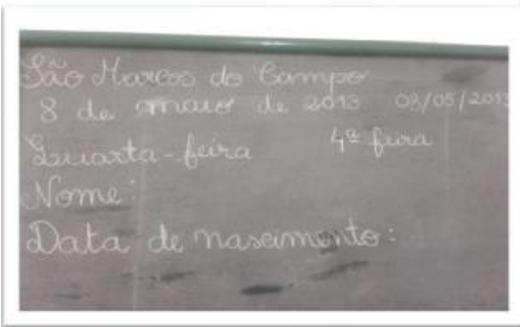
O objetivo deste projeto além de proporcionar a aprendizagem da leitura e da escrita foi também desenvolver técnicas de pintura, colagens, artesanato e jogos pedagógicos, promovendo o convívio saudável entre a população e estimulando a sua criatividade.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

6. Curso de Alfabetização



Encontro de Idosos do Concelho de Reguengos de Monsaraz e Feira Sénior da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz

O Município de Reguengos de Monsaraz e a Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz organizaram o Encontro de Idosos do Concelho e a Feira Sénior, no dia 9 de maio de 2013, no Parque da Cidade em Reguengos de Monsaraz.

A atividade realizou-se na quinta-feira de Ascensão, tradicionalmente conhecida pelo Dia da Espiga, e teve como objetivos promover o convívio saudável entre a comunidade, evitar o isolamento das pessoas idosas e valorizar a pessoa idosa.

O Dia da Espiga comemora-se numa quinta-feira, 40 dias após a Páscoa, e é tradição, neste dia, as pessoas irem ao campo, apanhar a espiga de trigo, outras plantas e flores silvestres. Faz-se um ramo, que inclui pés de trigo e/ou centeio, cevada, aveia, um ramo de oliveira, papoilas e margaridas. O ramo tem um valor simbólico. Simboliza a fecundidade da terra e a alegria de viver. As espigas simbolizam o pão e a abundância, as papoilas o amor e a vida, o ramo de oliveira a paz, e as margaridas o ouro, a prata e o dinheiro. De acordo com a tradição, o ramo deve ser pendurado dentro de casa, na parede da cozinha ou da sala, conservá-lo durante um ano, até ser substituído pelo ramo do ano seguinte. Faz-se fé, que o ramo funciona como um poderoso amuleto que traz abundância, alegria, saúde e sorte. Tal como diz o ditado: "Quem tem trigo da Ascensão, todo o ano terá pão."

O encontro contou com a presença de todas as Instituições Particulares de Solidariedade do Concelho, a Santa Casa da Misericórdia de Mourão, o Grupo de "Sábados à Tarde da Freguesia de Campo" e o Grupo Casa das Avós de Motrinos.

Para além dos tradicionais ramos de espigas confeccionados pelos participantes, fizeram parte do programa, rastreios gratuitos desenvolvidos pela Unidade de Cuidados na Comunidade AlmoReg e pela Ótica Havaneza, uma ação de sensibilização promovida pelo Destacamento Territorial de Reguengos de Monsaraz da Guarda Nacional Republicana, momentos musicais



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

dinamizados pela Tuna da Universidade Sénior de Évora, mostras de atividades de cada IPSS, um momento de oração e um almoço partilhado.

7. Encontro de Idosos do Concelho de Reguengos de Monsaraz e Feira Sénior da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz



Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Reguengos de Monsaraz

A CPCJ de Reguengos de Monsaraz, realizou durante o ano de 2013, vinte e cinco reuniões ordinárias de modalidade restrita, cinco reuniões plenárias de modalidade alargada, sete reuniões extraordinárias e duas reuniões de supervisão com a Magistrada do Ministério Público a exercer funções no Tribunal Judicial de Reguengos de Monsaraz, com o objetivo de efetuar o ponto de situação de todos os processos ativos na CPCJRM e, em alguns casos, avaliar e analisar situações que tenham em comum o acompanhamento por parte das duas entidades, e quatro reuniões de trabalho entre várias entidades com responsabilidades na área da infância e juventude.

Ainda relativamente à CPCJRM, alguns elementos da sua modalidade restrita, realizaram diversas ações de formação/informação, com o objetivo de aprofundar conhecimentos ao nível das competências das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

2. Desenvolvimento Económico Sustentável

2.1. Empreitadas

No decorrer do ano 2013 desenvolveram-se física e financeiramente as seguintes empreitadas:

a) - Beneficiação de Caminho Rural em Santo António do Baldio



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

A empreitada adjudicada à firma **BRIFEALTOS - Agregados & Construções, Lda.**, consistiu na reabilitação do caminho situado em Santo António do Baldio nomeadamente no Bairro de Santo António que se encontra perpendicular ao Caminho Municipal 1124 que liga S. Pedro do Corval a Santo António do Baldio, no sentido de facilitar a mobilidade interna dos residentes.

Valor Empreitada (com IVA)	Execução Financeira em 2013
158.571,51 €	63.428,61 €
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.	

b) - Rede de Saneamento do Concelho em Baixa/Requalificação da Rede Pluvial da Aldeia de Cima

A empreitada, adjudicada à firma **URBIGAV - Construções, Sociedade Unipessoal Lda.**, consistiu na recolocação de rede de águas pluviais e respetivos sumidouros, assim como corrigir e substituir passeios e zonas de estar em pavê.

Valor Empreitada (inclui IVA)	Execução Financeira em 2013
77.378,09 €	77.378,09€
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.	

c) - Execução de Obras de Reabilitação de Habitações (Ação Social)

A empreitada, adjudicada à empresa **Construções Fernando Manuel Fernandes Lourenço Unipessoal Lda.**, consistiu na remodelação da cobertura de três habitações unifamiliar em S. Pedro do Corval, Perolivas e Reguengos.

Valor Empreitada (inclui IVA)	Execução Financeira em 2013
39.860,51€	2.000,00 €
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.	

d) - Outeiro XXI - Parque Desportivo

Trata-se da implantação de um parque desportivo na aldeia de Outeiro, criando um espaço de estadia e de lazer, de apoio aos moradores e equipado com mobiliário, permitindo à população a prática de desporto de equipa e a instalação de um equipamento de parque infantil para as crianças. Adjudicado à firma **Construções Fernando Manuel Fernandes Lourenço, Unipessoal Lda.**

Valor Empreitada (inclui IVA)	Execução Financeira em 2013
157.198,27 €	125.290,77 €
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.	

e) - Construção do Parque Desportivo de Campinho

Refere-se a um parque lúdico desportivo na aldeia de Campinho, sendo criada uma zona de mesas de merenda, um espaço de estadia e de lazer, de apoio aos moradores e equipado com mobiliário, permitindo à população a prática de desporto de equipa e a instalação de um equipamento de parque infantil para as crianças. Uma área de jogo com as dimensões oficiais para a prática de futsal, andebol, basquetebol e ténis e ainda uma zona para a prática de jogos tradicional (jogo malha, xadrez, damas e macaca, prego, corda, mata, peão, berlinde, etc.) constituído por pavimentos de saibro e pavê.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Física em 2013 (€)
158.470,72 €	31,95%	50.624,34 €
Empresa adjudicatária: Construções Monsaraz - Sociedade de Construção Civil de Reguengos de Monsaraz, Lda.		

f) - Expansão do Perímetro Industrial - Ampliação 1ª fase - Pavimentação do Arruamento Central

Adjudicada à firma **Construções JJR e Filhos, SA**, consistiu na pavimentação e respetivas fundações do arruamento central da zona industrial.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Valor Empreitada (inclui IVA)	Execução Financeira em 2013
158.682,00 €	48.682,00 €
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.	

g) - Museu do Fresco - Reabilitação e Remodelação de Espaço Expositivo

Empreitada adjudicada à firma STAP - Reparação Consolidação e Modificação de Estruturas, SA., consistiu na racionalização espacial do espaço de receção, transformar o corredor em pequena loja e sala de exposições e introdução de banca para contemplação do fresco e ainda no revestimento de paredes com gesso laminado permitindo um pequeno espaço expositivo diferenciado.

Valor Empreitada (inclui IVA)	Execução Financeira em 2013
66.450,06 €	66.450,06 €
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.	

h) Parque da Junqueira

O Parque da Junqueira estrutura-se em torno de dois elementos patrimoniais, nomeadamente o Poço da Junqueira e os lavadouros ambos com um carácter social bastante importante para a Aldeia de Campinho. O facto de o espaço confinar com a EB1 de Campinho, e de integrar a Ludoteca associado ao conjunto patrimonial atrás referido ditaram os vetores deste projeto, nomeadamente a inclusão de equipamento infantil e de zonas multifuncionais que permitam a livre fruição pelas crianças; a inclusão de zonas de estadia que permitam por um lado o convívio das faixas etárias mais altas no decorrer dos jogos de mesa tradicionais e por outro a utilização do espaço pela população mais jovem, pela inclusão de mesas notebook, adaptadas à utilização em espaços livres do computador portátil.

Adjudicado à firma Messias e Irmão, Lda.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
146.113,25 €	100%	146.113,25 €
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.		

i) Parque S. Marcos

À semelhança dos espaços verdes já requalificados nos aglomerados urbanos do Concelho, adotou-se, para o espaço objeto de estudo, a linguagem e a materialidade já utilizada nos espaços verdes supracitados, nomeadamente as linhas orgânicas, a utilização de materiais distintos como forma de sublinhar o carácter do espaço e a integração de equipamentos que respondem às premissas dos habitantes assegurando desta forma a dinâmica inerente à funcionalidade do espaço.

Adjudicado à firma Marmebritas, Lda.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
155.541,84 €	100%	€ 137.326,84
Empreitada encontra-se concluída fisicamente.		

j) Requalificação Paisagística de Espaços Verdes em Cumeada

Empreitada adjudicada à firma Construções Garcia & Capucho, Lda., consistiu em requalificar um conjunto de espaços verdes urbanos na Cumeada, com o objetivo de oferecer uma nova imagem ao espaço público desta aldeia.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
18.444,00 €	100%	18.444,00 €
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.		

k) Construção de Sanitários Públicos em Cumeada

Empreitada adjudicada à firma Construções Garcia & Capucho, Lda., consiste em construção um edifício destinado a instalações sanitárias públicas para a povoação de Cumeada.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
15.370,00 €	100%	15.370,00 €
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.		

l) Beneficiação e Ampliação dos Edifícios do Ensino Básicos do Concelho - EB1 de Perolivas

Empreitada adjudicada à firma Parede Sólida, Unipessoal, Lda., consiste: na construção de um refeitório para preparação de refeições e de novos sanitários adaptados para pessoas com mobilidade reduzida, na requalificação de instalações sanitárias para adultos e crianças, na substituição do pavimentos de salas de atividades, e na limpeza e manutenção da cobertura existente.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
80.062,03 €	-	-

m) Requalificação dos Lavadouros de Cumeada

Empreitada adjudicada à firma Ludifenómeno, Lda., consiste na requalificação do equipamento - Lavadouros de Cumeada - que permitirá a sua utilização para o fim a que se destina.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
32.330,90 €	100%	18.811,25 €
Empreitada encontra-se concluída fisicamente.		

n) Pavimentação e Beneficiação de Arruamentos e Passeios - Rua da Caridade e Rua das Laranjeiras em Perolivas (Zona Envolvente ao Canal de Drenagem)

Empreitada adjudicada à firma Ludifenómeno, Lda., visa a limpeza do terreno e nivelamento da zona envolvente incluindo o levantamento e posterior aproveitamento de lancis existentes.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
21.200,43 €	100%	21.200,43 €
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.		

o) Construção de Passeios na Envolvente à Zona Industrial

Empreitada adjudicada à firma Victor Manuel Veiga Nunes, consiste na construção de passeios circundantes à Zona Industrial, a fim de melhorar as condições em que se encontram atualmente.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
17.177,60 €	100%	17.177,60 €
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.		



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

p) Pavimentação Beneficiação Arruamentos Passeios (Rua da Junqueira, Rua de Mourão e Av. Alentejo)

Empreitada adjudicada à firma VIAEXTRA, Lda., consiste na requalificação dos arruamentos e passeios da Rua da Junqueira, da Rua de Mourão e da Avenida do Alentejo, permitindo uma melhoria significativa na via pedonal e arruamentos em causa.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
148.401,58 €	100%	20.000,00 €
Empreitada encontra-se concluída física e financeiramente.		

q) Beneficiação e Requalificação do Posto da GNR do Telheiro/Monsaraz

Empreitada adjudicada à firma Constroireguengos, Lda., consiste na requalificação e beneficiação no edifício afeto ao posto da GNR Telheiro/Monsaraz, para implantar novas infraestruturas técnicas e elétricas, de telecomunicações e de informática.

A requalificação do edifício resulta de um protocolo estabelecido entre a autarquia e o Ministério da Administração Interna (MAI) através da Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
158.519,81 €	47,82%	75.809,25 €
A empreitada encontra-se em plena execução.		

r) Recuperação do Edifício da Antiga Adega da Cartuxa para Destacamento Territorial da GNR

Empreitada adjudicada à firma Messias e Irmão, Lda., visa recuperar o edifício da antiga adega dando-lhe uma nova funcionalidade e uma nova atratividade ao interessante edificado, melhorando o ambiente urbano da cidade de Reguengos de Monsaraz, qualificando todos espaços internos e externos adequando-os às novas funções pretendidas – instalação do destacamento territorial de Reguengos de Monsaraz da Guarda Nacional Republicana – o maior destacamento do Alentejo Central para modernização dos serviços melhorando significativamente os Edifícios a requalificar e assegurando a instalação de serviços imprescindíveis à população.

A requalificação do edifício resulta de um protocolo estabelecido entre a autarquia e o Ministério da Administração Interna (MAI) através da Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
2.225.894,00 €	-	-

s) Requalificação da Envolvente à Rocha dos Namorados

Empreitada adjudicada à firma VIBEIRAS, SA, consiste em requalificar a envolvente de um afloramento rochoso natural em forma de cogumelo com covinhas naturais de diferentes tamanhos nas superfícies verticais – Menir ou Pedra dos Namorados. Este monumento é enquadrado pela planície do Montado, envolvido por um conjunto de suculentas, que muito embora não façam parte do elenco florístico do local, proporciona algum resguardo e conforto à envolvente imediata do mesmo.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
122.429,95 €	-	-

t) Construção da Rede de Esgotos Domésticos entre o Loteamento Casas do Alto e a Urbanização Rotunda do Sol

Empreitada adjudicada à firma Invesul, Lda., consiste em construir a rede de esgotos e domésticos entre loteamento e Casas do Alto e a Urbanização Rotunda do Sol, sendo executadas as caixas domiciliárias para definição de cotas de soleira das mesmas,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

e aplicadas as tubagens em troços retilíneos e de acordo com os desníveis, será aplicada a tampa em ferro fundido e a reposição de bermas e valetas.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
27.023,10 €	86,6%	0
Desta empreitada foram apurados trabalhos a menos no montante de 3.555,02 €. Encontra-se concluída fisicamente.		

u) Construção da Casa Mortuária de S. Pedro do Corval - 1ª Fase

Empreitada adjudicada à firma João Francisco Caldeira, consiste na construção de um equipamento necessário à população de S. Pedro de Corval - casa mortuária.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
21.100,00 €	56,90%	12.727,41 €

v) Reabilitação de Caminhos Agrícolas no Concelho de Reguengos de Monsaraz

Empreitada adjudicada à firma Terralem - Terraplanagens e Florestação, visa a requalificação de caminhos agrícolas deste concelho, executando-se trabalhos de plataforma e drenagem no Caminho da Canada Real, Caminho de ligação da Canada Real ao CM1125, Caminho do Menir da Barragem, Caminho do Monte Branco, Caminho do Catapral/Alcarias e Caminho Alcarias/Barbosa.

Valor Empreitada	Execução Física em 2013 (%)	Execução Financeira em 2013 (€)
79.480,34 €	23,94 %	0

As empreitadas concluídas durante o ano 2013 indicam-se no quadro seguinte:

Nome da Empreitada	Data da Receção Provisória	Data da Receção definitiva
Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz	07-03-2013	
Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz - 2ª Fase - Parte II - Arruamentos	08-04-2013	16-05-2013
Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz - Beneficiação do Bloco de Lojas do Mercado Municipal	21-08-2013	
Requalificação Paisagística de Espaços Verdes em Cumeada	18-09-2013	
Construção de Sanitários Públicos em Cumeada	19-09-2013	
Beneficiação e Ampliação dos Edifícios do Ensino Básicos do Concelho - EB1 de Perolivas		11-10-2013
Ladeiras - Recuperação de Caminhos Pedonais na Zona Envolvente de Monsaraz		27-11-2013
Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz	12-06-2013	
Outeiro XXI - Parque Desportivo	14-08-2013	
Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz - Arranjos Exteriores	26-08-2013	
Requalificação dos Lavadouros de Cumeada	29-11-2013	
Pavimentação e Beneficiação de Arruamentos e Passeios - Rua da Caridade e Rua das Laranjeiras em Perolivas (Zona Envolvente ao Canal de Drenagem)	15-11-2013	
Construção de Passeios na Envolvente à Zona Industrial	13-12-2013	
Recuperação e Limpeza das Linhas de Água - Muro da Ribeira das Casas Novas		20-02-2013
Pavimentação de Arruamentos em São Marcos - 2ª Fase		05-11-2013
Extensão de Saúde de São Marcos do Campo	24-04-2013	
Casa do Cante	15-07-2013	
Parque da Junqueira	14-06-2013	
Pavimentação Beneficiação Arruamentos Passeios (Rua da Junqueira, Rua de Mourão e Av. Alentejo)	15-11-2013	

O mapa seguinte indica os procedimentos concursais que se desenvolveram no decurso do ano 2013:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Tipo de Procedimento	Designação do Projeto	Data de abertura do procedimento	Data de lançamento das Peças na Plataforma	Valor base €	Adjudicatário	Valor adjudicação € (inclui IVA)	Situação em 31-12-2013
Ajuste Direto	Casa do Cante	22-02-2012	18-01-2013	54.470,18 €	Constroireguengos, Lda.	54.100,90 €	Concluída
Ajuste Direto	Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz - Beneficiação do Bloco de Lojas do Mercado Municipal	17-10-2012	21-01-2013	95.816,22	Messias & Irmãos, Lda.	101.547,36 €	Concluída
Concurso Público	Recuperação do Edifício da Antiga Adega da Cartuxa para Destacamento Territorial da GNR	12-12-2012	31-01-2013	2.279.735,20 €	Messias & Irmãos, Lda.	2.225.894,00	Aguarda Visto do Tribunal de Contas
Ajuste Direto	Parque da Junqueira	24-01-2013	28-01-2013	137.869,14 €	Messias & Irmãos, Lda.	137.842,69 €	Concluída
Ajuste Direto	Beneficiação e Requalificação do Posto da GNR do Telheiro/Monsaraz	01-02-2013	08-02-2013	149.559,49 €	Constroireguengos, Lda.	158.519,81 €	Concluída
Ajuste Direto	Biblioteca Municipal - Arranjos Exteriores	02-05-2013	02-05-2013	149.545,32 €	Urbigav, Lda.	158.063,51 €	Concluída
Ajuste Direto	Requalificação da Extensão de Saúde de Monsaraz	16-06-2010	12-06-2013	20.000,00 €	José António Pitorra Paixão	18.947,16 €	Concluída
Ajuste Direto	Parque São Marcos	22-02-2012	11-07-2013	146.767,61 €	Marmebritas, Lda.	146.737,59	Concluída
Ajuste Direto	Requalificação Paisagística de Espaços Verdes em Cumeada	02-07-2013	03-07-2013	18.000,00 €	Construções Garcia & Capucho, Lda.	18.444,00	Concluída
Ajuste Direto	Construção de Sanitários Públicos em Cumeada	02-07-2013	03-07-2013	15.000,00 €	Construções Garcia & Capucho, Lda.	15.370,00	Concluída
Ajuste Direto	Requalificação da Envolvente à Rocha dos Namorados	11-07-2013	12-07-2013	115.500,00 €	Vibeiras, AS	122.429,95	Em execução
Ajuste Direto	Pavimentação e Beneficiação de Arruamentos e Passeios (Rua da Junqueira, Rua de Mourão e Av.ª do Alentejo)	31-07-2013	07-08-2013	148.500,00 €	Viaextra, Lda.	148.401,58	Concluída
Ajuste Direto	Requalificação da Extensão de Saúde de Outeiro	23-07-2013	08-08-2013	19.008,30 €	Ludifenómeno, Lda.	18.522,33	Em execução
Ajuste Direto	Requalificação dos Lavadouros da Cumeada	07-08-2013	09-08-2013	33.185,60 €	Ludifenómeno, Lda.	32.330,90	Concluída
Ajuste Direto	Pavimentação e Beneficiação de Arruamentos e Passeios - Rua da Caridade e Rua das Laranjeiras em	08-08-2013	09-08-2013	22.339,18 €	Ludifenómeno, Lda.	21.200,43	Concluída
	Perolivas (Zona envolvente ao Canal de Drenagem)						
Ajuste Direto	Reabilitação de Caminhos Agrícolas no Concelho de Reguengos de Monsaraz	09-08-2013	09-08-2013	74.981,45 €	Terralem	79.480,34	Em execução
Ajuste Direto	Construção de Passeios na Envolvente à Zona Industrial	12-08-2013	13-08-2013	16.205,28 €	Victor Manuel Veiga Nunes	17.177,60	Concluída
Concurso Público	Requalificação do Largo do Cruzeiro e Requalificação de Diversos Arruamentos em São Marcos do Campo	04-08-2013	06-09-2013	467.335,89 €	Em fase de Relatório Final		
Ajuste Direto	Construção da Casa Mortuária de S. Pedro do Corval - 1ª Fase	01-07-2013	02-10-2013	21.100,00 €	João Francisco Fialho Caldeira	21.100,00	Concluída
Ajuste Direto	Modernização e Requalificação dos Ed. Municipais-Outros Ed. (Beneficiação e Requalificação da Escola Básica de Perolivas)	07-11-2013	12-11-2013	76.329,94 €	Parede Sólida, Unipessoal, Lda.	80.062,03	Em execução
Ajuste Direto	Construção da Rede de Esgotos e Domésticos entre o Loteamento Casas do Alto e a Urbanização Rotunda do Sol	05-11-2013	06-11-2013	25.978,96 €	Invesul, Lda.	27.023,10	Em execução
Ajuste Direto	Fiscalização da Biblioteca Municipal e Mercado Municipal	28-12-2012	28-01-2013	20.000,00 €	Engisphera, Lda.	24.501,60 €	Concluído
Ajuste Direto	Aquisição de Livros para a nova Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz	11-02-2013	15-02-2013	65.000,00 €	Areal Editores, S.A.	52.526,66 €	Concluído
Ajuste Direto	Aquisição de Equipamento Administrativo e Técnico para as Extensões de Saúde	27-02-2013	27-02-2013	41.000,00 €	Luís Godinho	32.737,34 €	Concluído
Ajuste Direto	Aquisição de Equipamento Informático para as Extensões de Saúde	21-02-2013	01-03-2013	10.800,00 €	Ciberévora	10.751,00 €	Concluído
Ajuste Direto	Aquisição de Software Biblio.NET para a Biblioteca de Reguengos de Monsaraz	05-03-2013	06-03-2013	6.000,00 €	Bibliosoft - Informática, Formação e Serviços, Lda.	7.306,20 €	Concluído
Concurso Público	Aquisição de Mobiliário para a Biblioteca Municipal	26-12-2013	18-03-2013	105.504,95 €	MLM	102.559,81 €	Concluído
Ajuste Direto Simplificado	Aquisição de Etiquetas antifurto	08-03-2013	18-03-2013	3.800,00 €	Urupem, Lda.	4.649,40 €	Concluído
Ajuste Direto	Aquisição de Equipamento Informático Rede Passivos e Ativos	18-03-2013	19-03-2013	23.600,00 €	Visualforma, Lda.	28.829,50 €	Concluído
Ajuste Direto Simplificado	Recuperação dos Estuques da Escadaria e Sala da Biblioteca do Edifício Palácio Rojão	26-03-2013	27-03-2013	2.935,00 €	CentroEstuques	3.610,05 €	Concluído
Ajuste Direto Simplificado	Equipamento Informático - Som para a Biblioteca Municipal	02-04-2013	05-04-2013	4.700,00 €	Clickplus, S.A.	5.556,08 €	Concluído
Ajuste Direto	Equipamento Informático para a Biblioteca Municipal	05-04-2013	08-04-2013	36.500,00 €	Ciberévora	44.839,83 €	Concluído
Ajuste Direto Simplificado	Sinalética para as Extensões de Saúde	04-04-2013	04-04-2013	1.126,80 €	Infortipo	1.126,80 €	Concluído
Ajuste Direto Simplificado	Aquisição de Fusão de Fibra Ótica para a Biblioteca Municipal	10-04-2013	10-04-2013	1.300,00 €	SNSI	1.372,68 €	Concluído
Ajuste Direto Simplificado	Aquisição de Quadros Interativos para a Biblioteca Municipal	07-05-2013	07-05-2013	4.000,00 €	Edubox	4.804,23 €	Concluído
Ajuste Direto Simplificado	Aquisição de Sinalética para a Biblioteca Municipal	23-05-2013	22-05-2013	2.500,00 €	Infortipo	2.957,29 €	Concluído
Ajuste Direto	Equipamento e Mobiliário para a Casa do Cante	29-05-2013	07-06-2013	9.400,00 €	Luís Gonçalves	8.046,80 €	Concluído
Ajuste Direto	Equipamento Informático para a Casa do Cante	31-05-2013	07-06-2013	4.500,00 €	Ciberévora	4.350,00 €	Concluído
Ajuste Direto	Equipamento Audio e Vídeo para a Casa do Cante	19-06-2013	20-06-2013	14.000,00 €	Corval Som	13.950,00 €	Concluído



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Tipo de Procedimento	Designação do Projeto	Data de abertura do procedimento	Data de lançamento das Peças na Plataforma	Valor base €	Adjudicatário	Valor adjudicação € (inclui IVA)	Situação em 31-12-2013
Ajuste Direto	Equipamento Audio e Video para a Casa do Cante	19-06-2013	20-06-2013	14.000,00 €	Corval Som	13.950,00 €	Concluído
Ajuste Direto	Aquisição de Serviços de Fiscalização para a Empreitada de "Acessibilidades das Aldeias Ribeirinhas do Concelho de Reguengos de Monsaraz"	02-07-2013	02-07-2013	54.450,00 €	Trianguloesférico, Lda.	66.793,61 €	Em Execução
Ajuste Direto	Aquisição de Equipamento Multifunções para a Biblioteca Municipal	01-07-2013	12-07-2013	6.985,00 €	Luís Marreiros, Lda.	8.591,55 €	Concluído
Ajuste Direto	Aquisição de Serviços de Fiscalização para a Empreitada de "Beneficiação e Requalificação do Posto da GNR de Telheiro/Monsaraz"	26-07-2013	29-07-2013	30.000,00 €	Trianguloesférico, Lda.	36.614,90 €	Concluído
Ajuste Direto	Aquisição de Material Lúdico para a Biblioteca Municipal	05-08-2013	07-08-2013	16.500,00 €	Areal Editores, S.A.	12.103,23 €	Concluído
Ajuste Direto	Aquisição de um Sistema de Bilhética para o Auditório Municipal	08-08-2013	09-08-2013	5.800,00 €	VGRAF	7.134,00 €	Concluído
Ajuste Direto	Aquisição de Cd's e DVD's para a	23-11-2012	18-03-2013	2.000,00 €	FNAC	1.420,67 €	Concluído
Simplificado	Biblioteca						

2.2. Candidaturas

Em 2013 temos as candidaturas seguintes:

a) Ampliação e Beneficiação do Centro Escolar EB1 / JI de Reguengos de Monsaraz

Este projeto teve como objetivo essencial ampliar a Escola Básica através da construção de um bloco com 4 salas de aulas e a construção de raiz do Jardim de Infância com 5 salas de atividades em Reguengos de Monsaraz de modo a integrar num só espaço a educação pré-escolar e o ensino básico, proporcionando melhores condições para a prática do ensino, eliminando o duplo funcionamento do Jardim de infância nº1 e o nº2.

Para além destas intervenções foram também efetuadas obras de remodelação na cantina escolar, no campo de jogos, a construção da biblioteca e os arranjos exteriores.

Ainda contemplou o apetrechamento do equipamento mobiliário e informático para as salas novas.

Foi apresentada e aprovada uma reprogramação temporal solicitando o encerramento da operação para 31/07/2013.

No decorrer do ano 2013 a evolução da candidatura foi a seguinte:

Despesa Total Elegível Aprovada	FEDER aprovado	Despesa Justificada
1.320.297,22 €	1.122.252,64 €	279.867,31 €

No âmbito desta candidatura formalizaram-se duas empreitadas, uma para a Construção do Jardim de Infância e outra a Ampliação e Beneficiação da EB1.

No que respeita à empreitada "Jardim de Infância" encontra-se concluída física e financeiramente.

Relativamente à empreitada de "Ampliação e Beneficiação da EB1 de Reguengos de Monsaraz", adjudicada à Vidal Pereira e Gomes, consistiu na construção de um Bloco com 4 salas de aulas, uma Biblioteca, beneficiação da cantina, cobertura do Campo de Jogos, rede de Abastecimento de Água e Esgotos Domésticos e Pluviais, instalação de Equipamento Mecânico/AVAC – No Bloco e Biblioteca, infraestruturas de Eletricidade – Na Zona Exterior; Bloco e Biblioteca, infraestruturas de Telecomunicações – ITED – Na Zona Exterior; Bloco e Biblioteca, segurança Contra Riscos de Incêndio – Bloco e Biblioteca e arranjos dos Espaços Exteriores.

Execução financeira em 2013
229.177,40 €
Empreitada concluída física e financeiramente.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

b) Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz

A operação "Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz", foi apresentada no âmbito da contratualização entre a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e a Autoridade de Gestão do INALENTEJO, enquadrado no Eixo 3 – Conectividade e Articulação Territorial, Regulamento Específico "Rede de Equipamentos Culturais" a qual obteve aprovação da Autoridade de Gestão do INALENTEJO para cofinanciamento FEDER, tendo-se formalizado em 15/07/2011 um contrato de financiamento escrito entre aquela Autoridade de Gestão do PO Alentejo e este Município.

Com este equipamento de utilização coletiva pretende o Município de Reguengos de Monsaraz dotar o Concelho de um serviço público de reconhecida necessidade e utilidade, destinado a facilitar o acesso à informação, à cultura, à educação e ao lazer, contribuindo, desta forma, para elevar o nível cultural e a qualidade de vida dos cidadãos.

A operação é constituída por várias componentes, que seguidamente se apresentam com os respetivos montantes aprovados, reportados a 31/12/2013:

Componentes	Total investimento elegível	FEDER 85%
Empreitada "Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz"	773.800,84 €	657.730,71 €
Conservação e Restauro de Pinturas Murais do Palácio Rojão	32.269,05 €	27.428,69 €
Arranjos Exteriores	69.010,46 €	58.658,89 €
Mobiliário e equipamento específico	163.064,23 €	138.604,60 €
Coleção Inicial	82.157,87 €	69.834,19 €
Informatização	109.470,00 €	93.049,50 €
Fiscalização	56.826,00 €	48.302,10 €
Prestação de Serviços para o projeto técnico - Assistência técnica	10.683,78 €	9.081,21 €
TOTAL	1.297.282,23 €	1.102.689,90 €

Foram apresentadas e aprovadas duas reprogramações, uma reprogramação financeira e temporal alteração de verbas entre componentes e modificação da data de conclusão para 30/11/2013. A segunda reprogramação temporal solicitando o prazo de conclusão da operação para 31/03/2014.

A evolução da candidatura em 2013

Despesa Elegível Aprovada	FEDER	Despesa Apresentada	Despesa Justificada	Receita FEDER
1.297.282,23 €	1.102.689,90 €	713.798,92 €	618.858,73 €	608.459,29 €

B1) A EMPREITADA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ADJUDICADA À EMPRESA POLIGREEN, SA APRESENTOU A SEGUINTE EVOLUÇÃO EM 2013:

Valor Empreitada (inclui IVA)	Despesa faturada em 2013	Execução Financeira em 2013
773.800,84 €	333.507,57 €	419.508,00 €

B2) A EMPREITADA, ADJUDICADA À FIRMA URBIGAV - CONSTRUÇÕES SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA., BIBLIOTECA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ - ARRANJOS EXTERIORES APRESENTOU A SEGUINTE EVOLUÇÃO EM 2013:

Valor Empreitada (inclui IVA)	Despesa faturada em 2013	Execução Financeira em 2013
158.063,51	158.063,51 €	158.063,51 €
Empreitada concluída física e financeiramente.		

c) Estrada Municipal 523 – Ligação Reguengos/Perolivas

Enquadrada no âmbito da contratualização entre a Associação de Municípios do Distrito de Évora e a Autoridade de Gestão do INALENTEJO, no Regulamento Específico Mobilidade Territorial, esta operação pretende melhorar a mobilidade e as



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

acessibilidades do interior do Concelho de Reguengos de Monsaraz.

Receita FEDER	Observações
11.096,40 €	A verba FEDER refere-se à alteração da taxa de comparticipação de 80% para 85%

d) CM 1124 - 2 - Beneficiação entre a EN 255 e o Carrapatelo

A operação "CM 1124-2 – Beneficiação entre a E.N. 255 e Carrapatelo" visa melhorar a mobilidade e as acessibilidades do interior do Concelho de Reguengos de Monsaraz e desta forma concorre para os objetivos específicos do Eixo 3 do INALENTEJO, designadamente melhorar a circulação de pessoas e mercadorias, promover a coesão territorial, qualificar e integrar os espaços regionais e reforçar a competitividade empresarial e a articulação urbana.

Esta candidatura é constituída por duas componentes:

- -- CM 1124-2 – Beneficiação entre a E.N. 255 e Carrapatelo;
- -- CM 1124-2 Beneficiação entre a EN 255 e o Carrapatelo Demolição da Obra de Arte Antiga.

Foram submetidas e aprovadas duas reprogramações, uma reprogramação física, financeira e temporal solicitando a inclusão da componente "Revisão de Preços" e alteração da data de conclusão da operação para 30/11/2013. A outra reprogramação temporal aprovada apresenta a alteração da data de conclusão da operação para 31/03/2014.

Não houve evolução em termos físicos e financeiros, em 2013, ao nível da candidatura em 2013.

O ponto de situação da empreitada CM 1124-2 é o indicado no quadro abaixo:

Total Empreitada (inclui IVA)	Execução Financeira em 2013
1.048.234,00€	474.182,07 €
Empresa adjudicatária: Lena Construções, Atlântico.	

Não houve evolução em termos financeiros quanto empreitada CM 1124-2 Beneficiação entre a EN 255 e o Carrapatelo - Demolição da Obra de Arte Antiga, adjudicada à empresa Lena Engenharia e Construções SA, em 31/12/2013. Esta obra encontra-se concluída fisicamente.

e) CM 1124 - Beneficiação e Alargamento entre S. Pedro do Corval e St.º António do Baldio

A operação "CM 1124 – Beneficiação e Alargamento entre S. Pedro do Corval e St.º António do Baldio" visa melhorar a mobilidade e as acessibilidades do interior do Concelho de Reguengos de Monsaraz e desta forma concorre para os objetivos específicos do Eixo 3 do INALENTEJO, designadamente melhorar a circulação de pessoas e mercadorias, promover a coesão territorial, qualificar e integrar os espaços regionais e reforçar a competitividade empresarial e a articulação urbana.

Receita FEDER em 2013	Observações
17.838,42 €	A verba FEDER refere-se à alteração da taxa de comparticipação de 80% para 85%

O PONTO DE SITUAÇÃO DA EMPREITADA CM 1124, ADJUDICADA À FIRMA CONSTRUÇÕES JJR E FILHOS, LDA., É O INDICADO NO QUADRO ABAIXO:

Execução Financeira em 2013
208.985,10 €
Empreitada concluída financeiramente

f) Rotunda das Areias – Acesso Sul Herdade das Areias – 1ª Fase (Nó da Rotunda)



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

No âmbito da contratualização entre a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e a Autoridade de Gestão do INALENTEJO apresentou-se a operação “Rotunda das Areias – Acesso Sul Herdade das Areias – 1ª Fase (Nó da Rotunda)” ao Regulamento Específico “Mobilidade Territorial” enquadrado no Eixo 3 – Conectividade e Articulação Territorial, tendo obtido aprovação em 31/08/2010.

Em 2013 não houve evolução em termos físicos e financeiros ao nível da candidatura.

g) Eletrificação Rural no Concelho de Reguengos de Monsaraz – Estrada de Reguengos – Perolivas (Perolivas Pum Pum)

A candidatura Eletrificação Rural no Concelho de Reguengos de Monsaraz – Estrada de Reguengos – Perolivas (Perolivas Pum Pum), apresentada na ação n.º 1.6.5 “Projetos Estruturantes” do Regulamento Específico “Promoção da Competitividade” do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), no âmbito do Aviso n.º 02/Ação 1.6.5/2009, obteve aprovação em 02/06/2010.

Em 2013 não houve evolução em termos físicos e financeiros ao nível da candidatura.

h) Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Reguengos de Monsaraz

A candidatura foi apresentada ao Regulamento Específico “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais” enquadrado no Eixo 4 – Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural, teve assinatura do contrato de financiamento em 18/02/2011.

Foi apresentada e aprovada uma reprogramação temporal propondo a alteração da data de conclusão para 25/10/2013.

Despesa Faturada	Despesa Apresentada	Despesa Justificada	Receita FEDER
2.091,00 €	2.091,00 €	2.091,00 €	0 €

Este serviço apresentou a seguinte evolução:

Despesa Faturada	Execução financeira
2.091,00 €	2.091,00 €

i) Plano de Comunicação e Marketing da Rede Terras de Sol

A Operação “Plano de Comunicação e Marketing” enquadrada no Programa Estratégico da Rede Terras de Sol tem com objetivos: mobilizar os parceiros e demais protagonistas do processo de desenvolvimento; promover a identidade da “Rede Terras de Sol”, a nível interno a externo; e promover a utilização do recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação.

Foi apresentada e aprovada uma reprogramação temporal, solicitando a alteração do prazo para a conclusão financeira da operação para 29/10/2013.

Despesa Elegível Aprovada	Adjudicado	FEDER	Despesa Faturada	Despesa Apresentada	Receita FEDER
92.127,00€	92.127,00€	73.701,60€	35.330,52 €	35.330,52 €	18.899,68 €

Este serviço, adjudicado à empresa IPSIS, teve a seguinte evolução:

Despesa Faturada	Execução financeira
35.330,52 €	70.927,88 €

j) Gestão e Governação - Rede Terras de Sol

A operação “Gestão e Governação - Rede Terras de Sol” tem como missão potenciar as relações de cooperação e a integração



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

entre promotores e parceiros da Rede Terras de Sol na consecução do Programa Estratégico REDE TERRAS DE SOL e na concretização das metas e objetivos a que a parceria se propôs. Foi formalizado o contrato de financiamento desta operação em 25/02/2011.

Foi submetida e aprovada uma reprogramação temporal propondo modificar a data de conclusão para 25/09/2013.

Evolução da candidatura em 2013:

Despesa Faturada	Despesa Apresentada	Despesa Justificada	Receita FEDER
22.455,96 €	22.455,96 €	74.277,42	41.486,45 €

Este serviço, adjudicado à empresa ADRAL, apresentou a seguinte evolução:

Despesa Faturada	Execução financeira
22.455,96 €	74.277,42 €

k) Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz

A Operação "Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz" enquadra-se no Programa Estratégico da Rede Terras de Sol, aprovado no âmbito do Eixo 2 – Desenvolvimento Urbano do Programa Operacional Regional do Alentejo (INALENTEJO), mais concretamente do Regulamento Específico - Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação, sob o aviso n.º 2/RUCI, tendo sido assinado o seu contrato de financiamento em 15 de julho de 2011.

Foi submetida e aprovada uma reprogramação física e financeira pretendendo incluir nova componente "Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz - Beneficiação do Bloco de Lojas", ajustamento dos montantes adjudicados das componentes.

A evolução financeira da candidatura em 2013 foi a seguinte:

Despesa Faturada	Despesa Apresentada	Despesa Justificada	Receita FEDER
350.825,34 €	350.825,34 €	404.090,43 €	156.994,43€

A empreitada "Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz", adjudicada inicialmente à empresa Algomape - Sociedade de Construções Cívicas e Industriais, Lda. seguindo-se a empresa Messias e Irmãos, Lda., por cessão de posição contratual (contrato de cessão contratual em 9/11/2012), apresentou a seguinte evolução em 2013:

Despesa faturada	Execução financeira
130.157,89 €	305.929,43 €
Empreitada concluída física e financeiramente	

A empreitada "Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz - Beneficiação do Bloco de Lojas", adjudicada à empresa Messias e Irmãos Lda., apresentou a seguinte evolução em 2013:

Despesa faturada	Execução financeira
95.799,40 €	95.799,40 €
Empreitada concluída física e financeiramente	

l) Recuperação de Imóveis em Monsaraz - Torre do Relógio - Rede Terras de Sol

A operação designada "Recuperação de Imóveis em Monsaraz – Torre do Relógio – Rede Terras de Sol" consistiu na beneficiação da Torre do Relógio em Monsaraz.

Em 2013 não houve evolução em termos físicos e financeiros ao nível da candidatura.

m) Recuperação de Imóveis em Monsaraz - Centro Multimédia - Rede Terras de Sol



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

A operação designada "Recuperação de Imóveis em Monsaraz – Centro Multimédia – Rede Terras de Sol" integra duas componentes que com um forte contributo para a qualificação ambiental da Vila de Monsaraz, para a afirmação de Monsaraz como destino de turismo cultural e como referência no âmbito patrimonial. Insere-se em domínios de intervenção estratégicos como a reabilitação do edificado e a recuperação e valorização dos elementos diferenciadores do território.

No âmbito desta candidatura formalizaram-se duas empreitadas: " Recuperação de Imóveis em Monsaraz - Casa da Inquisição - Trabalhos de Beneficiação da Envolvente" e Recuperação de Imóveis em Monsaraz - (Centro Multimédia) - Requalificação da Envolvente, Segurança - Monsaraz. Estas duas empreitadas encontram-se concluídas física e financeiramente.

Em 2013 não houve evolução em termos físicos e financeiros ao nível da candidatura.

n) Festival Terras de Sol

Trata-se de uma candidatura de cariz transversal ao Programa Estratégico da Rede Terras de Sol, com o objetivo de fomentar o espírito de parceria entre os 6 promotores da Rede, designadamente: Município de Portel; Município de Alandroal; Município de Mourão; Município de Redondo; Município de Reguengos de Monsaraz e Município de Évora, numa ótica de articulação da realização e promoção de iniciativas de índole cultural, fundadas no património e nas tradições e fatores distintivos do território. Nesta candidatura o Município de Reguengos de Monsaraz é um parceiro não executor, o líder desta operação é o Município de Portel.

Nesta operação o Município de Reguengos de Monsaraz apresentou as seguintes componentes:

- -- Produção Artística Reguengos de Monsaraz (integra a XVII Festa Ibérica da Olaria e do Barro e Festas de Santo António 2011);
- -- Organização Técnica e Logística Reguengos de Monsaraz (inseridos os serviços de Produção Técnica e Logística do festival Terras de Sol); e
- -- Festival Terras de Sol Edição 2012 Reguengos de Monsaraz (a incluir as Festas de Santo António 2012).

Em termos de evolução financeira em 2013 das componentes da responsabilidade deste Município no âmbito da operação transversal é a seguinte:

Despesa Justificada	Receita FEDER
78.188,50 €	115.433,01 €

o) Rede Cultural - Terras de Sol

Rede Cultural Terras de Sol trata de uma candidatura de cariz transversal ao Programa Estratégico da Rede Terras de Sol, com o objetivo de uma aposta em intervenções integradas de valorização e animação do património cultural (monumentos e edificado histórico), com o intuito de criar uma Rede alargada de promoção turística, ambiental, económica e social, fundada na revitalização do património histórico e cultural associado às cidades e aglomerados urbanos nela envolvidos.

A parceria é constituída pelos promotores da Rede, designadamente: Município de Portel; Município de Alandroal; Município de Mourão; Município de Redondo; Município de Reguengos de Monsaraz e Município de Évora. Nesta candidatura o Município de Reguengos de Monsaraz é um parceiro não executor, o líder desta operação é o Município de Redondo.

Nesta operação o Município de Reguengos de Monsaraz apresentou 2 componentes:

- -- Aquisição de Projetor de Cinema Digital Reguengos de Monsaraz



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- -- Vídeo Promocional do Concelho de Reguengos de Monsaraz

A evolução financeira em 2013, das componentes adstritas à operação transversal REDE CULTURAL - TERRAS DE SOL, a cargo deste Município apresenta-se de seguida o mapa:

Despesa Justificada
4.137,70 €

p) TEIAS - Rede Cultural do Alentejo

O projeto Teias – Rede Cultural do Alentejo inserido no âmbito do Eixo 3 – Conectividade e Articulação Territorial, Regulamento Rede de Equipamentos Culturais – Programação Cultural em Rede do Programa Operacional Regional do Alentejo INALENTEJO 2007–2013.

Foi definido um programa de ação, que procurou ir de encontro aos objetivos gerais do referido regulamento, entre os diversos parceiros que constituem a operação.

Foi remetida ao Município de Évora enquanto entidade líder da operação, toda a documentação referente aos pedidos de pagamento cujos montantes se indicam no mapa abaixo:

Nº PP e data	Despesa faturada	Despesa Apresentada	Despesa Justificada	Receita FEDER
Nº5 de 22/01/2013	5.370,00 €	5.370,00 €	5.370,00 €	
Nº6 de 14/10/2013	6.260,00 €	6.260,00 €	6.260,00 €	12.981,63 €
Nº7 de 11/11/2013	22.562,75 €	22.562,75 €	22.562,75 €	

q) Acessibilidades das Aldeias Ribeirinhas do Concelho de Reguengos de Monsaraz

A operação “Acessibilidades das Aldeias Ribeirinhas do Concelho de Reguengos de Monsaraz” faz parte de um conjunto de estradas e caminhos municipais já existentes e que necessitam de serem intervencionados com a finalidade de melhorar o traçado e a pavimentação, bem como em alguns casos criar novas vias a partir de caminhos rurais existentes.

Estas intervenções propostas a financiamento são fundamentais para as aldeias ribeirinhas pertencentes a este Concelho, pois estas Aldeias junto às margens do Alqueva constituem um importante polo de interesse turístico fazendo parte intrínseca da região que se designa por Terras do Grande Lago de Alqueva.

Enquadrada no aviso de abertura de concurso nº4/2012 (ALENT-60-2012-07) do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial” do Eixo 9 – Coesão Local e Urbana no âmbito do INALENTEJO, foi assinado o contrato de financiamento em 22 de maio de 2013.

A estrutura de financiamento aprovada indica-se no mapa seguinte:

Componentes	Investimento		FEDER	Autarquia
	Total	Elegível		
Empreitada - Acessibilidades da Aldeias Ribeirinhas do Concelho de Reguengos de Monsaraz	1.511.063,23€	1.511.063,23€	1.284.403,75€	226.659,48€
Projeto técnico	15.680,51€	15.680,51€	13.328,43€	2.352,08€
Fiscalização	66.973,50€	66.973,50€	56.927,48€	10.046,03€
Revisão de preços	101.561,73€	101.561,73€	86.327,47€	15.234,26€
Total	1.695.278,97€	1.695.278,97€	1.440.987,12€	254.291,85€

Evolução da candidatura em 2013:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Despesa Faturada	Despesa Apresentada	Despesa Justificada	Receita FEDER
395.142,29 €	367.672,31€	0 €	312.521,46 €

A empreitada "Acessibilidades da Aldeias Ribeirinhas do Concelho de Reguengos de Monsaraz", adjudicada à firma "Construções J.J.R & Filhos, SA", evolui do seguinte modo em 2013:

Valor Empreitada (inclui IVA)	Despesa faturada em 2013	Execução Financeira em 2013
1.258.915,36 €	372.877,75 €	0 €

r) Eficiência Energética na Iluminação Pública

Desta candidatura apresentada pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central ao INALENTEJO enquanto líder envolve vários Municípios do Alentejo Central entre os quais o Município de Reguengos de Monsaraz que é responsável por uma componente integrada no âmbito da candidatura referida designada "Requalificação da Iluminação pública na Cidade de Reguengos de Monsaraz – traçados da ER255 e da EN256".

No que se refere às componentes transversais da operação o Município participará em três designadamente:

- -- Relógios astronómicos;
- -- Lâmpadas de vapor de sódio;
- -- Instalações semaforicas (tecnologia LED).

Em 2013 não houve evolução ao nível da candidatura.

No que se refere à empreitada, Requalificação da Iluminação pública na Cidade de Reguengos de Monsaraz – traçados da ER255 e da EN256, adjudicada à firma Schröder Iluminação, SA não houve evolução em 2013:

Valor adjudicado (inclui IVA)	Execução financeira em 2013
92.251,80 €	-

s) Modernização da Rede de Abastecimento/Saneamento em Baixa do Concelho de Reguengos de Monsaraz

A operação "Modernização da Rede de Abastecimento/Saneamento em Baixa do Concelho de Reguengos de Monsaraz" engloba intervenções na rede de abastecimento e saneamento de águas, vertente em baixa, em diversos aglomerados do concelho, tendo como objetivo melhorar as redes de abastecimento e saneamento em baixa do concelho, bem como algumas infraestruturas de apoio, aumentando a sua fiabilidade e promovendo a melhoria da qualidade da água.

Esta candidatura incluiu as seguintes componentes:

- -- Rede de Saneamento Básico do Concelho Modernização da rede em baixa fase I Motrinos
- -- Rede de Abastecimento de Água do Concelho (requalificação da conduta troço Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz Perolivas);
- -- Rede de Abastecimento de água do Concelho Implementação da Rede de Telegestão e tratamento automático de água para as células (reservatórios e captações);
- -- Modernização da Rede de Abastecimento / Saneamento em Baixa do Concelho de Reguengos de Monsaraz – Fase I;
- -- Implementação da Rede de Telegestão e Tratamento Automático de Água para as Células da Rede de Abastecimento (Reservatórios e Captações) 2ª Fase.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Apresentou-se uma reprogramação temporal propondo alteração da data de conclusão para 30/04/2013.

Evolução da operação em 2013:

Despesa Justificada	Receita FEDER
154.454,88 €	-

Em termos de empreitadas apresenta-se o ponto de situação:

- -- Modernização da Rede de Abastecimento/Saneamento em Baixa do Concelho de Reguengos de Monsaraz – Fase I, adjudicada à empresa Pinto e Brás, Lda., evoluiu em 2013 em termos financeiros:

Despesa Faturada	Execução financeira
-	120.106,40 €
Empreitada concluída física e financeiramente.	

- -- Implementação da Rede de Telegestão e Tratamento Automático de Água para as Células da Rede de Abastecimento (Reservatórios e Captações) 2ª Fase, adjudicada à firma InOut, Lda., com a seguinte evolução em 2013:

Despesa Faturada	Execução financeira
-	34.348,48 €
Empreitada concluída física e financeiramente.	

t) Modernização da Rede de Abastecimento em Baixa do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Encontrando-se aberto o aviso de concurso POVT 54/2012/49 de 18 de setembro de 2012 do Regulamento “Ciclo Urbano da Água - Vertente em Baixa – Modelo não Verticalizado”, do domínio de intervenção Ciclo Urbano da Água do Eixo 4 – Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos (Fundo Coesão) apresentou-se a candidatura designada “Modernização da Rede de Abastecimento/Saneamento em Baixa do Concelho de Reguengos de Monsaraz” considerado um investimento indispensável e prioritário para este Município.

A operação enquadra-se na tipologia de operação definida no ponto i. na alínea b) no número 1 do artigo 6.º do Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água – Vertente em Baixa – Modelo Não Verticalizado” que se designa por: «Investimento corpóreo de redes de abastecimento de água em “Vertente em baixa – Modelo não Verticalizado” – A construção, remodelação e ampliação de infraestruturas, designadamente condutas de abastecimento, estações elevatórias, equipamentos e reservatórios».

As intervenções que se propõem têm como princípio a substituição de condutas de abastecimento, contudo por estarmos a realizar obras dentro de perímetros urbanos, com arruamentos requalificados, há a necessidade imperiosa de tornar a execução da obra o menos destrutiva possível, utilizando tipos de tecnologia que permitam, após a realização parcial de sectores, a livre circulação de veículos e pessoas nessas mesmas ruas. Desta forma o Município de Reguengos de Monsaraz permite somente que se utilize a tecnologia “Pipe Bursting” (Rebentamento) ou tecnologias operacionais similares.

Em termos de componentes e rubricas de investimento e respetivos custos que lhes estão associados, estas ações/intervenções apresentam-se no formulário de candidatura do seguinte modo:

Ações/Intervenções candidatas	Componentes de investimento	Rubrica de investimento	Custos Totais
Requalificação da rede em baixa em Reguengos de Monsaraz	Construção	Outras construções e Infraestruturas	486.662,88 €
Requalificação da rede em baixa de S. Marcos do Campo	Construção	Outras construções e infraestruturas	302.965,72 €
Fiscalização	Supervisão durante a execução dos trabalhos	Outros trabalhos especializados	44.280,00 €
Revisão de Preços	Ajustamento de preços	Outros	39.481,43 €
TOTAL			873.390,03 €



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

De acordo com a informação disponível no sistema do POVT a candidatura designada “Modernização da Rede de Abastecimento em Baixa no Concelho de Reguengos de Monsaraz” apresentada no âmbito do ciclo urbano da água não foi admitida pela Comissão Diretiva do POVT, após a apresentação de contraditório, através do nosso ofício nº 935 de 18/02/2013, em sede de audiência prévia.

u) Extensões de Saúde do Concelho de Reguengos de Monsaraz

A operação irá dar continuidade às extensões de saúde deste Concelho que contribuem para garantir melhor acesso ao sistema de saúde aos mais desfavorecidos, permitir condições mais dignas a toda a população com a construção/requalificação dos edifícios, oferecer melhor serviço público de saúde aos utentes que se encontram limitados às redes de transporte público.

O projeto apresentado ao INALENTEJO contempla seis componentes designadamente:

- -- Requalificação da Extensão de Saúde de Monsaraz;
- -- Construção da Extensão de Saúde de Santo António do Baldio;
- -- Construção da Extensão de Saúde de São Marcos do Campo;
- -- Equipamento para as Extensões de Saúde;
- -- Terrenos; e
- -- Projetos Técnicos.

Apresentou-se uma reprogramação física, financeira e temporal propondo inserção de duas componentes designadamente: Extensão de Saúde de Outeiro e a sinalética, alteração de montantes entre rubricas e alteração da data de conclusão para 25/01/2014.

A candidatura apresentou a seguinte evolução financeira, em 2013:

Despesa Faturada	Despesa Apresentada	Despesa Justificada	Receita FEDER
329.222,40 €	329.222,40 €	273.179,56 €	232.375,25 €

Evolução das empreitadas em 2013:

a) CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE SÃO MARCOS DO CAMPO, ADJUDICADA À FIRMA CONSTRUÇÕES MONSARAZ - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE REGUENGOS DE MONSARAZ, LDA.:

Despesa Faturada	Execução financeira
94.082,34 €	101.287,35 €
Empreitada concluída física e financeiramente	

b) CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE SANTO ANTÓNIO DO BALDIO, ADJUDICADA À FIRMA AGROCINCO CONSTRUÇÕES, SA:

Despesa Faturada	Execução financeira
168.409,72 €	122.047,02 €
Empreitada concluída fisicamente	

c) EXTENSÃO DE SAÚDE DE MONSARAZ, ADJUDICADA À FIRMA JOSÉ PITORRA PAIXÃO:

Auto de Consignação - 12/07/2013

Auto de Suspensão - 26/07/2013 - no decorrer das obras de requalificação a sala de entrada onde se pretende construir duas



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

instalações sanitárias e uma sala de espera, grande parte do pavimento que era executado em lajes de xisto assentes diretamente numa estrutura de madeira abateu.

v) ADLA – Ações para o Desenvolvimento das Terras do Grande Lago de Alqueva

A entidade líder do projeto é a Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago e os objetivos deste projeto são: Valorização e conservação de recursos culturais, recreativos, ambientais e paisagísticos; e, Promoção e divulgação turística.

As atividades que integram o projeto enquadram-se na estratégia de desenvolvimento para a área de intervenção "Terras do Grande Lago de Alqueva" tendo como finalidade promover as ações de valorização de recursos e melhoria de condições que visam a preservação da estrutura económica, social, ambiental e cultural deste território abrangente, reforçando e solidificando estes espaços transfronteiriços.

Em 2013 apresentou-se à ATMTGLA, uma intensão de modificação substancial no âmbito deste projeto para inclusão da ação "Requalificação da envolvente à Rocha dos Namorados", que para este efeito é necessário a transição de verbas entre rubricas de investimento e ainda o reforço de investimento de acordo com as verbas disponíveis no ADLA.

x) PEGLA – Projeto Estruturante para o Desenvolvimento das Terras do Grande Lago de Alqueva

As ações incluídas neste projeto aprovado pelo POCTEP através da Associação Transfronteiriça de Municípios da Terras do Grande lago de Alqueva, são designadamente: Monsaraz Museu Aberto 2010, Guias de Promoção Turística e Sinalização do Centro Náutico.

Estas ações estavam previstas concluir-se física e financeiramente até 31/12/2011, contudo o beneficiário líder – Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago, informou que foi aceite a prorrogação deste projeto estruturante tendo como data limite 31/03/2013 para efeitos financeiros a despesa ser considerada elegível.

Dadas as disponibilidades financeiras no âmbito do Projeto PEGLA, foram inseridas ações como a empreitada "Museu do Fresco - Reabilitação e Remodelação de Espaço Expositivo" e ainda a aquisição de serviços "Remodelação e execução das novas figuras do presépio de rua de Monsaraz".

A candidatura apresentou a seguinte evolução em 2013:

Despesa Apresentada em pedido de pagamento	Despesa Justificada	Receita FEDER
97.457,44 €	66.450,06 €	66.247,81 €

y) Preservação do Património Histórico e Cultural

A candidatura "Preservação do Património Histórico e Cultural" aprovada na ação 3.2.1 Conservação e Valorização do Património Rural no âmbito do PRODER/Monte/LEADER visa objetivamente acolher a vertente valorização e preservação do património histórico e cultural existente no concelho de Reguengos de Monsaraz. O projeto foi desenhado para requalificar o património existente neste concelho e criar condições para a sua valorização e proporcionar-lhe também condições para a integração de atividades e dinâmicas culturais neste território e neste equipamento (antiga escola primária em Telheiro).

A candidatura foi aprovada e homologada em 9/10/2012 sendo a ação objeto de financiamento a componente designada "Casa do Cante" e visa a requalificação de um edifício outrora afeto ao ensino, para utilização futura como espaço polivalente de apoio e divulgação dos usos e costumes regionais - Casa do Cante. Trata-se, portanto, de uma intervenção que procura preservar o edificado, requalificando-o para novas funções - Cante Alentejano.

A candidatura apresentou a seguinte evolução em 2013:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Despesa Apresentada em pedido de pagamento	Despesa Justificada	Receita FEADER+ Ministério da Agricultura e do Mar
60.183,16 €	60.183,16 €	36.109,90 €

A Casa do Cante, adjudicada à firma Constroireguengos, Lda., apresenta a seguinte evolução em 2013:

Despesa Faturada	Execução financeira
55.734,63 €	55.734,63 €
Empreitada concluída física e financeiramente.	

2.3. Apoio ao Empreendedorismo

O Concelho de Reguengos de Monsaraz pretende, através da subunidade orgânica Desenvolvimento Económico e Turismo, continuar a apoiar a fixação de futuros empreendedores, através da disponibilização de toda a informação socioeconómica do Concelho e do acompanhamento dos projetos empreendedores; outrossim, apoiar os empresários locais, sobretudo as micro e pequenas empresas que estão sedeadas no concelho e que representam a maioria do tecido empresarial, através de ações concretas de formação/informação e disponibilização de vários documentos, estudos ou contactos, de forma a tornar Reguengos de Monsaraz um Concelho de oportunidades e de desenvolvimento sustentável em termos económicos, sociais e culturais.

FAME – Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Encontra-se implementado o FAME (Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que resultou de uma parceria entre o Município de Reguengos de Monsaraz e outras instituições, nomeadamente, BES – Banco Espírito Santo, S.A., LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A. e IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento.

O FAME é um instrumento financeiro inovador que consiste num fundo de apoio disponibilizado a empresários e empreendedores, com o objetivo de promover o investimento produtivo nas Micro e Pequenas Empresas. Este fundo é um instrumento importante no desenvolvimento da economia local, proporcionando pequenos investimentos, com primazia para projetos que apresentem características inovadoras no concelho ou região.

InfoRM – Boletim de Informação Municipal

Numa perspetiva de divulgação de informação relevante e oportuna para as empresas e restantes agentes económicos do concelho, foi dada continuidade à distribuição gratuita do boletim “InfoRM – informação Municipal”.

Reguengos Invest

O fenómeno da globalização e a atual conjuntura conduzem a novos desafios para a afirmação de cada território na “aldeia global”. Esta condição impõe uma necessária concentração de esforços, recursos e instrumentos para que cada local se posicione de uma forma favorável num contexto mais alargado.

Neste âmbito, o Município de Reguengos de Monsaraz, consciente da dinâmica e competitividade territorial, aposta numa importante ferramenta de divulgação e apoio a investidores, materializada no projeto “Reguengos Invest”, num esforço de guiar o território e orientar caminhos para um futuro desejado.

Exporeg 2013 – 21.ª Exposição de Atividades Económicas de Reguengos de Monsaraz

O Desenvolvimento Económico esteve envolvido na organização e coordenação da 21.ª Exposição de Atividades Económicas de Reguengos de Monsaraz – Exporeg 2013, que se realizou de 15 a 18 de Agosto, dando não só todo o apoio necessário aos expositores presentes, como a outras atividades que decorreram em simultâneo nestes dias.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Mais um ano este evento teve como principal objetivo a promoção das empresas da região e divulgar Reguengos de Monsaraz como um destino turístico de excelência com várias ofertas de qualidade para os visitantes.

Estiveram presentes empresas dos mais variados sectores de atividade, desde os vinhos, doces regionais, vestuário e calçado, decoração, publicidade, mobiliário, hotelaria e turismo, artesanato, sector automóvel, máquinas agrícolas e industriais entre outras atividades representativas dos serviços das empresas da região.

Organização/Colaboração em Colóquios, Seminários, Sessões de Divulgação

Estas iniciativas, de teor essencialmente prático, têm por objetivo formar e informar o tecido empresarial relativamente às ferramentas e sistemas de incentivos de apoio aos empresários.

Rede Gade's do Distrito de Évora (Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico)

A rede de Gade's está inserida num Projeto designado GADENET, este, tem como objetivo central a dinamização e reforço da Rede de Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento existentes no Distrito de Évora, através da implementação de mecanismos de informação e promoção da mesma. Os técnicos adstritos aos Gade's frequentam ações de formação, colóquios e/ou seminários e promovem o "Ciclo de Encontros Temáticos da Rede de Gade's".

Esta ação têm uma periodicidade bimestral e baseia-se num regime de rotatividade pelos Municípios, tendo como principais objetivos a promoção da participação e envolvimento dos técnicos em ações de capacitação sobre temas chave para o desenvolvimento da sua atividade e o apoio aos agentes económicos, potenciar a troca de informação entre os Municípios envolvidos e promover a partilha de boas práticas e as visitas técnicas a casos de sucesso.

Projeto ARA – Aldeias Ribeirinhas de Alqueva

O Projeto Aldeias Ribeirinhas do Grande Lago de Alqueva, promovido pela EDIA e pela ATMTGLA, teve como parceiros iniciais as Câmaras Municipais de Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, o Instituto Politécnico de Beja e a Delegação Regional do Alentejo de IEFP. Com este projeto visa-se promover neste território a fixação de jovens com formação superior, desenvolvendo/otimizando as suas competências com o objetivo de criar negócios que possam traduzir como mais-valia para as aldeias, potenciando os seus recursos, a cultura e as tradições.

A intervenção territorial incide em cinco aldeias Ribeirinhas das Terras do Grande Lago Alqueva, em simultâneo: Capelins (concelho de Alandroal), Póvoa de São Miguel/Estrela

(concelho de Moura), Luz (concelho de Mourão), Alqueva (concelho de Portel) e Campinho (concelho de Reguengos de Monsaraz).

A filosofia do projeto inspira-se no de QUERENÇA, promovido na aldeia com o mesmo nome, no concelho de Loulé e segue a sua metodologia.

A equipa de jovens licenciados é composta por quinze elementos com formação nas mais diversas áreas e três desses jovens ficam instalados em cada uma das aldeias consoante a vocação distinta no que toca às áreas que podem vir a desenvolver nas localidades/comunidades abrangidas pelo projeto. Aos participantes foi lançado o desafio de se envolverem na vida das aldeias, perceber as suas potencialidades, trocar conhecimentos e, tendo por base o desenvolvimento das suas competências, criar projetos empresariais numa perspetiva sustentável e de longo prazo.

O projeto, com duração de nove meses, teve início em dezembro de 2012 e terminou a sua primeira fase em setembro de 2013. Atualmente decorre a segunda fase de viabilização dos planos de negócio para a sua incrementação.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

BTL 2013 – Feira Internacional de Turismo de Lisboa

O Município de Reguengos de Monsaraz esteve presente na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), que se realizou de 27 de fevereiro a 3 de março de 2013 na FIL, no Parque das Nações em Lisboa.

O objetivo principal desta participação é promover o concelho de Reguengos de Monsaraz nos sectores do turismo cultural e paisagístico, turismo em espaço rural, gastronomia e vinhos, turismo náutico e de aventura e turismo de negócios, bem como promover contatos com operadores turístico nacionais e estrangeiros, participar em ações promocionais que a BTL propõe aos expositores e estabelecer um contato direto com potenciais turistas.

Festa Ibérica da Olaria e do Barro 2013

A Festa Ibérica da Olaria e do Barro (FIOBAR) decorreu de 16 a 19 de maio de 2013 em São Pedro do Corval.

Os dois maiores centros oleiros da Península Ibérica, S. Pedro do Corval, no concelho de Reguengos de Monsaraz, e Salvaterra de los Barros, na Extremadura espanhola, juntam-se anualmente na realização da Festa Ibérica da Olaria e do Barro. Este é um evento transfronteiriço de promoção desta importante manifestação artística e artesanal: a olaria.

Organizada em anos alternados em cada município, esta iniciativa pretende valorizar a olaria, chamar a atenção para o seu valor artesanal e artístico e apontar estratégias para o seu desenvolvimento económico e profissional.

Reguengos Fashion

O Município de Reguengos de Monsaraz, com o intuito de promover/divulgar o comércio local do nosso Concelho, organizou a II Edição do “Reguengos Fashion”, este evento, foi integrado na programação das tradicionais Festas de Santo António que decorreram de 12 a 16 de junho de 2013.

2.4. Turismo

Na área do Turismo e de uma maneira geral os principais indicadores voltaram a crescer em Portugal, dados como o crescimento de mais 4% de hóspedes em 2013, fazem-nos acreditar no sector.

A afirmação do concelho de Reguengos de Monsaraz como potencial destino turístico a nível mundial, revelou-se através do número de visitantes que chegaram à vila de Monsaraz, os quais ascenderam a quase 60 mil ao longo do ano de 2013.

Este concelho continua a ser um dos destinos mais atrativos da região Alentejo, considerando as diferentes nacionalidades do elevado número de visitantes que aqui chegam. O sector apresenta forte estabilidade e evolução favorável ao longo dos últimos anos.

A divulgação e promoção da região de Reguengos de Monsaraz, resulta das diversas iniciativas que decorrem ao longo do ano, levadas a cabo pelos dois departamentos cada vez mais indissociáveis, cultura e turismo.

Feiras de turismo e outros eventos

- -- BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa;
- -- VII Jornadas Transfronteirizas del Gurumelo, Villa Nueva del Fresno;
- -- 2013 Rotary International Convention, Lisboa;
- -- Feria Multisectorial de España y Portugal, Badajoz; e
- -- Montado, Portel.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Monsaraz Museu Aberto – Ciclo de exposições

Igreja de Santiago

- -- “Monsaraz museu com vida”, Victor Cameirão;
- -- “António Redondo 2,5 D”, António Redondo;
- -- “Iluminação, história e reflexão”, António Palmira;
- -- “Monsaraz entre o céu e a terra”, João Frutuosa, Duarte Ramalho e António Caeiro;
- -- “Momentos de Isabel Pantorra”, Lita;
- -- “Retrospectiva”, Rita Pardal; e
- -- “Alma de mulher”, Anna Rocheta.

Casa de Monsaraz

- -- “Diversitas”, coletiva de Inês Batista, Josefina Corbacho, Laura Marroquini, Lita, Luísa Caeiro e Luísa Seabra;
- -- “Fios cruzados, magias sonhadas”, Sónia de Assumpção;
- -- “Assim vai o mundo”, Ramos Santos;
- -- “Pasion taurina”, Mariano Torres; e
- -- “Serena cumplicidade”, Maria da Glória.

Torre de Menagem

- -- “A pedra e na pedra”, Visitação Zambujo; e
- -- “Simbiose”, Patico.

Visitas guiadas

- -- Escola Secundária da Lousada;
- -- Colégio Manuel Bernardes, Lisboa;
- -- Escola Secundária António Inácio da Cruz, Grândola;
- -- Beira Gardening Friends;
- -- Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo / TACV Transportadora Aérea de Cabo Verde / CEO Operadora de Turismo;
- -- Coro de Chartres, França;
- -- Núcleo de Combatentes Alcobaça;
- -- Asociacion de Mayores San Juan Bautista –Ayuntamiento de El Granado, Espanha;
- -- Maestro Mitchel Fennel / Banda Filarmónica Harmonia Reguenguense;
- -- 9º Encontro Veterinários Motociclistas – Terras D’El Rey;
- -- União das Misericórdias Portuguesas – IPSS, Economia Social;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- -- CENCAL; e
- -- Clube NC 700 Portugal.

3. Qualidade de Vida

3.1. Ambiente e Ordenamento do Território

3.1.1. Gestão Urbanística e Ordenamento do Território

Atividades realizadas pelo Serviço de Urbanismo e Ordenamento do Território durante o ano de 2013:

Apreciação e emissão de pareceres sobre os projetos de arquitetura de obras particulares.

Foram analisados 37 projetos de arquitetura submetidos a controlo prévio pelos interessados, tendo em conta o quadro legal e regulamentar aplicável e emitir pareceres interorgânicos e endo-municipais de carácter obrigatório, em ordem ao preceituado no Código do Procedimento Administrativo e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adiante designado pelo acrónimo RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março.

Apreciação e emissão de pareceres sobre os pedidos de informação prévia.

Foram analisados 6 pedidos de informação prévia submetidos pelos interessados, tendo em conta o quadro legal e regulamentar aplicável e emitir pareceres interorgânicos e endo-municipais de carácter obrigatório, em ordem ao preceituado no Código do Procedimento Administrativo e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adiante designado pelo acrónimo RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março.

Emissão de pareceres sobre os projetos de especialidades de obras particulares.

Foi verificada a instrução de 36 projetos de Especialidades submetidos a controlo prévio pelos interessados, tendo em conta o quadro legal aplicável e emitir pareceres interorgânicos e endo-municipais de carácter obrigatório, em ordem ao preceituado no Código do Procedimento Administrativo e no RJUE.

Emissão de pareceres sobre os projetos de obras de urbanização.

Foi verificada a instrução de 2 projetos de obras de urbanização, submetidos a controlo prévio pelos interessados, tendo em conta o quadro legal aplicável e emitir pareceres interorgânicos e endo-municipais de carácter obrigatório, em ordem ao preceituado no Código do Procedimento Administrativo e no RJUE.

Emissão de pareceres sobre a autorização de utilização.

Foram analisados 63 processos, relativos a autorizações de utilização, submetidos pelos interessados, tendo em conta o quadro legal e regulamentar aplicável e emitir pareceres interorgânicos e endo-municipais de carácter obrigatório, em ordem ao preceituado no Código do Procedimento Administrativo e no RJUE.

Promoção e acompanhamento de estudos de ordenamento do território, nomeadamente os estudos formatados em plano diretor municipal e sua atualização.

Foi elaborada a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional concelhia, decorrente da aprovação dos empreendimentos turísticos classificados como projetos de Potencial Interesse Nacional.

Promoção, execução, licenciamento e fiscalização da gestão da correta utilização do solo.

Participação nas atividades dos serviços de gestão urbanística, no âmbito do licenciamento e fiscalização, com vista à recolha de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

dados e elementos que contribuem para o processo de revisão do PDM.

Elaboração de planos de requalificação urbana, bem como de qualificação dos núcleos habitacionais das diversas localidades, inseridas na área geográfica do município.

Coordenação e elaboração de 14 projetos de espaços exteriores e de edifícios municipais, quer na cidade de Reguengos de Monsaraz, quer em diversos aglomerados urbanos do concelho.

Programação das necessidades de terrenos infraestruturados para implantação de equipamentos previstos nos planos.

No âmbito da elaboração do loteamento “1.ª fase da expansão da zona industrial” e dos respetivos projetos de obras de urbanização, foram promovidas e acompanhadas as obras de infraestruturção.

Outras atribuições

Acompanhamento e fiscalização de obras municipais respeitantes às empreitadas “Parque Desportivo de Outeiro”, “Parque Desportivo do Campinho”, “Extensão de Saúde de Outeiro” e “Pavimentação e Beneficiação de Arruamentos e Passeios (Rua da Junqueira, Rua de Mourão e Avenida do Alentejo)”.

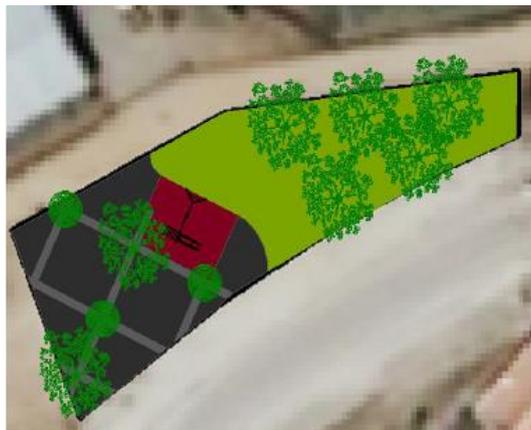
3.1.2. Requalificação Urbana e Espaços Verdes

O SRUEV desenvolveu durante o ano 2013 a elaboração de projetos de requalificação de diversos espaços verdes urbanos, nomeadamente:

Tapada do Carapetal

A proposta de requalificação da Tapada do Carapetal prevê a instalação de equipamento infantil integrado numa agradável zona de estadia devidamente ensombrada e de traçado geométrico.

Como contraponto, prevê-se uma zona de prado de carácter polivalente e informal. No conjunto, este espaço pretende ser o centro nevrálgico desta zona habitacional considerando a oferta de equipamento proposta.



Casa das Avós

A proposta de requalificação dos espaços exteriores da Casa das Avós sublinha um conjunto de usos e funções pensados como adequados para o propósito e objetivo deste espaço, o convívio, a confecção de artes e ofícios tradicionais e a mostra destes mesmos artigos.

Assim, pretende sublinhar-se o edifício com materiais mais nobres, criando uma zona pavimentada que marca as entradas e a



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

fachada principal do edifício e, como contraponto prevê-se uma zona de prado com um carácter informal e que pretende dar lugar a atividades lúdicas diversificadas.

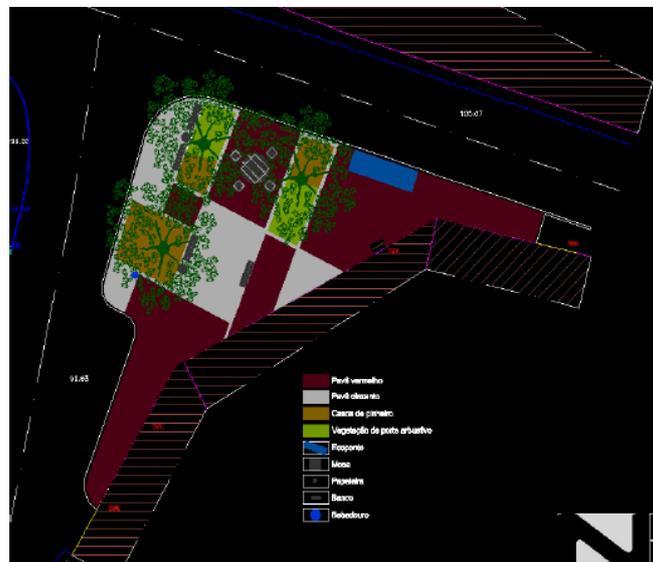
Propõe-se igualmente uma zona de horta que se estrutura em torno de um elemento de água que marca o centro da horta e pontua todos os canteiros, contornando-os de forma subtil. Em torno da mesma prevê-se um banco em formato circular que garante a estadia de todos os utentes oferecendo paralelamente vista privilegiada para Monsaraz. Esta zona de estadia, em conjunto com a zona mais a Norte têm como objetivo a oferta de espaços dedicados às artes e ofícios tradicionais ali desenvolvidos.



Largo Nossa Senhora das Neves – Cumeada

A proposta de requalificação do Largo Nossa Senhora das Neves na Cumeada assenta na concretização de uma zona de estadia por excelência cujas linhas mestras assentam num conjunto de vetores que estruturam o desenho das linhas principais das instalações sanitárias propostas a Poente deste espaço e que serão igualmente as linhas estruturantes deste espaço.

A manutenção dos elementos vegetais existentes, de grande porte e com forte ligação sentimental à população, e a instalação de diverso mobiliário urbano, nomeadamente bancos e mesas são as premissas inerentes a esta proposta num apelo à dinâmica social do espaço de forma a promover a utilização diária numa prática de convívio intergeracional.



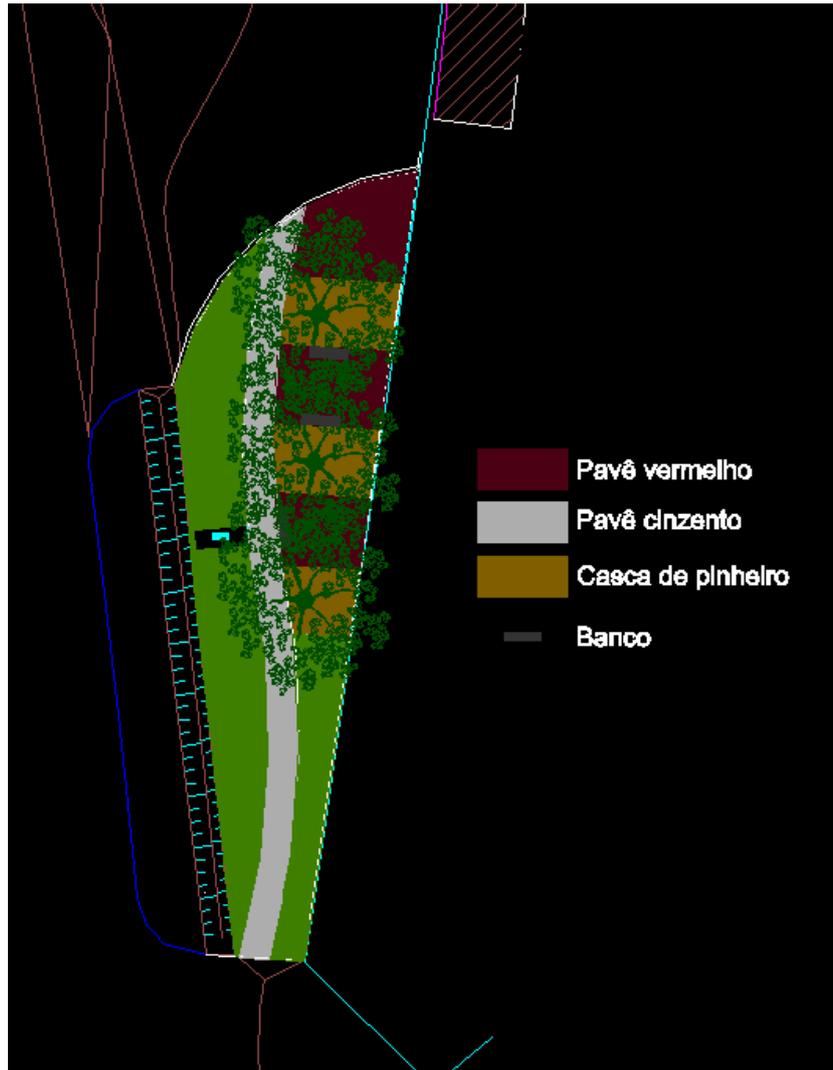


MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Espaço de Enquadramento à ER255 – Cumeada

A proposta de requalificação deste espaço tem como objetivo primordial o enquadramento à ER255 ainda que paralelamente concretize um caminho que atualmente já é utilizado bem como uma pequena zona de estadia que nasce à sombra dos elementos vegetais já existentes.



Escola Primária – Cumeada

A proposta de requalificação da envolvente à Escola Primária da Cumeada é traçada a partir da projeção vertical das linhas do edifício escolar, elemento de grande interesse cultural e patrimonial.

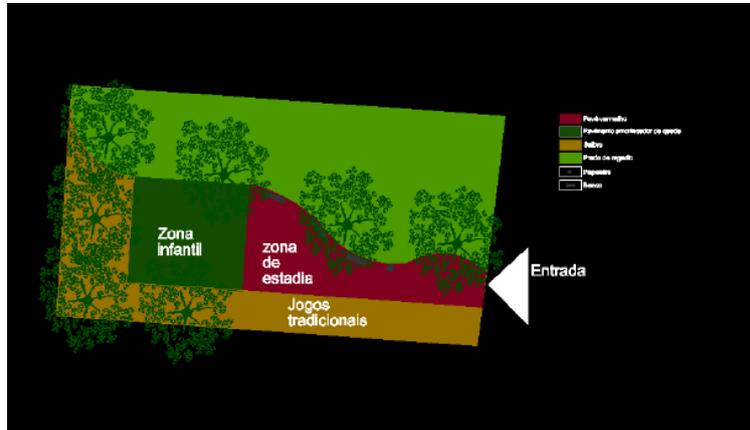
Para que se proporcione a utilização deste mesmo espaço por várias faixas etárias propõe-se a instalação de uma zona com equipamento infantil dedicada às crianças e uma zona de jogos tradicionais, dedicada às restantes faixas etárias.

A zona de prado pretende garantir a existência de uma zona de carácter polivalente que permite as mais diversas atividades, zona esta marcada pelo alinhamento de vegetação de porte arbóreo que garante o ensombramento de todo o espaço.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Quinta da Luz

A proposta de requalificação deste espaço assenta em dois vetores principais, o primeiro, o sublinhar da topografia do terreno, e o segundo a necessidade de criação de um caminho que atravessasse todo o espaço. Assim, o caminho em apreço é o elemento estruturante do espaço pontuado por pequenos bancos executados em alvenaria com 0.50x0.50x0.50 e que se multiplicam por toda a zona de prado que reveste o espaço em apreço.

Na zona do equipamento infantil foi executada uma pequena modelação de terreno de modo a criar uma plataforma de nível para instalação do mesmo e no talude resultante foram marcadas as linhas com diferentes cotas altimétricas com duas tipologias diferentes de elementos vegetais de porte arbustivo que marcam de forma subtil o desnível existente.



Quinta Nova

A proposta de requalificação deste espaço estrutura-se em duas situações distintas, a primeira que se traduz na concretização de um segmento da ciclovia e a segunda que se traduz na proposta de uma zona estadia que integre equipamento infantil sendo que uma das principais premissas é a ligação entre estes dois espaços, aqui assumida.

Ambas serão devidamente enquadradas por elementos vegetais de porte arbóreo e arbustivo e por mobiliário urbano.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Em termos de linhas estruturantes, tomou-se como referência a sinuosidade característica da ciclovia que se repete no traçado da envolvente ao equipamento infantil.



Enquadramento ao CM1125 – Outeiro

O espaço de enquadramento ao CM1125, no Outeiro pretende criar uma zona de tráfego pedonal devidamente diluída da zona de tráfego automóvel.

Desta forma, foi proposta uma zona de prado que assume o interface via de circulação – zona pedonal e cujos limites jogam com as palmeiras já existentes que marcam de forma subtil o desenho de pavimento aqui proposto.

Na zona pedonal propõe-se igualmente uma zona de estadia propriamente dita com diverso mobiliário urbano, nomeadamente bancos e mesas devidamente ensombrados por uma pérgola que pontua o limite Sul do Espaço.





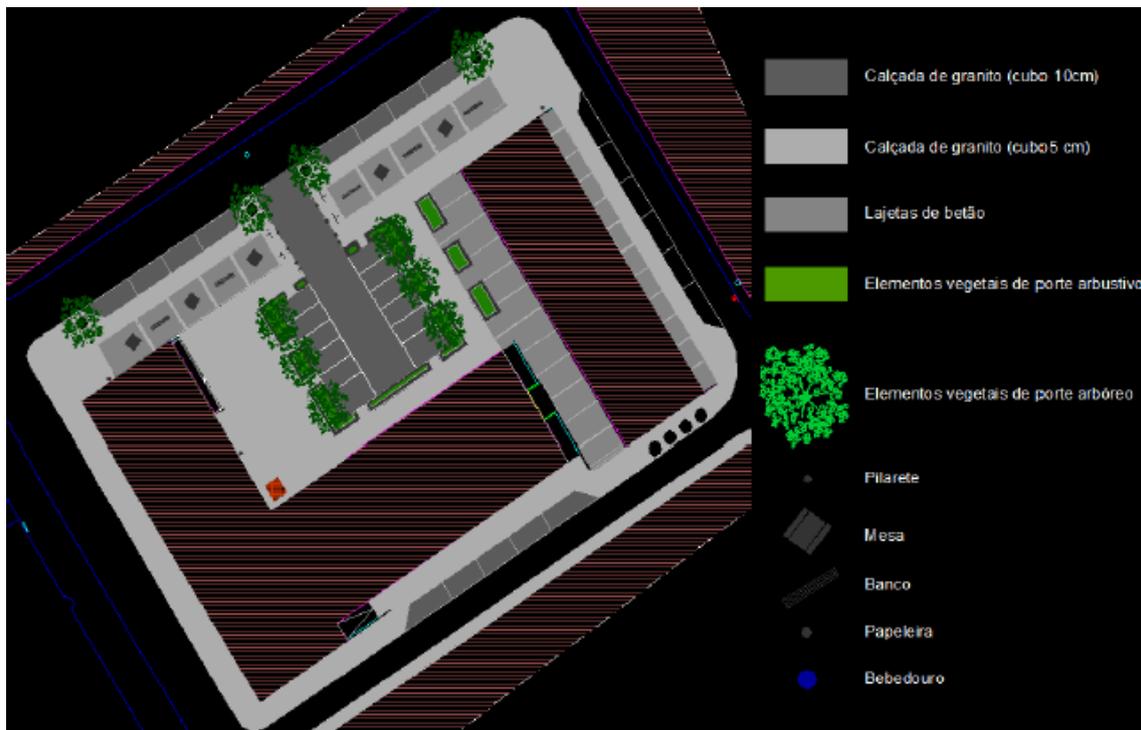
MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Mercado Municipal

A requalificação do mercado criou a instalação de uma zona de estacionamento devidamente limitada por muros e bancos com floreiras criando uma agradável zona de estadia devidamente ensombrada e de traçado geométrico numa resposta às linhas mestras do edifício.

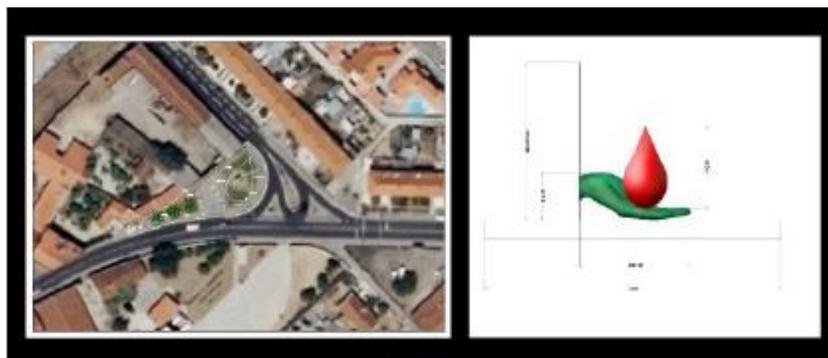
Toda a envolvente foi requalificada ao nível do redimensionamento dos passeios e de criação de estacionamento para residentes, visitantes e de apoio ao mercado.



Elaboração do Projeto de Requalificação Paisagística do Monumento aos Dadores de Sangue

HOJE POR TI...AMANHÃ POR MIM! foi o mote do projeto do monumento aos dadores de sangue. Propôs-se desenhar um canteiro em forma de gota para enquadrar a mão que segura uma gota de sangue homenageando todos os dadores de sangue.

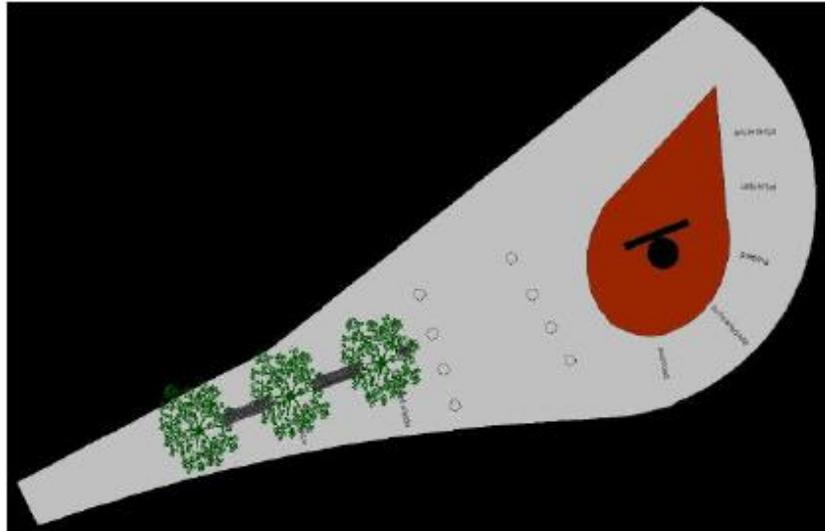
Neste sentido toda a vegetação proposta assenta numa coloração vermelha numa continuada analogia ao sangue. A cada passo deparamo-nos com palavras-chave que nos remetem aos princípios inerentes à dádiva de sangue nomeadamente: esperança, universal, partilha, solidariedade, pessoas, voluntariado, dador e vida





MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Elaboração do projeto de requalificação paisagística do Parque Infantil de Perolivas

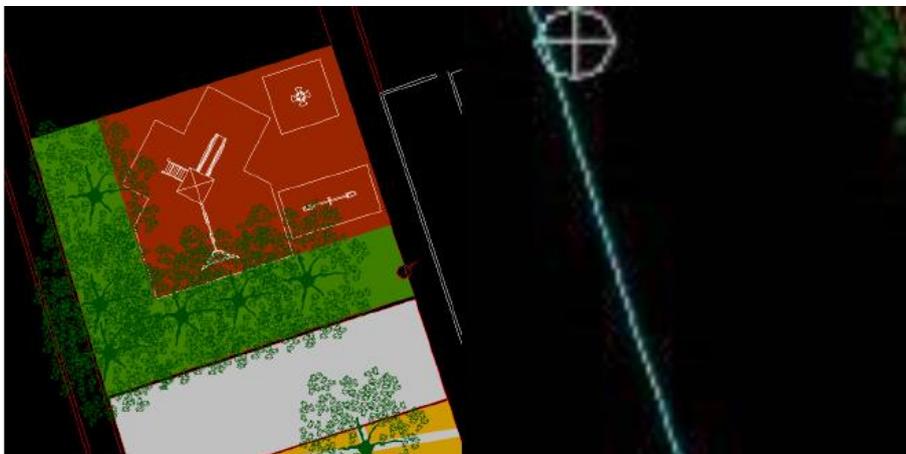
No espaço objeto de estudo propôs-se a divisão do espaço em duas zonas, a primeira dedicada aos mais novos e que integra equipamento infantil, a segunda à restante população, onde se inclui uma zona de saibro que dará lugar a equipamentos geriátricos e uma zona de estadia.

A zona de saibro é rasgada por linhas de calçada para dar uma escala mais humana ao espaço e também para uma melhor sustentação do saibro.

A grelha criada é reforçada por elementos vegetais de porte arbóreo.

Propôs-se igualmente um passeio em toda a envolvente com 1,5m de largura, a requalificação das escadas existentes e o enquadramento das mesmas no perfil proposto para o talude.

Quanto ao talude propôs-se a divisão do mesmo em duas partes, cujo limite e sustentação pode ser efetuado através de toros de madeira (reaproveitados do atual parque infantil).



Elaboração do projeto de requalificação paisagística do Bairro de S. João



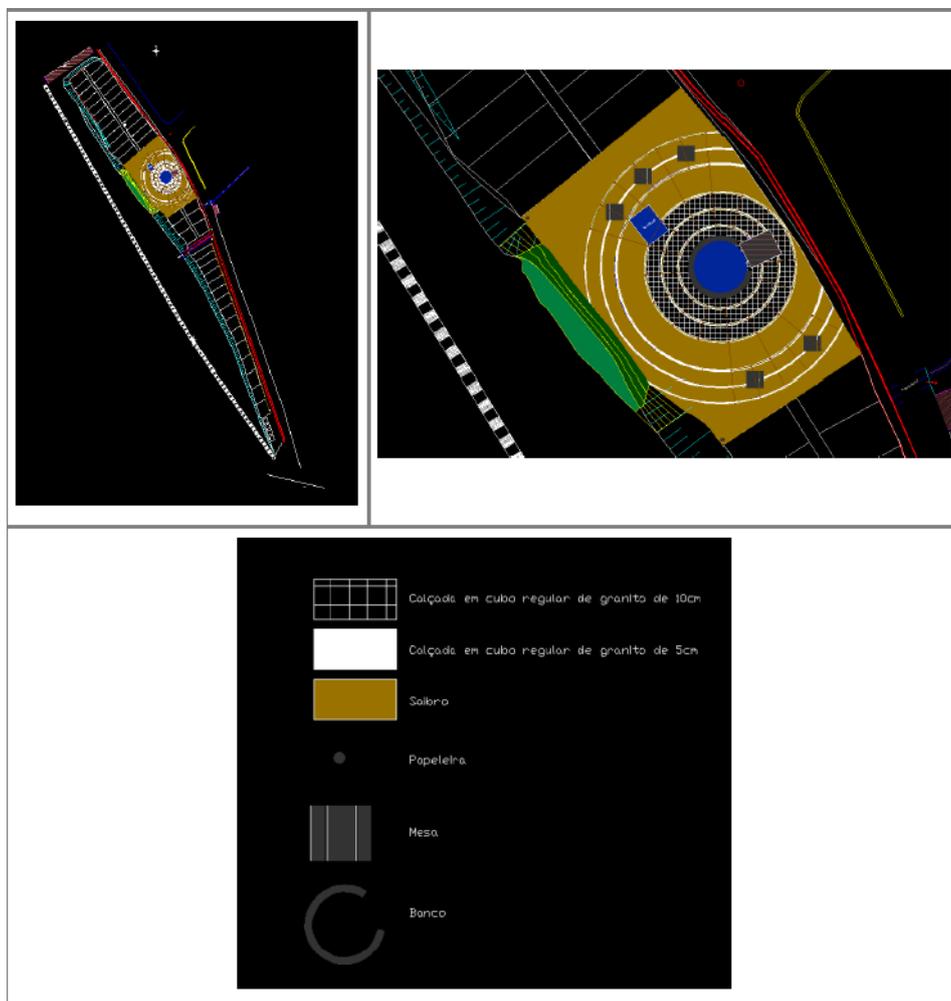
MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



A proposta para o espaço Bairro de S. João integra uma zona infantil, uma zona geriátrica (com equipamento de manutenção) e uma zona desportiva (campo de basquete) numa pretensão de dinâmica intergeracional e pretensão de resposta de espaço multifuncional à população do bairro.

Elaboração do projeto de requalificação paisagística das hortas urbanas da Cidade de Reguengos de Monsaraz





MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Este espaço, previsto em sede de plano de urbanização de Reguengos como **Estrutura Ecológica Secundária Existente - Sistema de Produção Ee7 - Hortas Urbanas** pertence à REFER e foi, desde sempre cultivado por um antigo funcionário da entidade supracitada.

Terreno por excelência propício ao uso como hortas pretende-se agora redinamiza-lo como hortas comunitárias.



A proposta de requalificação das hortas urbanas prevê, para além da criação de 45 talhões (numa primeira fase - cerca de metade da área supracitada), uma zona central desenhada em torno da nora existente devidamente enquadrada por uma pérgola que garante o ensombramento desta zona de estadia por excelência que pretende ser o centro nevrálgico do espaço numa perspectiva de convívio entre os vários hortelões bem como de preparação dos produtos hortícolas, sementes e afins.

Propõe-se a iluminação de todo o espaço bem como a drenagem a partir do tradicional aqueduto que se propõe recuperar.

Caminhos estruturantes dividem os vários talhões e conduzem aos limites do espaço onde, a Sul, se propõe a instalação dos compostores.

Manutenção

- -- Monitorização de todos os sistemas de rega automáticos instalados nos diversos espaços verdes da cidade;
- -- Podas e cortes de manutenção em árvores e arbustos nos diversos espaços da Cidade;
- -- Mondas de infestantes;
- -- Propagação de plantas em estacaria;
- -- Repicagem de plantas em viveiro;
- -- Instalação de arranjos ou plantas envasadas em eventos sócio culturais no Parque de Feiras e Exposições e no Auditório Municipal; e



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- -- Corte de infestantes com moto-roçadora nos diversos espaços da Cidade.

3.1.3. Defesa da Floresta contra Incêndios

Elaboração do Plano Operacional Municipal

Tendo em conta o carácter operacional deste documento, o Plano Operacional Municipal (POM) é alvo de revisão anual, sendo que esta deve ser realizada até dia 15 de Abril.

Assim, o POM, foi aprovado em sede da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios no passado dia 15 de Abril.

Plano Operacional Distrital

Acompanhamento do Plano Operacional Municipal com a inserção dos contributos do nosso concelho.

Aferição da dominialidade de caminhos agrícolas – elaboração de pareceres e atualização dinâmica da carta de caminhos públicos

Perante situações de destaque de parcelas agrícolas, caminhos cortados e ou impedimento de passagem, são solicitados com frequência pareceres face à dominialidade de determinado caminho público.

Assim, o Gabinete Técnico Florestal fez a avaliação da situação no terreno confrontando-a posteriormente com a cartografia existente para aferir quanto à dominialidade de determinado caminho agrícola.

Após esta aferição, e se o caminho for considerado público, integra de imediato a carta de caminhos públicos que, por isso, está em constante atualização constituindo cada vez mais um documento prático e de carácter operacional perante situações acima descritas.

Foram solicitados (e dada resposta) 3 pedidos de aferição de dominialidade, todos na freguesia de Reguengos.

Biografia da Paisagem

Acompanhamento do jornalista da revista "Passear" com o objetivo de apresentação da rede de percursos pedestres "Biografia da Paisagem" em conjunto com os serviços de desporto.



3.1.4. Resíduos Sólidos Urbanos, Limpeza Pública e Sensibilização Ambiental

Durante o ano 2013, o Município de Reguengos de Monsaraz, procedeu à recolha de cerca de 6.000 toneladas de resíduos, que foram entregues diretamente no Ecocentro e Estação de Transferência de Reguengos de Monsaraz.

Para além dos resíduos urbanos, foram recolhidos pelo Município de Reguengos de Monsaraz outros tipos de resíduos como



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

resíduos verdes, monstros ferrosos e não ferrosos, vidro, madeira, papel e cartão, embalagens de plástico e metal, resíduos de construção e demolição, entre outros.

Os resíduos não recicláveis foram encaminhados para o aterro sanitário intermunicipal de Évora enquanto os recicláveis foram encaminhados para o Centro de Triagem para depois serem entregues a empresas recicladoras.

8. Quantidade de resíduos recolhidos pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

durante o ano de 2013 entregues na E.T e EcoCentro

Tipo de Resíduos	Peso (Ton)
RSU	5.433,030
Resíduos Verdes	189,64
Monstros não ferrosos	44,260
Monstros ferrosos	2,820
Vidro	39,030
Madeira	0,640
Papel e Cartão	4,720
Embalagens Plástico/Metal	0,820
Equipamento elétr. e electró.	1,940
RCD	155,92
Pneus	3,440
Total	5.872,82

Especificando agora os resíduos depositados diretamente pelos munícipes nos ecopontos existentes em todo o concelho e recolhidos pela Gesamb, registámos em 2013 um total de cerca de 64 toneladas de papel/cartão, 57 toneladas de vidro e cerca de 36 toneladas de embalagens de plástico e metal.

9. Quantidade de resíduos recicláveis depositados nos ecopontos do

Concelho de Reguengos de Monsaraz em 2013

	P	E	V
TOTAL (Ton)	63,98	36,71	57,40

P Papel/Cartão **E** Embalagens de Plástico e Metal **V** Embalagens de Vidro

Quanto a pilhas e acumuladores foram recolhidos 154 toneladas e 0,03 toneladas de óleos alimentares usados.

Os resíduos hospitalares resultantes dos serviços municipais de medicina veterinária e os subprodutos de origem animal (cadáveres de animais domésticos) continuam a ter uma correta e adequada gestão pois continuam a ser entregues a uma empresa especializada e devidamente licenciada pela Agência Portuguesa do Ambiente, que nos assegura o seu correto tratamento e/ou eliminação.

Também os resíduos produzidos nas oficinas municipais como óleos e baterias foram devidamente encaminhadas para uma empresa devidamente licenciada para o efeito pela Agência Portuguesa do Ambiente

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores, também em 2013 foram substituídos alguns contentores de deposição de resíduos urbanos, por novos contentores de polietileno e continuámos a colocação de fixadores. Foram igualmente substituídos alguns contentores que devido a incêndios, no período de inverno, ficam totalmente destruídos, ou danificados.

10. Colocação de novos contentores e fixadores



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



11. Exemplo de contentores danificados e/ou destruídos devido a incêndios



Procedemos à instalação de novos contentores subterrâneos do tipo ilha ecológica, na zona do Mercado Municipal, na rua Conde de Monsaraz e na Praça de St. António. Este contentores de nova geração permitem a deposição dos resíduos em profundidade diminuindo os cheiros desagradáveis. Estas ilhas ecológicas permitem a deposição de resíduos recicláveis promovendo assim a reciclagem de várias matérias como o papel, o vidro e as embalagens de metal e plástico.

12. Instalação de ilhas ecológica





MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Também em 2013, instalámos contentores semienterrado tipo molok, para a deposição de resíduos urbanos.

13. Instalação de contentor semi enterrado



Em 2013, nos meses de julho e outubro procedemos à lavagem dos contentores superficiais de resíduos urbanos, a quente interior e exterior (incluindo a remoção de publicidade não autorizada, como por exemplo cartazes, etc.) bem como o desencrustamento interior e a desinfeção dos mesmos.

14. Lavagem dos contentores superficiais





MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Também os contentores semienterrados e enterrados, foram alvo de lavagem e desinfeção durante o ano 2013. Esta lavagem é feita mensalmente, sendo intensificada nos períodos de verão, em que a lavagem é feita de 15 em 15 dias.

15. Lavagem de contentores semi -enterrados e enterrados



Quanto á limpeza urbana, continuámos em 2013, os normais trabalhos de limpeza mecânica e manual das ruas e outros espaços públicos do Concelho. Neste âmbito, colaborámos com diversas entidades do concelho, na limpezas de vários espaços afetos a eventos.

Reforçámos a rede de papelarias existentes na cidade, cuja utilização por parte dos munícipes melhorará a limpeza urbana.

16. Instalação de novas papelarias



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Efetuámos também a monda química nas ruas e espaços públicos da cidade, de forma a controlar os infestantes nos espaços públicos.

Procedemos à remoção de publicidade ilegal em alguma zonas do concelho, bem como, à pintura e colocação de placas proibitivas nesses locais.

17. Remoção de publicidade ilegal, pintura e colocação de placas





MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Em colaboração com a Gesamb e durante os certames Festas de St. António e Exporeg 2013, disponibilizámos no Parque de Feiras e Exposições dois ecopontos de grandes dimensões de modo a incentivar e promover a correta separação dos resíduos de papel/cartão e plástico/metálico. Instalámos igualmente um vidrão destinado à reciclagem do vidro.

18. Ecoponto no parque de feiras e exposições



Sensibilização Ambiental

O projeto “**Caminhar, Limpar e Plantar 2013- CLP**” continua a ser um dos projetos mais marcantes a nível de educação e sensibilização ambiental, pois envolve todas as escolas EB1 e jardins-de-infância do concelho em diversas atividades de carácter ambiental.

As atividades desenvolvidas em 2013 foram:

- Conferência “**Sustentável Insustentabilidade, Ver o presente - Os nossos Recursos**”, numa parceria entre o Município de Reguengos de Monsaraz e a PartnerHotel, com a participação do Professor Hélder Alvalade.

19. Conferência “Sustentável Insustentabilidade



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



- Visitas à Gesamb, onde se pode observar o Centro de Triagem e o Aterro Intermunicipal, numa ação de sensibilização na temática da reciclagem de resíduos. Nesta visita participaram também alguns utentes do Centro de Dia de S. Marcos do Campo.



- **Ação de educação, sensibilização e demonstração de aves de rapina.** Para além de conhecerem as características de cada espécie, os alunos ficaram a conhecer também a importância da sua proteção e as medidas para evitar a sua extinção.

21. Demonstração de aves de rapina



- Iniciativa **“A minha rua tem História”** com a participação de alunos do 10º e 11º a Escola Secundária Conde de Monsaraz, onde através de um percurso pelas principais artérias da cidade os alunos ficaram a conhecer a sua história.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

22. -“A minha rua tem história”



- *Teatro de marionetas alusivo à temática ambiental para os alunos do jardim-de-infância.*

23. Teatro de marioneta



- *“Limpar Portugal” este ano dedicado à sensibilização ambiental. Realizou-se uma visita à Gesamb com o agrupamento de escuteiro 1805 e a GNR- SEPNA, mais uma vez com a temática da reciclagem em destaque.*

- *Criação de hortas pedagógicas e plantação de árvores nas escolas de Campinho, Perolivas e S. Pedro do Corval. Para além dos alunos tivemos também a participação dos idosos do Centro Social e Paroquial de S. Pedro do Corval e da Fundação Maria Inácia Vogado Perdigão Silva, ocorrendo assim um saudável convívio intergeracional, com trocas de experiência entre os mais novos e os mais idosos.*

24. Hortas pedagógicas



- *Dia do Esporão com a participação das escolas de Outeiro e Caridade, bem como, do Lar de Idoso e do C.A.O. (Centro de*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Atividades Ocupacionais) da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz.

O dia foi dedicado à horta biológica e à criação de espantalhos, num verdadeiro convívio ecológico e mais uma vez intergeracional.

25. -“Dia do Esporão”



Também neste dia alunos da Escola Secundária de Reguengos de Monsaraz tiveram oportunidade de visitar o Esporão e realizar visitas nas várias temáticas, como a poupança de água, a vitivinicultura e a biodiversidade.

*- O Município de Reguengos de Monsaraz participou no **dia portas abertas da Gesamb**, onde os visitantes tiveram oportunidade de visitar o Centro de Triagem e a nova unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB), numa ação de sensibilização na temática da reciclagem de resíduos*

26. -“Dia Portas Abertas da Gesamb”



*- Desenvolvemos em parceria com a Gesamb, o projeto **RE-PLANTA**, que pretende incentivar a compostagem doméstica como forma de aproveitamento dos resíduos biodegradáveis e a criação de hortas biológicas.*

No âmbito deste projeto decorreram 2 oficinas no concelho, em que foram oferecidos compostores a todos os participantes.

27. Projecto Replanta



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



- Continuando nesta temática, foi desenvolvida uma campanha designada "**Reguengos + Limpo**", em que foram elaborados folhetos, nomeadamente o Guia de Utilização Correta dos Contentores e Ecopontos e o Guia de Poupança de Água, que foram distribuídos por todo o concelho, como forma de educação e sensibilização para as questões ambientais. Foram igualmente promovidos spots de sensibilização nas rádios locais.

28. Folhetos de sensibilização



- Foi elaborado também o **Manual de Boas Práticas - Ambiente e Sustentabilidade**, que foi distribuído em todo o concelho, numa campanha porta a porta, que inclui também um questionário que depois de preenchido foi entregue na EXPOREG 2013, no stand "Reguengos + limpo".

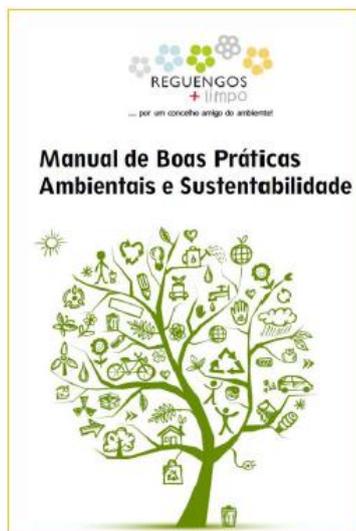


MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Este manual pretendeu ser uma ferramenta de apoio e ajuda a todos os munícipes do nosso concelho, de modo a adotarem comportamentos ambientais mais corretos e sustentáveis. O manual pretendeu esclarecer algumas dúvidas, que surgem sempre que tentamos separar e depositar os resíduos que produzimos de um modo correto, incentivar a reutilização de alguns materiais que temos em casa, promover a utilização eficiente da água e da eletricidade e introduzir novas temáticas, como a compostagem doméstica, que é um procedimento que facilmente os munícipes podem adotar em casa. Esclarece também o funcionamento dos serviços ligados ao ambiente que a nossa Autarquia disponibiliza.

29. Manual de boas práticas ambientais e sustentabilidade/ Campanha “Reguengos + Limpo”



*- Ainda a nível de sensibilização, colaborámos com a Gesamb através de um **stand na EXPOREG 2013, com temática dos óleos alimentares usados**. Foi disponibilizado neste stand um oleão, onde poderiam ser entregues garrafas de óleo alimentar usado em troca de um ecoponto doméstico.*

30. Stand Gesamb na EXPOREG 2013



Qualidade da água

Quanto à qualidade da água, em 2013 continuámos o controlo analítico previsto no Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) devidamente aprovado e acompanhado pelas entidades competentes, nomeadamente Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e Unidade de Saúde Pública.

A qualidade da água nas torneiras dos nosso munícipes é uma questão extremamente importante, pois estão em causa questões de saúde pública e questões de salubridade, pelo que a aplicação deste programa permite-nos assegurar uma água com



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

qualidade.

Os incumprimentos registados foram prontamente resolvidos pelo Município em colaboração com as entidades competentes, Unidade de Saúde Pública e ERSAR.

3.1.5. Abastecimento Público de Água e Saneamento e Salubridade

Trabalhos de limpeza das linhas de água dentro dos perímetros urbanos dos aglomerados do concelho

De modo a dar cumprimento ao estabelecido pelo n.º 3 do artigo 45º do Decreto-Lei n.º 234/98 de 22 de Julho, o Município de Reguengos de Monsaraz realizou os trabalhos de limpeza das linhas de água dentro dos aglomerados urbanos.

31. Limpeza da linha de água dentro do perímetro urbano



Projeto e construção do WC de São Marcos do Campo



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

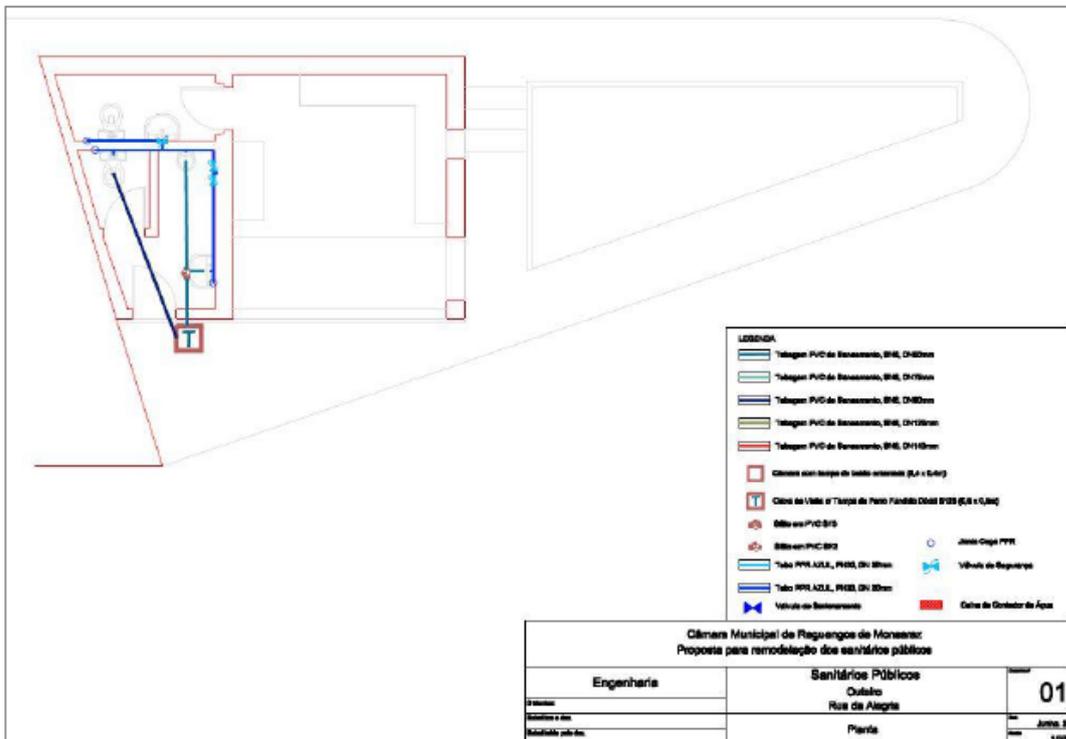
Câmara Municipal

Durante o mês de Janeiro finalizaram-se os trabalhos de execução de toda a canalização de abastecimento e saneamento do WC de São Marcos do Campo, uma obra da Junta de Freguesia de Campo com o apoio direto do serviço de Abastecimento e Saneamento do Município.

32. Trabalhos executados no WC de São Marcos



Projeto de reabilitação do WC de Outeiro



Expansão da Zona Industrial

Durante os meses de dezembro de 2012 e janeiro 2013 foram finalizadas as obras de construção das redes de águas pluviais e esgotos domésticos da expansão da Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz.

33. Ligação de caixa de visita com a rede de águas pluviais DN1000



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Verificação de não conformidades dos regulamentos



Tem sido dada particular atenção aos usos indevidos ou danos de qualquer tipo em infraestrutura ou equipamento público, de abastecimento e saneamento. Para além, da vertente ambiental é necessário dar cumprimento ao estabelecido nos Regulamentos do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais e Pluviais Urbanas do Município de Reguengos de Monsaraz.

Colocação de infraestruturas de drenagem junto à rotunda do bombeiro (Reguengos de Monsaraz)

Foram executados os trabalhos de construção de infraestruturas de drenagem, nomeadamente o prolongamento da boca de lobo, construção de caixa de areia, construção de valetas de betão em “U” e construção de PH, junto à rotunda do bombeiro, em Reguengos de Monsaraz.



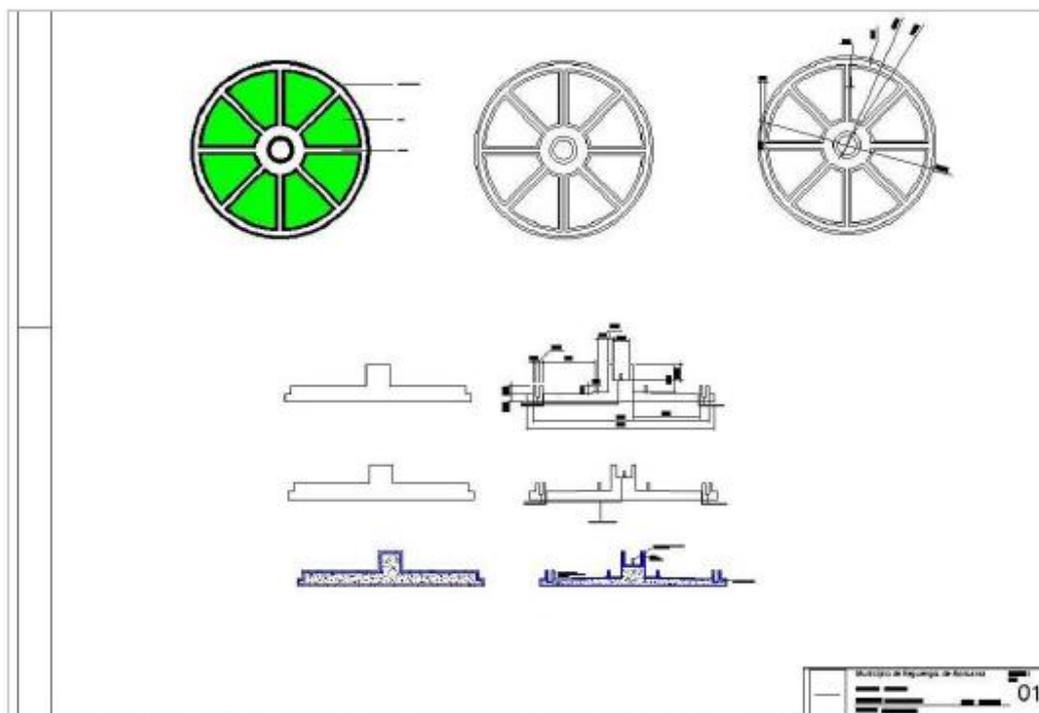


MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Projeto do elemento de água (Casa das Avós)

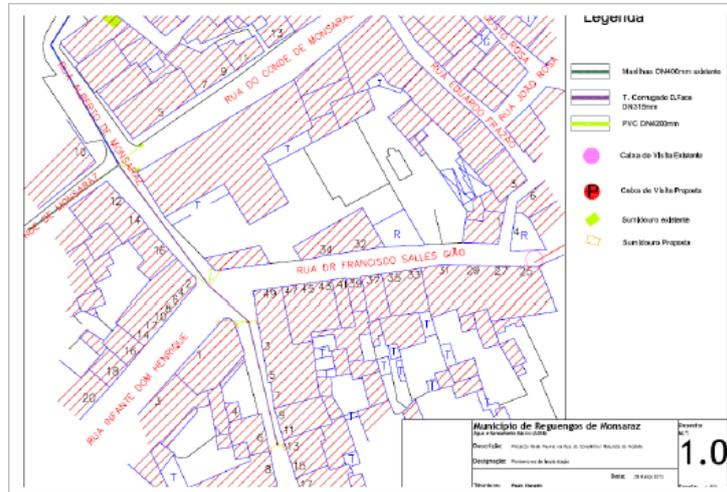


Projeto da rede de águas pluviais na Rua do Covalinho



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Execução da Extensão da Rede de Águas Pluviais na Rua do Covalinho e na Rua Alberto Monsaraz

Durante o mês de maio realizaram-se os trabalhos de infraestruturização da rede de águas pluviais da Rua Conde de Monsaraz e Rua do Covalinho, entre as ruas: Infante Dom Henrique e de Mourão. Ao longo dos tempos e após grandes precipitações foi-se verificando a degradação constante das respetivas ruas, nomeadamente junto aos lancis, para além do acumulado de elevados volumes de água que somente era rececionado junto à Rua do Comércio. Desta forma foram introduzidos conjuntos de sumidouros nas referidas ruas, prevendo-se uma minimização dos prejuízos causados pelas precipitações previstas em climas mediterrânicos.



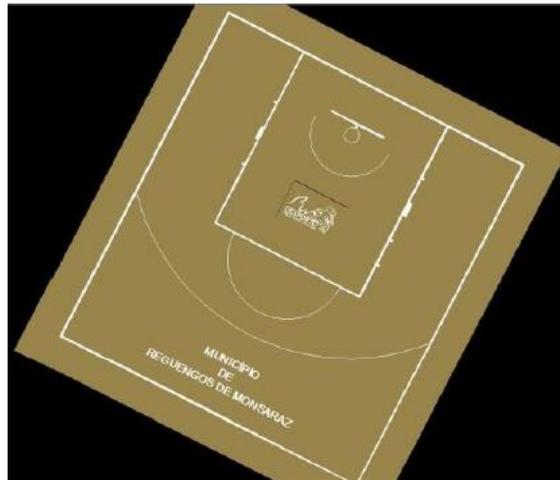


MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Requalificação do Bairro de São João

A pensar no número elevado de atletas federados existentes no concelho de Reguengos de Monsaraz, para a requalificação do espaço verde existente nesta urbanização propôs-se e executou-se a construção de um pequeno recinto para basquete 3x3.



Requalificação de pequenos troços de abastecimento de água em baixa (São Marcos do Campo e Motrinos)

No sentido de melhorar o fornecimento de água às populações, o Município de Reguengos de Monsaraz continua a efetuar requalificações de troços de abastecimento, nomeadamente nas áreas assinaladas como prioritárias devido ao mau estado das canalizações. Desta forma e durante o mês de abril efetuaram-se trabalhos em São Marcos do Campo na Rua de Santo António (237 metros), em Motrinos na Rua Joaquim António Tendeira (150 metros), e em Outeiro na Rua da Orada (700 metros).





MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Rede de Abastecimento de Água em Baixa de Reguengos de Monsaraz

O Município de Reguengos de Monsaraz realizou no dia 12 de maio de 2013, em Reguengos de Monsaraz, trabalhos de substituição de 4 válvulas de seccionamento (1 de DN125, 1 de DN60 e 2 de DN75) no cruzamento das ruas: Alberto Monsaraz com a Infante D. Henrique e na Rua Conde de Monsaraz. Estas intervenções permitiram aumentar a autonomia e eficiência na gestão do sistema de abastecimento, tendo sido efetuadas no período 4:30 - 9:30.





MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Projeto Ribeira da Caridade – melhor água, melhor vida

Projeto desenvolvido pelo Município de Reguengos de Monsaraz em conjunto com Esporão S.A., a Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Alentejo e a GNR – SEPNA de Reguengos de Monsaraz e tem como principais metas:

- -- Garantir a proteção e recuperação da Ribeira da Caridade;
- -- Efetuar intervenções em troços prioritários da Ribeira tendo em vista o seu restauro;
- -- Promover um novo conceito de utilização das linhas de água.

Os trabalhos foram iniciados no dia 24 de maio de 2013 com a 1ª reunião de trabalho que se realizou pelas 18:00 no salão nobre. Foram convidados a participar todos os proprietários cuja Ribeira da Caridade intercepta ou delimita as suas propriedades, para além das juntas de freguesia de Campo, Reguengos de Monsaraz, São Vicente do Pigeiro e Montoito.



Na sequência do projeto “Ribeira da Caridade – melhor água, melhor vida” avaliam-se atualmente as possibilidades de realização de estágios curriculares para o estudo da galeria ripícola e fauna da ribeira e estágios profissionais para estudo da qualidade da água e sensibilização ambiental. Paralelamente o Município de Reguengos de Monsaraz e o Esporão pretendem aprofundar o seu estudo a esta bacia, atestando a possibilidade de incluir a Bacia da Ribeira da Caridade na “2ª Geração” dos Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas.

Projeto iPerdas

O Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P. (LNEC), em parceria com o Instituto Superior Técnico (IST), com a Addition, Lda. e com o ITA da Universidade Politécnica de Valência, propôs-se a organizar um projeto colaborativo com o objetivo de capacitar e apoiar as entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água na implementação de um programa para controlo de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

perdas de água e melhoria da eficiência energética. Pretende-se que o projeto envolva entidades gestoras de dimensão, complexidade e com disponibilidade de informação variadas.

O projeto terá um formato de programa coletivo, beneficiando da partilha de experiências com as outras entidades participantes e do efeito de escala em termos dos materiais de apoio elaborados no âmbito do projeto (e.g. materiais de formação, recomendações técnicas e software) e dos custos por participante. O projeto teve início em janeiro de 2014, com uma duração prevista de 12 meses, estando prevista uma etapa preliminar para programação detalhada do trabalho a desenvolver com cada entidade gestora e início da recolha de dados de base.



A Iniciativa Nacional para o Controlo Eficiente de Perdas é promovida com o objetivo de capacitar e apoiar as entidades gestoras na implementação de um programa para controlo de perdas de água e melhoria da eficiência energética em sistemas de abastecimento de água. Para o efeito, serão adotadas abordagens consolidadas e as ferramentas de análise mais recentes, no sentido de apoiar, entre outros aspetos:

- -- a setorização de rede;
- -- a monitorização de caudal em setores de rede e em grandes consumidores;
- -- a realização de balanços hídricos e energéticos;
- -- a análise de caudais noturnos e de padrões de consumo;
- -- o cálculo de indicadores de desempenho; e
- -- a identificação e o planeamento de medidas de melhoria da eficiência.

Pretende-se ainda contribuir para um processo fiável, organizado e auditável de cálculo de toda a informação necessária para a gestão da eficiência da entidade gestora em termos de água e energia.

A participação na iPerdas por parte do Município de Reguengos de Monsaraz será feita através da Modalidade 2 (apenas formação) – esta modalidade consiste na participação exclusivamente nas ações de formação (presencial e e-learning) e nas sessões públicas do projeto, como o fórum iPerdas. Não conta com o apoio técnico individualizado nem possibilita a participação nas reuniões plenárias de fase. Dá acesso aos resultados do projeto que forem sendo disponibilizados ao longo do



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

desenvolvimento. A participação na Modalidade 2 é individual e está limitada à capacidade disponível em função de um número máximo de ações de formação a realizar.

Recolha de Águas Pluviais junto à ponte da ER 381, em Caridade

Este projeto teve como principal objetivo a recolha de todas as pluviais vindas de toda a Rua Velha, Largo Zona Verde e de Lazer de Caridade e Largo da Igreja e que se concentrava ao início do aglomerado junto à ponte sobre a Ribeira da Caridade da ER 381. A água que aí se encontrava era anteriormente descarregada para uma propriedade, provocando danos às produções agrícolas ali produzidas assim como aumentava o nível de erosão dos terrenos. Para solucionar definitivamente este problema construiu-se um ponto de recolha, com caixa de areia, de seguida encaminha-se toda a água para a Ribeira da Caridade através de manilhas de tubo dupla face de 500mm.

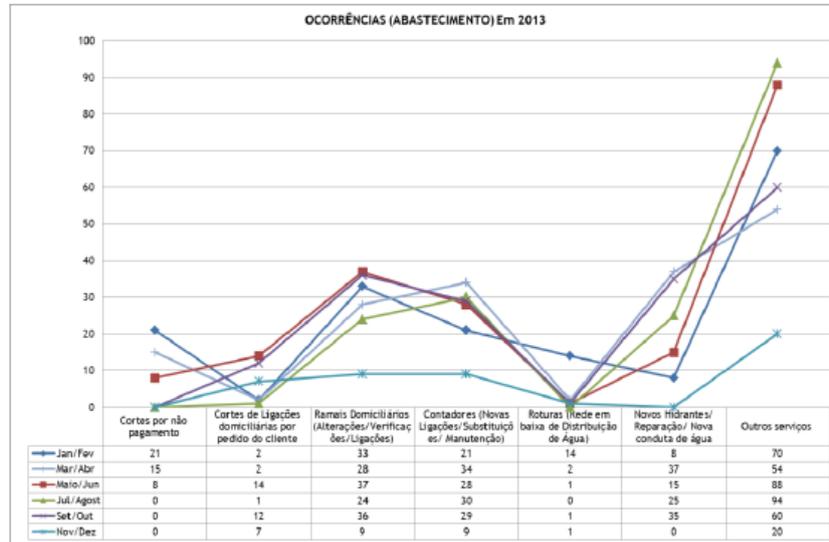


A equipa de Abastecimento deu resposta ao seguinte número de ocorrências:

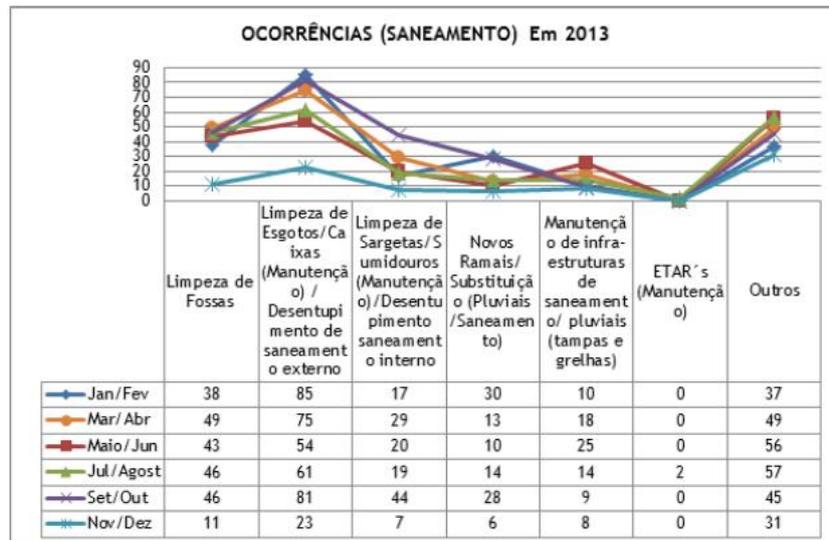


MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



A equipa de Saneamento deu resposta ao seguinte número de ocorrências:



3.1.6. Sinalização e Trânsito

No decorrer do ano de 2013 o serviço em questão realizou variados trabalhos relativos à conservação e manutenção da sinalização rodoviária vertical e horizontal existente no concelho.

Para além da conservação, foram realizados igualmente inúmeros outros trabalhos motivados pela necessidade de manutenção da sinalização existente, quer sejam por motivos de desgaste da mesma, quer seja por motivos de vandalismo que obrigam os serviços a um trabalho acrescido e contínuo, para além das circunstâncias normais.

Foram ainda realizadas obras relativas às sugestões da comissão municipal de trânsito e que foram deliberadas e aprovadas em reunião de câmara.

No que respeita a trabalhos de melhoria das condições de circulação, foi pintada a sinalização horizontal na travessia das localidades de Motrinos, S. Pedro do Corval, parte do CM1125, e em Reguengos de Monsaraz nas Ruas Mário Jacinto Machado, Armando Janes, Dr. Zeca Afonso, José Maria Carvalho e Horta da Santinha.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Foram colocados rails de proteção na EM523, junto da Pedra Escorregadia e foi colocada nova sinalização no Mercado Municipal e sua envolvente.

Foi renovada a sinalização da Rua de Mourão e colocados novos postes adossados à parede, para melhorar a circulação nos passeios.

3.2. Educação, Saúde, Cultura, Desporto e Juventude

3.2.1. Educação

O Município de Reguengos de Monsaraz dando continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da educação tem tido como orientação os aperfeiçoamentos decorrentes da própria evolução e maturidade dos procedimentos e das parcerias desenvolvidas que acreditamos, beneficiam, em primeiro lugar, as crianças mas também as suas famílias e a comunidade educativa em geral.

Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Tendo sido criado em 28 de Abril de 2003, tem reunido com a regularidade prevista no Decreto-Lei nº 7/2003 de 10 de Janeiro, tendo progressivamente vindo a consolidar-se como espaço de reflexão sobre questões educativas no concelho.

Realizaram-se três reuniões do Conselho Municipal de Educação no ano de 2013, nos dias 31 janeiro, 18 de abril e 11 de julho.

Centro Ocupação de Tempos Livres

O Centro de Ocupação de Tempos Livres é um espaço facilitador do crescimento saudável, onde as crianças brincam e onde se têm vindo a proporcionar novas experiências.

Este espaço passou a funcionar durante as férias escolares, a partir do início do ano letivo 2006/2007, mantendo os projetos Páscoa Ativa e Férias Divertidas.

Projeto Páscoa Ativa 2013

A Município de Reguengos de Monsaraz depois do êxito alcançado no ano transato voltou a promover um conjunto de atividades, com a componente física e lúdica presente, para ocupar o tempo livre das crianças, dos 6 aos 12 anos, em período de inatividade escolar durante as denominadas férias da Páscoa. Foram estabelecidas um conjunto de atividades – dança, música, culinária, desporto, expressão plástica, expressão dramática, jogos tradicionais, jogos de tabuleiro e natação, ministrada uma ou duas vezes por semana.

Nesta edição do Projeto Páscoa Ativa, tivemos um total de 15 Inscrições na 1ª semana e de 13 inscrições na 2ª semana de meninos(as) do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Projeto Férias Divertidas 2013

O Município de Reguengos de Monsaraz promoveu, à semelhança de anos transatos, o projeto Férias Divertidas, dinamizado pelo Centro de Ocupação de Tempos Livres, e que decorreu entre 17 de Junho e 26 de Julho de 2013. Este projeto tem como principal objetivo promover um conjunto alargado de atividades, quer as relacionadas com a componente física (futebol, andebol, basquetebol, ténis e natação/atividades aquáticas), quer as relacionadas com a criatividade e a educação estética (como por exemplo a culinária, a expressão plástica, a dança, a expressão dramática e o brincar com a música). Com este projeto, a



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

funcionar desde 2002, tem sido intenção dos seus promotores promover a ocupação dos tempos livres das crianças em idade escolar nos períodos das interrupções letivas.

Procurando sempre melhorar e diversificar a oferta de atividades às crianças que se inscrevem, mais uma vez disponibilizámos a frequência de ateliers de artes plásticas, espetáculos de dança e música e diversões variadas, algumas das quais adquiridas através da participação no Projeto TEIAS – Rede Cultural do Alentejo, que permite a contratação de agentes educativos. Foram, neste âmbito, apresentadas diversas atividades.

Para além disso, este ano voltamos a contar com a colaboração do Museu da Luz, que dinamizou um conjunto de atividades especialmente destinadas a estas crianças, este dia ainda incluiu um piquenique no Centro Náutico de Monsaraz.

Nas atividades que apresentámos às crianças tivemos a preocupação de respeitar os dois escalões etários, por isso, apresentámos dois quadros de atividades distintos, de acordo com as faixas etárias – dos 6 aos 8 anos e dos 9 aos 12 anos. A nossa principal finalidade consistiu no pressuposto de que todas as crianças participantes tivessem oportunidade de frequentar equitativamente todas as atividades propostas.

Na sua totalidade, o projeto do ano de 2013 contou com o seguinte número de participantes:

1ª Semana – 17 de Junho a 21 de Junho

Inscrições: 26 participantes

2ª Semana – 24 de Junho a 28 de Junho

Inscrições: 34 participantes

3ª Semana – 01 de Julho a 05 de Julho

Inscrições: 39 participantes

4ª Semana – 08 de Julho a 12 de Julho

Inscrições: 29 participantes

5ª Semana – 15 de Julho a 19 de Julho

Inscrições: 26 participantes

6ª Semana – 22 de Julho a 26 de Julho

Inscrições: 29 participantes

Além das atividades propostas e à semelhança do ano transato, foram fornecidas refeições (almoços e lanches) a todas as crianças inscritas.

Componente de Apoio à Família

Considerando a importância do desenvolvimento de serviços de apoio às famílias durante o período letivo e nas suas interrupções, o Município de Reguengos de Monsaraz promove a realização de atividades designadas por Componente de Apoio à Família (CAF), as quais

podem incluir, consoante a necessidade dos pais e as possibilidades funcionais de cada estabelecimento de ensino, as seguintes modalidades: Fornecimento de Refeições, Prolongamento de Horário e Atividades nas Interrupções letivas.

Para o ano letivo 2012/2013 a Componente de Apoio à família, a funcionar no jardim-de-infância de Reguengos de Monsaraz, até



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

às 18.30 horas teve 62 inscrições para almoço e prolongamento de horário.

Para o ano letivo 2013/2014 a Componente de Apoio à família, a funcionar no jardim-de-infância de Reguengos de Monsaraz, até às 18.30 horas tem 64 inscrições para almoço e prolongamento de horário.

Sendo uma preocupação do Município de Reguengos de Monsaraz o bem-estar das crianças que frequentam este espaço, além de lhes proporcionar o almoço manteve a decisão da atribuição de um lanche pela tarde, que inclui em alguns dias da semana a distribuição de uma peça de fruta, de modo a proporcionar uma alimentação saudável e equilibrada a todos os alunos.

Para o ano letivo 2012/2013 a Componente de Apoio à família, a funcionar no jardim-de-infância das freguesias rurais, até às 17.30 horas teve 86 inscrições para almoço e prolongamento de horário.

Para o ano letivo 2013/2014 a Componente de Apoio à família, a funcionar no jardim-de-infância das freguesias rurais, até às 17.30 horas tem 86 inscrições para almoço e prolongamento de horário.

Neste ano voltou a ser organizada pela CAF do jardim-de-infância de Reguengos de Monsaraz, uma marcha popular infantil composta por 31 crianças que participou nas Festas de Santo António 2013.

Transferência de Atribuições e Competências

O Decreto-lei nº 144/2008 de 28 de Julho estabelece o novo quadro de transferências de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação. Em 16 de Setembro de 2008, o Município assinou o contrato-programa com o Ministério da Educação em que são definidas as condições de transferência para o município nos seguintes domínios:

a) PESSOAL NÃO DOCENTE DAS ESCOLAS BÁSICAS E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Mantendo-se em vigor o acordo de transferência de atribuições e competências, a responsabilidade laboral sobre os funcionários transferidos para o Município oriundos do Agrupamento Vertical de Escolas de Reguengos de Monsaraz mantém-se sob a alçada do Município.

Importa reforçar que, neste âmbito, encontram-se vinculados aos estabelecimentos de ensino 37 assistentes operacionais e 7 assistentes técnicos previstos nos acordos de colaboração com o Ministério da Educação. Sendo este número de pessoas insuficiente para permitir o funcionamento das AEC e do prolongamento de horário dos Jardins de Infância, a Câmara Municipal tem reforçado ao longo dos anos a disponibilização de recursos humanos.

Para além disso, são integrados anualmente nas diversas escolas e jardins de infância do concelho cerca de 20 trabalhadores dos Programas Operacionais CEI e CEI+, cuja inserção visa suprir e reforçar as necessidades decorrentes dos prolongamentos de horários dos jardins de infância e da escola a tempo inteiro.

b) ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Para o ano letivo de 2012/2013, estas atividades foram calculadas para um total de 325 alunos, de acordo com informação fornecida pelo AVERM.

Os professores das atividades existentes (Ensino do Inglês, Atividades Lúdico-Expressivas e Atividade Física e Desportiva) foram contratados diretamente pelo Município de Reguengos de Monsaraz (tendo o recrutamento sido feito através da plataforma de colocação de professores do Ministério da Educação) e colocados pelo AVERM, de acordo com as disponibilidades de horários. A oferta das Atividades Lúdico-Expressivas foi alargada às crianças da educação pré-escolar do concelho.

Para o ano letivo de 2013/2014, a contratação dos professores para as atividades de enriquecimento curricular ficou a cargo do Agrupamento de Escolas nº 1 de Reguengos de Monsaraz.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

c) GESTÃO DO PARQUE ESCOLAR

Foram realizadas diversas obras de requalificação do parque escolar bem como pequenos melhoramentos de conservação nas escolas do concelho, tanto ao nível do espaço exterior como do interior.

Ação Social Escolar

O Decreto-Lei nº 55/2009 de 2 de Março estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo. Os auxílios económicos constituem uma modalidade de apoio socioeducativo destinado aos alunos integrados em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de participações para fazer face aos encargos com refeições, manuais escolares e outro material escolar. O apoio aos alunos referidos é alargado a crianças que, não sendo classificadas pela Segurança Social como alunos a apoiar, integram famílias que, após elaboração de Relatório Social, se verifica que estão em situação de carência socioeconómica.

Assim, são abrangidas as seguintes áreas:

a) REFEITÓRIOS ESCOLARES

Os refeitórios escolares são uma das competências da autarquia na área da educação. O fornecimento do serviço de refeições nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar da rede pública do concelho visa assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, a satisfação de carências alimentares básicas e representa uma aposta na melhoria da qualidade do ensino, refletindo-se de forma positiva ao nível do absentismo escolar. Desta forma, foi elaborado em 2006 um contrato-programa relativo ao financiamento do programa de Generalização de Fornecimento de Refeições a alunos do 1º ciclo entre o Município e a Direção Regional de Educação do Alentejo.

No ano letivo 2012/2013, o Município de Reguengos de Monsaraz continua a garantir refeições a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar dos estabelecimentos de ensino de Outeiro, S. Pedro do Corval, Caridade, Perolivas, Campinho, S. Marcos do Campo e Reguengos de Monsaraz.

Sempre procurando melhorar o serviço prestado às crianças e às respetivas famílias, o Município celebrou um contrato de aquisição de serviços com uma empresa de fornecimento de refeições, o que garantirá a qualidade e o respeito pelas normas exigidas por lei na prestação deste serviço.

Desde setembro, aquando do início da prestação deste serviço, foram distribuídas em todos os estabelecimentos de ensino de 1º ciclo do ensino básico e de educação pré-escolar públicos do concelho, uma média mensal de 6.900 refeições.

Com o intuito de garantir efetivamente o cumprimento e a qualidade do serviço, realizaram-se vinte e duas visitas de supervisão aos refeitórios do concelho por parte de técnicos da subunidade orgânica de educação do município. Além da supervisão, mantêm-se contactos regulares com a empresa e com as escolas, de forma a assegurar uma maior proximidade e conhecimento no desenrolar do processo.

No ano letivo 2013/2014, o Município de Reguengos de Monsaraz continua a garantir a qualidade e o respeito pelas normas exigidas por lei na prestação do serviço de fornecimento de refeições a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar dos estabelecimentos de ensino de Outeiro, S. Pedro do Corval, Caridade, Perolivas, Campinho, S. Marcos do Campo e Reguengos de Monsaraz, através da continuação de celebração de contrato de aquisição de serviços com uma empresa de fornecimento de refeições.

b) IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Foi elaborado em 2006 um contrato-programa relativo ao financiamento do programa de Generalização de Fornecimento de Refeições a alunos do 1º ciclo entre o Município e a Direção Regional de Educação do Alentejo. Nos anos letivos 2012/2013 e 2013/2014 o Município de Reguengos de Monsaraz continua este programa para as escolas de Outeiro, S. Pedro do Corval, Caridade, Perolivas, Campinho, S. Marcos do Campo e Reguengos de Monsaraz.

c) MANUAIS ESCOLARES E MATERIAL ESCOLAR

O Município comparticipa a 100% os alunos integrados no escalão A e 50% os alunos integrados no escalão B. Relativamente aos manuais escolares, foi adquirida a totalidade dos livros necessária aos alunos carenciados, independentemente de estarem abrangidos pelo escalão A ou B.

No ano letivo 2012/2013, foram distribuídos pelo Município de Reguengos de Monsaraz 1.060 manuais escolares, a 312 alunos do 1º ciclo do ensino básico que beneficiam da ação social escolar.

Relativamente ao material escolar essencial ao desenvolvimento das atividades letivas, para este ano letivo, foi distribuído material a 382 crianças da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico de todos os estabelecimentos de ensino do concelho e bibliotecas escolares.

No ano letivo 2013/2014, foram distribuídos pelo Município de Reguengos de Monsaraz 650 manuais escolares, a 208 alunos do 1º ciclo do ensino básico que beneficiam da ação social escolar.

Neste ano letivo foi distribuído material escolar essencial ao desenvolvimento das atividades letivas a 385 crianças da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico de todos os estabelecimentos de ensino do concelho e bibliotecas escolares.

Transportes Escolares

Os transportes escolares são uma das competências da autarquia na área da Educação e revestem-se de grande importância, sobretudo no apoio aos alunos que residem longe dos seus estabelecimentos de ensino.

O Município de Reguengos de Monsaraz apoia os alunos que estão nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, comparticipando em 100% os que estão na escolaridade obrigatória e em 50% todos os que estão no ensino secundário.

Nestes transportes escolares os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico que residem em aglomerados isolados e têm necessidade de transporte, os encargos referentes a estes alunos são assumidos pelo Município de Reguengos de Monsaraz através de transporte próprio das Juntas de Freguesia, conforme protocolo de cooperação celebrado com as mesmas.

No ano letivo 2013/2014, o Município de Reguengos de Monsaraz realiza o transporte diário aos alunos do 1º ciclo de Caridade, cuja escola foi encerrada por determinação da Direção Regional de Educação, no ano letivo 2012/2013.

Plano Nacional de Leitura

O Município de Reguengos de Monsaraz assinou o protocolo de cooperação com o Plano Nacional de Leitura, sendo-lhe atribuído o estatuto de parceiro do Plano Nacional de Leitura, em 2007.

Desta forma, para contribuir para a promoção da leitura na sala de aula e em outras atividades das escolas, foi adquirido um de conjunto de livros recomendado pelo Plano Nacional de Leitura, para as bibliotecas escolares que servem o agrupamento, os jardins-de-infância e as escolas do ensino básico do Concelho.

Rede de Bibliotecas Escolares



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

O Município de Reguengos de Monsaraz, o Agrupamento Vertical de Escolas de Reguengos de Monsaraz e a Direção Regional de Educação do Alentejo constituem uma Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) (acordo 1/2007 – DR 2º série nº 2 de 3/01/07) na qual se encontram integradas as bibliotecas das escolas do 1º ciclo de Reguengos de Monsaraz, Campinho e S. Marcos do Campo. No âmbito desta parceria continuamos a preparação da rede concelhia de Bibliotecas de Reguengos de Monsaraz (RCBRM), o que permitirá uma verdadeira interligação entre a Biblioteca Municipal, as Bibliotecas Escolares do Agrupamento nº 1 de Reguengos de Monsaraz, existentes no concelho e o acervo do Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta, no que respeita à partilha de documentação e espólio de cada entidade.

Regime de Fruta Escolar

Voltou a ser implementado no ano letivo 2012/2013 o Regime de Fruta Escolar que se iniciou dia 19 de Novembro de 2012 abrangendo os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Reguengos de Monsaraz.

A fruta é distribuída duas vezes por semana nas respetivas escolas até ao final do referido ano letivo.

No ano letivo 2013/2014 o Regime de Fruta Escolar teve início no dia 16 de outubro de 2013 para assinalar o “Dia da Alimentação” e abrangeu os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Reguengos de Monsaraz, sendo distribuída a fruta duas vezes por semana até final do ano letivo.

Atribuição de Bolsas de Estudo

No ano letivo 2012/2013 o Município de Reguengos de Monsaraz atribuiu 7 bolsas de estudo com o valor mensal de 150€ a estudantes no ensino superior.

Para o ano letivo 2013/2014 o município atribuiu 10 bolsas de estudo, com o mesmo valor a estudantes do ensino superior.

Ação de Formação - Processo de Socialização da Criança

Foi organizado pela Fundação Alentejo uma formação “Processo de Socialização da Criança” dirigida a Assistentes Operacionais das escolas básicas das freguesias rurais, que decorreu entre os dias 25 a 28 de março com a participação de 15 formandas.

Desfile de Carnaval

À semelhança de outros anos, a autarquia apoiou o desfile de Carnaval organizado no dia 8 de fevereiro pelo Agrupamento de Escolas nº 1 de Reguengos de Monsaraz, que percorreu diversas ruas da cidade, e que contou com a participação de todos os estabelecimentos de ensino do concelho, públicos e privados, culminando com uma apresentação dos intervenientes na Praça da Liberdade. Para que esta atividade se revestisse de dinamismo e diversão, o Município de Reguengos de Monsaraz contratou os serviços dos Gigabombos do Imaginário (no âmbito do projeto TEIAS), que foram acompanhando o desfile das crianças numa arruada plena de animação.

Aquisição do mobiliário escolar nas escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho

Na sequência do apetrechamento de algumas salas do 1º ciclo do ensino básico, nomeadamente do centro escolar de outeiro e do bloco D da EB nº 2 de Reguengos de Monsaraz, e tendo em conta a idade do mobiliário existente torna-se evidente que seria necessário adotar o mesmo procedimento em relação as restantes escolas do concelho.

Desta forma, a autarquia adquiriu mobiliário para as escolas do 1º ciclo do ensino básico de Campinho, Perolivas, S. Marcos do Campo, S. Pedro do Corval e Reguengos de Monsaraz. Na totalidade, a autarquia adquiriu 870 peças de mobiliário, nomeadamente, cadeiras, mesas duplas para alunos, cadeiras e secretárias para professores, mesas trapezoidal, mesas para informática e armários, em suma, foram equipadas 21 salas de aulas.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

O mobiliário recebeu uma assinatura distintiva, nomeadamente a estilização de um esboço da torre do relógio, monumento construído em finais do século XVII ou início do século XVIII na vila medieval de Monsaraz, simbolizando a recuperação do património do concelho.

Participação das Escolas na Feira do Livro

Ao longo de toda a semana de 4 a 12 de Maio em que decorreu esta atividade, foram organizadas atividades para e por todos os alunos das Escolas do concelho, desde Jardins de Infância a Escolas do 1º, 2º e 3º ciclos e Escola Secundária. Foram apresentados momentos de leitura de contos às crianças dos vários jardins de infância, momentos musicais e de dança, exposições de trabalhos elaborados pelos alunos dos diversos níveis de ensino, tertúlias, declamações e apresentações teatrais.

Para além das atividades acima descritas, e de modo a contribuir para a promoção da leitura na sala de aula e em outras atividades das escolas, foram adquiridos pelo Município na Feira do Livro de Reguengos de Monsaraz conjuntos de livros recomendados pelo Plano Nacional de Leitura, e oferecidos às Bibliotecas Escolares do Agrupamento e à Biblioteca da Escola Secundária, bem como à Componente de Apoio à Família do jardim de infância de Reguengos de Monsaraz, num total de 294,30€.

Participação das Escolas na Festa Ibérica da Olaria e do Barro

Foi organizado no decorrer da 19ª edição da Festa Ibérica da Olaria do Barro um espetáculo de fantoches, pelo grupo Maurioneta, para os alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo de S. Pedro do Corval, e a disponibilização de um stand para que a comunidade educativa pudesse apresentar os trabalhos elaborados ao longo do ano letivo.

Dia da Criança

Foi comemorado com a abertura das Piscinas Municipais Descobertas, onde estiveram ao dispor da população em geral, mas em especial da população infantil, diversas atividades, nomeadamente insufláveis aquáticos, jogos tradicionais, canoagem, voleibol, tiro com arco e zarabatana. Foram oferecidos brindes a todas as crianças que participaram.

Apoio a atividades das Escolas

Ao longo de todo o ano letivo, o Município tem apoiado a realização de diversas atividades promovidas pelas escolas do concelho, de todos os níveis de ensino, nomeadamente no que respeita a cedência do Auditório Municipal para a realização de reuniões alargadas, festas, apresentações teatrais, apresentações musicais, conferências, entre outras. Apoiava igualmente as deslocações em visitas de estudo a custos reduzidos.

Apresenta-se, seguidamente, a listagem de algumas atividades do Agrupamento de Escolas apoiadas pelo Município no período em referência:

- a) --Na sequência de solicitação de apoio por parte do Agrupamento ao Município, realizou-se no dia 15 de março uma mega atividade multidisciplinar na Praça da Liberdade, denominada CSI –Ciência e Saúde sob Investigação. A organização e dinamização da atividade esteve a cargo da equipa do Projeto de Promoção e Educação para a Saúde e dos professores do Departamento de Matemática e Ciências Experimentais e teve como objetivos centrais a promoção da saúde e o bem-estar, a promoção de hábitos de vida saudável, a promoção da relação Escola – Família e Escola – Comunidade Educativa, entre muitos outros. Algumas das atividades desenvolvidas prenderam-se com a venda de produtos saudáveis (frutas, bolos caseiros, sumos, legumes, etc.), mostras/feiras de minerais e fósseis, exposições, jogos tradicionais, atividades experimentais e relacionadas com a prevenção e a promoção da saúde, entre outros;
- b) --À semelhança de anos anteriores, e após solicitação de apoio, o Município colaborou com os professores de EMRC do



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

AVERM na atividade XXII Encontro Diocesano de alunos de EMRC, que se realizou em Évora no dia 8 de maio, através da aquisição de t-shirts para os participantes e da disponibilização de transporte.

c)---No âmbito de solicitação por parte da equipa técnico-pedagógica do PIEF I de Reguengos de Monsaraz, o Município apoiou a realização do Projeto Solidário "Hora da Magia", cujos objetivos se prenderam com o desenvolvimento de competências ao nível do saber-estar e do saber-ser e princípios de cidadania. O projeto consistiu num desafio que foi lançado aos grupos PIEF a nível nacional para criarem brinquedos de pano que seriam submetidos a concurso e posteriormente, doada a crianças dos 0 aos 10 anos. Participaram 25 turmas PIEF e foram criados 59 brinquedos, que estiveram em exposição no Posto de Turismo de Reguengos de Monsaraz durante a semana de 13 a 19 de maio, data após a qual foi feita a distribuição dos brinquedos pelas crianças selecionadas, em transporte disponibilizado pelo Município;

d) --Segue-se a listagem de algumas das atividades da ESCM apoiadas pelo Município no período em referência:

- No que respeita a **Estágios Profissionais**, o Município recebeu, no presente ano letivo, um aluno do Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz da Turma Pief, que foi integrado no serviço dos Espaços Verdes, no período de 4 de fevereiro a 31 de maio.

- Realizaram a sua formação em contexto de trabalho no Município, nomeadamente na área da Animação Sociocultural e de Apoio à Gestão Desportiva, entre 6 e 24 de maio, um estagiário do Curso Profissional de Técnico de Animação Sociocultural e 3 estagiários do Curso Profissional de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva.

- O Município apoiou, à semelhança de anos transatos, a publicação do Jornal Escolar "Gazeta do Conde" da ESCM com o subsídio de 250€.

- Universidade Aberta (CLA) – ao nível do ensino superior, o Município tem apoiado o Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta, não apenas no que respeita a questões logísticas como a cedência de espaço para realização de exames (na medida das disponibilidades), mas também na realização de diversas atividades, como é o caso de conferências, exposições e concursos literários.

- Entidades formadoras do concelho – o Município tem colaborado muito diretamente com as diversas entidades formadoras do concelho, no sentido em que apoia na logística e na cedência de espaços para a realização de atividades, assim como integra propostas dessas entidades em eventos que organiza. No que respeita, concretamente, à colaboração existente no período a que se reporta o presente relatório, refere-se que com a PartnerHotel foi aceite o acolhimento de 3 formandos do Curso de Turismo.

- Outras Entidades formadoras - O Município tem colaborado também com a EPRAL, com a Escola Secundária André de Gouveia e o Instituto Politécnico de Beja. Nomeadamente, com a integração de 2 estagiários do Curso de Informática de Gestão e 1 estagiário do Curso de Multimédia da EPRAL, 1 estagiário do Curso de Operador de Informática da Escola Secundária André de Gouveia e 1 estagiário do Curso de Animação Sociocultural e 1 estagiário do Curso de Gestão de Empresas do Instituto Politécnico de Beja.

Início do ano letivo 2013/2014

A cerimónia da Receção ao Professor 2013 decorreu no dia 11 de setembro, num programa que reuniu cerca de 50 pessoas e consistiu numa visita à Biblioteca Municipal com a atuação musical de Ricardo Mendes, culminando na cerimónia de homenagem aos docentes e assistentes operacionais aposentados e um lanche buffet para todos os convidados.

No dia 19 de setembro os alunos dos Jardins-de-infância do concelho assistiram no Auditório Municipal a um espetáculo de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

teatro de marionetas “A Azinheira Sinaleira” apresentado pelo Grupo de Teatro de Marionetas Era Uma Vez.

No dia 20 de setembro, todos os alunos do 1º ciclo do concelho assistiram à peça “Pequenas Fábulas de La Fontaine”, apresentado pelo grupo Lua Cheia Teatro para todos.

Mostra de Presépios e Árvores de Natal

No âmbito da iniciativa “Natal em Reguengos 2013” esteve patente na biblioteca municipal até 6 de janeiro 2014 a mostra de presépios e árvores de natal, realizados pelos alunos das EB1 e jardim-de-infância do concelho, pelo ATL da Santa Casa da Misericórdia e pela Cresce e Aparece, num total de 43 turmas.

Nos dias 10 e 11 de fevereiro 2014 foram entregues os certificados de participação no Auditório Municipal onde foi exibido o filme “A Revolta dos Perus”.

3.2.2. Cultura

O concelho de Reguengos de Monsaraz, fruto da sua riqueza e diversidade cultural, das suas especificidades e potencialidades a este nível, da sua dinâmica social e cultural e da vitalidade dos seus agentes, assumiu, durante o ano de 2013, no Alentejo, um papel fundamental de protagonismo, afirmação e divulgação cultural da região.

A orientação estratégica para o sector cultural assenta, por um lado, no triângulo de desenvolvimento cultura/património/turismo e, por outro lado, na dinamização de eventos que surjam naturalmente a partir de áreas fortes e de sectores vocacionais de elevado potencial de desenvolvimento. Os seus resultados têm contribuído decisivamente para a criação e divulgação de uma imagem de marca positiva do concelho e da região a nível nacional e internacional.

Estas ideias, já expressas em diversas oportunidades e, agora uma vez mais reproduzidas, adquirem uma nova dimensão e projeção, nesta hora de balanço do ano de 2013, dado que constituem fatos indesmentíveis de iniciativas de êxito, de originalidade, de envolvimento e valorização local, de impacto mediático e de divulgação do concelho e da região, ultrapassando largamente as suas próprias fronteiras e, igualmente, as fronteiras nacionais.

Reguengos de Monsaraz ocupa, atualmente, um lugar privilegiado na rota das artes e da cultura. Os seus cantos, recantos e encantos inspiram escritores, poetas, pintores e artistas que os escrevem, cantam e pintam, contribuindo para a sua divulgação, projeção e imortalização.

Postal Cultural

Reguengos de Monsaraz dispõe, hoje, no contexto regional de um elevado potencial de afirmação e protagonismo se levarmos em linha de conta a riqueza do seu património, a força e a vitalidade da sua cultura e a diversidade e qualidade de manifestações culturais e artísticas desenvolvidas no concelho, as quais têm de ser objeto de uma visão de conjunto, integrada e dirigida para motivar os agentes locais e para as projetar e divulgar no exterior afirmando o nome e a cultura de Reguengos de Monsaraz.

Nesta perspetiva, a publicação do Postal Cultural, com uma periodicidade mensal, é um importante instrumento de divulgação de iniciativas realizadas no concelho, por iniciativa direta ou indireta do Município mas, igualmente, de outras entidades, coletividades e associações desde que se integrem nos seus princípios e objetivos e nos cheguem em condições e a tempo de publicação.

A distribuição do postal cultural é realizada num processo porta a porta, sendo que, nos meses em que se realizam eventos de maior dimensão, esta distribuição é alargada aos concelhos limítrofes.

Auditório Municipal



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

a) ESPETÁCULOS/CONFERÊNCIAS/COLÓQUIOS

- -- 16 a 20 janeiro, *Semana da Saúde, Coral – Associação de Nadadores Salvadores de Reguengos de Monsaraz;*
- -- 19 de janeiro – *Apresentação do CD “Em cante”, dos alunos da EB1 de S. Pedro do Corval;*
- -- 24 janeiro, *gravação de CD, Grupo Coral da Freguesia de Monsaraz;*
- -- 26 de janeiro, *ensaio da banda e coro, Sociedade Filarmónica Corvalense;*
- -- 23 de fevereiro, *concerto de aniversário da Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense;*
- -- 2 de março, *ensaio da banda e coro, Sociedade Filarmónica Corvalense;*
- -- 15 de março, *CSI “Ciência e Saúde Sob Investigação”, Agrupamento de Escola de Reguengos de Monsaraz;*
- -- 22 e 23 de março – *Exposição Evocativa do Centenário do Nascimento de Alvaro Cunhal;*
- -- 24 de abril, *“Musicando Abril”, espetáculo comemorativo do 25 abril;*
- -- 27 de abril, *ensaio da banda e coro, Sociedade Filarmónica Corvalense;*
- -- 24 de maio, *comemoração do 20º aniversário da ARPIRM;*
- -- 1 de junho, *15º aniversário do coro polifónico, Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense;*
- -- 10 de junho, *Audição de final de ano, Conservatório Regional do Alto Alentejo;*
- -- 20 de junho, *Concerto dos alunos do Conservatório, Conservatório Regional do Alto Alentejo;*
- -- 21 de junho, *Jornadas de Acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo no Alentejo, Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz;*
- -- 5 de julho, *feira de final de ano lectivo, JI de Reguengos de Monsaraz;*
- -- 6 de julho, *Espectáculo Final de Atividades, SAR e ADAP;*
- -- 1 de outubro, *Comemorações do dia Mundial do Idoso, GNR;*
- -- 4 de outubro, *Django Tributo Hot Jazz, Outubro Mês da Musica;*
- -- 6 outubro, *Banda Filarmónica União Montoitense;*
- -- 11 de outubro, *Romeu e Julieta – Encontro e Desencontro Companhia de Dança Contemporânea de Évora, Outubro Mês da Musica;*
- -- 13 de outubro, *Banda da Escola de Musica do Centro Cultural Alandroal, Outubro Mês da Musica;*
- -- 18 de outubro, *Lusotango e Convidados – Quinteto Lusotango Outubro Mês da Musica;*
- -- 20 de outubro, *Banda Sinfónica de Alcobça;*
- -- 6 de outubro, *Núcleo Regional de Évora da Associação de Professores de Matemática – 20º Encontro Regional de Educação Matemática “Evorammat 2013”;*
- -- 27 de outubro, *Banda da Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense;*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- -- 25 de outubro, Vitorino – Cantar e Contar, Outubro Mês da Musica;
- -- 2 de novembro, Núcleo Regional de Évora da Associação de Professores de Matemática – 20º Encontro Regional de Educação Matemática “Evorammat 2013”;
- -- 8 de dezembro, Orquestra Planície – Fénix, Associação de músicos de Redondo, Comemorações do dia da Cidade;
- -- 11 de dezembro, Conservatório Regional do Alto Alentejo, Audição de Natal;
- -- 13 dezembro, EB 1 de Reguengos de Monsaraz, Cerimónia de entrega dos diplomas aos alunos que integram o quadro de excelência; e
- -- 21 dezembro, Associação de Sportinguistas de Reguengos de Monsaraz, Espetáculo de beneficência.

b) CINEMA

JANEIRO

Operação Outono

O Hobbit: uma viagem inesperada (3D)

Sammy 2 (3D)

A Vida de Pi (3D)

FEVEREIRO

Os Miseráveis

Django Libertado

O Impossível

MARÇO

Lincoln

Die Hard: Nunca é bom dia para morrer

Hansel e Gretel: caçadores de bruxas

Aguenta-te aos 40

ABRIL

Oz – O Grande e Poderoso

Jack, O Caçador de Gigantes

G.I. Joe 2

Os Croods V.P.

MAIO

Esquecido

Scary Movie 5



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Gladiadores V.P

Homem de Ferro 3

JUNHO

A Noite dos Mortos Vivos

Assalto à Casa Branca

Velocidade Furiosa 6

A Ressaca – parte III

JULHO

Star Trek – Além da Escuridão

Mestres da Ilusão

Monstros: A universidade

Homem de Aço

AGOSTO

Gru – O Maldispósito 2

Batalha do Pacífico

Turbo

SETEMBRO

Os Smurfs

O Mascarilha

Aviões (3 D)

Elysium

OUTUBRO

A Gaiola Dourada

A Evocação

Riddick

João e a Espada da Coragem

NOVEMBRO

Diana

Capitão Philips

Machete Mata



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

DEZEMBRO

Thor: o Mundo das Trevas (3D)

Até Amanha Camaradas

O Jogo Final

7 Pecados Rurais

Frozen – O Reino do Gelo

The Hunger Games: Em Chamas

Feira do Livro

A 17ª edição da Feira do Livro de Reguengos de Monsaraz, contou com 8.137 livros de 25 editoras que puderam ser adquiridos pelo público neste evento organizado pelo Município de Reguengos de Monsaraz que decorreu na Praça da Liberdade.

O programa da Feira do Livro integrou o desfile da fanfara dos Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz, o recital de poesia com Manuel Freire, cantor que musicou o poema de António Gedeão, “Pedra Filosofal”.

Ana Paula Amendoeira, presidente da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, apresentou o livro “Jogo de Janelas”, de Francisco Ceia.

A Feira do Livro de Reguengos de Monsaraz teve contadores de estórias e a atuação de várias classes do Conservatório Regional do Alto Alentejo.

Foi apresentado o livro de poesia “A Árvore”, pelo seu autor Bruno Rodrigues.

Os alunos do 5º e 6º ano da Escola Básica nº1 de Reguengos de Monsaraz apresentaram “Baile de Máscaras na Biblioteca”, dramatizações relacionadas com o património cultural (canções, diálogos, caretos e declamações), entrevistas a “escritores” e abordagem lúdica de obras estudadas no âmbito do Plano Nacional de Leitura e o Coro Infantil da Sociedade Artística Reguenguense realizou um pequeno concerto.

O Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta apresentou o teatro de fantoches “Auto do Curandeiro”, do poeta popular António Aleixo.

Manifestum Brass Band, banda nascida em finais de 2010, inspira-se no ambiente festivo do Mardi Gras de New Orleans (EUA) e apresenta uma fusão de estilos desde o Jazz de intervenção, música improvisada, Funk e Hip-Hop.

A Feira do Livro contou com a atuação da Escola de Música da Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense. Maria do Carmo Palma apresentou o livro “Entremares”, de Rolando Palma, e foi realizado o concerto com a Escola de Música “O Sítio do Galhanas”. Para encerrar a Feira do Livro foi apresentada a obra “Os Demónios de Álvaro Cobra”, de Carlos Campaniço.

A Feira do Livro teve duas exposições permanentes, nomeadamente “Taleigos de Leitura”, com trabalhos elaborados por alunos da Escola Secundária Conde de Monsaraz, e “O Mar na Cultura Portuguesa”, com trabalhos produzidos por alunos da Escola Básica n.º 1 de Reguengos de Monsaraz. De segunda a sexta-feira, realizaram-se oficinas de origami pelo Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz.

Comemorações do 39º aniversário do 25 de Abril

O 39º aniversário do 25 de Abril foi comemorado pelo Município de Reguengos de Monsaraz com música, desporto, a



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

inauguração da Extensão de Saúde de S. Marcos do Campo e a exposição “Tantas Décadas numa História”. Esta mostra que assinala os 175 anos do concelho de Reguengos de Monsaraz esteve patente na Praça da Liberdade. A exposição “Tantas Décadas numa História” apresentou imagens com a descrição dos principais acontecimentos históricos do concelho em cada década, entre 1838 e 2013. Na mostra puderam ver-se, por exemplo: imagens do Alvará de D. Maria II; a inauguração da iluminação elétrica e da linha de caminho-de-ferro; as primeiras projeções cinematográficas; também se assinalam as construções dos principais edifícios, como os Paços do Concelho, a Igreja Matriz, as Escolas, o Mercado Municipal, as Piscinas Municipais, o quartel dos Bombeiros Voluntários, o Centro de Saúde, o Tribunal Judicial e o Cine Monsaraz.

No Auditório Municipal, realizou-se, no dia 24 de abril, o espetáculo comemorativo da “Revolução dos Cravos”, denominado “Musicando Abril”. Em palco estiveram Hugo Soft, José Farinha, Luís Marques, Manuel Sérgio, Telma Sérgio e o grupo Philharmonic Talk.

No dia 25 de abril, o programa integrou a Cerimónia do Içar das Bandeiras do Município, de Portugal e da União Europeia, com interpretação dos hinos pela Banda da Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense, e também uma arruada pelas principais ruas da cidade. Realizou-se a cerimónia do Dia do Combatente e do 95º aniversário da Batalha de La Lys, com romagem ao Largo dos Combatentes para homenagem aos soldados mortos na Grande Guerra e na Guerra Colonial. Decorreu também a 38ª Estafeta dos Cravos com início em S. Pedro do Corval.

A Secção de Ginástica e Trampolins da Sociedade Artística Reguenguense apresentou o novo trampolim e fez uma demonstração na Praça da Liberdade.

Realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho a Sessão Solene da Assembleia Municipal comemorativa do 25 de Abril.

Foi também inaugurada a Extensão de Saúde da Freguesia de Campo, em S. Marcos do Campo, no âmbito da qual foi evocada a memória de Jorge Ramalho, presidente da Junta de Freguesia de Campo, recentemente falecido. Esta nova infraestrutura tem gabinete médico, gabinete de enfermagem, sala de tratamentos, sala de espera, área técnica, receção, arquivo, vestiários e uma área para paragem de ambulâncias.

XIX Festa Ibérica da Olaria e do Barro

Os dois maiores centros oleiros da Península Ibérica, S. Pedro do Corval, no concelho de Reguengos de Monsaraz, e Salvatierra de los Barros, na Extremadura espanhola, juntaram-se mais uma vez na Festa Ibérica da Olaria e do Barro. A décima nona edição deste certame organizado pelo Município de Reguengos de Monsaraz, Ayuntamiento de Salvatierra de los Barros e Junta de Freguesia de Corval, com o apoio do IEFP, decorreu de 16 a 19 de maio em S. Pedro do Corval.

A Festa Ibérica da Olaria e do Barro é um evento transfronteiriço de promoção cultural e turística de uma importante manifestação artística e artesanal: a olaria. Organizada em anos alternados em cada município, pretende valorizar a olaria, chamar a atenção para o seu valor artesanal e artístico e apontar estratégias para o seu desenvolvimento económico e profissional.

O evento ibérico é uma homenagem viva à arte da olaria, através de exposições, demonstrações, jornadas ibéricas e música tradicional. Os visitantes tiveram oportunidade de visitar as olarias e experimentar a arte de moldar e pintar o barro, mas também conhecer a oferta gastronómica e cultural do concelho. A Festa Ibérica da Olaria e do Barro contou este ano com o lançamento de um catálogo comercial que pretende promover as peças produzidas nas olarias das duas localidades e de um livro, “Mãos que criam”, de Antónia Fialho Conde, Diretora do Departamento de História da Universidade de Évora, que é uma homenagem a todos os oleiros que contribuíram para o desenvolvimento económico e cultural desta atividade ancestral e para a sua projeção nacional e internacional.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Nesta edição da Festa Ibérica da Olaria e do Barro participaram 45 olarias de Portugal e 10 de Espanha, entre as quais 16 de S. Pedro do Corval e nove de Salvatierra de los Barros. Oriundos de Portugal estiveram também presentes oleiros e ceramistas de norte a sul do país, de localidades como Barcelos, Belas, Beringel, Ramada, Braga, Campinho, Coruche, Estremoz, Évora, Évora de Alcobaça, Foz do Arelho, Lagoa, Loures, Lisboa, Mafra, Montemor-o-Novo, Mourão, Ovar, Póvoa de Santo Adrião, Queluz, Reguengos de Monsaraz, Redondo, Setúbal, Samora Correia, Torres Vedras e Vila Nova de Santo André. De Espanha estiveram ainda oleiros de Barbaño.

O programa da Festa Ibérica da Olaria e do Barro iniciou-se no jardim público de S. Pedro do Corval com animação de rua a cargo do grupo Bomkaigaita e contou com diversos espetáculos musicais, Grupo Rayos, Concerto de Guitarras com a Família Vargas e Nayara Madera, José Barros e Navegante, Moda Mãe e o concerto da Banda e Coro da Sociedade Filarmónica Corvalense.

Biblioteca Municipal

A Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz inaugurada foi no dia 1 de setembro, após as obras de adaptação e beneficiação do Palácio Rojão.

O programa de abertura da biblioteca integrou as atuações de artistas de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente de Mário Moita, Ricardo Mendes, Maria Cristina Coelho, o quarteto de cordas Baccus e o grupo Fun4Farra, mas também o teatro de marionetas com a peça "História da Carochinha", pela companhia Era Uma Vez, e o lançamento do livro "No enleio dos sentimentos", do poeta Gabriel Raminhos.

Na inauguração da Biblioteca foi apresentada a exposição de pintura "Livros, Autores, Personagens", de Maria Varela.

A Exposição Artes e Ofícios Tradicionais é uma exposição permanente na Biblioteca Municipal onde se encontra exposto um conjunto de objetos que reproduzem o modo de vida de um povo que tem na tradição e nos valores o reflexo da sua identidade cultural.

A Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz tem mais de 30 mil livros. Todo o espaço exterior é dedicado à palavra, à leitura, ao silêncio e à fruição do envolvente edificado.

Exposições Permanentes

A exposição de Artes e Ofícios Tradicionais de Reguengos de Monsaraz tem agora um espaço na Biblioteca Municipal para que possa ser permanentemente apreciada pelo público. Atualmente está patente, entre outras peças, uma antiga tasca com pipas, potes e alfaias. A autarquia tem mais de meio milhar de peças cedidas por artesãos e colecionadores do concelho relacionadas com o vinho, a agricultura, os lanifícios, os lacticínios, o barro e os cobs, das quais se destacam talhas, charruas, arados de pau, potes e tarefas do século XIX, bombas manuais de trasfega de vinho, trilhos e um churrião do início do século XX.

Exposições Temporárias

A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, criou um espaço na Biblioteca Municipal orientado para a presença e divulgação de grandes valores artísticos e de referência cultural e artística. Foi realizada a seguinte exposição:

- Exposição de Pintura e Escultura "Travessia – Memórias do Eterno Presente" de Filipa Lobato, de 15 de dezembro a 15 de fevereiro.

Festas de Santo António

As Festas de Santo António, organizadas pelo Município de Reguengos de Monsaraz, iniciaram no dia 12 de junho, com a



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

cerimónia oficial, seguindo-se a atuação das marchas populares com a participação da Marcha Infantil do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, Marcha Infantil da Componente de Apoio à Família do Jardim de Infância de Reguengos de Monsaraz, Marcha Infantil da Sociedade Recreativa Campinhense, Marcha do Centro Cultural Caridadense 1º Maio, e Marcha do Câmara Reguengos Clube.

A banda Função Pública apresentou o seu novo espetáculo, esta banda de Chaves atuou pelo terceiro ano consecutivo em Reguengos de Monsaraz. A primeira noite de festividades encerrou com o espetáculo pirotécnico.

No feriado municipal, a Cerimónia do Içar das Bandeiras no edifício dos Paços do Concelho e na Praça da Liberdade, concentraram-se as imagens dos padroeiros das comunidades cristãs do concelho de Reguengos de Monsaraz, seguindo-se a Eucaristia.

À noite, realizou-se o espetáculo com Emanuel e a encerrar a noite contou com a atuação de vários dj's locais.

No dia 14 de junho, decorreu o desfile de moda "Reguengos Fashion" e subiu ao palco Boss AC, um dos pioneiros do rap em Portugal que arriscou ao procurar novos horizontes e quebrar barreiras no género Hip Hop. A noite terminou com a atuação do Dj Grouse acompanhado por Martin, dos Santos e Pecadores.

No dia 15 de junho, realizou-se a Corrida em Família, uma prova sem carácter competitivo que teve participantes de todas as idades com o objetivo de praticar desporto, a andar ou a correr.

Decorreu o Concurso de Ganadarias na Praça de Toiros José Mestre Baptista. Os cavaleiros João Moura, Luís Rouxinol e João Maria Branco lidaram toiros das ganadarias Engenheiro Luís Rocha, Branco Núncio, Dias Coutinho, Santa Maria, Pégoras e Passanha Sobral. Os forcados foram os amadores de Monsaraz, S. Manços e Redondo.

Os Azeitonas foram a proposta musical para a noite das Festas de Santo António. A diversão continuou com um baile popular com o grupo Groselha.com.

O programa do último dia das Festas de Santo António iniciou com o desfile e atuação de fanfarras de bombeiros pelas ruas da cidade, seguindo-se a estreia do programa Portugal em Festa, que teve transmissão em direto na SIC e foi apresentado por Rita Ferro Rodrigues e José Figueiras, com a participação do humorista Fernando Rocha. No palco do Parque de Feiras e Exposições atuaram alguns dos melhores artistas nacionais em seis horas de espetáculo.

À noite voltaram a desfilar as marchas populares e o musical 50 anos 50 cantigas, com Rui Drumond, Lara Afonso, David Ripado e Suzana Pinto.

Durante as Festas de Santo António, o Pavilhão Multiusos esteve aberto com uma mostra de gastronomia, a Exposição de Motas Clássicas e a Exposição Grande Lago – Paraíso do Automóvel Clássico e Antigo, este ano com o título "A evolução da máquina entre 1890 e 1990", que apresentou um automóvel por cada década, entre os quais o mais antigo que existe em Portugal, um Clement Break, de 1898. Em exposição esteve igualmente a mostra "Tantas Décadas numa História", que assinala os 175 anos do concelho de Reguengos de Monsaraz.

No Parque de Feiras e Exposições estiveram também ao dispor dos visitantes um pavilhão com vários restaurantes de gastronomia regional.

Monsaraz Museu Aberto

a) Festa do Cante nas Terras do Grande Lago

A Casa do Cante, um espaço que visa a promoção, exaltação e estudo do cante alentejano, foi inaugurado dia 21 de julho no



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Telheiro, na abertura da Festa do Cante nas Terras do Grande Lago. A Casa do Cante tem uma área interpretativa sobre o cante alentejano e um auditório com estúdio para gravações de cd's para os grupos corais. Assim, os turistas e todos os visitantes deste espaço poderão conhecer o cante alentejano, participar em ensaios dos grupos corais e levar um registo em cd ou em dvd dessa experiência.

A Casa do Cante, onde ficará sediado o Grupo Coral da Freguesia de Monsaraz, será igualmente um espaço para ensaios e atuações de todos os grupos corais do concelho de Reguengos de Monsaraz. Junto à Casa do Cante foi construído o Parque de Eventos do Telheiro, um recinto multiusos complementar que será gerido pela Associação Gerações do Telheiro em prol da comunidade.

Após a inauguração da Casa do Cante, decorreram as primeiras atuações neste espaço com os grupos corais do concelho. Em palco estiveram o Grupo Coral Gente Nova de Campinho, o Grupo Coral "Os Bel'Aurora" de Campinho (grupo juvenil), o Grupo Coral da Casa do Povo de Reguengos de Monsaraz e o Grupo Coral da Freguesia de Monsaraz.

A Festa do Cante nas Terras do Grande Lago prosseguiu no dia 26 de julho na vila medieval de Monsaraz com o Dia da Cooperação Transfronteiriça com o espetáculo "Sons Ibéricos" e as atuações do Grupo Coral Feminino da Granja "Flores de Abril", Tuna Estudantina de Alconchel, Coro ARS VETERÁ - Villanueva del Fresno e o Grupo "A Moda Mãe".

No dia 27 de julho, realizou-se na Igreja de Santiago o colóquio "Cante Alentejano - Salvaguarda, Sustentabilidade e Transmissão". A sessão de abertura contou com as intervenções de José Calixto, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, José Ribeiro e Castro, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, Jorge Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz, Joaquim Cardoso, Presidente do Grupo Cultural e Desportivo da Freguesia de Monsaraz, e Paulo Lima, que pertence ao Comité Científico da candidatura do Cante a Património Cultural Imaterial da UNESCO e é responsável pela Casa do Cante de Serpa.

O primeiro painel, "10 Anos da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial", esteve a cargo de Ana Paula Amendoeira (ICOMOS), Jacinta Oliveira (Fundação INATEL) e Ceia da Silva (Turismo do Alentejo, ERT). O segundo painel, intitulado "Salvaguarda, Sustentabilidade e Transmissão", teve comunicações de Paulo Lima (Casa do Cante de Serpa) e Joaquina Margalha (Vereadora da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz).

Na mesa redonda sobre "Cante Alentejano - Desafios na Transmissão", com a apresentação de vários projetos de grupos corais infantis e juvenis que estão a ser desenvolvidos com o objetivo de preservar e difundir o cante alentejano às novas gerações, nomeadamente o projeto da Damaia, por Joaquina Miranda, o de Serpa, por Pedro Mestre, o de S. Pedro do Corval, por Inácio Santos, e o de Campinho, por Anabela Caeiro. No Largo D. Nuno Alvares Pereira, atuaram o Projeto da Damaia - Os Rouxinóis da Damaia, o Projeto Serpa - Grupo Juvenil Vila Nova de S. Bento e o Projeto de Campinho - Grupo Coral "Os Bel'Aurora" de Campinho.

Ao final da noite, junto à Porta da Alcoba, realizou-se a Festa do Cante, um espetáculo que registou a primeira atuação conjunta dos quatro grupos corais do concelho. A Festa do Cante teve ainda as participações de Carlos Guilherme, Pedro Mestre, Manuel Sérgio e José Farinha, Quarteto de Cordas Baccus, Grupo Coral da Freguesia de Monsaraz, Grupo Coral e Etnográfico Camponeses de Pias, Banda da Sociedade Filarmónica Corvalense e Grupo Coral Juvenil de Vila Nova de São Bento.

b) Exposições - Igreja de Santiago:

A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, tornou a promover durante o ano de 2013, exposições na Igreja de Santiago, em Monsaraz, espaço orientado para a presença e divulgação de grandes valores artísticos e de referência cultural e artística.

Foram realizadas as seguintes exposições:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- Exposição de Escultura e Desenho **"2,5D"** de António Redondo, de 15 de dezembro a 27 de janeiro;
- Exposição de pintura **"Monsaraz com vida"**, Vitor Cemeirão, de 9 de Fevereiro a 7 de Abril;
- Exposição de cerâmica e escultura **"Iluminação, História e Reflexão"** de António Palmira, de 13 de abril a 9 de junho;
- Exposição de Fotografia **"Monsaraz entre o céu e a terra"** de António Caeiro, David Ramalho e João Frutuosa, de 13 de julho a 11 de agosto;
- Exposição de Pintura **"Momentos de Isabel Pantoja"** de Lita, de 17 de agosto a 29 de setembro;
- Exposição de Pintura **"Retrospectiva"** de Rita Pardal, de 5 outubro a 17 de novembro;
- Exposição de Pintura **"Alma de Mulher"** de Anna Rocheta, de 23 de Novembro a 26 de janeiro;

c) Exposições - Casa Monsaraz:

O antigo espaço do posto turismo foi transformado pelo Município de Reguengos de Monsaraz num novo espaço de exposições do concelho, assumindo-se como um local de divulgação cultural e artística que procura integrar os talentos locais.

Foram realizadas as seguintes exposições:

- Exposição de Pintura **"y entro el arte en mi vida"** de **W. Rodriguez**, de 17 de novembro a 27 de janeiro;
- Exposição Coletiva **"Diversitas"** de Inês Baptista, Josefina Ortiz, Laura Marroquin, Lita, Maria Luísa Caeiro e Maria Luísa Seabra, de 9 de fevereiro a 7 de abril;
- Exposição de tapeçaria **"Fios cruzados – Magias sonhadas"** de Sónia D'Assumpção, de 13 de abril a 26 de maio;
- Exposição de pintura **"Assim vai o mundo"** de Ramos Santos, de 8 junho a 28 julho;
- Exposição de vidro gravado **"Pasion taurina"** de Mariano Torres, de 31 de agosto a 13 de outubro;
- Exposição de Pintura **"Serena Cumplicidade"** de Maria da Gloria, de 16 novembro a 12 de janeiro.

d) Exposições – Torre de menagem

Foram realizadas as seguintes exposições:

- Exposição de escultura **"a pedra e na pedra"** de Visitação Zambujo, de 2 de fevereiro a 7 abril;
- Exposição de pintura **"simbiose"** de Patico, de 10 de agosto a 29 de setembro;

e) Presépio de Rua em Monsaraz

O Município de Reguengos de Monsaraz tornou a rua um espaço privilegiado para a figuração da natividade, com a instalação de um presépio nas ruas de Monsaraz de 1 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014 e contou com a animação no dia 1 de dezembro do Grupo Coral da Freguesia de Monsaraz.

Este projeto artístico, representa um investimento no domínio da animação temática de conjuntos históricos. O presépio tem 43 figuras, construídas de grandes estruturas de ferro e rede, coberta por panos com cores, tratados para o efeito.

No âmbito desta iniciativa foi realizada a iniciativa **"Cante ao Menino"** que contou com a participação, no dia 13 de dezembro de Rão Kyao, na igreja de S. Pedro do Corval; no dia 14 de dezembro Rão Kyao e o Grupo Coral da Freguesia de Monsaraz na igreja de Nossa Senhora da Lagoa em Monsaraz; no mesmo local no dia 21 de dezembro estiveram o Quarteto de cordas Baccus, Manuel Sergio, José Farinha, o Grupo "A Capela" e o Grupo Coral da Freguesia de Monsaraz; no dia 27 de dezembro de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Rão Kyao, na igreja de Reguengos de Monsaraz; no dia 28 de dezembro junto ao presépio esteve o grupo Vozes do Imaginário – coro de vozes femininas; esta iniciativa encerrou com um concerto de reis no dia 4 de janeiro onde participou o Grupo Coral da Freguesia de Monsaraz.

Museu do Fresco

“Perdigões: O Centro de um Mundo – Revelações de uma comunidade pré-histórica”

Foi inaugurada no dia 21 de julho a exposição anual que estará patente no Museu do Fresco em Monsaraz, centrada nos resultados das escavações arqueológicas desenvolvidas pela ERA Arqueologia no Complexo Arqueológico dos Perdigões.

Os conteúdos revelam as descobertas que foram feitas ao longo dos anos e que constituem uma riqueza arqueológica ímpar.

Exporeg 2013 – 21ª exposição de atividades económicas

A Exporeg - 21ª Exposição de Atividades Económicas decorreu nos dias 15 a 18 de agosto no Parque de Feiras e Exposições de Reguengos de Monsaraz. No certame participaram 65 empresas, empresários e instituições, maioritariamente do concelho de Reguengos de Monsaraz, de áreas como a gastronomia, vinhos, turismo, seguros, formação profissional, imobiliário, saúde, artesanato, mobiliário, calçado, roupa, eletrodomésticos, climatização, produtos agropecuários, fotografia e vídeo, atividades náuticas e comércio de automóveis.

O programa da Exporeg iniciou-se no dia 15 de agosto, com a cerimónia de inauguração do certame, os Dharma iniciaram as atuações musicais no palco principal, seguindo-se as atuações das Tayti, Santamaria e Rosa Lima Band.

Decorreu também o tradicional passeio BTT ao Luar, organizado pela secção de BTT da Casa de Cultura de Corval.

A Exposição de Atividades Económicas e a XVIII Exposição de Pecuária, que contou com vários expositores que apresentaram os melhores exemplares das raças de caprinos, ovinos e bovinos. No Parque de Feiras e Exposições realizou-se também a tradicional Feira de Santa Maria.

Na Praça de Toiros José Mestre Baptista estiveram os cavaleiros Joaquim Bastinhas, Moura Caetano e Miguel Moura. Os forcados de Évora e de Montemor-o-Novo pegaram os toiros da ganadaria de Ortigão Costa.

Nas madrugadas dos dias 16 e 17 de agosto realizaram-se as tradicionais largadas de toiros, perícia de campinos e sevilhanas, junto ao estacionamento superior do Parque de Feiras e Exposições.

Outubro Mês da Música

O Dia Mundial da Música, comemora-se anualmente a 1 de outubro, foi instituído em 1975 pelo Instituto Internacional Music Council, uma organização não governamental sob o patrocínio da UNESCO, pretende-se com esta celebração promover os valores da paz e da amizade por intermédio da música.

A música mais não é do que uma prática cultural e humana, sendo entendida por muitos como uma forma de arte. Contudo, ela tem também funções mais pragmáticas e terapêuticas surgindo ligada a diferentes manifestações quotidiano do indivíduo como sejam a religião, a vida militar, a prática educativa e desportiva. Existindo quem não prescindia da música para criar e até, no exercício das diversas profissões ela ajuda a aliviar o stress e a tensão ampliando níveis de concentração capazes de provocar efeitos diretos na produtividade de qualquer indivíduo ou equipa.

Neste sentido, o Município de Reguengos de Monsaraz, realizou durante o mês de Outubro, no auditório municipal, o concerto com o grupo Django Tributo Hot Jazz, a banda da Sociedade Montoitense, o espetáculo de dança contemporânea “Romeu e Julieta, Encontro e desencontro” pela Companhia de Dança Contemporânea de Évora, o Concerto da Banda de Música do



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Centro Cultural de Alandroal, o espetáculo *Lusotango e Convidados*, a Banda Sinfónica de Alcobaça e a finalizar o espetáculo “cantar e contar histórias” do Vitorino.

Projeto TEIAS - Rede Cultural do Alentejo

O Projeto Teias - Rede Cultural do Alentejo insere-se no âmbito do Regulamento Rede de Equipamentos Culturais - Programação Cultural em Rede dos Programas Operacionais Regionais do Alentejo e Lisboa. Trata-se de uma candidatura conjunta (inter-regional: Lisboa e Alentejo) que envolve, para além de Palmela, mais 11 municípios do Alentejo (apoiados pelo INALENTEJO - Programa Operacional da Região Alentejo), nomeadamente: Alandroal, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa. A liderança do projeto encontra-se a cargo do Município de Évora. No âmbito da presente candidatura foi definido um programa de ação que procura ir de encontro aos objetivos gerais do referido regulamento, isto é, contribuir para a melhoria das condições de acesso e fruição aos bens culturais e fomentar a participação ativa dos cidadãos na atividade cultural, nomeadamente:

Itinerância com agentes locais

No Município de Reguengos de Monsaraz decorreram os seguintes espetáculos de itinerância com agentes locais no Auditório Municipal:

- -- 4 de outubro, *Django Tributo Hot Jazz*, Associação do Imaginário;
- -- 11 de outubro, *Romeu e Julieta - Encontro e Desencontro*, Companhia de Dança Contemporânea de Évora;
- -- 13 de outubro, *Banda da Escola de Musica do Centro Cultural Alandroal*;
- -- 18 de outubro, *Lusotango e Convidados*, Quinteto Lusotango;
- -- 25 de outubro, *Vitorino, Cantar e Contar*; e
- -- 8 de dezembro, *Orquestra Planície – Fénix*, Associação de Músicos de Redondo.

Serviços educativos em rede

No Município de Reguengos de Monsaraz decorreram os seguintes serviços educativos:

- -- 8 de fevereiro, *Gigabombos do Imaginário, Desfile de Carnaval*;
- -- 19 de Junho, *Bonecos do Mundo Trulé, Programa Férias Divertidas*;
- -- 26 de junho, *Histórias dentro de uma caixa – Pim Teatro, Programa Férias Divertidas*;
- -- 1 a 5 de julho, *Caixa Pandora – Luís Fernandes, Programa Férias Divertidas*;
- -- 11 de julho, *Um conto na Floresta – Luís Martins, Programa Férias Divertidas*;
- -- 17 de julho, *Ateliê – construção de Cenários - António Redondo, Programa Férias Divertidas*;
- -- 18 de julho, *A Formiga e o Coelhoinho – Associação Era Uma Vez, Programa Férias Divertidas*;
- -- 24 de julho, *Ate à Índia – Nuno Theias, Programa Férias Divertidas*;
- -- 1 de Setembro, *“A historia da Carochinha”- Associação Era Uma Vez, Biblioteca Municipal*;
- -- 19 de Setembro, *“A Azinheira Sinaleira” Associação Era Uma Vez, Auditório Municipal*;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- -- 20 de Setembro, “Pequenas Fabulas de Lá Fontaine” – Lua Cheia Teatro, Auditório Municipal;
- -- 19 de outubro, “Estória da Galinha e do Ovo” – Associação Imaginário, Biblioteca Municipal;
- -- 14 de novembro, “Contos da mata dos medos”, Biblioteca Municipal;
- -- 16 de novembro, “O Mistério da Pedra Encantada”, Biblioteca Municipal;
- -- 12 e 13 dezembro, “A princesa Ziah” - Era Uma vez Teatro Marionetas, Auditório Municipal;
- -- 14 de dezembro, “Estarolas e Cantarolas” – Pim Teatro, Pavilhão Multiusos;
- -- 28 dezembro, “Os Brinquedos do Rei Mago” - Era Uma vez Teatro Marionetas, Biblioteca Municipal; e
- -- 28 dezembro, vozes do imaginário, Monsaraz.

Animação de rua “Natal em Reguengos”

O Pai Natal chegou no dia 7 de dezembro, à Aldeia do Natal, em Reguengos de Monsaraz. Neste dia, as crianças puderam passear de charrete com os duendes e tirar fotografias com o Pai Natal na Casa do Pai Natal.

O Natal em Reguengos, conjunto de iniciativas organizadas pelo Município de Reguengos de Monsaraz, decorreu nos fins-de-semana entre 7 e 22 de dezembro na Praça da Liberdade. No domingo, dia 8 de dezembro, houve animação de rua e as crianças puderam tirar fotografias com o Pai Natal, passear de charrete com os duendes e assistir ao espetáculo da Xana Toc no Pavilhão Multiusos do Parque de Feiras.

No dia 14 de dezembro, realizou-se o II Mini Grande Prémio de Triciclos (até aos 3 anos de idade) e de Bicicletas (dos 4 aos 10 anos de idade).

Durante o Natal em Reguengos, na Biblioteca Municipal esteve patente uma Mostra de Presépios e de Árvores de Natal elaborada pelas crianças do ensino básico, jardins-de-infância e creches do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Comemorações do Aniversário da Cidade

O nono aniversário da elevação de Reguengos de Monsaraz à categoria administrativa de cidade foi comemorado com um concerto da Orquestra Planície, o lançamento do livro “Versos”, de José Rosa Sereto, e a homenagem a este ilustre reguenguense no ano em que se assinala o centenário do seu nascimento.

No dia 8 de dezembro, no Auditório Municipal, realizou-se o concerto da Orquestra Planície.

No Dia da Cidade, 9 de dezembro, no Salão Nobre dos Paços do Município, foi apresentado o livro de poesia “Versos”, de José Rosa Sereto (28-01-1913/17-02-1983), editado pela Althum. Este distinto reguenguense foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz após o 25 de Abril, cargo que ocupou até ao final do ano de 1976, mas foi também um brilhante poeta, destacando-se o seu lirismo e humorismo.

No ano em que se assinala o centenário do seu nascimento, José Rosa Sereto foi homenageado no dia 12 de dezembro, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a presença do Embaixador José Cutileiro e de Henrique Granadeiro, Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom.

3.2.3. Desporto e Juventude

Piscinas Municipais Victor Martelo

Piscinas Descobertas



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

34. Total Das Entradas Anual

ÉPOCA	JUN	JUL	AGOS	SET	TOTAL
2013	5.481	12.479	16.548	1.317	35.825

35. Atribuição de entradas livres a instituições

ÉPOCA	TOTAL
2013	4.468

36. Atividades lúdico-desportivas realizadas

ÉPOCA	TOTAL
2013	1585

Organização e apoio de atividades/provas desportivas

8º FESTIVAL AQUÁTICO

Realizou-se no dia 9 de fevereiro o 8º Festival Aquático e contou com a participação de cerca de 200 utentes nas diferentes atividades sendo este o festival com mais afluência de sempre.

Salientar que o festival, à semelhança de outros anos, teve a participação de familiares e amigos que acompanharam os nossos utentes. Contabilizamos perto de 54 acompanhantes de utentes.

No período da manhã realizou-se o 4º torneio de mini-pólo aquático, que teve a participação de 33 atletas, pertencentes à Coral-ASN de Reguengos; Talaíde de Cascais e a Aminata de Évora.

Foram distribuídos a todos os participantes uma touca alusiva ao evento, outros brindes, assim como o respetivo diploma e lanche.

No cômputo geral toda a atividade foi muito positiva, houve feedbacks positivos quer de utentes quer dos familiares e público em geral.

CAMPEONATOS REGIONAIS DE NATAÇÃO

O Município de Reguengos de Monsaraz e a Associação de Natação do Sul organizaram nos dias 29 e 30 junho os Campeonatos Regionais de Natação, estiveram vários clubes filiados na Associação tendo cerca de 100 atletas.

VI TORNEIO PÓLO AQUÁTICO VICTOR MARTELO - CORAL-ANS

Com organização da Coral - Associação de Nadadores Salvadores e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz realizou-se no dia 15 de junho a VI edição do Torneio Victor Martelo em Pólo Aquático na Piscinas Municipais descobertas. Estiveram presentes as equipas Arsenal 72, Aminata, Algés, Sporting e Coral, num total de 86 atletas.

MARATONA DE NATAÇÃO "12H A NADAR"

Esta prova organizada pela Escola Secundária Conde Monsaraz e apoio do Município de Reguengos de Monsaraz, realizou-se no dia 18 de junho nas Piscinas Municipais Victor Martelo das 8h00 às 20h00, contou com a participação de 107 utentes.

Piscina Coberta

37. Total de entradas na Piscina Municipal Coberta



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2013	2.862	2.088	2.136	2.733	2.601	884	712	3.243	3.017	2.099	22.375

38. Instituições Isentas na Piscina Municipal Coberta

INSTITUIÇÕES ISENTAS	TOTAL MÉDIO MENSAL DE ENTRADAS DE UTENTES
Pré-escolar de Reguengos de Monsaraz	91
Pré-escolar das Freguesias de R.M	86
Pré-escolar da Santa Casa da Misericórdia de R.M	63
C.A.O da Santa Casa da Misericórdia de R.M	27
Coral - Pólo Aquático	181
Escola Secundária de Reguengos de Monsaraz	129
ATL da Santa Casa da Misericórdia de R.M	25
Fisioterapia do Agrupamento Escola R.M	6
PIEF Escola Eb2,3 de R.M	8
Desporto Escolar - Natação	36
Reformados ou pessoas portadoras de deficiência	111

39. Escola Municipal de Natação

MODALIDADES	TOTAL MÉDIO MENSAL DE ENTRADAS DE UTENTES
Natação de Bebés	30
Adaptação ao Meio Aquático	302
Aprendizagem	388
Manutenção	209
Natação de Reabilitação	22
Utilização Livre	43
Hidroginástica	569
Natação Sénior	43

Campos de Ténis

40. Total anual de utilizadores

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2013	40	30	25	53	53	44	47	54	50	22	35	11	464

Polidesportivo Municipal

41. Total Anual de Utilizadores

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2013	183	179	68	61	112	236	190	225	82	42	96	38	1.512

Pavilhão Gimnodesportivo

42. Total Anual de Utilizadores

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2013	1748	1439	1584	1267	979	1375	604	-	817	1380	1398	1423	14.014



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Atividades realizadas e apoiadas pelo município em 2013:

Comemorações do 25º aniversário do rally TT de Reguengos de Monsaraz

A seção de Motorismo da sociedade Artística Reguenguense comemorou o 25º aniversário do Rali TT de Reguengos de Monsaraz, realizando uma homenagem a várias personalidades que ao longo dos anos colaboraram e participaram no rali, tendo o apoio do Município de Reguengos realizou-se no dia 9 de fevereiro no Auditório Municipal a respetiva festividade, estando presente cerca de 120 pessoas.

3º passeio TT Rota dos Fogos

No dia 9 de dezembro realizou-se o 3º passeio TT Rota dos Fogos, organizado pelos Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz e tendo o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz, o passeio todo o terreno, sem carácter competitivo, foi destinado a motos quadas e automóveis 4X4 e desenrolou-se por caminhos rurais e municipais do nosso concelho e concelhos limítrofes, tendo como objetivo a passagem por diversos locais de interesse cultural, patrimonial e paisagístico, e teve a participação de cerca de 240 pessoas.

Caminhada das Freguesias

Esta atividade foi realizada no dia 9 de março, integrada no projeto Caminhar, Limpar e Plantar- CLP 2013 e contou com a participação de cerca 90 pessoas de ambos os sexos. O percurso teve lugar na Freguesia do Campo, com início e fim em São Marcos do Campo.

1ª Rota do Alqueva em ciclismo

Com organização da Seção de Ciclismo do Atlético Spot Clube e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz, realizou-se no dia 10 março de 2013 uma prova de ciclismo de estrada com dois percursos, um com 90 Km e o outro de 170km, participaram cerca de 250 ciclistas.

8º Mega Aventura da Escola Secundária Conde de Monsaraz

Com o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz esta atividade realizou-se no dia 15 de março pelo Grupo de Educação Física da Escola Secundária Conde de Monsaraz e envolveu cerca de 300 alunos do referido estabelecimento de ensino. O evento realizou-se na zona próxima de localidade da Cumeada, S. Marcos do Campo, junto às margens do Rio Degebe, os jovens praticaram rapel, canoagem, escalada, caminhada e orientação pedestre.

31ª Volta ao Alentejo- Crédito Agrícola – Costa Azul

Com organização da PAD – João Lagos, Cimac – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e Municípios do Alentejo realizou-se no dia 21 março uma passagem da etapa Sousel/Portel com meta volante na Praça da Liberdade em Reguengos de Monsaraz e prémio de Montanha em Monsaraz.

Esta prova foi vista por largas centenas de pessoas ao longo do percurso.

I cross- country em Monsaraz- Monsaraz Off Road

O Monsaraz Off Road foi uma iniciativa criada por um grupo de jovens da Freguesia de Monsaraz e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz com o objetivo de dinamização da Freguesia através dos desportos motorizados com provas e passeio.

Nesta primeira iniciativa tiveram presente cerca de 80 pilotos.

Semana dos trampolins



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Realizou-se nas semanas de 11 a 15 de março, 2 a 5 de abril e 8 a 12 abril, a semana dos trampolins com a organização da Seção de Ginástica e Trampolins da SAR, tendo o apoio do Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz e o Município de Reguengos de Monsaraz, com o objetivo de fomentar a prática gímnica em geral e ocupar um espaço fundamental no desenvolvimento da modalidade, estando presentes todos os alunos do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Ervideira rally TT 2013

Com o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz e organizado pela Secção de Motorismo da Sociedade Artística Reguenguense, disputou-se nos dias 20 e 21 de abril o Ervideira Rally TT, prova do Campeonato Nacional de TT da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting e Taça de Motociclismo, alargando pela segunda vez as inscrições a Motos, Moto4 (Quad's) e Buggy's . A prova contou com a participação de 130 pilotos entre os quais os principais nomes do todo-o-terreno nacional. O Parque Fechado ficou situado no Parque de Feiras e Exposições e nos Pavilhões Multiusos funcionou o Secretariado e o Gabinete de Imprensa. O percurso seletivo com cerca de 300 kms, desenrolou-se pelos trilhos e caminhos rurais do concelho de Reguengos e concelhos limítrofes de Mourão, Évora, Redondo e Alandroal.

Convívio Escolas Futebol – ASC programa “jogar à bola”

Realizou-se no dia 20 de abril no campo Virgílio Durão, com organização do Atlético Sport Clube e apoio do Município de Reguengos de Monsaraz o convívio de escolas de futebol integrado no programa “ JOGAR A BOLA”, da Associação de Futebol de Évora, decorreram jogos durante toda a manhã em dois escalões, os petizes e traquinas num total de 200 crianças.

Estafeta dos Cravos

Com o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz, a Casa de Cultura de Corval, levou a efeito no passado dia 25 de abril, a 38ª edição desta tradicional estafeta que contou com a participação de cerca de 100 atletas. A partida foi em S. Pedro do Corval com passagem por Reguengos de Monsaraz, Carrapatelo, Baldio e regresso a S. Pedro do Corval.

VIII Torneio de Minibasquetebol “Cidade de Reguengos”

Numa organização conjunta do Município e do ASC/BVRM - Terras d'el Rei, e integrada nas comemorações do 25 abril, realizou-se a oitava edição deste torneio no dia 27 de abril. Trouxe até à nossa Cidade, 13 clubes, 34 equipas num total de três centenas de jovens de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos, realizando no Pavilhão Gimnodesportivo, durante a tarde, jogos e atividades relacionadas com o basquetebol.

Troféu BTT Évora

Realizou-se no dia 28 de abril a 6ª Prova troféu BTT Évora com organização da secção de BTT da Casa de Cultura de Corval e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz. Estiveram presentes na competição cerca de 70 participantes. Esta prova integra mais 5 provas que se realizaram em Viana do Alentejo, Nossa Senhora de Machede, Monte do Trigo, Alcáçovas e Évora.

III Passeio Leonino de BTT

Realizou-se no dia 1 de maio um Passeio de BTT com organização do Núcleo do Sportinguista do Concelho de Reguengos e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz. Este Passeio teve 50 participantes.

Reguengos + saudável

Com organização da Almogor - Unidade de Cuidados na Comunidade Reguengos de Monsaraz/ Mourão e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz, realizou-se no dia 26 de maio, no Parque da Cidade, uma atividade que envolveu centenas de pessoas nas várias vertentes, tais como: atividade física em que contou com uma caminhada, spin bike, pilates e atividades de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

grupos de ginástica. Houve também aconselhamentos e sensibilização nutricionais, rastreios de espirometria, simulação de apoio à vítima de enfarte ou AVC, treino de suporte de básico de vida. Esta iniciativa teve uma importância fundamental para o bem-estar da população e uma participação muito grande.

IV Maratona BTT Piranhas do Alqueva Evonutrition

Realizou-se no dia 2 de junho a IV Maratona de BTT piranhas do Alqueva Evonutrition, com organização do clube "Piranhas do Alqueva" e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz. Este evento teve um grande impacto a nível local devido a ter sido uma prova com 750 atletas de todo o País e com figuras marcantes do ciclismo e da sociedade Portuguesa, assim como: Nelson Rosado " Grupos Os Anjos", Sandra Araújo e Celina Carpinteiro, campeãs nacionais de BTT, bem como o ex-ciclista Joaquim Gomes. Este evento além dos muitos participantes, teve também muita participação de público e familiares que ficaram instalados nas unidades hoteleiras do nosso concelho.

8ª Corrida em Família- Crédito Agrícola Vida

Numa organização do Município de Reguengos de Monsaraz, e integrada nas Festas a Stº António, realizou-se a 15 de junho, nas principais artérias da cidade uma competição com componente popular de lazer e convívio, denominada "Corrida em Família- Crédito Agrícola Vida" onde mais de 650 pessoas de todas as idades, percorreram a andar ou a correr um percurso de 4 kms.

3º Campeonato de futsal inter-núcleos sportinguistas do distrito de Évora

Com organização do Núcleo Sportinguista do Concelho de Reguengos de Monsaraz e o apoio do Município, realizou-se a 7ª jornada do 3º Campeonato Inter- Núcleos, tendo a presença além do Núcleo local a presença dos ADR Funcionários HPP Saúde, Núcleo Sportinguista "Os Leões de Évora, Núcleo Sportinguista Montemor-o-Novo, Núcleo Sportinguista " Os leões de Viana do Alentejo", Núcleo Sportinguista de Vila Viçosa, Núcleo Sportinguista de Vendas Novas e Núcleo Sportinguista de Évora num total de 100 atletas.

II Campeonato Sueca do Núcleo Sportinguista de Reguengos de Monsaraz

Com organização do Núcleo Sportinguista do Concelho de Reguengos de Monsaraz e o apoio do Município, realizou-se no dia 15 junho a final do campeonato de sueca, onde se realizaram várias jornadas durante vários meses. No campeonato participaram cerca de 60 pessoas.

IV Torneio de Futsal Cidade de Reguengos

Com organização da Sociedade União Perolívense e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz realizou-se nos dias 21, 22 e 23 de junho no Pavilhão Gimnodesportivo o IV Torneio de Futsal Cidade de Reguengos, tendo a participação de equipas formadas por casas comerciais de Reguengos, bem como, outras de fora do nosso concelho, estando presente cerca de 500 atletas.

IV Moto Convívio Terra Del Rei- " Volta pra Ilha"

Com organização do Grupo Motard Del Rei e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz realizou-se no dia 28, 29 e 30 de junho o 4º Moto Convívio que teve um Passeio no nosso concelho e vizinhos e um acampamento com várias atividades no Centro Náutico de Monsaraz e teve a participação de 200 Motard que passearam pelas aldeias ribeirinhas do nosso concelho.

XXII Regtramp e XXVI Gimnosar

Com a Organização da Secção de Ginástica da Sociedade Artística Reguenguense e com a colaboração da Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

de Reguengos de Monsaraz realizou-se no dia 13 e 14 de junho a RegTramp , Gimnosar no Pavilhão Arquiteto Rosado Correia com a participação de cerca de 390 atletas durante as duas competições.

2ª Gala Época Gímnica da Secção Ginástica Trampolins

Com organização da Secção de Ginástica de Trampolins da Sociedade Artística Reguenguense e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz realizou-se no 19 julho a respetiva gala onde foram homenageados todos os atletas e treinadores da coletividade, num total de 23.

1ª Maratona SUP Futebol 7

Com organização da Sociedade União Perolivense e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz realizou-se nos dias 26 a 28 de julho no Parque desportivo Dr. José Rosa Sereto a 1ª Maratona de Futebol 7, estando presente cerca de 100 atletas.

XVII Passeio de cicloturismo “festa dos hortelões”

Organizado uma vez mais pelo Centro de Convívio da Barrada com o apoio do Município de Reguengos, realizou-se no passado dia 4 de agosto o tradicional passeio de Cicloturismo integrado no programa da “Festa dos Hortelões”. O itinerário delineado pela freguesia de Monsaraz, foi percorrido por cerca de 150 cicloturistas, federados e populares, ao qual se seguiu um almoço de confraternização.

Passeio BTT ao luar

Integrado na programação da ExpoReg 2013 e com organização da Secção de BTT da Casa de Cultura de Corval e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz, realizou-se no dia 17 de agosto um passeio em bicicleta todo-o-terreno com aproximadamente 30 kms. Por caminhos rurais do concelho de Reguengos de Monsaraz, tendo a participação de 70 atletas.

I Crono Escalada – Ladeira do berço Monsaraz

Com organização do Grupo Desportivo BTT Piranhas do Alqueva, e o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz, realizou-se a 31 de agosto, uma corrida de ciclismo em contrarrelógio (crono-escalada) individual, com carácter competitivo numa das mais inclinadas “ladeiras” de Monsaraz, 1.000m de extensão com declive médio superior a 15%. Esta prova contou com 100 participantes.

Wings and Bikes

O Aeroclube Além Tejo com o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz, organizou nos dias 4, 5 e 6 de outubro uma atividade prática de voo ultraligeiro, para-motor e aerodelismo. Esta atividade teve como objetivo a criação de uma fusão entre os amantes dos aviões e das duas rodas motorizadas, contando com 130 participantes dos quais 30 de nacionalidade espanhola.

I Torneio de Futebol Infantil

Com organização do Atlético Sport Clube do Concelho de Reguengos de Monsaraz e o apoio do Município, realizou-se no dia 5 de outubro, o “I Torneio de Futebol Infantil – 5 outubro”, tendo a participação pelo escalão de Benjamins os clubes do A.S.C, Santiago Maior e Redondense e pelo escalão de Infantis os clubes do A.S.C, Bencatelense e Lusitano G.C. Este torneio contou com cerca 80 atletas.

Passeio TT – Rota do Vinho

A Sociedade Artística Reguenguense, nomeadamente a secção de motorismo com o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz, organizou no dia 16 de novembro mais uma edição de Passeio TT – Rota do Vinho, tendo este passagem e paragem por vários pontos de interesse cultural do concelho como por exemplo, a Vila Medieval de Monsaraz, a Cooperativa de vinhos



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

CARMIM, entre outros. Este passeio contou com 133 participantes.

7º Passeio BTT Rota da Água

A Rota da Água – Associação de Desenvolvimento Local da Freguesia de Campo com o apoio do Município, realizou-se no dia 17 de novembro mais uma edição do já habitual “Passeio BTT Rota da Água”, este passeio teve como objetivo principal a divulgação e conhecimento da Freguesia de Campo. A Rota da Água contou com 129 participantes neste evento.

Reguengos Bike Weekend

A CARMIM – Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz com o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz, organizou nos dias 23 e 24 de novembro um evento de ciclismo, no qual existiram três tipos de percurso, um percurso de 70km para cicloturismo, 8km para passeio em família e 40km para BTT. Este evento contou com a presença da equipa profissional de ciclismo Banco BIC/CARMIM Tavira e com cerca de 150 participantes.

Mini grande prémio triciclos e bicicletas

Este grande prémio foi integrado no Natal em Reguengos de Monsaraz, no dia 1 de dezembro com participação de crianças entre os 3 e os 6 anos, percorrendo um circuito na Praça da Liberdade.

I Passeio “Monsaraz Off road”- motos e quads

Realizou-se do dia 8 de dezembro um Passeio de Motos e Quads, com organização do Grupo Desportivo da Freguesia de Monsaraz e o apoio do Município de Reguengos. Teve como objetivo a mostra de todo o encanto do nosso território, os monumentos megalíticos espalhados pela freguesia de Monsaraz e arredores. Este passeio teve como finalidade também a ajuda ao forçado Armando Martins, que se lesionou gravemente numa corrida em representação do Grupo de Forçados de Monsaraz.

Teve a participação de 120 motos e quads.

Passeio BTT rota da água

No dia 9 de Dezembro realizou-se um passeio de BTT organizado pela Associação de Desenvolvimento Local da Freguesia de campo e o apoio do Município de Reguengos, teve como objetivo a promoção da modalidade, bem como o convívio entre todos os participantes de BTT do concelho.

O passeio não teve carácter competitivo, foi um passeio guiado, com um percurso aproximado de 30 kms e 60 km, e teve a participação de cerca de 120 atletas.

Corta-mato escolar da Escola Secundária Conde de Monsaraz

Com o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz esta atividade realizou-se no dia 12 de dezembro pelo Grupo de Educação Física da Escola Secundária Conde de Monsaraz, envolveu cerca de 80 alunos do referido estabelecimento de ensino.

Torneio Futsal da escola secundária Conde de Monsaraz

Com o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz e com organização do Grupo de Educação Física da Escola Conde Monsaraz e da Associação de Estudantes, realizou-se no dia 13 e 14 dezembro um Torneio de Futsal inter-turmas no Pavilhão Municipal, com a participação de cerca de 320 alunos.

Caminhada de natal

O Caminhada foi integrado no Natal em Reguengos de Monsaraz, no dia 15 de dezembro com participação de toda a população,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

percorrendo trilhos na freguesia de Reguengos, participaram cerca de 20 pessoas.

Basquetebol- final 4 sub-14 masculinos

Organizado PEMA Associação de Basquetebol do Alentejo e o Atlético Sport Clube/Bombeiros Voluntários de Reguengos, tendo o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz, realizou-se no fim de semana de 15 e 16 de dezembro a final a 4 do campeonato Regional de Sub-14 masculinos, tendo a participação das equipas do ASC/BVRM, Beja Basquete, Elétrico Ponte-de-Sôr e Salesianos Évora, estando envolvidos neste evento cerca de 120 atletas.

4. Modernização Administrativa e Rigor na Gestão dos Recursos Municipais

4.1. Gestão dos Recursos Humanos

Pessoal ao serviço em 31 de Dezembro de 2013

Carreiras	CTI				CTC				Outra				Comissão de Serviço				TOTAL			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Dirigentes Intermediários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	0	2	2	2
Técnico Superior	12	24	29	32	15	6	4	2	0	0	0	0	2	1	2	2	29	31	35	36
Assistente Técnico	50	51	52	53	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	52	52	54	53
Assistente Operacional	142	156	152	149	31	23	9	3	0	0	0	0	0	0	0	0	173	179	161	152
Informáticos	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2
Outros	3	2	1	3	0	8	13	0	9	0	0	0	0	1	0	0	12	11	14	3
TOTAL	209	235	236	239	48	38	26	5	9	0	0	0	2	4	6	4	268	277	268	248

Movimentação de Pessoal

Durante o ano de 2013 foram admitidos 7 trabalhadores, dos quais 4 por procedimento concursal, 1 mobilidades interna (1 assistente operacional), 1 trabalhador que regressou de licença integrado na carreira e categoria de assistente operacional e 1 trabalhadora que regressou às suas funções de técnica superior.

Na sequência das admissões, 6 foram admitidos na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado um trabalhador foi admitido na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo determinado na carreira e categoria de técnico superior.

Carreiras	Entradas			TOTAL	Saídas			TOTAL
	CTI	CTC	Outros		CTI	CTC	Outros	
Técnico Superior	2	1	0	3	0	3	13	16
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	1	0	0	1	0	3	0	3
Comissão de serviço	0	0	0	0	0	0	2	2
Outros	3	0	0	3	0	0	6	6
TOTAL	6	1	0	7	0	6	21	27

Quanto às saídas, como se pode verificar no quadro indicado registaram-se 27 saídas, das quais 16 por caducidade, 2 por rescisão dos trabalhadores, 2 por cessação da comissão de serviço, 1 por término da mobilidade e 6 por outros motivos.

Formação de Pessoal

Em 2013 como se verifica no quadro abaixo indicado ocorreram 26 ações de formação profissional, o que significa uma aumento na ordem dos 45 pontos percentuais.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

	Menos de 30 Horas				De 30 a 59 Horas				De 60 a 119 Horas				120 Horas ou mais				Total			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Internas	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1
Externas	22	22	15	24	1	12	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	23	34	18	25
Totais	22	23	15	25	1	13	3	0	0	0	0	0	0	0	1	23	36	18	26	

Relativamente às participações em ações de formação profissional ocorreram 15 participações numa ação de formação interna e 31 participações em ações de formação. O que representa um aumento na ordem dos 18%.

	Dirigentes Intermediários				Técnicos Superiores				Assistentes Técnicos				Assistentes Operacionais				Informática				Outros				Total						
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013			
Internas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	14	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0	15
Externas	0	3	3	2	19	26	18	13	17	16	16	10	2	18	1	6	0	0	1	0	4	0	0	0	42	63	39	31			
Totais	0	3	3	2	19	26	18	13	17	18	16	10	2	32	1	21	0	0	1	0	4	0	0	0	42	79	39	46			

4.2. Gestão do Parque de Máquinas e Viaturas

Toda a viabilidade e disponibilidade de máquinas e transporte municipais, para um regular andamento dos serviços e obras às quais estão afetas essas máquinas, depende de um grande rigor na sua gestão e manutenção, para que se consiga dar resposta atempada e eficaz a todas as solicitações existentes para os mesmos.

Neste sentido, tendo sempre em conta o sentido de serviço público, a gestão da infraestrutura em causa pautou a sua organização e gestão, baseada no controlo e rigor sobre todas as máquinas afetas ao parque de viaturas. Para se alcançar uma maior eficácia e controle sobre as mesmas, foram implementados novos mecanismos de controlo sobre a utilização dos recursos destinados às obras municipais em curso e à cedência de viaturas de passageiros às instituições concelhias que as solicitaram.

No que se refere a medidas concretas de gestão, podemos referir que todas as máquinas e viaturas pertencentes ao património municipal foram munidas de um identificador de GPS e de identificadores de condutor. Esta identificação funciona através de um cartão pessoal e intransmissível, entregue a cada colaborador do município, que conduza viaturas municipais. O sistema em questão é controlado através da internet.

Este sistema de gestão de viaturas permite um controle muito mais rigoroso sobre os quilómetros efetuados pelas viaturas, as deslocações e trajetos que efetuam todos os dias, as velocidades a que circulam e os tempos que estão a circular e parados. Para além destas indicações pode-se ainda controlar os custos associados a cada uma das viaturas e as necessidades de intervenções e reparações.

Parque de Máquinas e Viaturas municipais existentes em 2013:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Veículo	Designação do Veículo
12-39-OB	BMW
07-DV-63	Seat
06-39-QH	TMU Volvo 15 ton
21-14-QG	TMU Volvo 12 ton
26-HJ-54	TMU Bus Iveco
29-DP-80	TMU Seat 2L
38-75-PL	Trânsito
438C	Retro 438C
43-DN-56	Agua-Mitsub 6L
43-DN-63	RSU-Monos
44-91-GN	TMU 9L 44-91-GN
53-GL-37	RSU-Iveco lixo
56-70-HR	TMU Toyota 6 ton
62-21-OQ	Pintores
69-AB-41	TMU Bus Volvo
70-NM-16	TMU Transit 3L
70-NM-17	TMU 9L Transit
70-NM-18	TMU Transit 6L
78-04-CO	JIPE
82-NG-96	TMU Fiesta 96
82-NG-97	TMU Fiesta 97
91-35-DU	Opel Corsa
96-42-PP	Toyota Electr
97-37-IE	Agua Opel C
97-77-QG	RSU-Renault grua
CAT D5C	Trator Rastos D5C
DH-98-03	TMU Merc grua
EQ-98-91	TMU Bus Renault
Fiat-Hitachi	Mini retro Fiat
IR-73-05	RSU-Daf lixo
JCB1CX	Agua MiniR JCB1cx
JCB3CX	Retro JCB3CX
Manitou1337	Manitou1337
Moto Niveladora	Moto Nivel
PQ-03-97	Agua - Toyota
PQ-71-43	RSU-Volvo lixo
QT-33-11	TMU 9L QT-33-11
RE-84-08	Calceteiros
SC-59-44	Esp Verdes 4L
SE-85-99	Esp verdes-Caixa
SX-40-96	TMU Nissan 6 ton
Varredora	RSU-Varredora

Relativamente ao serviço de transporte municipais, no que se refere a cedência de viaturas, foram feitos os seguintes serviços:

Veículo	Entidade	Data	Destino
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Agrupamento de Escolas	4-12-2013	Portel
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Agrupamento de Escolas	11-12-2013	Estremoz
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Agrupamento de Escolas	13-11-2013	Vila Viçosa
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Agrupamento de Escolas	3-12-2013	Lisboa
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ASC	13-3-2013	Seixal
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ASC	18-3-2013	Lisboa
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ASC	28-9-2013	Oriola
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ASC	17-10-2013	Aldeias Montoito
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ASC	9-11-2013	Mora
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ASC	7-12-2013	Estremoz
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ASC	29-12-2013	Portel
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ASCBVRM	19-1-2013	Lisboa
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ASCBVRM	27-1-2013	Barreira
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ASCBVRM	3-2-2013	Chamusca



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Autocarro Iveco 26-HJ-54	Associação Gente Nova	18-5-2013	Granja
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Associação Gente Nova	14-9-2013	Vila Nova da Baronia
Autocarro Iveco 26-HJ-54	AVERM	14-1-2013	Monsaraz
Autocarro Iveco 26-HJ-54	AVERM	22-1-2013	Monsaraz
Autocarro Iveco 26-HJ-54	AVERM	23-5-2013	Lisboa
Autocarro Iveco 26-HJ-54	AVERM	2-4-2013	S. Pedro Corval
Autocarro Iveco 26-HJ-54	AVERM	8-4-2013	Reguengos
Autocarro Iveco 26-HJ-54	AVERM	8-4-2013	Reguengos
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Casa de Cultura de Corval	28-4-2013	Alcáçovas
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Casa de Cultura de Corval	25-5-2013	Évora
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Casa de Cultura de Corval	15-12-2013	S. Bartolomeu Outeiro
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Casa de Cultura de Corval	12-10-2013	Lisboa
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Casa de Cultura de Corval	13-10-2013	Borba
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Casa de Cultura de Corval	3-11-2013	Bencatel
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Casa de Cultura de Corval	24-2-2013	Arcos
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Casa de Cultura de Corval	30-3-2013	Estremoz
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Casa de Cultura de Corval	7-4-2013	Santana do Campo
Autocarro Iveco 26-HJ-54	CENCAL	10-7-2013	Caldas da Rainha
Autocarro Iveco 26-HJ-54	CORAL	19-5-2013	Algés
Autocarro Iveco 26-HJ-54	CORAL	1-7-2013	Sines
Autocarro Iveco 26-HJ-54	CORAL	26-10-2013	Portimão
Autocarro Iveco 26-HJ-54	CORAL	2-11-2013	Leiria
Autocarro Iveco 26-HJ-54	CORAL	16-11-2013	Queluz
Autocarro Iveco 26-HJ-54	CORAL	14-12-2013	Algés
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ESCM	14-5-2013	Aldeia da Serra
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ESCM	23-1-2013	Montoito
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ESCM	18-2-2013	Lisboa
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ESCM	20-2-2013	Borba
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ESCM	21-2-2013	Lisboa
Autocarro Iveco 26-HJ-54	ESCM	22-2-2013	Óbidos
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Grupo C D Freg Monsaraz	6-1-2013	Ervidel
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Grupo Coral de Reguengos	15-6-2013	Feijó
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Grupo Coral de Reguengos	4-8-2013	Beja
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Santa Casa M. Reguengos	16-5-2013	Lisboa
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Santa Casa M. Reguengos	1-6-2013	Évora
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Santa Casa M. Reguengos	29-7-2013	Coimbra
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Soc Recreativa Campinhense	15-9-2013	Granja
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Soc. Fil. Corvalense	16-3-2013	Cabrela
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Soc. Fil. Corvalense	20-3-2013	Estremoz
Autocarro Iveco 26-HJ-54	Soc. Fil. Corvalense	7-7-2013	Estremoz
Autocarro Iveco 26-HJ-54	SUP	14-4-2013	Redondo
Autocarro Iveco 26-HJ-54	SUP	5-5-2013	Estremoz
Autocarro Renault EQ-98-91	ASC	27-4-2013	Évora
Autocarro Renault EQ-98-91	ASC	28-4-2013	Vidigueira
Autocarro Renault EQ-98-91	ASC	12-10-2013	Évora
Autocarro Renault EQ-98-91	ASC	16-10-2013	Santo Ant Baldio
Autocarro Renault EQ-98-91	ASC	18-10-2013	Santo Ant Baldio
Autocarro Renault EQ-98-91	ASC	30-10-2013	Mourão
Autocarro Renault EQ-98-91	ASC	2-11-2013	Vendas Novas
Autocarro Renault EQ-98-91	ASC	23-11-2013	Évora
Autocarro Renault EQ-98-91	ASC	14-12-2013	Vendas Novas
Autocarro Renault EQ-98-91	ASC	22-12-2013	Estremoz
Autocarro Renault EQ-98-91	Assoc. Cult. Desp. St Ant. Baldio	19-1-2013	Sabugueiro
Autocarro Renault EQ-98-91	BVRM	23-3-2013	Vidigueira
Autocarro Renault EQ-98-91	BVRM	6-4-2013	Vila Verde Ficalho
Autocarro Renault EQ-98-91	ESCM	14-3-2013	Reguengos
Autocarro Renault EQ-98-91	ESCM	15-3-2013	Reguengos
Autocarro Renault EQ-98-91	ESCM	15-3-2013	Reguengos
Autocarro Renault EQ-98-91	Grupo C D Freg Monsaraz	7-12-2013	Granja
Autocarro Renault EQ-98-91	Grupo Coral de Reguengos	1-5-2013	Amareleja
Autocarro Renault EQ-98-91	Liga dos Combatentes RM	1-6-2013	Monsaraz
Autocarro Renault EQ-98-91	Soc. Fil. Corvalense	26-10-2013	Seixal
Autocarro Renault EQ-98-91	Soc. Fil. Corvalense	29-6-2013	Cabrela
Autocarro Renault EQ-98-91	SUP	6-1-2013	Vila Viçosa
Autocarro Renault EQ-98-91	SUP	17-2-2013	Oriola
Autocarro Volvo 69-AB-41	Agrupamento de Escolas	13-12-2013	Esporão
Autocarro Volvo 69-AB-41	Agrupamento de Escolas	11-11-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	ARPIRM	28-4-2013	Fátima
Autocarro Volvo 69-AB-41	ARPIRM	19-5-2013	Odemira
Autocarro Volvo 69-AB-41	ARPIRM	2-6-2013	Vila real
Autocarro Volvo 69-AB-41	ARPIRM	23-6-2013	Almada



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Autocarro Volvo 69-AB-41	ARPIRM	7-7-2013	Nazaré
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	6-1-2013	Montemor-o-Novo
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	13-1-2013	Lagos
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	27-1-2013	Vidigueira
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	10-2-2013	Vila Real de Santo António
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	14-4-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	25-5-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	24-2-2013	Castro Verde
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	10-3-2013	Lagoa
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	7-4-2013	Montemor-o-Novo
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	30-6-2013	Seixal
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	15-8-2013	Montemor
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	18-8-2013	Elvas
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	7-9-2013	Mora
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	20-10-2013	Lavre
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	3-11-2013	Cabrela
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	1-12-2013	Viana do Alentejo
Autocarro Volvo 69-AB-41	ASC	14-12-2013	Alandroal
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	8-5-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	9-5-2013	Seixal
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	22-5-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	23-5-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	24-5-2013	Amadora
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	28-5-2013	Lavre
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	30-5-2013	Vila Viçosa
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	3-6-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	6-6-2013	Barreiro
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	7-6-2013	Lavre
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	12-6-2013	Lavre
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	11-3-2013	Reguengos
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	14-3-2013	Reguengos
Autocarro Volvo 69-AB-41	AVERM	14-3-2013	Reguengos
Autocarro Volvo 69-AB-41	BVRM	30-8-2013	Aldeia da Luz
Autocarro Volvo 69-AB-41	CAMARA MOURÃO	22-6-2013	Amadora
Autocarro Volvo 69-AB-41	CARMIM	23-3-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	Casa de Cultura de Corval	19-1-2013	Montemor-o-Novo
Autocarro Volvo 69-AB-41	Casa de Cultura de Corval	3-2-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	Casa de Cultura de Corval	22-9-2013	Lavre
Autocarro Volvo 69-AB-41	Casa de Cultura de Corval	23-11-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	Casa de Cultura de Corval	23-11-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	Com. S. St Ant. do Baldio	27-4-2013	Fátima
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	26-4-2013	Beja
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	30-4-2013	Vila Viçosa
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	15-5-2013	Arrábida
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	16-5-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	16-1-2013	Borba
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	23-1-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	29-1-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	6-2-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	25-2-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	26-2-2013	vendas novas
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	6-3-2013	Montemor-o-Novo
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	8-3-2013	Estremoz
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	12-3-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	13-3-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	15-3-2013	Reguengos
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	15-3-2013	Reguengos
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	1-3-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	ESCM	24-6-2013	Almendralejo
Autocarro Volvo 69-AB-41	Fabrica da Igreja	5-5-2013	Elvas
Autocarro Volvo 69-AB-41	Fabrica da Igreja	9-6-2013	Coruche
Autocarro Volvo 69-AB-41	Fundação Maria Inácia V.P.Silva	7-12-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	Grupo C D Freg Monsaraz	3-5-2013	Aldeia Nova S. Bento
Autocarro Volvo 69-AB-41	Grupo C D Freg Monsaraz	2-3-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	Grupo C D Freg Monsaraz	14-9-2013	Seixal
Autocarro Volvo 69-AB-41	Grupo C D Freg Monsaraz	12-10-2013	Almada
Autocarro Volvo 69-AB-41	Grupo C D Freg Monsaraz	29-6-2013	Cuba
Autocarro Volvo 69-AB-41	Grupo C D Freg Monsaraz	2-8-2013	Serpa
Autocarro Volvo 69-AB-41	Grupo C D Freg Monsaraz	13-12-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	Grupo Columbófilo Corvalense	12-1-2013	Caldas da rainha
Autocarro Volvo 69-AB-41	Junta Campinho	9-4-2013	Estremoz
Autocarro Volvo 69-AB-41	Junta Campo	4-8-2013	Monte Gordo



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Autocarro Volvo 69-AB-41	Junta Campo	4-8-2013	Monte Gordo
Autocarro Volvo 69-AB-41	Junta Corval	13-7-2013	Castelo Vide
Autocarro volvo 69-AB-41	Junta Corval	27-7-2013	Castelo de Vide
Autocarro Volvo 69-AB-41	Liga do Combatentes RM	6-4-2013	Batalha
Autocarro Volvo 69-AB-41	Lírios do Campo	26-10-2013	Mafra
Autocarro Volvo 69-AB-41	Piranhas Alqueva	8-9-2013	Fátima
Autocarro Volvo 69-AB-41	Santa Casa M. Reguengos	28-3-2013	Lisboa
Autocarro Volvo 69-AB-41	Santa Casa M. Reguengos	5-7-2013	Fronteira
Autocarro Volvo 69-AB-41	Santa Casa M. Reguengos	10-7-2013	Estremoz
Autocarro Volvo 69-AB-41	Santa Casa M. Reguengos	7-8-2013	Alcantarilha
Autocarro Volvo 69-AB-41	Soc F H Reguenguense	16-11-2013	Sintra
Autocarro Volvo 69-AB-41	Soc Recreativa Campinhense	1-11-2013	Valejas
Autocarro Volvo 69-AB-41	Soc Recreativa Campinhense	2-11-2013	Garvão
Autocarro Volvo 69-AB-41	Testemunhas Jeová	18-5-2013	Évora
Autocarro Volvo 69-AB-41	Testemunhas Jeová	24-11-2013	Carnaxide
CAMIONETA	AVERM	6-3-2013	Reguengos
CAMIONETA	AVERM	14-3-2013	Reguengos
CAMIONETA	AVERM	15-3-2013	Reguengos
CAMIONETA	ESCM	7-3-2013	Reguengos
CAMIONETA	SAR	10-4-2013	Lisboa
Carrinha	AVERM	15-3-2013	Beja
Carrinha	Grupo Coral de Reguengos	29-6-2013	Amareleja

4.3. Gestão do Armazém

Durante o ano de 2013 deram entrada em armazém (cartuxa e economato) 2.877 registos no valor de €1.233.086,21€. Estas entradas em armazém foram valorizadas ao custo de aquisição de acordo com o ponto 4.2.1. do POCAL.

Relativamente às saídas em armazém (cartuxa e economato), adotamos o custo médio ponderado de acordo com o ponto 4.2.10. do POCAL. Estas totalizaram 2.373 saídas e no valor de €1.302.314,84€.

Para além da gestão do armazém, foram efetuadas 2.190 requisições no valor de 3.060.291,42€, sendo que de acordo com o Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º18/2008 de 29 de janeiro), foram realizados 74 ajustes diretos, dos quais 4 foram anulados, num valor de €1.138.737,52€. Foram ainda realizados 1 concurso público no valor de €149.142,00€.

4.4. Gestão do Património Municipal

No ano de 2013 houve a continuação do esforço para que os valores das contas da classe 4 representassem veridicamente o património que o Município de Reguengos de Monsaraz possui.

A medida aplicada para cumprir o objetivo de ter todo o património refletido nas contas, foi a avaliação de vários imóveis que se encontravam com valor 0, ou que ainda não estavam registados na aplicação própria do património. Os imóveis avaliados foram:

- -- Estação de Abastecimento de Água do Campinho (681.800,00€);
- -- Posto Médico do Campinho (17.180,00€);
- -- Ludoteca do Campinho (14.580,21€).
- -- Foram também efetuados os seguintes registos de imóveis doados ao Município:

- Casa de Monsaraz (22.740,00€);

- Terreno para construção em Monsaraz (276.610,00€).

Outra medida continuada no ano de 2013 foi a legalização de património municipal, que não se encontrava registado nas finanças e/ou na conservatória do registo predial.

Foram feitos 1.882 registos de bens no Sistema de Inventário e Cadastro. Desses 1.882, 1.822 foram bens móveis que incluem,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

entre outros, mobiliário para as escolas primárias do concelho, mobiliário para as extensões de saúde, equipamento informático e equipamento de escritório para a Biblioteca Municipal e equipamento para a Casa do Cante em Telheiro. Foram também registadas sete viaturas no património municipal.

De bens imóveis foram efetuados 21 registos, resultantes das imobilizações de obras encerradas, quer por administração direta, quer por empreitada.

Por último, os bens incorpóreos foram 32, principalmente licenças de software para a Biblioteca Municipal.

De forma a refletir na conta 44 apenas as obras em curso, foi efetuado um esforço para se encerrarem todas as obras já concluídas. Assim, as obras por empreitada imobilizadas no decurso do ano foram:

- Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz;
- Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz;
- Construção da Extensão de Saúde de S. Marcos do Campo;
- Casa do Cante;
- Outeiro XXI – Parque Desportivo;
- Construção de Sanitários Públicos em Cumeada;
- Requalificação de Lavadouros de Cumeada;
- Pavimentação e Beneficiação de Arruamentos em Perolivas – Rua da Caridade, Rua das Laranjeiras;
- CM 1124 – Beneficiação entre S. Pedro do Corval e St.º António do Baldio; e
- Requalificação Paisagística de Espaços Verdes em Cumeada.

Também foram imobilizadas 26 obras por administração direta, que já se encontravam concluídas, sendo a sua maioria referente a infraestruturas (ruas, largos, estradas, parques infantis, edifícios, etc.).

4.5. Implementação da Contabilidade de Custos

Perante a preocupação crescente com a obtenção de eficiência, eficácia e economia na gestão dos gastos públicos, a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras tradicionais orçamentais tornou-se escassa.

Neste cenário, a Contabilidade Analítica ou de Custos assume atualmente, nas instituições públicas, um papel preponderante como medida de análise e controlo de custos, auxiliando o processo de planificação e tomada de decisão dos gestores e administradores públicos.

No POCAL constatamos que o Sistema de Custeio Total é considerado o método privilegiado para apuramento de custos.

Os vários planos sectoriais de Contabilidade Pública, ao tornarem a Contabilidade Analítica ou de Custos obrigatória, despoletaram nas empresas de informática a necessidade de parametrizar os softwares de modo a incluir este subsistema de contabilidade. Nos municípios, universidades, institutos e escolas do ensino superior, a falta de recursos humanos e a prioridade que foi estabelecida pelas várias entidades, no aperfeiçoamento do sistema de Contabilidade Orçamental e Patrimonial, relevou para segundo plano o desenvolvimento do sistema de Contabilidade Analítica.

Contudo, com o desenvolvimento dos softwares e as crescentes necessidades de gestão, provavelmente, a médio prazo essas entidades irão aperfeiçoar os sistemas de modo a cumprir com as regras estipuladas obtendo, desta forma, os dados



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

necessários à racional tomada de decisões e à avaliação dos resultados destas instituições.

Pode-se ainda dizer, que a contabilidade de custos é de extrema importância para qualquer município, pois é uma mais-valia para perceber onde estão a ser aplicados os recursos e se estes estão a ser geridos da melhor forma.

No ponto 2.8.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, pode ler-se:

“2.8.3 — Contabilidade de custos

2.8.3.1 — A contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.

2.8.3.2 — O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.

2.8.3.3 — A imputação dos custos indiretos efetua-se, após o apuramento dos custos diretos por função,

através de coeficientes. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada bem ou serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total dos custos diretos da função em que se enquadram.

2.8.3.4 — Os custos indiretos de cada função resultam da aplicação do respetivo coeficiente de imputação

ao montante total dos custos indiretos apurados. Os custos indiretos de cada bem ou serviço obtêm-se aplicando ao montante do custo indireto da função em que o bem ou serviço se enquadra o correspondente

coeficiente de imputação dos custos indiretos.

2.8.3.5 — O custo de cada função, bem ou serviço apura-se adicionando aos respetivos custos diretos os

custos indiretos calculados de acordo com o definido no n.º 2.8.3.4.

2.8.3.6 — Os documentos da contabilidade de custos, cujo conteúdo mínimo obrigatório consta do presente

diploma, consubstanciam-se nas seguintes fichas:

- a) Materiais (CC-1);*
- b) Cálculo de custo/hora da mão-de-obra (CC-2);*
- c) Mão-de-obra (CC-3);*
- d) Cálculo do custo/hora de máquinas e viaturas (CC-4);*
- e) Máquinas e viaturas (CC-5);*
- f) Apuramentos de custos indiretos (CC-6);*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

g) Apuramento de custos de bem ou serviço (CC-7);

h) Apuramento de custos diretos da função (CC-8);

i) Apuramento de custos por função (CC-9).”

A implementação da contabilidade de custos no Município de Reguengos de Monsaraz iniciou-se em 2010.

A organização e coordenação da informação que converge para a contabilidade de custos, assim como, o tratamento da mesma nos sistemas informáticos respetivos é indispensável para que se cumpram os objetivos.

Veamos quais as aplicações informáticas envolvidas:

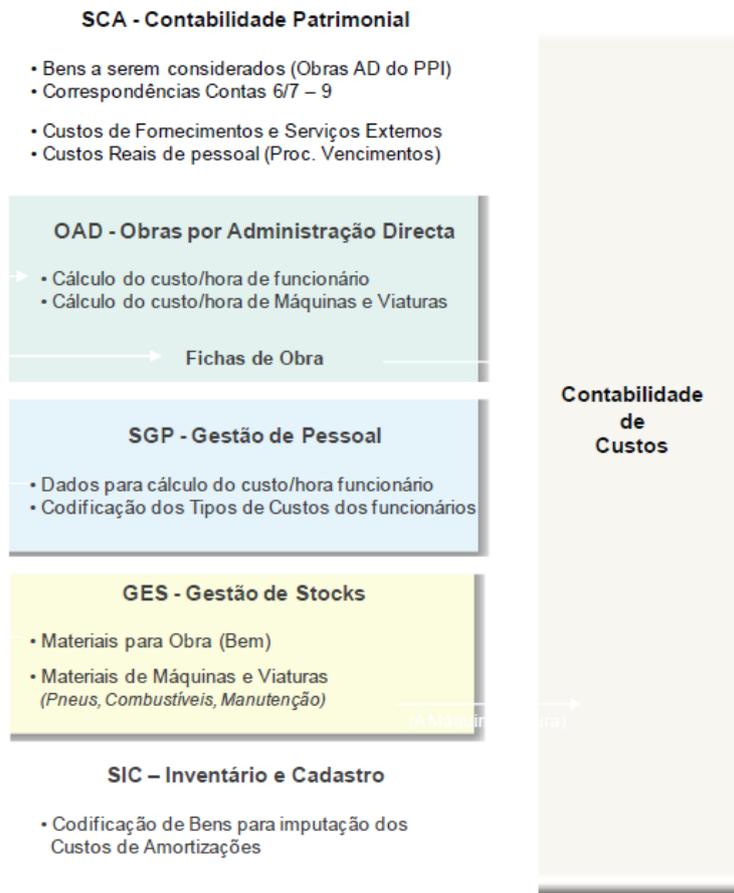


Ilustração 1. Aplicações informáticas

A Contabilidade de Custos visa apurar o custo/proveito/resultado dos BENS e dos SERVIÇOS.

BENS são todos os centros de custo definidos como investimentos ou obras por administração direta.

SERVIÇOS são todos os centros de custo definidos no sentido de apurar os custos de manutenção ou funcionamento, de p.e., serviços, atividades, eventos, etc...

O trabalho desenvolvido em 2013, permite a análise das listagem com os centros de custo dos BENS e dos SERVIÇOS, onde se podem ler os custos, os proveitos e os resultados de cada um, conforme se pode ver no ponto 2.5. da Parte III deste relatório.

4.6. Informatização dos Serviços do Município



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Os serviços de Tecnologias de Informação durante o ano de 2013 desenvolveram diversos projetos. Adquirindo, instalando e configurando diversos equipamentos, infraestruturas e serviços, dos quais salientamos:

- -- Transferência do Espaço Internet de Reguengos (Palácio Rojão);
- -- Extensões de Saúde;
- -- Balcão Social;
- -- Biblioteca Municipal;
- -- Mercado Municipal;
- -- Espaços Internet do Concelho (novas funções e cartão do cidadão);
- -- Rede wireless no Jardim Público;
- -- Centro Logístico;
- -- Gestão de águas (novos tarifários e formulários sem pré-impressão);
- -- Desenho Assistido por computador – ZWcad;
- -- Sistema de Bilhética; e
- -- Serviços Online.

Transferência do Espaço Internet de Reguengos



Atendendo ao decorrer das obras de adaptação do palácio Rojão a Biblioteca Municipal foi necessário mudar o Espaço Internet de Reguengos que aí funcionava, para o Centro Comercial Arcádia. Para esse efeito foi necessário criar nesse espaço uma rede de cablagem e proceder á transferência das linhas de comunicações.

As Tecnologias da Informação nas Extensões de Saúde

À medida que foram sendo concluídas algumas das extensões de saúde do concelho, assim os serviços de tecnologias de informação providenciaram as ações necessárias para dotar esses espaços dos equipamentos necessários ao seu funcionamento, nomeadamente redes de cablagem estruturada, computadores e impressoras. A Extensão de Saúde de S. Marcos foi uma obra completamente nova, sendo concluída no ano de 2013. Também a Extensão de Saúde de Campinho foi remodelada e foi anexado à mesma, o Balcão Social de Campinho. Este balcão pretende fornecer atendimentos diversos desde a possibilidade do pagamento das faturas de água até à entrega de receitas médicas que os serviços da União de Freguesias de Campo e Campinho se encarregam de adquirir na sede do concelho evitando assim a deslocação das pessoas com dificuldade



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

de mobilidade. Este balcão tem 2 PCs, 1 multifunções, acesso á internet e serviço Meo voz e dados.

As Tecnologias da Informação na Biblioteca Municipal

A Biblioteca Municipal requereu uma atenção particular, pela dimensão do edifício e pelas características do mesmo.

Para a informatização dos serviços da biblioteca foram levados em conta 5 fatores:

- -- A infraestrutura de comunicação externa ao edifício;
- -- A rede interna;
- -- Equipamentos informáticos;
- -- Multimédia; e
- -- Software de BackOffice.



Em relação à infraestrutura de comunicação externa ao edifício foi necessário em primeiro lugar redesenhar o traçado da cablagem de fibra ótica que atravessava toda a fachada principal do edifício, tendo-se optado por um traçado subterrâneo. Para que esta operação fosse possível de realizar foi necessário o corte da referida fibra e posterior conetização em juntas parciais e fusão junto dos equipamentos ativos. Esta solução foi apoiada pela opção que definiu que todas as comunicações quer de voz ou dados fossem feitas a partir do cuore instalado no edifício dos Paços do Concelho, isto é, no edifício não existiriam linhas telefónicas e que todas as comunicações de voz, internet e dados seriam fornecidos pelo cuore. Para que esta conceção técnica fosse possível foi necessário reforçar a capacidade de processamento e armazenamento de dados com um servidor IBM X3650 e uma DATA STORAGE DE FIBRA IBM® D53524 COM 7 X DISCOS RÍGIDOS 1TB 2.5 . Para as comunicações usamos a tecnologia VOIP já usada no Município.

VOIP - Voz sobre o protocolo Internet (Voice over Internet Protocol - VoIP) é uma tecnologia que permite ao utilizador estabelecer chamadas telefónicas através de uma rede de dados como a Internet, convertendo um sinal de voz analógico num conjunto de sinais digitais, sob a forma de pacotes com endereçamento IP, que podem ser enviados, designadamente, através de uma ligação à uma rede local. Para isso pode ser usado um telefone IP.

Procedeu-se então á instalação de telefones IP que utilizam cabos UTP que são os mesmos utilizados na rede de computadores como já se referiu, estabelecendo-se assim uma rede de voz entre todos os edifícios do Município. Esta rede de voz, tirando partido do anel de fibra ótica que liga as sedes de concelho do distrito de Évora, permite que se estabeleça uma rede distrital entre os telefones IPs instalados nos Municípios.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

A rede de cablagem estruturada do edifício foi executada pelo empreiteiro da obra sendo acompanhada pelos técnicos do Município. Essencialmente foi estruturada pelos pisos existentes, correspondentes à cablagem do rés-do-chão e a chegada de cablagem do exterior e ao primeiro andar com cablagens desse piso. A comunicação entre os dois bastidores é assegurada por fibra ótica e como reserva, cablagem em cabo UTP cat6. Os equipamentos ativos são Cisco Catalyst 2960S com portas de fibra ótica. Salientamos também que foi providenciada infraestrutura com cablagem destinada a multimédia na área dos auditórios (cablagem VGA, HDMI e som). De referir ainda a concepção e instalação de uma rede wireless para cada piso do edifício.

Para a Biblioteca poder funcionar, foram adquiridos diversos equipamentos informáticos nomeadamente:

- -- Computadores portáteis;
- -- Computadores desktop;
- -- Computadores al in onde;
- -- Impressoras;
- -- Impressoras multifunções;
- -- Impressora de cartões PVC; e
- -- Leitores de códigos de barras.

Atualmente as bibliotecas como espaços culturais que são, usam as mais diversas tecnologias. Para além dos equipamentos informáticos imprescindíveis ao funcionamento dos serviços, foram adquiridos, instalados e configurados diversos equipamentos multimédia, tais como:

- -- Televisores Led;
- -- Leitores DVD;
- -- Amplificadores de som;
- -- Projetor de vídeo de teto;
- -- Ecrã regulável em altura;
- -- Quadros interactivos; e
- -- Sistemas de som.

Estes equipamentos permitem a realização de conferências, palestras, sessões de projeção de filmes ou documentários, ou ainda a realização de pequenos espetáculos, para além da utilização dos televisores com os respetivos leitores de DVD.

Toda esta tecnologia serve de suporte à gestão da biblioteca municipal através do software Biblionet. Este software assenta numa plataforma cliente servidor e baseia-se numa aplicação web. O software é acedido através de um browser aos utilizadores com permissão para aceder ao mesmo. As principais características deste software são:

SISTEMA WEB-BASED - Toda a gestão e operação dos vários módulos é feita através de uma interface WEB. Não requer a instalação a nível local de qualquer software específico à exceção de um browser (Internet Explorer).

CENTRALIZADO- A aplicação assim como as bases de dados são instaladas numa única



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

máquina (servidor), podendo ser partilhada em tempo real por uma comunidade de utilizadores. Operações, como por exemplo, recolha de dados, pesquisa, empréstimo podem ser executadas em simultâneo por vários utilizadores (credenciados) e a partir de qualquer parte do mundo.

MULTI-ENTIDADE - Este conceito permite na mesma instalação, gerir várias entidades (bibliotecas) com bases de dados comuns (ou não) e com requisitos em termos administrativos independentes. Neste contexto, incluem-se os dados relativos a políticas de empréstimo, aquisições, etc.

MULTI-GRUPO - Cada entidade pode gerir os seus utilizadores (staff) e associá-los a diferentes grupos com características e exigência específicas. Este tipo de organização facilita as operações de gestão e administração de um sistema centralizado.

MULTI-BASE - Uma entidade pode possuir e gerir múltiplas bases de dados. Os dados podem ser armazenados em diferentes bases de dados. O utilizador tem ao seu dispor uma opção que lhe permite criar novas bases de dados a partir das estruturas predefinidas. Em termos de acesso às bases, o sistema deve permitir a definição de regras de acesso: ou seja, deve ser possível definir quem pode e não pode aceder a uma base de dados (permitir ou negar o acesso a: todos, grupos, utilizadores).

MULTI-FORMATO - Permite a gestão de bases de dados em múltiplos formatos (UNIMARC, MARC21, XMARC). O funcionamento dos formatos de apresentação, pesquisa e toda a interação com o utilizador funcionam da mesma maneira. Em termos de administração, o acesso a esta definição é reservado e contempla a definição dos elementos chave da base de dados (caraterização) – Por exemplo: campos, subcampos, regras de preenchimento dos campos/subcampos, ligação dos campos a índices, validações, modelos de recolha de dados, formatos de visualização, formatos de impressão, índices de pesquisa e respetiva definição (campos), etc.

(<http://www.bibliosoft.pt/pt/content/12-biblionet/31-carateristicas-gerais>)

As Tecnologias da Informação no Mercado Municipal

O Mercado Municipal foi também alvo de reestruturação através de obras de construção civil e também de infraestruturas de comunicações. Na ótica dos serviços de tecnologias de informação a reestruturação desse espaço incidu nas seguintes vertentes:

- -- Traçado de FO;
- -- Rede Interna;
- -- VOIP;
- -- Posto de Turismo; e
- -- Multimédia.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



O cabo de fibra ótica tinha o seu traçado passando por cima do telhado do Mercado Municipal, aproveitando as obras do Mercado entendeu-se que seria oportuno alterar esse traçado e criar passagens subterrâneas para a passagem desse cabo. Para esse efeito os serviços de tecnologias de informação procederam á remoção do cabo antigo e instalaram um novo cabo entre a junta de fusão situada na fachada da zona das lojas e a entrada para o atual Posto de Turismo sito no Mercado Municipal, procedendo á fusão da referida fibra quer na junta quer no bastidor de distribuição do mercado. Dotou-se também este bastidor com equipamento ativo de rede (switch 2960) para os novos serviços e utilizações deste novo espaço.

A rede de cablagem estruturada do edifício foi projetada no sentido de dar resposta às necessidades atuais e também preparada para possíveis ampliações futuras.

Á semelhança de todos os outros espaços onde funcionam serviços municipais, foi objetivo instalar a tecnologia VOIP, pois dessa forma temos comunicações dentro da rede distrital da CIMAC a custo zero e as comunicações para o exterior a preços reduzidos, não necessitando de instalações de linhas telefônicas. No Mercado Municipal também as comunicações de voz fazem parte do sistema VOIP.



No edifício do Mercado Municipal foi instalado o Posto de Turismo que até 2013 funcionou na sede da CMRM. Nesse espaço foi instalado todo o equipamento necessário ao seu funcionamento: computador, equipamento multifunções que serve também todos os outros postos de trabalho, e um sistema multimédia constituído por televisor e leitor de DVD. No Posto de Turismo também se encontra instalado um posto de bilhética fazendo a venda de bilhetes para o Auditório Municipal.

Referimos ainda a montagem de um sistema multimédia na fachada lateral do mercado municipal no lado do jardim da cidade,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

constituído por um monitor de leds com 2x1m assistido por um computador que se pretende projetar informações uteis aos visitantes. Este sistema funciona em rede.

Espaços Internet

Também os espaços internet do concelho de Reguengos de Monsaraz adquiriram novas competências aderindo a um projeto-piloto que visou dota-los de serviços de apoio aos cidadãos, nomeadamente com a utilização do cartão de cidadão. Este projeto-piloto foi noticiado em diversas publicações das quais reproduzimos:



“Projeto-piloto a nível nacional tem início em Reguengos de Monsaraz

ESPAÇOS INTERNET DO CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ VÃO TER PONTOS DE ACESSO ASSISTIDO A SERVIÇOS PÚBLICOS ELETRÓNICOS

Os espaços internet do Município de Reguengos de Monsaraz vão ficar dotados a partir de quarta-feira, dia 5 de junho, de pontos de acesso assistido a serviços públicos eletrónicos. Neste dia, Paulo Neves, Presidente do Conselho Diretivo da Agência para a Modernização Administrativa, será recebido às 10h na autarquia, seguindo-se uma visita ao Espaço Internet de Reguengos de Monsaraz.

A partir das 11h decorrerá a apresentação deste projeto-piloto no Espaço Internet de Campinho, através do qual os munícipes poderão tratar de assuntos como o registo automóvel, registo civil, registo predial, alteração de morada, pensão de velhice, pensão de invalidez, abono de família para crianças e jovens, prova escolar, documento único automóvel, contribuições e impostos, consultas médicas no centro de saúde, listas de espera para cirurgias, entre muitos outros serviços.

Com este projeto são disponibilizados os serviços dos diversos portais da administração pública a todos os cidadãos através dos espaços internet. Assim, as pessoas que não têm computadores ou com dificuldades na utilização das novas tecnologias de informação e comunicação podem ser ajudados pelos funcionários dos espaços internet que receberam formação pela Agência para a Modernização Administrativa.

Os pontos de acesso assistido a serviços públicos eletrónicos vão permitir a revitalização dos espaços internet com novas e úteis funcionalidades de aproximação aos cidadãos. A autarquia tem dois espaços internet na cidade de Reguengos de Monsaraz e um nas seguintes localidades: Caridade, Perolivas, Campinho, S. Marcos do Campo, S. Pedro do Corval e Monsaraz.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

(<http://www.portalalentejano.com>)”

Prosseguindo na informatização de diversos serviços e numa ótica da oferta de serviços foi instalado no Parque da Cidade uma rede wireless com acesso gratuito á internet podendo os visitantes do parque aceder às suas contas de email ou consultar genericamente a internet. Esta rede é também acessível na zona do Mercado Municipal.



De entre outros projetos concretizados, os serviços de tecnologias de informação referem a preparação das infraestruturas de rede para o Centro Logístico nomeadamente a preparação e definição do traçado de fibra ótica.

Referimos também a reestruturação dos tarifários de água na aplicação de gestão de águas SGA, assim como a respetiva fatura que foi adaptada para que deixe de ser necessário fazer pré-impressão.

Foi adotado pelo Município de Reguengos de Monsaraz a utilização de software de CAD Zwcad com seis licenças flutuantes que consistem em serem configuradas num equipamento servidor e que permite a utilização de seis utilizadores em simultâneo usem a aplicação, independentemente do número de PCs onde o software esteja instalado.

Ainda no ano de 2013 preparamos equipamentos com o objetivo disponibilizar os serviços online do Município de Reguengos de Monsaraz. Foi criado um servidor virtual e foram instalados os webservices.

Por fim uma palavra sobre um projeto de bilhética que foi adquirido pelo Município através do programa Teias com vista á informatização da bilheteira do Auditório Municipal.



4.7. Promoção Institucional, Comunicação e Imagem



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

4.7.1. Comunicação e imprensa

Na área da Comunicação e Imprensa foram asseguradas e acompanhadas importantes reportagens de televisão, de rádio e de imprensa que promoveram o Município de Reguengos de Monsaraz nas mais variadas áreas da sua atuação. Assegurou-se igualmente o agendamento e realização de entrevistas presenciais, por telefone ou por e-mail. As notícias sobre o Município de Reguengos de Monsaraz e sobre o concelho de uma forma geral, para além de outras de interesse para a autarquia, integram o Clipping realizado diariamente.

Foi igualmente definida, negociada e assegurada a publicidade institucional e dos eventos nos meios de comunicação social, assim como a produção dos textos dos spots para as rádios.

Nesta área deve-se ainda referir a produção do InfoRM e da síntese informativa para o jornal Palavra, para além das Notas de Imprensa divulgadas, nomeadamente:

- -- Município de Reguengos de Monsaraz aprovou orçamento de 23 milhões de euros;
- -- Grupos corais vão Cantar aos Reis na vila medieval de Monsaraz;
- -- Iluminação pública LED de Reguengos de Monsaraz foi uma das 16 finalistas do prémio Aurorália;
- -- Alunos da Escola Básica do 1º Ciclo de S. Pedro do Corval apresentam CD de cante alentejano;
- -- Municípios de Reguengos de Monsaraz e de Portel entregam providências cautelares;
- -- Reguengos de Monsaraz vai beneficiar estradas de acesso ao Grande Lago Alqueva;
- -- Livro apresenta poesias e fotografias sobre a vila medieval de Monsaraz;
- -- Esculturas de Visitação Zambujo em exposição na vila medieval de Monsaraz;
- -- Município de Reguengos de Monsaraz promove sessão de esclarecimento sobre o novo sistema de faturação e circulação de mercadorias;
- -- José Calixto eleito Presidente do Conselho Regional;
- -- Festival aquático promove convívio entre alunos da escola municipal de natação;
- -- Carnaval das Escolas de Reguengos de Monsaraz vai divertir cerca de mil crianças;
- -- Victor Cameirão apresenta exposição de pintura "Monsaraz Museu Com Vida";
- -- Escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Reguengos de Monsaraz receberam novo mobiliário;
- -- Município de Reguengos de Monsaraz está a receber candidaturas de jovens para o programa de ocupação temporária;
- -- Balcão Social vai ser inaugurado em Campinho para apoiar a população que o governo quer deixar sem junta de freguesia;
- -- Cartão Solidário do Município de Reguengos de Monsaraz vai atribuir benefícios nas áreas social, habitação e saúde;
- -- Seminário em Reguengos de Monsaraz vai apresentar às empresas as oportunidades de negócios nos mercados da Colômbia e do Paraguai;
- -- Município vai construir novo quartel para a GNR de Reguengos de Monsaraz num investimento de 2,5 milhões de euros;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- -- *Mais de uma centena de empresários e instituições no seminário sobre apoios ao investimento na Colômbia e no Paraguai;*
- -- *Exposição pretende incentivar a população a utilizar sacos do pão em pano quando vai comprar pão;*
- -- *“Caminhar, Limpar e Plantar” promove sensibilização ambiental em Reguengos de Monsaraz;*
- -- *Exposição “Diversitas” apresenta obras de seis artistas na vila medieval de Monsaraz;*
- -- *Associações e instituições do concelho de Reguengos de Monsaraz apresentaram candidaturas a fundos comunitários;*
- -- *Volta ao Alentejo em bicicleta passa por Reguengos de Monsaraz e pela vila medieval de Monsaraz;*
- -- *Paços do Município e Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz de luzes apagadas na Hora do Planeta;*
- -- *Rotary Clube de Évora entregou 15 cabazes da Páscoa para famílias de Reguengos de Monsaraz em situação de vulnerabilidade social;*
- -- *António Palmira apresenta exposição de cerâmica e escultura na vila medieval de Monsaraz;*
- -- *Sónia D’Assumpção apresenta exposição de tapeçaria na vila medieval de Monsaraz;*
- -- *Reguengos de Monsaraz assinala Dia Internacional dos Monumentos e Sítios com visitas gratuitas ao património do concelho;*
- -- *Análise e debate sobre o vinho do Alentejo em Reguengos de Monsaraz e Borba;*
- -- *Reguengos de Monsaraz comemora 25 de Abril com música, desporto e a inauguração da Extensão de Saúde da Freguesia de Campo;*
- -- *Trienal do Alentejo apresenta em Reguengos de Monsaraz o Basque Culinary Center, de Ferran Adrià;*
- -- *Recital de poesia de Manuel Freire na Feira do Livro de Reguengos de Monsaraz;*
- -- *Encontro de Idosos e Feira Sénior promovem convívio no Parque da Cidade de Reguengos de Monsaraz;*
- -- *Seniores entre os 55 e os 82 anos de idade participam em curso de alfabetização em S. Marcos do Campo;*
- -- *Maiores centros oleiros da Península Ibérica juntam-se em S. Pedro do Corval na Festa Ibérica da Olaria e do Barro;*
- -- *Lançamento livro Mãos que criam;*
- -- *Lançamento catálogo olarias FIOBAR;*
- -- *Ribeira da Caridade, no concelho de Reguengos de Monsaraz, vai ter projeto de preservação;*
- -- *“Reguengos Mais Saudável” promove convívio no Parque da Cidade de Reguengos de Monsaraz;*
- -- *José Calixto recebeu Prémio Prestígio 2012 atribuído pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais;*
- -- *Reguengos de Monsaraz e Alconchel assinaram acordo de colaboração nas áreas da cultura, desporto, turismo, educação e desenvolvimento rural;*
- -- *Projeto de beneficiação das estradas de acesso ao Grande Lago recebe 1,4 milhões de euros de financiamento comunitário;*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- -- *Reguengos de Monsaraz comemora Dia da Criança nas Piscinas Municipais;*
- -- *Espaços internet do concelho de Reguengos de Monsaraz vão ter pontos de acesso assistido a serviços públicos electrónicos;*
- -- *Boss AC, Os Azeitonas e Emanuel nas Festas de Santo António em Reguengos de Monsaraz;*
- -- *"Portugal em Festa" quer bater recorde mundial da maior Açorda de Peixe do Rio nas Festas de Santo António, em Reguengos de Monsaraz;*
- -- *Pintura Naif de Ramos Santos em exposição na vila medieval de Monsaraz;*
- -- *Maratona mototurística 15º Portugal de Lés a Lés vai passar por Reguengos de Monsaraz;*
- -- *João Moura, Luís Rouxinol e João Maria Branco no Concurso de Ganadarias nas Festas de Santo António;*
- -- *Projeto de preservação da Ribeira da Caridade vai efetuar estudos biofísicos na linha de água;*
- -- *Reguengos de Monsaraz recebe campeonatos regionais de natação;*
- -- *A vila medieval de Monsaraz pela lente dos fotógrafos João Frutuosa, David Ramalho e António Caeiro;*
- -- *Casa do Cante vai ter estúdio de gravação para os grupos corais do concelho de Reguengos de Monsaraz;*
- -- *Museu do Fresco, em Monsaraz, apresenta exposição sobre os achados no complexo arqueológico dos Perdígões;*
- -- *Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz abre ao público na sexta-feira após requalificação de todo o edifício;*
- -- *Vila medieval de Monsaraz vai ter Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização;*
- -- *Exporeg promove há mais de duas décadas as atividades económicas do concelho de Reguengos de Monsaraz;*
- -- *Patico apresenta "Simbiose" no ciclo de exposições Monsaraz Museu Aberto;*
- -- *Reguengos de Monsaraz comemora o Dia Internacional da Juventude com entradas grátis nas Piscinas Municipais;*
- -- *Reguengos de Monsaraz promove campanha de sensibilização ambiental;*
- -- *Exposição de Lita na vila medieval de Monsaraz homenageia a cantora espanhola Isabel Pantoja;*
- -- *Mariano Torres apresenta exposição "Pasión Taurina" na vila medieval de Monsaraz;*
- -- *Grupo de voluntariado promove convívio intergeracional e troca de experiências;*
- -- *Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz inaugurada no Palácio Rojão;*
- -- *Django Tributo – Sexteto de Hot Jazz abre Outubro Mês da Música no Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz;*
- -- *"Retrospectiva" de Rita Pardal na vila medieval de Monsaraz;*
- -- *Companhia de Dança Contemporânea de Évora apresenta "Romeu e Julieta, Encontro Desencontro", no Outubro Mês da Música;*
- -- *José Calixto afirma que vai "ter uma firme e exigente cultura democrática" e que todos os autarcas agora eleitos têm "exata noção do que é o serviço público";*
- -- *Quinteto Lusotango interpreta tangos de Astor Piazzolla no Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz;*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- -- *Vitorino e Banda da Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense encerram Outubro Mês da Música;*
- -- *Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz apresenta duas exposições da Liga dos Combatentes;*
- -- *Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz recomenda manutenção dos símbolos das anteriores freguesias e de todos os serviços para a população;*
- -- *Exposição "Serena cumplicidade" de Maria da Glória na vila medieval de Monsaraz;*
- -- *Reguengos de Monsaraz oferece brindes aos turistas no Dia Europeu do Enoturismo;*
- -- *Reguengos de Monsaraz promove inserção profissional das pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade;*
- -- *Oficina de Cante Alentejano na Casa do Cante do concelho de Reguengos de Monsaraz;*
- -- *Anna Rocheta apresenta exposição de pintura Alma de Mulher na vila medieval de Monsaraz;*
- -- *Descida dos impostos municipais em Reguengos de Monsaraz para ajudar as famílias e as empresas do concelho;*
- -- *Presépio de Rua com quase meia centena de figuras em tamanho real regressa à vila medieval de Monsaraz;*
- -- *Xana Toc Toc é a estrela do Natal em Reguengos;*
- -- *Rão Kyao vai tocar em Reguengos de Monsaraz, S. Pedro do Corval e Monsaraz;*
- -- *As aventuras de Xana Toc Toc no Natal em Reguengos de Monsaraz; e*
- -- *Homenagem a José Rosa Sereto e concerto da Orquestra Planície nas comemorações do Dia da Cidade de Reguengos de Monsaraz.*

4.7.2. Design, Publicidade e Imagem institucional

O Serviço de Comunicação e Imagem apoia praticamente todas as atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal bem como outras atividades de associações do concelho.

Imagem e promoção de grandes eventos do Concelho

- -- *FIOBAR – Festa Ibérica da Olaria e do Barro;*
- -- *Festas de Santo António;*
- -- *Feira do Livro;*
- -- *EXPOREG;*
- -- *Outubro Mês da Música; e*
- -- *Natal em Reguengos de Monsaraz (Presépio de Rua em Monsaraz, Cante ao Menino).*
- -- *Publicações*
- -- *Paginação dos principais documentos de gestão do município, nomeadamente as "Informações do presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal", documentos de prestações de contas e orçamento e GOP, Mapa de pessoal, organograma, entre outros.;*
- -- *Início da revisão e reestruturação dos Guias de Turismo de Reguengos de Monsaraz;*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- -- Livro “A arte das mãos Catálogo de olaria”;
- -- Paginação da Prestação de Contas 2012, entre outros documentos;
- -- Paginação do Boletim Municipal nº 27;
- -- Livros da coleção “A nossa história” publicados neste período;
- -- Livro “Mãos que criam A Olaria em São Pedro do Corval”;
- -- Catálogo de olaria “A Arte das mãos”;
- -- Campanha Ambiente – trípticos;
- -- Início da paginação do livro para a campanha do ambiente;
- -- Livro “No Enleio dos Sentimentos”, de Gabriel Raminhos;
- -- Livro de Candidatura para a Exposição Nacional de Columbofilia;
- -- Boletim Municipal InfoRM;
- -- Imagem para o CD da Sociedade Filarmónica Corvalense;
- -- Layout Newsletter Recurso Humanos;
- -- Design e preparação da apresentação do executivo 2013-2017;
- -- Sínteses informativas para o Jornal “Palavra”;
- -- Postais Culturais; e
- -- Paginação de diversos materiais de imprensa (Declarações aos Meios de Comunicação Social, Notas Informativas, etc).

Projeto de Candidatura da Olaria a Património Imaterial da Humanidade

Realização de filme documental sobre o tema, incluindo a elaboração de guiões, entrevistas, filmagens, etc.

Para além da criação e gestão da imagem destes eventos e iniciativas, o Serviço de Comunicação e Imagem tem desenvolvido um trabalho constante de atualização e evolução do site do município, do painel de vídeo gigante que se encontra na Praça da Liberdade, e da página do facebook “Reguengos ComVida”.

Não queremos deixar de fazer notar a divulgação dos restantes eventos e iniciativas como os cinemas, a programação cultural no Auditório Municipal, os ciclos de exposições “Monsaraz Museu Aberto”, os diversos eventos de desporto e de ação social, entre outros.

São também elaboradas por este gabinete, fotorreportagens sobre praticamente todos os eventos que se realizam no nosso concelho.

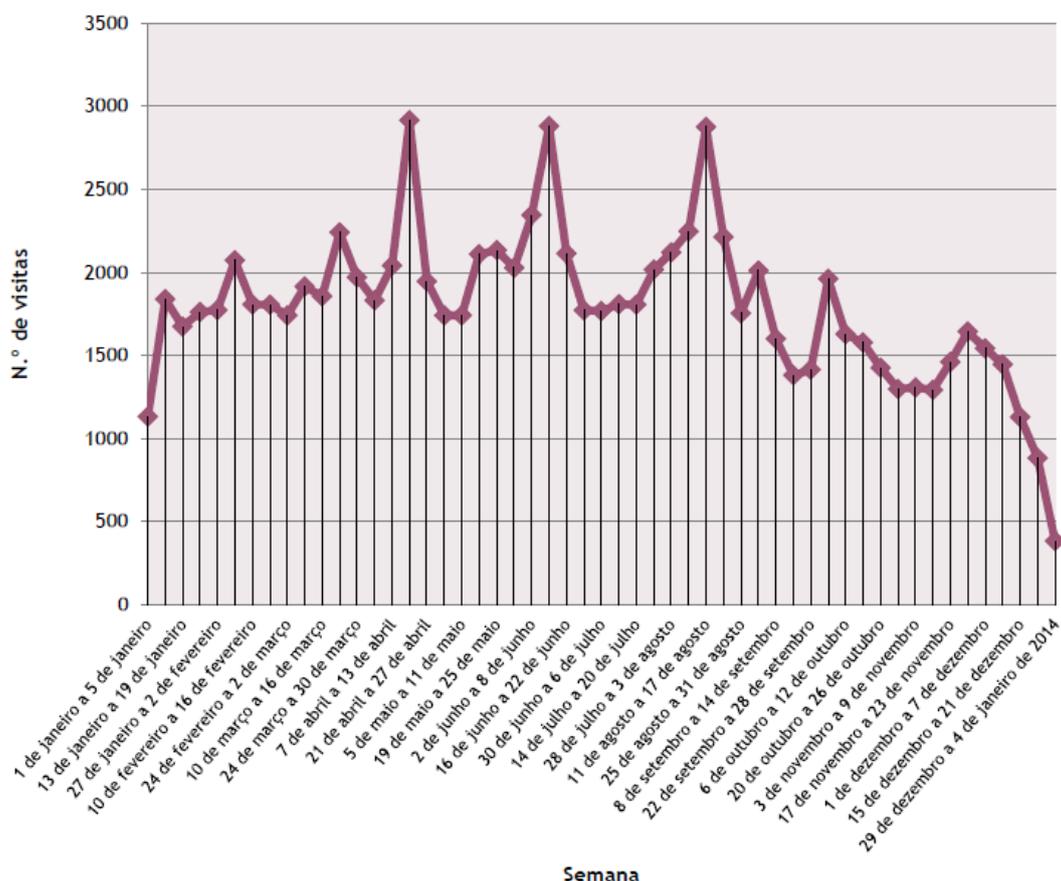
Breve análise estatística do site do Município www.cm-reguengos-monsaraz.pt.

43. Evolução semanal das vistas ao site do município no ano de 2013



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Como se pode verificar no gráfico, as datas com maior número de visitas correspondem à produção de grandes eventos, nomeadamente “Comemorações do 25 de Abril”, “Festas de Santo António” e “ExpoReg”.

44. Número de visitantes: novos vs Retorno

Tipo de Visitante	Visitas	% de Novas visitas	Taxa de rejeições	Páginas/Visita	Duração média da visita
Novos visitantes	55.119	58%	54,37%	3,39	130,99
Retorno	40.018	42%	38,34%	4,42	278,48
Total Anual	95.137	100%	47,12%	3,91	163,9

No ano de 2013 houve um total de **95.137** visitantes, onde 58% representam novos visitantes.

Pode-se notar uma tendência em que os novos visitantes por regra permanecem menos tempo no site, enquanto os que retornam já se mantêm mais tempo e o nº de páginas visitadas é ligeiramente maior.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

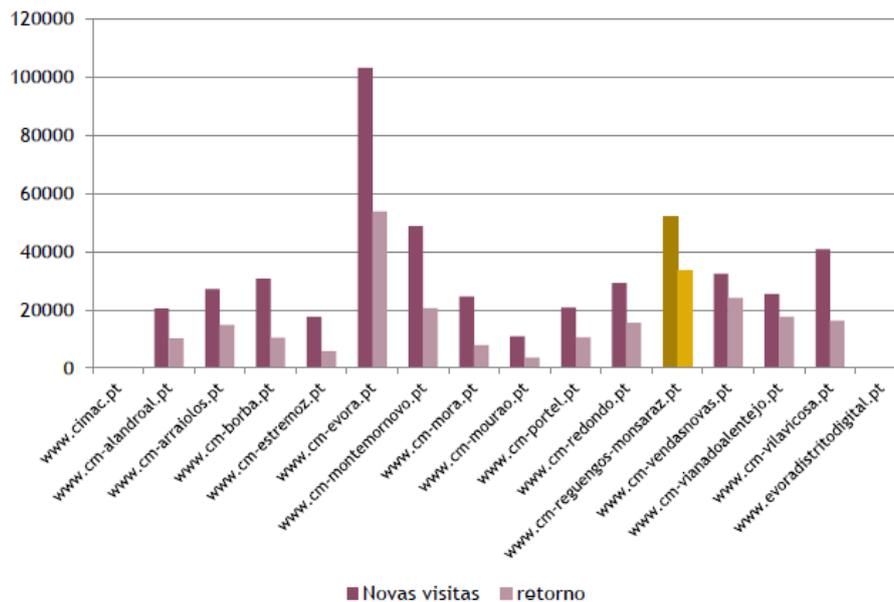
Câmara Municipal

45. Evolução das visitas no ano de 2013: novos vs Retorno



46. N.º de visitas dos diversos sites municipais da EDD: ano de 2010

(estatísticas desde o 26 de abril, data em que ficou online)

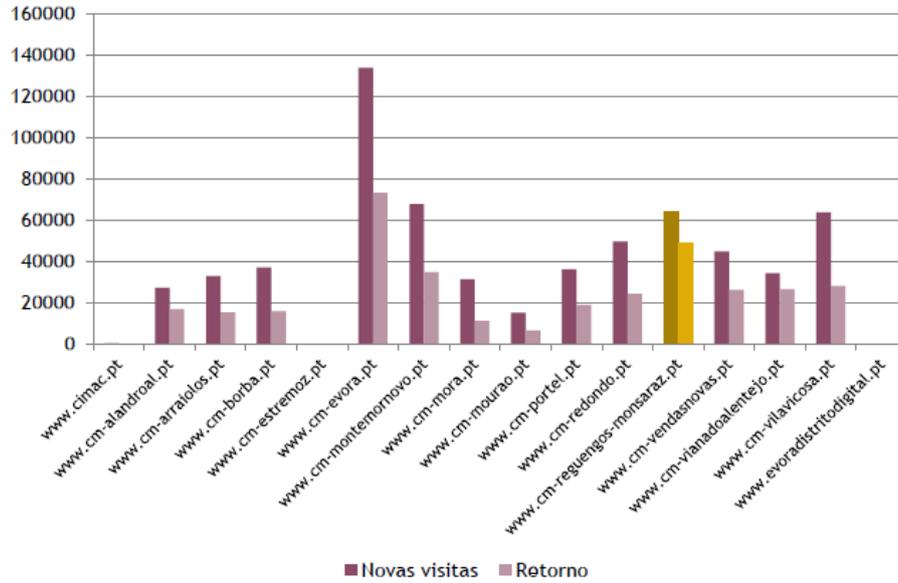




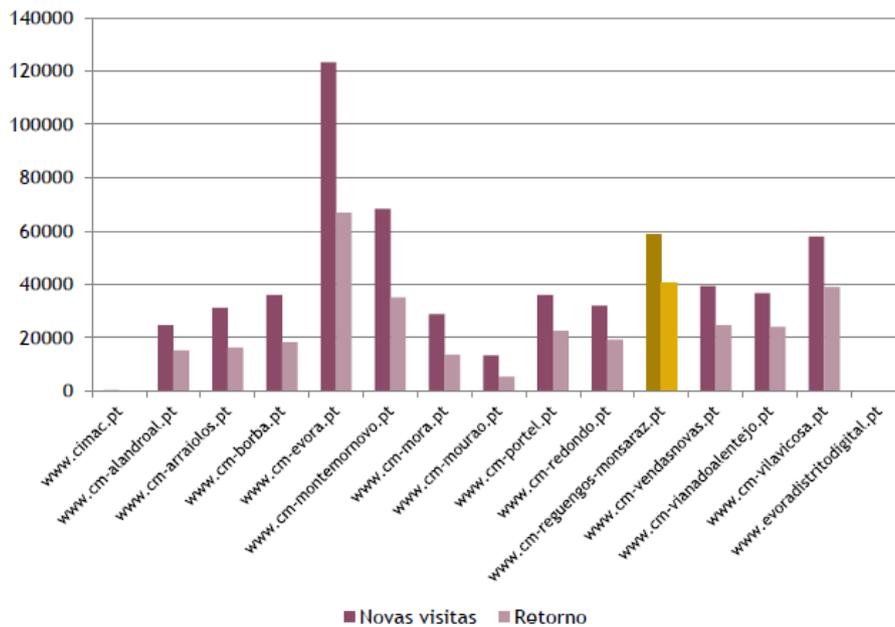
MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

47. N.º de visitas aos diversos sites municipais da EDD: ano de 2011



48. N.º de visitas aos diversos sites municipais da EDD: ano de 2012

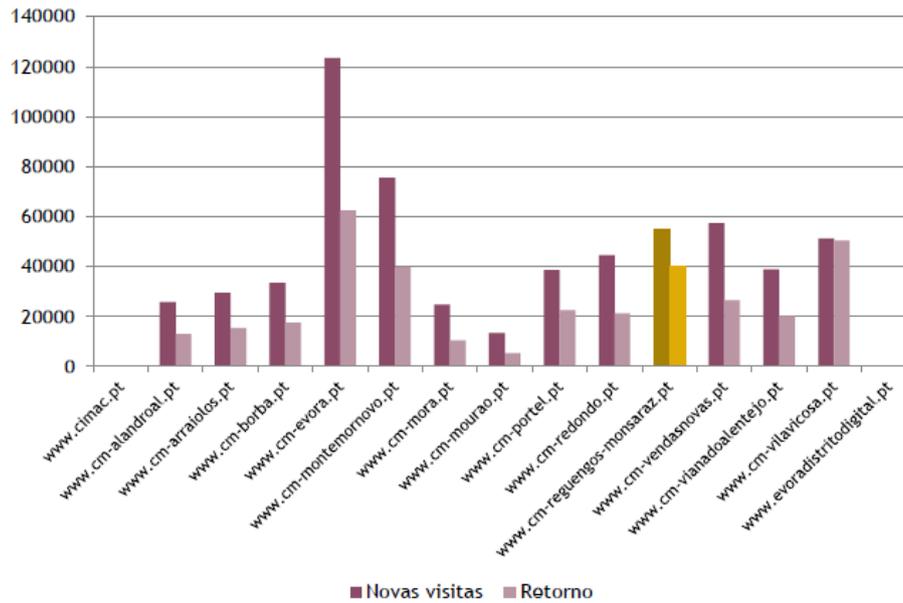




MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

49. N.º de visitas aos diversos sites municipais da EDD: ano de 2013



50. N.º de visitas por país de origem no ano de 2013

Pais/Território	TOTAL VISITAS
Portugal	137.184
Brasil	3.543
Espanha	2.940
França	881
Suíça	676
Reino Unido	627
Alemanha	623
Estados Unidos	424
Holanda	346
Bélgica	255
Angola	191
Itália	171
Canadá	126
Luxemburgo	74
Moçambique	74
Irlanda	65
Cabo Verde	59
Austrália	45
Suécia	45
Dinamarca	42
Japão	41
China	32
Índia	32
Rússia	32
Polónia	30
Malásia	20
Argentina	17
México	17
Noruega	17
Roménia	11
Áustria	10
Nigéria	10



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

5. Cooperação com as Freguesias

A existência das Autarquias Locais no conjunto da Administração Pública Portuguesa é um imperativo constitucional, encontrando-se efetivamente instituídas, em Portugal, os municípios e as freguesias.

Por sua vez, a Constituição da República Portuguesa dispõe que “As Autarquias Locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”.

Este conceito comporta quatro elementos essenciais: o território, o agregado populacional, os interesses próprios deste, e os órgãos representativos da população. Como tal, é através destes componentes que se identifica a Autarquia Local, bem como a respetiva população e se delimita as atribuições e as competências territoriais dos seus órgãos.

Neste contexto, enquanto o município é a Autarquia Local que visa a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia, mediante órgãos representativos por ela eleitos, a freguesia é a Autarquia Local que visa a prossecução de interesses próprios da população residente na sua área geográfica (tradicionalmente correspondendo à circunscrição paroquial).

Nesta medida, as freguesias surgem como pessoas coletivas territoriais, dotadas de órgãos representativos próprios, que visam a prossecução dos interesses das próprias populações, e que se situam numa esfera de maior proximidade.

Desta forma, ao longo dos anos, assistimos ao reforço do papel das freguesias, designadamente, pelo funcionamento de importantes serviços nas suas sedes, bem como a sua ação tem sido crescentemente ampliada nas áreas da educação, cultura e assistência social.

Com efeito, as atribuições das freguesias têm reflexos no plano político mediante a realização do recenseamento eleitoral; no plano económico em que se ocupam da administração dos seus bens; e no plano cultural e social onde desenvolvem tarefas em matéria de saúde e assistência social.

Assim, para muitos, principalmente a população mais idosa, as freguesias são o seu único elemento de contacto com a Administração Pública.

Face ao exposto, e com base na visibilidade social e empenho político dos representantes das Freguesias que integram a circunscrição territorial do Município de Reguengos de Monsaraz – Campinho, Campo, Corval, Monsaraz e Reguengos de Monsaraz – foi celebrado entre esta Edilidade e as mencionadas Freguesias o Protocolo de Cooperação e Colaboração respeitante ao exercício económico para 2013.

Foi com este espírito cooperativo, e tendo em conta as limitações financeiras que nos afetam, que a verba total a transferir para as freguesias cifrou-se em 298.060,00€ (duzentos e noventa e oito mil e sessenta euros), distribuída da seguinte forma:

- -- Freguesia de Campinho – 43.730,00€;
- -- Freguesia de Campo – 42.400,00€;
- -- Freguesia de Corval – 56.690,00€;
- -- Freguesia de Monsaraz – 61.595,00€;
- -- Freguesia de Reguengos de Monsaraz – 93.645,00€.

6. Cooperação com a Sociedade Civil

A participação das pessoas, dos grupos, das associações e das instituições na vida dos Municípios é fundamental para a



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

construção de uma sociedade mais coesa e solidária, devendo as suas atividades ser alvo de apoio empenhado e transparente por parte das Autarquias Locais.

Com efeito, a valorização do trabalho produzido pelas associações sediadas no concelho de Reguengos de Monsaraz constitui o epicentro da sua vivência cultural, recreativa, desportiva e social, pelo que o incentivo e acompanhamento das suas atividades regulares exige um envolvimento ativo do Município.

Desta forma, as associações afirmam-se como polos de desenvolvimento e enriquecimento das comunidades locais.

Neste contexto, o Município de Reguengos de Monsaraz tem vindo a apoiar ao longo dos anos as iniciativas de interesse público municipal, nomeadamente, as de natureza social, cultural, recreativa e desportiva, traduzindo-se na concessão de auxílios financeiros, técnicos e logísticos às associações e demais agentes da comunidade.

No entanto, o carácter dinâmico da sociedade atual provocou a emergência de novas problemáticas e de novas exigências, obrigando ao estabelecimento de novas regras na relação entre o Município e o movimento associativo.

Considerando este quadro, e depois de devidamente aprovado e implementado o Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Reguengos de Monsaraz, que foi criado com o objetivo de definir a metodologia e os critérios de apoio a prestar pela Autarquia ao associativismo local, de forma a consagrar-se uma prática de transparência, rigor e imparcialidade nas relações estabelecidas entre o Município e os agentes associativos.

Deste modo, esta Edilidade procura assumir um papel dinamizador e facilitador junto das associações, apoiando e colaborando, bem como valorizando o esforço e trabalho dos seus corpos dirigentes e associados, com o objetivo de contribuir para a construção de um tecido associativo mais forte.

Em 2013, o Município de Reguengos de Monsaraz continuou a cooperar com as associações do concelho, nomeadamente, ao nível da prestação de apoios humanos, materiais, logísticos e financeiros.

Assim, este Município ciente do papel crucial e fundamental do associativismo no território municipal, bem como das dificuldades financeiras que afetam a sociedade em geral e a o movimento associativo em particular, concedeu, a título de subsídio, às associações sediadas no nosso concelho, no ano de 2013, cerca de 220.000€ (duzentos e vinte mil euros).

III. Análise Orçamental, Económica e Financeira

1. Análise Orçamental

O início do ano 2013 garantia o equilíbrio orçamental: os valores da receita total correspondiam aos valores da despesa total no montante de 23 milhões de euros.

Tabela 51. Análise Orçamental (Unidade: euro)

ANO	NATUREZA	RECEITAS				DESPESAS			
		Previsão inicial	Previsão final	Execução	Taxa de execução	Dotação inicial	Dotação final	Execução	Taxa de execução
2012	Corrente	13.137.487	13.694.487	8.829.378	64%	12.054.899	14.896.052	8.830.560	59%
	Capital	8.362.513	9.088.050	4.015.861	44%	9.445.101	7.928.019	4.000.999	50%
	Outras		41.533	36.741	88%				
	Total	21.500.000	22.824.070	12.881.979	56%	21.500.000	22.824.070	12.831.559	56%
2013	Corrente	13.187.726	14.451.566	10.215.138	71%	12.865.326	17.590.795	11.305.710	64%
	Capital	9.812.274	13.662.725	7.148.589	52%	10.134.674	10.578.916	6.258.184	59%
	Outras		55.420	50.424	91%				
	Total	23.000.000	28.169.711	17.414.151	62%	23.000.000	28.169.711	17.563.893	62%

Com o processo de reforço/diminuição das dotações orçamentais inicialmente previstas, os valores globais da receita e despesa passaram a ser de aproximadamente 28,2 milhões de euros.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Face aos valores globais do orçamento final do Município de Reguengos de Monsaraz, e considerando o volume de receitas arrecadadas e de despesas pagas durante o ano de 2013, foram atingidos níveis de execução na receita e na despesa na ordem de 62%.

Depois destes números globais apresentamos a análise orçamental de acordo com a seguinte estrutura:

- -- Receita
- -- Evolução da receita
- -- Receita corrente
- -- Receita de capital
- -- Rácios da estrutura da receita
- -- Despesa
- -- Evolução da despesa
- -- Despesa corrente
- -- Despesa de capital
- -- Rácios da estrutura da despesa
- -- Outros indicadores orçamentais.

1.1. Receita

1.1.1. Evolução da Receita

Para apreciarmos a evolução da receita podemos observar o quadro seguinte:

Tabela 52. Evolução Orçamental da Receita em 2013

ANO	NATUREZA	RECEITAS			
		Previsão inicial	Previsão final	Execução	Taxa de execução
2012	Corrente	13.137.487	13.694.487	8.829.378	64%
	Capital	8.362.513	9.088.050	4.015.861	44%
	Outras		41.533	36.741	88%
	Total	21.500.000	22.824.070	12.881.979	56%
2013	Corrente	13.187.726	14.451.566	10.215.138	71%
	Capital	9.812.274	13.662.725	7.148.589	52%
	Outras		55.420	50.424	91%
	Total	23.000.000	28.169.711	17.414.151	62%

Este quadro resume os valores da receita nos últimos dois anos. Em termos reais a receita de 2013 registou um aumento face ao ano anterior de aproximadamente 4,5 milhão de euros. Este valor representa um aumento de 35%, totalmente justificado pela arrecadação do valor do empréstimo do Programa de Apoio à Economia Local.

O Município recebeu ao longo de 2013, um montante de quase 17,5 milhões de euros, sendo 71% de Receitas Correntes (10,2 milhões de euros) e 52% de Receitas de Capital (7,1 milhões de euros).

Tabela 53. Evolução do grau de execução orçamental da Receita – período 2012-2013

ANO	2012	2013
Grau de execução orçamental (Orçamento final)	56%	62%
Grau de execução orçamental (Orçamento inicial)	60%	76%



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Em termos de execução orçamental temos uma execução de 62% face ao orçamento final e de 76% face ao orçamento inicial.

1.1.2. Receita Corrente

A Receita Corrente distingue-se em três grandes capítulos:

- -- Impostos Diretos, com um peso estrutural nas receitas correntes de 23%;
- -- Transferências Correntes; com um peso estrutural nas receitas correntes de 53%; e
- -- Venda de Bens e Serviços Correntes, com um peso estrutural nas receitas correntes de 20%.

A receita cobrada e liquidada nestes três capítulos representa um total de 96% das Receitas Correntes do ano 2013 – o ano passado representava 92% - tendo o capítulo Transferências Correntes o maior peso (cerca de 53%) dentro das receitas correntes do Município. O capítulo Impostos Diretos sofreu um aumento de 3 p.p. enquanto o capítulo Venda de Bens e Serviços diminuiu em 3 pontos percentuais.

Observando o quadro que se segue:

Tabela 54. Execução Orçamental das Receitas Correntes em 2013

Receitas	Orçamento Final	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
01 - Impostos Diretos, dos quais:	3.050.000 €	2.397.037 €	23%	14%	79%
01.02.02 - IMI	1.450.000 €	1.209.646 €	12%	7%	83%
01.02.03 - IUC	150.000 €	220.022 €	2%	1%	147%
01.02.04 - IMT	1.370.000 €	878.867 €	8%	5%	64%
01.02.05 - Derrama	80.000 €	88.501 €	1%	1%	111%
02 - Impostos Indiretos, dos quais:	141.500 €	28.272 €	0%	0%	20%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	413.700 €	214.961 €	2%	1%	52%
05 - Rendimentos da Propriedade	1.705.000 €	176.846 €	2%	1%	10%
06 - Transferências Correntes, das quais	6.327.866 €	5.493.713 €	53%	31%	87%
06.03.01.01. - Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.759.239 €	3.759.239 €	36%	21%	100%
06.03.01.02. - Fundo Social Municipal	192.654 €	192.654 €	2%	1%	100%
06.03.01.03. - Participação Variável no IRS	240.887 €	240.887 €	2%	1%	100%
06.03.01.99. - Estado - Outras	1.052.428 €	730.836 €	7%	4%	69%
06.03.06. - Estado - Particip. Comunit. Proj. Co-financ.	526.943 €	268.248 €	3%	2%	51%
06.03.07. - Serviços e Fundos Autónomos	260.465 €	281.422 €	3%	2%	108%
06.06. - Segurança Social	20.000 €	20.427 €	0%	0%	102%
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	2.652.000 €	2.065.322 €	20%	12%	78%
08 - Outras Receitas Correntes	161.500 €	29.332 €	0%	0%	18%
Total das Receitas Correntes	14.451.566 €	10.405.484 €	100%	59%	72%
Total das Receitas	28.169.711 €	17.604.498 €			

As transferências correntes associadas às competências próprias dos Municípios e competências desconcentradas por parte do Estado são a principal fonte de receita com um peso de 53 % do total das receitas correntes.

A taxa de execução das receitas correntes, assume um valor de 72%, tendo um maior diferencial as transferências correntes onde foi executado 87% do previsto.

Detalhe dos Impostos Diretos:

Tabela 55. Execução orçamental dos Impostos Diretos em 2013

Receitas	Orçamento Final	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
01 - Impostos Diretos, dos quais:	3.050.000 €	2.397.037 €	23%	14%	79%
01.02.02 - IMI	1.450.000 €	1.209.646 €	12%	7%	83%
01.02.03 - IUC	150.000 €	220.022 €	2%	1%	147%
01.02.04 - IMT	1.370.000 €	878.867 €	8%	5%	64%
01.02.05 - Derrama	80.000 €	88.501 €	1%	1%	111%



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- -- *Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Único de Circulação, tiveram uma taxa de execução na ordem dos 83% e 147%, respetivamente.*
- -- *Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis teve uma taxa de execução de 64%.*
- -- *A Derrama teve uma taxa de execução de 111%.*

Tabela 56. Evolução da Receita cobrada de Impostos Diretos – Período 2012 a 2013

DESCRIÇÃO	2012	2013
Receitas	Receita Cobrada Bruta	Receita Cobrada Bruta
01 - Impostos Diretos, dos quais:	1.725.888 €	2.397.037 €
01.02.02 - IMI	942.860 €	1.209.646 €
01.02.03 - IUC	169.362 €	220.022 €
01.02.04 - IMT	548.333 €	878.867 €
01.02.05 - Derrama	65.333 €	88.501 €

Verificou-se um aumento da receita cobrada bruta ao nível dos Impostos Diretos que teve como principais responsáveis os Impostos Municipais sobre Imóveis (IMI) e sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) no valor conjunto de quase 600 mil euros.

Detalhe da Venda de Bens e Serviços:

Tabela 57. Receita Líquida cobrada por venda de bens e serviços

Rubrica	2013	
	Receita cobrada líquida	Peso estrutural
Bens	513.511 €	24,88%
Serviços	946.117 €	45,84%
Rendas	604.370 €	29,28%
TOTAL	2.063.997 €	100,00%

Com a Venda de Bens e Serviços, o Município arrecadou mais de 2 milhões de euros, onde metade do valor está relacionado com a prestação de serviços por parte da entidade.

Tabela 58. Evolução estrutural da Receita cobrada – Período 2012 a 2013

	Capítulo	Receita cobrada líquida	Peso estrutural
2012	01 Impostos diretos	1.629.047 €	19%
	06 Transferências correntes	4.458.606 €	51%
	07 Venda de bens e serviços	1.918.564 €	22%
2013	01 Impostos diretos	2.208.054 €	22%
	06 Transferências correntes	5.493.713 €	54%
	07 Venda de bens e serviços	2.063.997 €	20%

Ao analisarmos o quadro de variação, verificamos que em relação ao ano anterior existiu uma subida no valor dos impostos diretos, mercê da evolução da conjuntura económica, valores que não são diretamente controlados pelo Município. A venda de bens e serviços revelou uma pequena tendência favorável.

1.1.3. Receita de Capital



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

A Receita de Capital arrecadada pelo Município durante o ano de 2013 ascendeu a 7,1 milhões de euros.

Na Receita de Capital distinguem-se dois grandes capítulos:

- -- Transferências de Capital, com um peso estrutural nas Receitas de Capital de 34%; e
- -- Passivos Financeiros, com um peso estrutural nas receitas de capital de 65%.

A receita cobrada e liquidada nestes dois capítulos representa um total de 99% das receitas de capital do ano 2013.

Observando o quadro que se segue:

Tabela 59. Estrutura das Receita de Capital – ano 2013

DESCRIÇÃO	2013	
	Orçamento Final	Receita Cobrada Bruta
Receitas		
09 - Venda de Bens de Investimento	646.000 €	100.000 €
10 - Transferências de Capital, das quais:	7.093.398 €	2.398.602 €
10.03.01.01. - Fundo de Equilíbrio Financeiro	939.810 €	939.810 €
11 - Ativos Financeiros	500 €	0 €
12 - Passivos Financeiros	5.922.327 €	4.649.883 €
12.06. - Empréstimos a MLP	5.252.327 €	4.649.883 €
13 - Outras receitas de capital	500 €	105 €
Total das Receitas de Capital	13.662.725 €	7.148.589 €

De seguida vamos analisar o comportamento das Receitas de Capital em relação ao ano anterior:

Tabela 60. Evolução das Receitas de Capital

Anos	Venda de bens de investimento		Transferências de Capital		Passivos Financeiros		Total Receita Capital
	Receita cobrada	Peso estrutural	Receita cobrada	Peso estrutural	Receita cobrada	Peso estrutural	
2012	197.704 €	5%	3.116.407 €	78%	700.000 €	17%	4.015.861 €
2013	100.000 €	1%	2.398.602 €	34%	4.649.883 €	65%	7.148.589 €

A receita de capital tem-se desagregado em três grandes capítulos:

- -- Venda de Bens de Investimento,
- -- Transferências de Capital, e
- -- Passivos Financeiros.

Assim, e com base no quadro anterior verifica-se que comparativamente com o ano anterior, a rubrica Passivos Financeiros foi a que mais contribuiu para o total da Receita de Capital, devido à contratação do empréstimo do Programa de Apoio à Economia Local, no valor de 4.649.882.68€.

1.1.4. Rácios da Estrutura da Receita

O quadro seguinte apresenta os Rácios de Gestão relativos à estrutura de Receita, comparando 2012/2013:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Tabela 61. Rácios de Estrutura da Receita Total

Fórmulas	2012		2013		Acumulado	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%
Receita Própria (1)	2.676.469 €	21%	2.513.371 €	14%	5.189.840 €	17%
Receita Total**	12.747.907 €		17.363.732 €		30.111.639 €	
Receita Interna (2)	7.205.629 €	57%	9.954.124 €	57%	17.159.753 €	57%
Receita Total**	12.747.907 €		17.363.732 €		30.111.639 €	
Impostos Diretos	1.629.047 €	13%	2.208.054 €	13%	3.837.101 €	13%
Receita Total**	12.747.907 €		17.363.732 €		30.111.639 €	
Fundos Municipais	5.132.590 €	40%	5.132.590 €	30%	10.265.180 €	34%
Receita Total**	12.747.907 €		17.363.732 €		30.111.639 €	
Passivos Financeiros	700.000 €	5%	4.649.883 €	27%	5.349.883 €	18%
Receita Total**	12.747.907 €		17.363.732 €		30.111.639 €	
Transferências Correntes e de Capital obtidas (fundos comunitários) (3)	1.407.326 €	11%	1.727.040 €	10%	3.134.366 €	10%
Receita Total**	12.747.907 €		17.363.732 €		30.111.639 €	
Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	2.116.268 €	17%	2.163.997 €	12%	4.280.265 €	14%
Receita Total**	12.747.907 €		17.363.732 €		30.111.639 €	

(**) Receita total não inclui os saldos de gerência

(1) Consiste no somatório das seguintes componentes do orçamento executado: impostos indiretos + taxas, multas e outras penalidades + rendimentos de propriedade + venda de bens e prestação de serviços correntes + outras receitas correntes

(2) Calculado da seguinte forma: Receita total – passivos financeiros – (transferências correntes – transferências de fundos municipais correntes) – (transferências de capital – transferências de fundos municipais de capital)

(3) Consideram-se as verbas cobradas líquidas constantes nas rubricas 060306 e 100307 do orçamento da receita

A análise alargada aos rácios (2012/2013) permite concluir que:

A Receita Própria (impostos indiretos + taxas, multas e outras penalidades + rendimentos de propriedade + venda de bens e prestação de serviços correntes + outras receitas correntes) teve uma diminuição face a 2012, na ordem dos 163 mil euros, explicada pelo aumento dos Impostos Diretos.

A Receita Interna (receita total – passivos financeiros – (transferências correntes – transferências de fundos municipais correntes) – (transferências de capital – transferências de fundos municipais de capital) aumentou o seu valor em 2,7 milhões euros.

Em relação aos Impostos Diretos, registaram também um aumento de 580 mil euros aproximadamente, devido ao aumento da receita dos Impostos Municipais sobre Imóveis e sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

Os fundos municipais mantiveram-se em 5.132.590 Euros. O resultado obtido para este rácio permite concluir um grau de dependência desta receita de 30% em 2013.

Em 2013, 27% da receita é proveniente do empréstimo do Programa de Apoio à Economia Local, tendo este sido o único empréstimo ao longo deste exercício.

A receita resultante de cofinanciamento comunitário de projetos de investimento candidatados diminuiu 1 pontos percentuais face ao ano anterior apesar de em termos nominais ter aumentado aproximadamente 300 mil euros.

1.2. Despesa

1.2.1. Evolução da Despesa

Para apreciarmos a evolução da despesa podemos observar o quadro seguinte:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Tabela 62. Evolução orçamental da Despesa em 2012-2013

ANO	NATUREZA	DESPESAS			
		Dotação inicial	Dotação final	Execução	Taxa de Execução (%)
2012	Corrente	12.054.899 €	14.896.052 €	8.830.560 €	59%
	Capital	9.445.101 €	7.928.019 €	4.000.999 €	50%
	Outras				
	Total	21.500.000 €	22.824.070 €	12.831.559 €	56%
2013	Corrente	12.865.326 €	17.590.795 €	11.305.710 €	64%
	Capital	10.134.674 €	10.578.916 €	6.258.184 €	59%
	Outras				
	Total	23.000.000 €	28.169.711 €	17.563.893 €	62%

Durante o exercício de 2013, as despesas totais pagas pelo Município de Reguengos de Monsaraz, ascenderam a 17.564 milhares de euros.

Neste montante, as despesas classificadas como correntes assumiram uma taxa de execução de 64% (11,3 milhões de euros), enquanto que as Despesas de Capital foram executadas a 59% (6,3 milhões de euros).

Durante o ano de 2013 a taxa de execução rondou os 62%, sendo assim superior à taxa de execução orçamental do ano 2012.

A aproximação à realidade dos valores orçamentados avalia-se com base no grau de execução orçamental, e em números redondos, podemos referir e concluir o seguinte:

Tabela 63. Evolução do grau de execução orçamental da Despesa – período 2012-2013

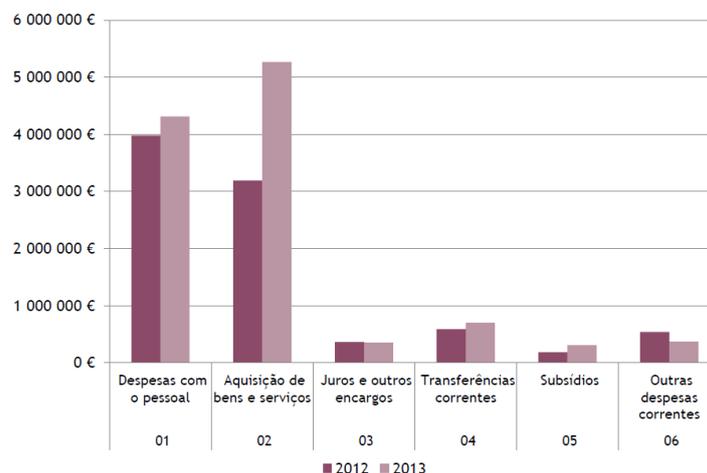
	ANO	2012	2013
Grau de execução orçamental (Orçamento final)		56%	62%
Grau de execução orçamental (Orçamento inicial)		60%	76%

Tabela 64. Evolução das Despesas correntes – período 2012-2013

Classificação económica	Descrição	2012	2013	Variação %
01	Despesas com o pessoal	3.976.344 €	4.314.350 €	9%
02	Aquisição de bens e serviços	3.187.730 €	5.266.505 €	65%
03	Juros e outros encargos	362.305 €	353.498 €	-2%
04	Transferências correntes	584.064 €	697.887 €	19%
05	Subsídios	182.759 €	305.494 €	67%
06	Outras despesas correntes	537.358 €	367.976 €	-32%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		8.830.560 €	11.305.710 €	28%

A despesa corrente durante o ano de 2013 foi de 11.305.710 euros, apresentando um aumento significativo face a 2012.

Gráfico 1. Evolução das Despesas correntes, por classificação económica – período 2012-2013





MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

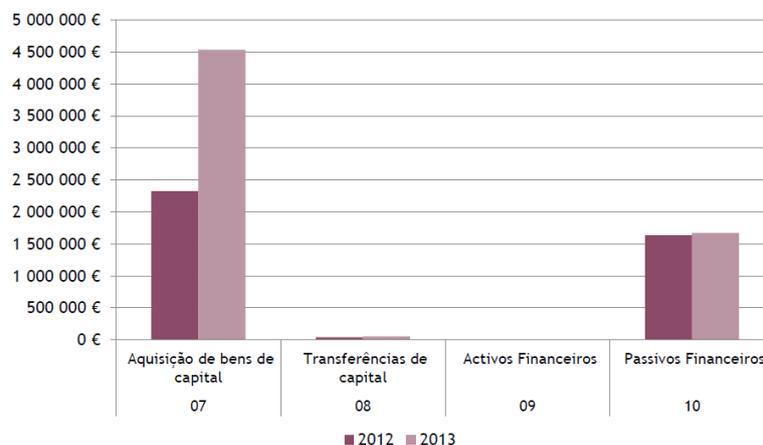
Câmara Municipal

Tabela 65. Evolução das Despesas de capital – período 2012-2013

Classificação económica	Descrição	2012	2013	Variação %
07	Aquisição de bens de capital	2.326.157 €	4.535.025 €	95%
08	Transferências de capital	40.463 €	53.438 €	32%
09	Ativos Financeiros	0 €	0 €	-
10	Passivos Financeiros	1.634.379 €	1.669.722 €	2%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		4.000.999 €	6.258.184 €	56%

As Despesas de Capital, de 2012 para 2013, aumentaram significativamente para um valor de 6,3 milhões de euros devido sobretudo ao desempenho da rubrica Aquisição de Bens de Capital, que representou mais 2,2 milhões de euros face ao ano anterior.

Gráfico 2. Evolução das Despesas de capital, por classificação económica – período 2012-2013



1.2.2. Despesa Corrente

Tabela 66. Execução Orçamental das Despesas correntes – ano 2013

DESCRIÇÃO	2013				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
Despesas					
01 - Custos com o Pessoal, dos quais	4.926.650 €	4.314.350 €	38%	25%	88%
01.01 - Remunerações certas e permanentes	3.456.670 €	3.234.153 €	29%	18%	94%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	10.117.658 €	5.266.505 €	47%	30%	52%
03 - Juros e Outros Encargos, dos quais:	769.100 €	353.498 €	3%	2%	46%
03.01.03.02. - de empréstimos de MLP	311.200 €	99.399 €	1%	1%	32%
03.03 - Juros de locação financeira	500 €	0 €	0%	0%	0%
04 - Transferências Correntes	890.518 €	697.887 €	6%	4%	78%
05 - Subsídios	306.145 €	305.494 €	3%	2%	100%
06 - Outras Despesas Correntes	580.724 €	367.976 €	3%	2%	63%
Total das Despesas Correntes	17.590.795 €	11.305.710 €	100%	64%	64%
Total das Despesas	28.169.711 €	17.563.893 €			

Detalhe das despesas com pessoal:

Tabela 67. Execução Orçamental dos Custos com pessoal – período 2012-2013

DESCRIÇÃO	2012	2013	2013 - 2012
Despesas	Despesa Paga	Despesa Paga	Diferença
01 - Custos com o Pessoal, dos quais	3.976.344 €	4.314.350 €	338.006 €
01.01 - Remunerações certas e permanentes	3.042.008 €	3.234.153 €	192.145 €
01.02 - Abonos variáveis ou eventuais	189.772 €	170.381 €	-19.391 €
01.03 - Segurança Social	744.564 €	909.817 €	165.252 €

Comparativamente com 2012, em 2013 as despesas com o pessoal aumentaram 338 mil euros.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Tabela 68. Execução orçamental das aquisições de bens e serviços – 2012 e 2013

DESCRIÇÃO	2012	2013	2013 - 2012	Variação %
Despesas	Despesa Paga	Despesa Paga	Diferença	
02 - Aquisição de Bens e Serviços	3.187.730 €	5.266.505 €	2.078.775 €	65%
02.01 - Aquisições de bens	862.618 €	1.785.315 €	922.697 €	107%
02.02 - Aquisições de serviços	2.325.112 €	3.481.190 €	1.156.078 €	50%

Comparativamente com 2012, em 2013 as Aquisições de Bens e Serviços aumentaram 2 milhões euros.

Refira-se que grande parte destes encargos decorre das despesas de funcionamento do Município, onde se incluem encargos das instalações (eletricidade, limpeza, etc.), transportes, comunicações, seguros, aquisições de projetos e consultoria, pequenas reparações e conservações, trabalhos especializados e custos de obras por administração direta. A maior parte dos aumentos destes encargos refletem atualizações de preços.

1.2.3. Despesa de Capital

Tabela 69. Detalhe de execução orçamental das Despesas de Capital – 2012 e 2013

DESCRIÇÃO	2012					2013				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
07 - Aquisição de Bens de Capital	6.207.646 €	2.326.157 €	58%	18%	37%	8.071.136 €	4.535.025 €	113%	35%	56%
08 - Transferências de Capital	84.320 €	40.463 €	1%	0%	48%	145.470 €	53.438 €	1%	0%	37%
09 - Ativos Financeiros	0 €	0 €	0%	0%	0%	0 €	0 €	0%	0%	0%
10 - Passivos Financeiros	1.636.053 €	1.634.379 €	41%	13%	100%	2.362.310 €	1.669.722 €	42%	13%	71%
10.06 - Empréstimos a MLP	936.053 €	934.379 €	23%	7%	100%	1.662.310 €	1.319.722 €	33%	10%	79%
Total das Despesas de Capital	7.928.019 €	4.000.999 €	100%	31%	50%	10.578.916 €	6.258.184 €	156%	49%	59%
Total das Despesas	22.824.070 €	12.831.559 €				28.169.711 €	17.563.893 €			

1.2.4. Rácios da Estrutura da Despesa

O quadro seguinte apresenta os Rácios de Gestão relativos à estrutura da Despesa, comparando os resultados de 2012 e 2013:

Tabela 70. Rácios de análise da Estrutura da Despesa

	2012		2013		Acumulado		Interpretação
	Valores	%	Valores	%	Valores	%	
1 pessoal	3.976.344,16	31%	4.314.350,31	25%	8.290.694,47	27%	Mede o peso da despesa com o pessoal na despesa total
despesa total	12.831.559,34		17.563.893,36		30.395.452,70		
2 pessoal: remun. certas e permanentes	3.042.007,94	24%	3.234.152,83	18%	6.276.160,77	21%	Mede o peso da despesa com remunerações certas e permanentes na despesa total
despesa total	12.831.559,34		17.563.893,36		30.395.452,70		
3 Aquisição de bens e serviços correntes	3.187.729,93	25%	5.266.504,82	30%	8.454.234,75	28%	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total
despesa total	12.831.559,34		17.563.893,36		30.395.452,70		
4 Serviço da dívida	1.996.683,39	16%	2.023.219,28	12%	4.019.902,67	13%	Mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos na despesa total
despesa total	12.831.559,34		17.563.893,36		30.395.452,70		
5 Aquisição de Bens de Investimento	2.326.156,97	18%	4.535.024,66	26%	6.861.181,63	23%	Mede o peso da despesa com investimento na despesa total
despesa total	12.831.559,34		17.563.893,36		30.395.452,70		
6 despesa capital	4.000.999,03	31%	6.258.183,81	36%	10.259.182,84	34%	Mede o peso da Despesa de Capital relativamente à Despesa Total
despesa total	12.831.559,34		17.563.893,36		30.395.452,70		

O peso estrutural das despesas com pessoal situou-se nos 25% do total das despesas efetuadas, traduzindo uma situação aceitável a este nível.

As Aquisições de Bens de Investimento no conjunto da Despesa Total aumentaram 8 p.p. em 2013 comparativamente com o ano 2012.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

O peso da despesa de capital relativamente à despesa total, aumentou 5 p.p. comparativamente com o ano anterior.

1.3. Grandes Opções do Plano

1.3.1. Execução das GOP

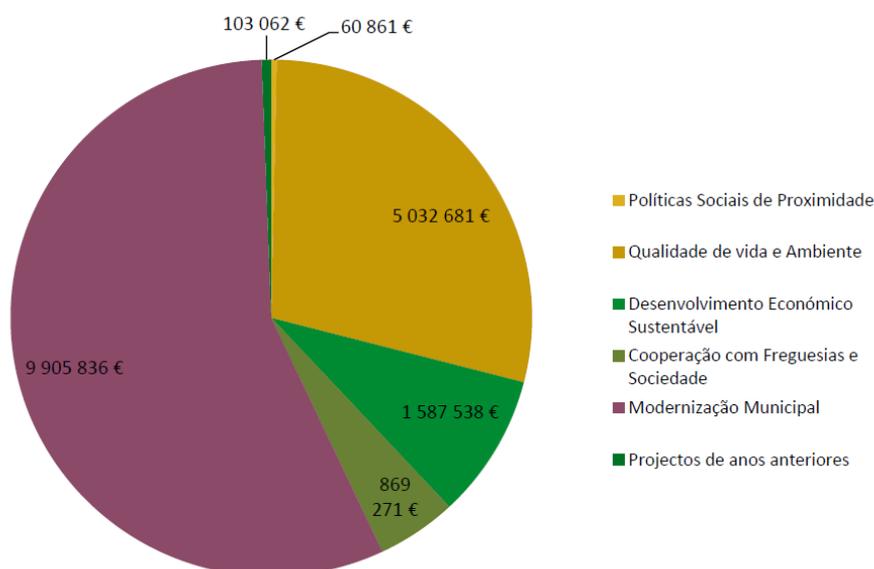
Tabela 71. Execução orçamental das Grandes Opções do Plano de 2013

Objetivos e Programas	Previsto	Executado	Grau de execução
Políticas Sociais de Proximidade	66.770 €	60.861 €	91%
SOLIDARIEDADE	66.770 €	60.861 €	91%
Qualidade de vida e Ambiente	10.072.515 €	5.032.681 €	50%
EDUCAR E FORMAR	881.728 €	627.406 €	71%
MAIS SAÚDE	434.690 €	280.849 €	65%
CIDADEAMBIENTE	6.957.516 €	2.770.263 €	40%
ANOSSACULTURA	1.541.931 €	1.269.152 €	82%
ESPIRITODESPORTIVO	256.650 €	85.011 €	33%
Desenvolvimento Económico Sustentável	3.150.561 €	1.587.538 €	50%
DINAMIZAR	817.820 €	706.844 €	86%
TURISMO	22.060 €	7.294 €	33%
ACESSIBILIDADES	2.310.681 €	873.400 €	38%
Cooperação com Freguesias e Sociedade	1.432.899 €	869.271 €	61%
COFREG	347.670 €	322.216 €	93%
PROCIVIL	1.085.229 €	547.055 €	50%
Modernização Municipal	13.235.381 €	9.905.836 €	75%
MSM	384.500 €	207.310 €	54%
EFICIÊNCIA	12.709.381 €	9.618.638 €	76%
CONSIGO	141.500 €	79.888 €	56%
Projetos de anos anteriores	211.585 €	103.062 €	49%
Projetos de anos anteriores a 2009	211.585 €	103.062 €	49%
TOTAL	28.169.711 €	17.559.250 €	62%

No ano de 2013 a execução financeira dos projetos de investimentos e atividades mais relevantes constantes nas GOP corresponde a um total de quase 17,6 milhões de euros o que equivale a uma taxa de execução de cerca de 62%.

Vejamos o gráfico, de forma a concluir sobre o peso de cada Objetivo:

Gráfico 3. Execução orçamental das Grandes Opções do Plano por Objetivo –



A importância dos objetivos modernização municipal, e qualidade de vida e ambiente são evidenciados pelos valores atingidos e que correspondem a aproximadamente 85% do valor total.

O nível de execução assume particular importância na componente Políticas Sociais de Proximidade, que ultrapassa os 91%.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

seguido da Modernização Municipal com 75% e da Cooperação com Freguesias com 61%.

As Grandes Opções do Plano (GOP) incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

Vejamos a evolução da execução financeira das GOP, do PPI e das AMR em separado, ao longo dos últimos dois anos:

Tabela 72. Grau de Execução Orçamental das GOP – período 2012 a 2013

ANO	2012	2013
Grau de execução orçamental (Orçamento final)	56%	62%
Grau de execução orçamental (Orçamento inicial)	60%	76%

Verifica-se um aumento da taxa de execução orçamental das GOP em 2013.

Tabela 73. Grau de Execução Orçamental do PPI – período 2012 a 2013

ANO	2012	2013
Grau de execução orçamental (Orçamento final)	30%	49%
Grau de execução orçamental (Orçamento inicial)	30%	63%

Tabela 74. Grau de Execução Orçamental das AMR – período 2012 a 2013

ANO	2012	2013
Grau de execução orçamental (Orçamento final)	79%	75%
Grau de execução orçamental (Orçamento inicial)	89%	87%

Outros Indicadores Orçamentais

Tabela 75. Outros Indicadores Orçamentais

INDICADORES		2012		2013	
1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial)	12.881.979 €	100%	17.604.498 €	100%
	Despesa Total Paga	12.831.559 €		17.563.893 €	
2	Receita Corrente Cobrada	8.829.378 €	104%	10.405.484 €	99%
	Despesa Corrente Paga (a)	8.469.296 €		10.544.293 €	
3	Receita Corrente Cobrada	8.829.378 €	69%	10.405.484 €	59%
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	12.845.446 €		17.554.078 €	
4	Despesa Corrente Paga (a)	8.469.296 €	66%	10.544.293 €	60%
	Despesa Total Paga	12.831.559 €		17.563.893 €	
5	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados	12.181.979 €	95%	12.954.615 €	74%
	Despesa Total Paga	12.831.559 €		17.563.893 €	
6	Receitas Próprias Cobradas	2.644.883 €	21%	2.514.734 €	14%
	Despesa Total Paga	12.831.559 €		17.563.893 €	
7	Fundos Municipais	5.132.590 €	40%	5.132.590 €	29%
	Despesa Total Paga	12.831.559 €		17.563.893 €	
8	Receita Corrente Cobrada Localmente	2.644.883 €	21%	2.514.734 €	14%
	Despesa Total Paga	12.831.559 €		17.563.893 €	
9	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	700.000 €	5%	4.649.883 €	26%
	Receita Total Disponível	12.881.979 €		17.604.498 €	
10	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	700.000 €	5%	4.649.883 €	26%
	Despesa Total Paga	12.831.559 €		17.563.893 €	
11	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)	0 €	0%	4.649.883 €	71%
	Investimento (PPI)	3.204.290 €		6.557.345 €	
12	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	1.096.867 €	9%	1.419.120 €	8%
	Despesa Total Paga	12.831.559 €		17.563.893 €	
13	Amortização de Empréstimos de MLP	934.379 €	7%	1.319.722 €	8%
	Despesa Total Paga	12.831.559 €		17.563.893 €	
14	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	1.096.867 €	9%	1.419.120 €	8%
	Receita Total Disponível	12.881.979 €		17.604.498 €	
15	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	1.096.867 €	100 €	1.419.120 €	130 €
	População	10.936		10.936	
16	Compromissos Assumidos para o Exercício	22.402.900 €	107%	25.341.913 €	110%
	Despesas totais realizadas e faturadas	20.978.213 €		22.984.159 €	
17	Despesa Total Paga	12.831.559 €	57%	17.563.893 €	69%
	Compromissos Assumidos para o Exercício	22.402.900 €		25.341.913 €	



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

18	Saldo Final Orçamental da Gerência	50.420 €	0%	40.604 €	0%
	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (exceto OT)	10.213.568 €		8.982.264 €	
19	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (exceto OT)	10.213.568 €	49%	8.982.264 €	39%
	Despesas totais realizadas e faturadas	20.978.213 €		22.984.159 €	
20	Receita Total Disponível	12.881.979 €	69%	17.604.498 €	88%
	Dívida Municipal em sentido lato	18.550.654 €		20.028.240 €	
21	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	12.181.979 €	66%	12.954.615 €	65%
	Dívida Municipal em sentido lato	18.550.654 €		20.028.240 €	
22	Dívida financeira de MLP	7.476.014 €	61%	10.814.024 €	83%
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	12.181.979 €		12.954.615 €	
23	Dívida Municipal em sentido lato	18.550.654 €	1.696 €	20.028.240 €	1.831 €

INDICADORES		2012	2013
População		10.936	10.936

(a) Ao valor das Despesas Correntes foi subtraído o valor das Obras por Administração Direta apurado na Contabilidade de Custos

Indicador n.º 1 -Ao longo dos dois anos as receitas totais cobrem as despesas totais.

Indicador n.º 2 -A regra do equilíbrio corrente, que se traduz na seguinte inequação "Receitas Correntes – Despesas Correntes > 0", foi cumprida em 2012 e quase cumprida em 2013. Observamos que este indicador conseguiu atingir os 100%, ou seja, as receitas correntes cobradas foram superiores às despesas correntes pagas.

Indicador n.º 3 -Houve aumento em termos absolutos da receita corrente cobrada. Em 2013 este indicador é de 59% e mede o peso das receitas correntes nas receitas totais cobradas no exercício.

Indicador n.º 4 -Mede o peso da despesa corrente, nas despesas totais pagas, e registou no ano em análise uma diminuição de 6 p.p..

Indicador n.º 5 -Neste indicador avaliamos o valor da receita total cobrada à exceção da resultante da utilização de capital de empréstimos contratados, sobre a despesa total, ou seja, sem recurso a empréstimos, em 2013 o Município tinha capacidade para pagar 74% da sua despesa.

Indicador n.º 6 -Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias (ou seja, o valor total das receitas abatido das transferências recebidas e dos passivos financeiros) e controladas diretamente pela autarquia. Concluímos que sem a receita das transferências e dos empréstimos, o Município tem capacidade para pagar 14%.

Indicador n.º 7 -Da despesa total paga, 29% provém da transferência dos fundos municipais por parte do orçamento de estado.

Indicador n.º 8 -A capacidade de gerar receita própria local (receita interna) diminuiu sensivelmente 7 p.p. em 2013 face a 2012, situando-se assim em 14%. Pretende-se recuperar o crescimento deste indicador por via do crescimento e desenvolvimento económico do concelho.

Indicador n.º 9 -Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia e verificou-se que a mesma aumentou em 2013, apenas 21 p.p..

Indicador n.º 10 -Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros, ou seja compara os empréstimos com a despesa paga, registou um aumento de 21 p.p. em 2013.

Indicador n.º 11 -Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal, ou seja, relaciona os empréstimos com o investimento pago (PPI). Durante o ano 2013 o Município contraiu o empréstimo de longo prazo do PAEL, o qual teve um peso de 71% nos pagamentos de despesas de investimento.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Indicador n.º 12 –Este indicador mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros + amortizações) dos empréstimos de médio e longo prazos na despesa total, que em 2013 foi de 8%.

Indicador n.º 13 –Permite apurar o peso das amortizações de empréstimos de médio e longo prazos no conjunto das despesas da autarquia local, o qual foi de 8%.

Indicador n.º 14 –O indicador compara o peso dos custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos de médio e longo prazos com a receita total da autarquia. Este indicador diminuiu 1 p.p. em relação ao ano anterior.

Indicador n.º 15 –Relativamente à dívida municipal a dividir pela população que é o custo do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos “per capita”.

Indicador n.º 16 -Se < 100% significa que foi realizada e faturada despesa no exercício sem que, previamente, se efetuasse o respetivo compromisso. Caso contrário significa que foram assumidos compromissos em cada um dos exercícios que ainda não se encontram faturados e, como consequência, irão, num futuro próximo, agravar o valor do endividamento municipal.

O resultado dos indicadores permite-nos concluir que estamos perante a segunda hipótese, há compromissos assumidos que transitam para os exercícios seguintes, que tendem a diminuir no peso relativo que apresentam face às despesas totais. Por exemplo no último ano, 2013, o indicador é 110%, o que significa que 10% será encargo a acumular nos próximos anos.

Indicador n.º 17 -Inversamente este indicador permite apurar a relação entre as despesas pagas e os compromissos totais assumidos (quer se encontrem faturados ou não) no mesmo exercício. O Município no ano de 2013 cumpriu 69% dos compromissos assumidos para o respetivo ano.

Indicador n.º 18 -Mede o grau de cobertura do saldo final da gerência em relação às dívidas a fornecedores e empreiteiros.

Acontece que normalmente todo o dinheiro que há disponível é afeto ao pagamento da despesa efetuada e dos valores em dívida, o que implica que também no fim do ano o saldo da gerência seja o mais reduzido possível, e por conseguinte, este indicador tende a revelar uma percentagem baixa, que se aproxima de quase 0%.

Indicador n.º 19 -Mede o peso da dívida administrativa (exceto O.T.) nas despesas totais realizadas e faturadas. A leitura deste indicador permite concluir que em 2013 ficou em dívida cerca de 39% das despesas totais realizadas e faturadas.

Indicador n.º 20 -A receita total disponível do ano representa aproximadamente 88% da dívida (exceto O.T.).

Indicador n.º 21 -Reduzimos a referência de comparação, face ao indicador anterior, pois avaliamos a receita total disponível deduzida da rubrica orçamental “12. Passivos Financeiros - Empréstimos contraídos a médio e longo prazos” sobre a dívida (exceto O.T.), e o resultado é obviamente inferior, situam-se nos 65%.

Indicador n.º 22 -O Município tem uma dívida de MLP que representa 83% da receita total disponível deduzida da rubrica orçamental “12. Passivos Financeiros - Empréstimos contraídos a médio e longo prazos”.

Indicador n.º 23 -Este indicador permite apurar a dívida “per capita”.

2. Análise Económica

2.1. Custos

Tabela 76. Detalhe dos Custos e Perdas do exercício de 2013



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2013	
	MONTANTE	%
CUSTOS E PERDAS		
Custos e Perdas Operacionais:	13.641.202 €	95%
Custos das Mercadorias Vend. e das Matérias Consum.	1.833.433 €	13%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.509.629 €	24%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	1.068.563 €	7%
Custos com o Pessoal	4.364.113 €	30%
Outros Custos e Perdas Operacionais	118.015 €	1%
Amortizações do Exercício	2.492.586 €	17%
Provisões do Exercício	254.863 €	2%
Custos e Perdas Financeiros:	465.317 €	3%
Custos e Perdas Financeiros	465.317 €	3%
Custos e Perdas Extraordinários:	316.150 €	2%
Custos e Perdas Extraordinários	316.150 €	2%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	14.422.669 €	100%

Os Custos Operacionais representam 95% do total dos custos e perdas do exercício de 2013. De entre os custos operacionais, os custos com o pessoal e os fornecimentos e serviços externos, são os de maior expressão, 30% e 24%, respetivamente, somando assim, 54%.

As amortizações do exercício, também assumem este ano, um valor e um peso significativo, aproximadamente 17%.

2.2. Proveitos

Tabela 77. Detalhe dos Proveitos e Ganhos do exercício de 2013

CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2013	
	MONTANTE	%
PROVEITOS E GANHOS		
Proveitos e Ganhos Operacionais:	11.097.436 €	88%
Venda de Mercadorias e Produtos	476.177 €	4%
Prestações de Serviços	931.054 €	7%
Impostos e Taxas	1.973.407 €	16%
Proveitos Suplementares	0 €	0%
Transferências e Subsídios Obtidos	6.388.512 €	51%
Trabalhos para a Própria Entidade	761.384 €	6%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	566.902 €	4%
Proveitos e Ganhos Financeiros:	336.754 €	3%
Proveitos e Ganhos Financeiros	336.754 €	3%
Proveitos e Ganhos Extraordinários:	1.184.037 €	9%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.184.037 €	9%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	12.618.226 €	100%

Os Proveitos Operacionais representam 88% do total dos proveitos e ganhos do exercício de 2013. De entre os proveitos operacionais, as transferências e subsídios obtidos e os impostos e taxas, são os de maior expressão, 51% e 16%, respetivamente, somando assim 67%, ou seja, dois terços dos proveitos totais.

2.3. Resultados

Tabela 78. Resultados do exercício de 2013

CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2013	
	MONTANTE	%
CUSTOS E PERDAS		
Custos e Perdas Operacionais:	13.641.202 €	95%
Custos das Mercadorias Vend. e das Matérias Consum.	1.833.433 €	13%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.509.629 €	24%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	1.068.563 €	7%
Custos com o Pessoal	4.364.113 €	30%
Outros Custos e Perdas Operacionais	118.015 €	1%
Amortizações do Exercício	2.492.586 €	17%
Provisões do Exercício	254.863 €	2%
Custos e Perdas Financeiros:	465.317 €	3%
Custos e Perdas Financeiros	465.317 €	3%
Custos e Perdas Extraordinários:	316.150 €	2%
Custos e Perdas Extraordinários	316.150 €	2%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	14.422.669 €	100%



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

PROVEITOS E GANHOS		
Proveitos e Ganhos Operacionais:	11.097.436 €	88%
Venda de Mercadorias e Produtos	476.177 €	4%
Prestações de Serviços	931.054 €	7%
Impostos e Taxas	1.973.407 €	16%
Proveitos Suplementares	0 €	0%
Transferências e Subsídios Obtidos	6.388.512 €	51%
Trabalhos para a Própria Entidade	761.384 €	6%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	566.902 €	1%
Proveitos e Ganhos Financeiros:	336.754 €	3%
Proveitos e Ganhos Financeiros	336.754 €	3%
Proveitos e Ganhos Extraordinários:	1.184.037 €	9%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.184.037 €	9%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	12.618.226 €	100%
Resultados Operacionais	-2.543.766 €	
Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	-2.543.766 €	
Resultados Financeiros	-128.563 €	
Proveitos Financeiros - Custos Financeiros	-128.563 €	
Resultados Correntes	-2.672.330 €	
Resultados Operacionais + Resultados Financeiros	-2.672.330 €	
Resultados Extraordinários	867.887 €	
Proveitos Extraordinários - Custos Extraordinários	867.887 €	
Resultado Líquido do Exercício:	-1.804.443 €	
Resultados Correntes + Resultados Extraordinários	-1.804.443 €	

O Resultado Líquido do Exercício apresenta um valor negativo de 1,8 milhões de euros, contribuindo para isso os resultados correntes (resultados operacionais + resultados financeiros).

Os resultados operacionais resultam das atividades decorrentes do Município ao passo que os resultados financeiros se devem sobretudo aos juros dos empréstimos obtidos. O valor positivo dos resultados extraordinários deve-se essencialmente à redução dos proveitos diferidos.

2.4. Evolução da Demonstração de Resultados

Tabela 79. Evolução da Conta de Exploração – período 2012 a 2013

CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				2012 / 2013		PESO NA VARIACÃO TOTAL
	2012		2013		VARIACÃO		
	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	
CUSTOS E PERDAS							
Custos e Perdas Operacionais:	13.775.723 €	95%	13.641.202 €	95%	-134.521 €	-1%	135%
Custos das Mercadorias Vend. e das Matérias Consum.	1.408.997 €	10%	1.833.433 €	13%	424.436 €	30%	-427%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.068.414 €	21%	3.509.629 €	24%	441.215 €	14%	-444%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	823.227 €	6%	1.068.563 €	7%	245.336 €	30%	-247%
Custos com o Pessoal	3.961.588 €	27%	4.364.113 €	30%	402.526 €	10%	-405%
Outros Custos e Perdas Operacionais	128.639 €	1%	118.015 €	1%	-10.624 €	-8%	11%
Amortizações do Exercício	2.497.181 €	17%	2.492.586 €	17%	-4.595 €	0%	5%
Provisões do Exercício	1.887.677 €	13%	254.863 €	2%	-1.632.815 €	-86%	1643%
Custos e Perdas Financeiros:	424.454 €	3%	465.317 €	3%	40.863 €	10%	-41%
Custos e Perdas Financeiros	424.454 €	3%	465.317 €	3%	40.863 €	10%	-41%
Custos e Perdas Extraordinários:	321.864 €	2%	316.150 €	2%	-5.714 €	-2%	6%
Custos e Perdas Extraordinários	321.864 €	2%	316.150 €	2%	-5.714 €	-2%	6%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	14.522.042 €	100%	14.422.669 €	100%	-99.373 €	-1%	100%
PROVEITOS E GANHOS							
Proveitos e Ganhos Operacionais:	11.200.314 €	90%	11.097.436 €	88%	-102.878 €	-1%	104%
Venda de Mercadorias e Produtos	497.488 €	4%	476.177 €	4%	-21.311 €	-4%	21%
Prestações de Serviços	911.938 €	7%	931.054 €	7%	19.116 €	2%	-19%
Impostos e Taxas	2.465.987 €	20%	1.973.407 €	16%	-492.580 €	-20%	496%
Proveitos Suplementares	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%	0%
Transferências e Subsídios Obtidos	6.409.567 €	52%	6.388.512 €	51%	-21.055 €	0%	21%
Trabalhos para a Própria Entidade	361.265 €	3%	761.384 €	6%	400.119 €	111%	-403%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	554.069 €	4%	566.902 €	4%	12.833 €	2%	-13%
Proveitos e Ganhos Financeiros:	74.343 €	1%	336.754 €	3%	262.411 €	353%	-264%
Proveitos e Ganhos Financeiros	74.343 €	1%	336.754 €	3%	262.411 €	353%	-264%
Proveitos e Ganhos Extraordinários:	1.167.048 €	9%	1.184.037 €	9%	16.989 €	1%	-17%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.167.048 €	9%	1.184.037 €	9%	16.989 €	1%	-17%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	12.441.705 €	100%	12.618.226 €	100%	176.521 €	1%	-178%



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Resultados Operacionais	-2.575.410 €	-2.543.766 €	31.643 €	
Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	-2.575.410 €	-2.543.766 €	31.643 €	
Resultados Financeiros	-350.111 €	-128.563 €	221.548 €	
Proveitos Financeiros - Custos Financeiros	-350.111 €	-128.563 €	221.548 €	
Resultados Correntes	-2.925.521 €	-2.672.330 €	253.191 €	
Resultados Operacionais + Resultados Financeiros	-2.925.521 €	-2.672.330 €	253.191 €	
Resultados Extraordinários	845.184 €	867.887 €	22.703 €	
Proveitos Extraordinários - Custos Extraordinários	845.184 €	867.887 €	22.703 €	
Resultado Líquido do Exercício:	-2.080.337 €	-1.804.443 €	275.894 €	
Resultados Correntes + Resultados Extraordinários	-2.080.337 €	-1.804.443 €	275.894 €	

Os custos e perdas operacionais tiveram um decréscimo de 130 mil euros face ao ano transato, onde se destacam as provisões do exercício.

Os proveitos e ganhos operacionais registaram um decréscimo de cerca de 2 p.p., ou seja, cerca de 103 mil euros face ao ano transato, onde se destacam os impostos e taxas, que diminuíram aproximadamente 493 mil euros.

Verificou-se um ligeiro aumento do valor das Prestações de Serviços e um ligeiro aumento dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais.

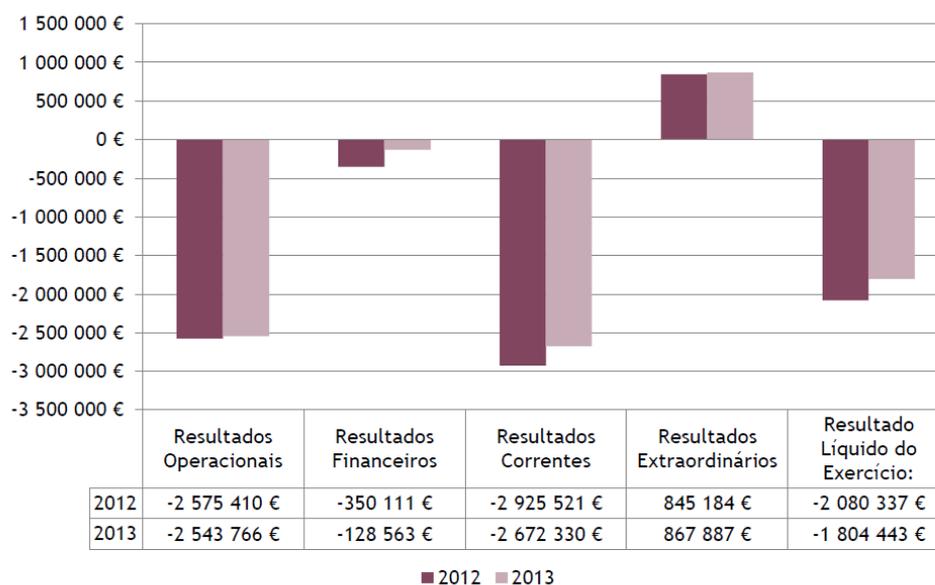
Os proveitos e ganhos financeiros sofreram um significativo aumento de 353%, o que representa mais de 262 mil euros.

Os proveitos e ganhos extraordinários tiveram um ligeiro aumento de cerca de 17 mil euros.

De um modo geral os proveitos aumentaram em cerca de 176 mil euros, enquanto os custos registaram uma diminuição na ordem dos 99 mil euros, traduzindo-se num resultado líquido do exercício menos negativo.

O gráfico seguinte ajuda-nos a compreender a estrutura da demonstração de resultados, sendo que os resultados correntes melhoraram face à situação registada em 2012, não sendo contudo suficientes para evitar um resultado líquido negativo.

Gráfico 4 - Estrutura da Demonstração de Resultados de 2013



2.5. Contabilidade de Custos

A contabilidade de custos é uma contabilidade interna, uma contabilidade de gestão, cuja informação produzida tem como objetivo o apoio à tomada de decisão.

A contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções, dos bens e dos serviços.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Assim, a contabilidade de custos visa em primeiro lugar o apuramento do custo de cada função.

As funções encontram-se definidas no ponto 10.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e são as seguintes:

Funções definidas no ponto 10.1. do POCAL

1018-(40)

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A

N.º 44 — 22-2-1999

10 — Códigos de contas do POCAL	
10.1 — Classificação funcional	
Código	Designação das rubricas
1	Funções gerais (*).
1.1.0	Serviços gerais de administração pública.
1.1.1	Administração geral (*).
1.2.0	Segurança e ordem públicas.
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios (*).
1.2.2	Polícia municipal.
2	Funções sociais (*).
2.1.0	Educação.
2.1.1	Ensino não superior (*).
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino (*).
2.2.0	Saúde.
2.2.1	Serviços individuais de saúde (*).
2.3.0	Segurança e acção sociais.
2.3.1	Segurança social (*).
2.3.2	Acção social (*).
2.4.0	Habitação e serviços colectivos.
2.4.1	Habitação.
2.4.2	Ordenamento do território (*).
2.4.3	Saneamento (*).
2.4.4	Abastecimento de água (*).
2.4.5	Resíduos sólidos (*).
2.4.6	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza (*).
2.5.0	Serviços culturais, recreativos e religiosos.
2.5.1	Cultura (*).
2.5.2	Desporto, recreio e lazer (*).
2.5.3	Outras actividades cívicas e religiosas (*).
3	Funções económicas.
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca (*).
3.2.0	Indústria e energia (*).
3.3.0	Transportes e comunicações.
3.3.1	Transportes rodoviários (*).
3.3.2	Transportes aéreos (*).
3.3.3	Transportes fluviais (*).
3.4.0	Comércio e turismo.
3.4.1	Mercados e feiras (*).
3.4.2	Turismo (*).
3.5.0	Outras funções económicas (*).
4	Outras funções.
4.1.0	Operações da dívida autárquica (*).
4.2.0	Transferências entre administrações (*).
4.3.0	Diversas não especificadas (*).

(*) Conta para a qual existe nota justificativa.

Os bens e os serviços são definidos no Município de acordo com a sua organização e a sua realidade.

BENS são todos os centros de custo definidos como investimentos ou obras por administração direta.

SERVIÇOS são todos os centros de custo definidos no sentido de apurar os custos de manutenção ou funcionamento, de p.e., serviços, atividades, eventos, etc...

No ano de 2013, em cumprimento dos critérios definidos no POCAL, foram registados os trabalhos para a própria entidade, na sequência do apuramento dos custos com as obras por administração direta, no valor total de 761.383,59€, distribuídos pelas Obras por Administração Direta constantes no quadro seguinte:

Tabela 80. Trabalhos para a própria entidade



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

CÓDIGO DA CC	DESIGNAÇÃO DA OBRA	VALOR APURADO EM 2013
0135	Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz-obra	167.435,65 €
0146	Requalif. do Mercado Municipal de Reg. Monsaraz	72.767,41 €
0292	Parque Desportivo e Infantil da Caridade	7.662,02 €
0293	Parque Infantil e Geriátrico do Campinho	6.888,54 €
0320	Obra Parque Infantil do Jard Infância de S Marcos	6.858,81 €
0322	Casa do Cante no Telheiro (imóvel Escola Primária)	7.184,36 €
0326	Construção de um bar no Jardim de S. Pedro do Corval	2.851,69 €
0329	Expansão do Perímetro da Zona Industrial - 1ª Fase	138.821,88 €
0330	Parque Infantil de St. António do Baldio	1.439,66 €
0333	Req. Esp. Ext. Esc. Freg. Rur. -Escola Campinho	1.566,48 €
0335	Extensão de Saúde de S. Marcos do Campo	12.509,02 €
0337	Parque Desportivo do Outeiro (Outeiro XXI)	37.210,04 €
0338	Balcão Social e Extensão de Saúde de Campinho	7.526,82 €
0339	Parque da Junqueira em Campinho	7.015,29 €
0344	Rec. Edifício Antiga Adega Cartuxa p/ Dest Ter GNR	78.165,14 €
0345	Req. Da Envolvente do Poço da Junqueira em Reg. Mon	1.606,67 €
0347	Req de Esp Verd e Instal parq Infant na Tapada Cegon	35.449,97 €
0348	Requalificação Urb. Tapada do Carapetal	11.007,95 €
0349	Imóvel da antiga Escola Primária da Cumeada	12.047,10 €
0350	Parque Desportivo do Campinho	9.060,84 €
0351	Construção de WC em Cumeada	1.351,30 €
0355	Requalif. Largo de Homenagem aos Dadores de Sangue	11.251,48 €
0356	Plano de Porm de Salvag e Valorização de Monsaraz	15.557,90 €
0357	Alarg rede esg dom e águas pluv - Rua Maria Valejo	9.072,93 €
0358	BenefRequal do Posto da GNR de Telheiro/Monsaraz	1.710,87 €
0359	Parque/Jardim de S. Marcos do Campo	4.604,40 €
0360	Extensão de Saúde de Santo António do Baldio	3.797,51 €
0361	Casa Mortuária de S. Pedro do Corval	6.816,03 €
0362	Parque Infantil e Geriátrico de Perolivas	13.163,31 €
0363	Requalificação do Bairro de S. João em Reg. Mons.	15.525,93 €
0364	Centro Logístico Municipal -1.ª Fase	48.313,31 €
0365	Obra no espaço ocupado pela antiga Biblioteca	1.749,66 €
	TOTAL	761.383,59 €

3. Análise Financeira

3.1. Ativo

Tabela 81. Balanço – Evolução do Ativo Líquido – período 2012 a 2013

Código das contas POCAL	ACTIVO	2013	2012
		AL	AL
	Imobilizado:		
	Bens de domínio público:		
451	Terrenos e recursos naturais	370.135 €	370.135 €
452	Edifícios	0 €	0 €
453	Outras construções e infraestruturas	27.192.573 €	28.771.059 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	2.069.185 €	2.071.866 €
459	Outros bens de domínio público	0 €	0 €
445	Imobilizações em curso	1.295.277 €	349.960 €
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0 €	0 €
		30.927.171 €	31.563.020 €
	Imobilizações incorpóreas:		
431	Despesas de instalação	0 €	0 €
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	18.585 €	28.513 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	34.835 €	38.742 €
443	Imobilizações em curso	15.558 €	0 €
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0 €	0 €
		68.978 €	67.254 €
	Imobilizações corpóreas:		
421	Terrenos e recursos naturais	7.228.513 €	6.769.843 €
422	Edifícios e outras construções	17.885.097 €	15.382.551 €
423	Equipamento básico	421.164 €	367.954 €
424	Equipamento de transporte	278.889 €	278.842 €
425	Ferramentas e utensílios	6.684 €	5.447 €
426	Equipamento administrativo	238.233 €	194.778 €
427	Taras e vasilhame	0 €	0 €
429	Outras imobilizações corpóreas	260.000 €	297.516 €



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

442	Imobilizações em curso	1.041.898 €	1.291.610 €
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0 €	0 €
		27.360.478 €	24.588.541 €
	Investimentos financeiros:		
411	Partes de capital	110.406 €	115.966 €
412	Obrigações e títulos de participação	0 €	0 €
414	Investimentos em imóveis	369.921 €	359.381 €
415	Outras aplicações financeiras	0 €	0 €
441	Imobilizações em curso	0 €	0 €
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0 €	0 €
		480.327 €	475.348 €
		58.836.954 €	56.694.163 €
	Circulante:		
	Existências:		
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	186.585 €	292.335 €
35	Produtos e trabalhos em curso	0 €	0 €
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0 €	0 €
33	Produtos acabados e intermédios	0 €	0 €
32	Mercadorias	0 €	0 €
37	Adiantamentos por conta de compras	0 €	0 €
		186.585 €	292.335 €
	Dívidas de Terceiros- Médio e longo prazo:		
	Dívidas de Terceiros- Curto prazo:		
28	Empréstimos concedidos	6.250 €	6.250 €
211	Clientes, c/c	24.502 €	26.407 €
212	Contribuintes, c/c	15.451 €	14.310 €
213	Utentes, c/c	191.694 €	195.474 €
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2.318 €	3.822 €
251	Devedores pela execução do orçamento	0 €	0 €
229	Adiantamentos a fornecedores	0 €	0 €
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0 €	0 €
24	Estado e outros entes públicos	115.369 €	100.454 €
264	Administração autárquica	0 €	0 €
262+263+267+268	Outros devedores	1.056.102 €	961.742 €
		1.411.685 €	1.308.459 €
	Títulos negociáveis:		
151	Ações	0 €	0 €
152	Obrigações e títulos de participações	0 €	0 €
153	Títulos de dívida pública	0 €	0 €
159	Outros títulos	0 €	0 €
18	Outras aplicações de tesouraria	0 €	0 €
		0 €	0 €
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:		
12	Depósitos em instituições financeiras	264.119 €	203.995 €
11	Caixa	8.436 €	7.496 €
		272.556 €	211.491 €
	Acréscimos e diferimentos		
271	Acréscimos de proveitos	735.581 €	832.725 €
272	Custos diferidos	25.644 €	15.159 €
		761.225 €	847.884 €
	Total de amortizações		
	Total de provisões		
	Total do ativo	61.469.005 €	59.354.332 €

Entre 2012 e 2013, o Ativo Líquido aumentou aproximadamente 2,1 milhões euros, contribuindo ainda para o efeito, o aumento do imobilizado em 2,1 milhões de euros.

As imobilização corpóreas destacam-se no imobilizado com um aumento de 2,8 milhões euros.

No caso do Ativo circulante as dívidas de terceiros aumentaram cerca de 100 mil euros e os acréscimos e diferimentos diminuíram cerca 90 mil euros.

3.2. Fundos Próprios

Tabela 82. Balanço – Fundos próprios – período 2012 a 2013



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Código das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS	2013	2012
	Fundos próprios		
51	Património	29.504.246 €	28.790.686 €
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	0 €	0 €
56	Reservas de reavaliação	3.328.985 €	3.328.985 €
	Reservas:		
571	Reservas legais	205.308 €	205.308 €
572	Reservas estatutárias	0 €	0 €
573	Reservas contratuais	0 €	0 €
574	Reservas livres	0 €	0 €
575	Subsídios	1.862.476 €	1.862.476 €
576	Doações	1.124.318 €	824.968 €
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	0 €	0 €
59	Resultados transitados	-6.749.819 €	-4.669.482 €
88	Resultado Líquido do exercício	-1.804.443 €	-2.080.337 €
	Total dos Fundos Próprios	27.471.070 €	28.262.603 €

Os fundos próprios registaram uma diminuição de cerca de 790 mil euros.

3.3. Passivo

Tabela 83. Balanço – Passivo – período 2012 a 2013

Código das contas POCAL	PASSIVO	2013	2012
292	Provisões para riscos e encargos	455.987 €	292.366 €
		455.987 €	292.366 €
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	10.814.024 €	7.476.014 €
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0 €	0 €
264	Administração autárquica	0 €	0 €
262+263+267+268	Outros credores	0 €	0 €
		10.814.024 €	7.476.014 €
	Dividas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	350.000 €	700.000 €
269	Adiantamentos por conta de vendas	100.000 €	0 €
221	Fornecedores, c/c	5.674.321 €	5.910.866 €
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	0 €	0 €
252	Credores pela execução do orçamento	0 €	0 €
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0 €	0 €
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	1.592.231 €	2.779.084 €
2612	Fornec. de imobilizado - C/ Cauções e Garantias	0 €	0 €
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Receção e Conferência	0 €	0 €
24	Estado e outros entes públicos	790.527 €	712.288 €
264	Administração autárquica	42.994 €	48.800 €
262+263+267+268	Outros credores	616.115 €	778.298 €
217	Clientes e utentes com cauções	47.885 €	49.748 €
265	Associações Profissionais	143 €	139 €
		9.214.216 €	10.979.223 €
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	823.740 €	671.361 €
274	Proveitos diferidos	12.689.968 €	11.672.765 €
		13.513.708 €	12.344.126 €
	Total do Passivo	33.997.934 €	31.091.729 €
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	61.469.005 €	59.354.332 €

Verificou-se um aumento nos empréstimos a médio e longo prazos, devido à contratação do empréstimo do PAEL, enquanto o valor devido a fornecedores registou uma significativa redução.

3.4. Variação verificada 2012/2013

Tabela 84. Evolução do Balanço – período 2012 a 2013



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

CONTAS	BALANÇOS			
	2012		2013	
ACTIVO	Montante	%	Montante	%
Imobilizado:	56.694.163 €	96%	58.836.954 €	96%
Bens de domínio público	31.563.020 €	53%	30.927.171 €	50%
Terrenos e recursos naturais	370.135 €	1%	370.135 €	1%
Edifícios	0 €	0%	0 €	0%
Outras construções e infraestruturas	28.771.059 €	48%	27.192.573 €	44%
Bens do património histórico, artístico e cultural	2.071.866 €	3%	2.069.185 €	3%
Outros bens de domínio público	0 €	0%	0 €	0%
Imobilizações em curso	349.960 €	1%	1.295.277 €	2%
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0 €	0%	0 €	0%
		0%		0%
Imobilizações incorpóreas	67.254 €	0%	68.978 €	0%
Despesas de instalação	0 €	0%	0 €	0%
Despesas de investigação e de desenvolvimento	28.513 €	0%	18.585 €	0%
Propriedade industrial e outros direitos	38.742 €	0%	34.835 €	0%
Imobilizações em curso	0 €	0%	15.558 €	0%
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0 €	0%	0 €	0%
		0%		0%
Imobilizações corpóreas	24.588.541 €	41%	27.360.478 €	45%
Terrenos e recursos naturais	6.769.843 €	11%	7.228.513 €	12%
Edifícios e outras construções	15.382.551 €	26%	17.885.097 €	29%
Equipamento básico	367.954 €	1%	421.164 €	1%
Equipamento de transporte	278.842 €	0%	278.889 €	0%
Ferramentas e utensílios	5.447 €	0%	6.684 €	0%
Equipamento administrativo	194.778 €	0%	238.233 €	0%
Taras e vasilhame	0 €	0%	0 €	0%
Outras imobilizações corpóreas	297.516 €	1%	260.000 €	0%
Imobilizações em curso	1.291.610 €	2%	1.041.898 €	2%
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0 €	0%	0 €	0%
		0%		0%
Investimentos financeiros	475.348 €	1%	480.327 €	1%
Partes de capital	115.966 €	0%	110.406 €	0%
Obrigações e títulos de participação	0 €	0%	0 €	0%
Investimentos em imóveis	359.381 €	1%	369.921 €	1%
Outras aplicações financeiras	0 €	0%	0 €	0%
Imobilizações em curso	0 €	0%	0 €	0%
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0 €	0%	0 €	0%
		0%		0%
Circulante:	2.660.169 €	4%	2.632.051 €	4%
Existências	292.335 €	0%	186.585 €	0%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	292.335 €	0%	186.585 €	0%
Produtos e trabalhos em curso	0 €	0%	0 €	0%
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0 €	0%	0 €	0%
Produtos acabados e intermédios	0 €	0%	0 €	0%
Mercadorias	0 €	0%	0 €	0%
Adiantamentos por conta de compras	0 €	0%	0 €	0%
		0%		0%
Dívidas de Terceiros- Médio e longo prazo	0 €	0%	0 €	0%
Dívidas de Terceiros- Curto prazo	1.308.459 €	2%	1.411.685 €	2%
Empréstimos concedidos	6.250 €	0%	6.250 €	0%
Clientes, c/c	26.407 €	0%	24.502 €	0%
Contribuintes, c/c	14.310 €	0%	15.451 €	0%
Utentes, c/c	195.474 €	0%	191.694 €	0%
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3.822 €	0%	2.318 €	0%
Devedores pela execução do orçamento	0 €	0%	0 €	0%
Adiantamentos a fornecedores	0 €	0%	0 €	0%
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0 €	0%	0 €	0%
Estado e outros entes públicos	100.454 €	0%	115.369 €	0%
Administração autárquica	0 €	0%	0 €	0%
Outros devedores	961.742 €	2%	1.056.102 €	2%
		0%		0%
Títulos negociáveis	0 €	0%	0 €	0%
Ações		0%		0%
Obrigações e títulos de participações		0%		0%
Títulos de dívida pública		0%		0%
Outros títulos		0%		0%
Outras aplicações de tesouraria		0%		0%



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

CONTAS	VARIÇÃO		PESO NA
	2012 / 2013		VARIÇÃO TOTAL
ATIVO	Montante	%	%
Imobilizado:	2.142.791 €	4%	101%
Bens de domínio público	-635.849 €	-2%	-30%
Terrenos e recursos naturais	0 €		
Edifícios	0 €		
Outras construções e infraestruturas	-1.578.486 €	-5%	-75%
Bens do património histórico, artístico e cultural	-2.680 €	0%	0%
Outros bens de domínio público	0 €		
Imobilizações em curso	945.317 €	270%	45%
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0 €		
	0 €		
Imobilizações incorpóreas	1.723 €	3%	0%
Despesas de instalação	0 €		
Despesas de investigação e de desenvolvimento	-9.928 €	-35%	0%
Propriedade industrial e outros direitos	-3.907 €	-10%	0%
Imobilizações em curso	15.558 €		1%
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0 €		
	0 €		
Imobilizações corpóreas	2.771.938 €	11%	131%
Terrenos e recursos naturais	458.670 €	7%	22%
Edifícios e outras construções	2.502.546 €	16%	118%
Equipamento básico	53.210 €	14%	3%
Equipamento de transporte	47 €	0%	0%
Ferramentas e utensílios	1.237 €	23%	0%
Equipamento administrativo	43.455 €	22%	2%
Taras e vasilhame	0 €		
Outras imobilizações corpóreas	-37.515 €	-13%	-2%
Imobilizações em curso	-249.713 €	-19%	-12%
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0 €		
	0 €		
Investimentos financeiros	4.979 €	1%	0%
Partes de capital	-5.560 €	-5%	0%
Obrigações e títulos de participação	0 €		
Investimentos em imóveis	10.539 €	3%	0%
Outras aplicações financeiras	0 €		
Imobilizações em curso	0 €		
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0 €		
	0 €		
	0 €		
Circulante:	-28.119 €	-1%	-1%
Existências	-105.750 €	-36%	-5%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-105.750 €	-36%	-5%
Produtos e trabalhos em curso	0 €		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0 €		
Produtos acabados e intermédios	0 €		
Mercadorias	0 €		
Adiantamentos por conta de compras	0 €		
	0 €		
Dívidas de Terceiros- Médio e longo prazo	0 €	0%	0%
Dívidas de Terceiros- Curto prazo	103.226 €	8%	5%
Empréstimos concedidos	0 €	0%	0%
Clientes, c/c	-1.905 €	-7%	0%
Contribuintes, c/c	1.140 €	8%	0%
Utentes, c/c	-3.780 €	-2%	0%
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	-1.504 €	-39%	0%
Devedores pela execução do orçamento	0 €		
Adiantamentos a fornecedores	0 €		
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0 €		
Estado e outros entes públicos	14.915 €	15%	1%
Administração autárquica	0 €		
Outros devedores	94.360 €	10%	4%
	0 €		
Títulos negociáveis	0 €		
Ações	0 €		
Obrigações e títulos de participações	0 €		
Títulos de dívida pública	0 €		



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Outros títulos	0 €		
Outras aplicações de tesouraria	0 €		
	0 €		
Depósitos em instituições financeiras e caixa	61.065 €	29%	3%
Depósitos em instituições financeiras	60.124 €	29%	3%
Caixa	940 €	13%	0%
	0 €		
Acréscimos e diferimentos	-86.659 €	-10%	-4%
Acréscimos de proveitos	-97.145 €	-12%	-5%
Custos diferidos	10.486 €	69%	0%
	0 €		
Total do ativo	2.114.672 €	4%	100%
FUNDOS PRÓPRIOS			
	2012/2013		
Património	713.560 €	2%	34%
Reservas de reavaliação	0 €	0%	0%
Reservas	299.350 €	10%	14%
Reservas legais	0 €	0%	0%
Reservas estatutárias	0 €		
Reservas contratuais	0 €		
Reservas livres	0 €		
Subsídios	0 €	0%	0%
Doações	299.350 €	36%	14%
Reservas decorrentes de transferência de ativos	0 €		
Resultados transitados	-2.080.337 €	45%	-98%
Resultado Líquido do exercício	275.894 €	-13%	13%
Total dos Fundos Próprios	-791.533 €	-3%	-37%
PASSIVO			
	2012/2013		
Provisões para riscos e encargos	234.863 €		
Provisões para riscos e encargos	163.620 €	56%	8%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	3.338.010 €	45%	158%

CONTAS	VARIACÃO		PESO NA VARIACÃO TOTAL
	2012 / 2013		
ATIVO	Montante	%	%
Empréstimos de médio e longo prazo	3.338.010 €	45%	158%
Fornecedores de imobilizado, c/c	0 €		
Administração autárquica	0 €		
Outros credores	0 €		
	3.338.010 €	45%	158%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	-1.765.007 €	-16%	-83%
Empréstimos de curto prazo	-350.000 €	-50%	-17%
Adiantamentos por conta de vendas	100.000 €		5%
Fornecedores, c/c	-236.545 €	-4%	-11%
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	0 €		
Credores pela execução do orçamento	0 €		
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0 €		
Fornecedores de imobilizado, c/c	-1.186.853 €	-43%	-56%
Fornec. de imobilizado - C/ Cauções e Garantias	0 €		
Fornec. Imobiliz. - Fact. Receção e Conferência	0 €		
Estado e outros entes públicos	78.239 €	11%	4%
Administração autárquica	-5.806 €	-12%	0%
Outros credores	-162.184 €	-21%	-8%
Clientes e utentes com cauções	0 €	0%	0%
Associações Profissionais	4 €	3%	0%
	0 €		
Acréscimos e diferimentos	1.169.582 €	9%	55%
Acréscimos de custos	654.736 €	98%	31%
Proveitos diferidos	9.193.583 €	79%	435%
Total do Passivo	2.906.205 €	9%	137%
	2.114.672 €		
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	€	4%	100%

De 2012 para 2013:

O Ativo aumentou, em termos líquidos, aproximadamente 2,1 milhões de euros, ao passo que os Fundos Próprios diminuíram

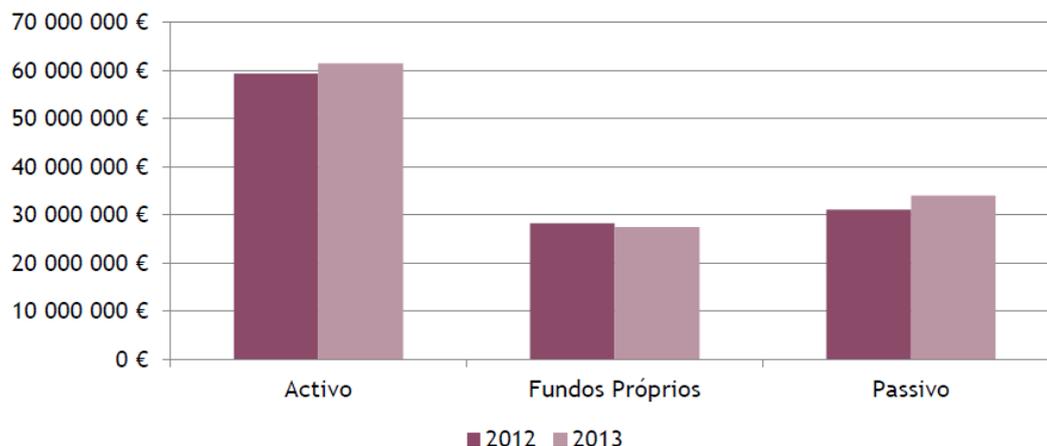


MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

790 mil euros.

Tabela 86. Evolução do Ativo, Fundos Próprios e Passivo – período 2012 a 2013



3.5. Indicadores e Rácios Patrimoniais

De sustentabilidade a médio e longo prazo

Tabela 87. Indicadores de sustentabilidade a médio e longo prazo – período 2012 a 2013

INDICADORES			2012		2013		VARIAÇÃO (pontos percentuais) 2012 / 2013
1 2 3 4 SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	28.262.603 €	91%	27.471.070 €	81%	-10%
		Passivo	31.091.729 €		33.997.934 €		
	Solvabilidade II	Ativo Líquido	59.354.332 €	191%	61.469.005 €	181%	-10%
		Passivo	31.091.729 €		33.997.934 €		
	Solvabilidade Adaptado	Ativo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	27.791.313 €	89%	30.541.834 €	90%	0%
		Passivo	31.091.729 €		33.997.934 €		
	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	28.262.603 €	48%	27.471.070 €	45%	-3%
		Ativo Líquido	59.354.332 €		61.469.005 €		

A solvabilidade, ou a capacidade de solver compromissos assumidos (passivo) com recurso a fundos próprios ou ao ativo total revela apenas uma diminuição de 10 p.p.. Contabilisticamente, os fundos próprios representam 81% do passivo total, sendo que o ativo representa cerca de 181% do passivo, refletindo uma situação líquida positiva.

O indicador da solvabilidade adaptado, atendendo ao ativo líquido sobre o passivo, surge devido aos bens de domínio público não representarem liquidez ou possível meio de liquidez dos municípios. Assim, temos em 2012 um grau de solvabilidade de 90%.

A autonomia financeira diminuiu para 45%, devido ao fato de o fundo patrimonial ter diminuído e do Ativo ter aumentado, evidenciando assim a mesma dependência do Município face a financiamentos externos.

De equilíbrio de curto prazo

Tabela 88. Indicadores de equilíbrio de curto prazo – período 2012 a 2013



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

INDICADORES			2012		2013		VARIAÇÃO (pontos percentuais) 2012 / 2013
5	LIQUIDEZ DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Ativo Circulante	2.660.169 €	11%	2.632.051 €	0%
			Passivo Circulante	23.615.715 €		23.183.910 €	
6	LIQUIDEZ IMEDIATA	Liquidez Imediata	Disponibilidades	211.491 €	1%	272.556 €	0%
			Passivo Circulante	23.615.715 €		23.183.910 €	

A Liquidez Geral revela a capacidade do Município em pagar os encargos a curto prazo.

A Liquidez Imediata relaciona só o valor existente em Disponibilidades com o passivo circulante e verifica-se que a situação se manteve.

De imobilizações (graus de cobertura do imobilizado)

Tabela 89. Graus de cobertura do imobilizado – período 2012 a 2013

INDICADORES			2012		2013		VARIAÇÃO (pontos percentuais) 2012 / 2013
7	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	35.738.617 €	63%	38.285.094 €	2%
			Imobilizado Líquido	56.694.163 €		58.836.954 €	
8	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	28.262.603 €	50%	27.471.070 €	-3%
			Imobilizado Líquido	56.694.163 €		58.836.954 €	
9	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de MLP	7.476.014 €	13%	10.814.024 €	5%
			Imobilizado Líquido	56.694.163 €		58.836.954 €	

O grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes aumentou de 63% para 65%.

O grau de cobertura do imobilizado apenas pelos fundos próprios diminuiu para 47%.

O grau de cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de médio e longo prazo, significa que 18% do imobilizado líquido é financiado por capitais alheios de médio e longo prazo.

De imobilizações (graus de cobertura do imobilizado)

Tabela 90. Graus de cobertura do imobilizado – período 2012 a 2013

INDICADORES			2012		2013		VARIAÇÃO (pontos percentuais) 2012 / 2013
10	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	11.271.589 €	20%	9.670.202 €	-3%
			Imobilizado Líquido	56.694.163 €		58.836.954 €	
11	IMOBILIZAÇÕES	Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	56.694.163 €	96%	58.836.954 €	0%
			Ativo Líquido	59.354.332 €		61.469.005 €	
12	IMOBILIZAÇÕES	Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Domínio Público Líquido	31.563.020 €	53%	30.927.171 €	-3%
			Ativo Líquido	59.354.332 €		61.469.005 €	

O grau de cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo diminuiu de 20% para 16%.

O imobilizado registado mantém o peso no ativo, representando 96% deste.

O último indicador deste quadro relaciona o imobilizado de domínio público líquido com o ativo líquido. Em 2013 verifica-se que



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

este indicador diminuiu ligeiramente face a 2012.

De endividamento

Tabela 91. Indicadores de endividamento – período 2012 a 2013

INDICADORES			2012		2013		VARIAÇÃO (pontos percentuais) 2012 / 2013
13	Endividamento	Passivo	31.091.729 €	52%	33.997.934 €	55%	3%
		Ativo Líquido	59.354.332 €		61.469.005 €		
14	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	7.476.014 €	13%	10.814.024 €	18%	5%
		Ativo Líquido	59.354.332 €		61.469.005 €		
15	Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	7.476.014 €	13%	10.814.024 €	18%	5%
		Ativo Líquido	59.354.332 €		61.469.005 €		
16	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	11.271.589 €	19%	9.670.202 €	16%	-3%
		Ativo Líquido	59.354.332 €		61.469.005 €		
17	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	700.000 €	1%	350.000 €	1%	-1%
		Ativo Líquido	59.354.332 €		61.469.005 €		
18	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	7.476.014 €	24%	10.814.024 €	32%	8%
		Passivo	31.091.729 €		33.997.934 €		
19	Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	11.271.589 €	36%	9.670.202 €	28%	-8%
		Passivo	31.091.729 €		33.997.934 €		

O grau de endividamento do Município de Reguengos de Monsaraz atendendo à relação passivo/ativo líquido, aumentou para 55%.

O grau de endividamento de MLP sofreu um aumento em relação ao ano anterior de 5 p.p. devido ao empréstimo do PAEL.

O grau de endividamento de CP do Município de Reguengos de Monsaraz atendendo à relação dívidas de CP/ativo líquido, diminuiu 3 p.p. em 2013, face ao ano anterior.

Relativamente à estrutura do endividamento as dívidas de MLP representam 32% do passivo, enquanto as dívidas de CP representam 28% do mesmo.

3.6. Programa de Apoio à Economia Local

Em 11 de Janeiro de 2013, o Tribunal de Contas concedeu o visto ao contrato de empréstimo celebrado entre o Estado Português representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças e o Município de Reguengos de Monsaraz, ao abrigo do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, celebrado em 16 de Novembro de 2012, no valor de 4.675.555,75 (quatro milhões seiscentos e setenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos).

No mês de fevereiro recebeu a 1.ª tranche, correspondente a 70% deste montante, no valor de 3.272.889,03€, e no final do mês de março de 2013, o Município de Reguengos de Monsaraz já tinha executado mais de 90% do valor recebido.

Depois de comprovar o pagamentos de documentos que justificaram o recebimento da 1.ª tranche, obteve a libertação de 1.376.993,65€ referente à 2.ª tranche em 30.12.2013.

3.7. Endividamento Líquido, de MLP e de CP

O endividamento municipal encontra-se regulado pelo quadro legal da Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a qual no Título IV – Endividamento autárquico define um limite para cada um dos três níveis de endividamento, designadamente: endividamento líquido, endividamento de médio e longo prazo, e, endividamento de curto prazo.

Tabela 92. Limites de endividamento municipal 2013 (€)



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

RECEITAS MUNICIPAIS	brutas	restituições pagos	líquida	Observações
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	1.660.554,92	96.841,47	1.563.713,45	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	942.859,67	51.837,59	891.022,08	* Valores anuais, os quais devem corresponder aos inscritos no formulário
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	548.333,11	44.918,92	503.414,19	
Imposto Único de Circulação (IUC)**	169.362,14	84,96	169.277,18	
Contribuição Autárquica			0,00	
Imposto Municipal de Sisa			0,00	Receitas Municipais', relativo a 2008.
Derrama*	65.333,27		65.333,27	
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	1.725.888,19	96.841,47	1.629.046,72	(A)
Receitas arrecadadas a título de participação nos resultados das entidades do SEL*	-	-	-	(B)
FEF + IRS (mapa XIX do orçamento do Estado para 2012)	-	-	4.939.936,00	(C)
<i>Total de receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento</i>	-	-	6.568.982,72	(D) = (A) + (B) + (C)
<i>Limite ao endividamento de curto prazo</i>	-	-	656.898,27	(E) = 10% × (D)
<i>Limite ao endividamento de médio e longo prazos</i>	-	-	6.568.983,00	(F) = 100% × (D)
<i>Limite ao endividamento líquido</i>	-	-	8.211.228,00	(G) = 125% × (D)

Tabela 93. Apuramento da situação de endividamento em 31/12/2013 (€)

Designação	Montante	Observações
Total endividamento bancário curto prazo empréstimos de curto prazo não amortizados até 31 de dezembro do ano em causa	350.000,00	(A) = Saldo credor conta 2311
Capital em dívida de médio e longo prazos município	10.814.024,26	(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
Total endividamento líquido município	14.513.488,29	(C) = Saldo credor conta 2312
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos		(D) = Passivos - Ativos da linha (A) do Quadro 2. Ativos e passivos financeiros
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	-693.477,54	(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos	2.123.787,00	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido* (a)
Excecionados dos limites de endividamento municipal		(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
Dividas à EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	9.040.237,26	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)
Endividamento líquido a considerar	11.696.223,75	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
Endividamento de curto prazo	656.898,27	(K) = Campo (E) do Quadro 1
Endividamento de médio e longo prazos	6.568.983,00	(L) = Campo (F) do Quadro 1
Endividamento líquido	8.211.228,00	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
Endividamento de curto prazo		
Excesso		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
Margem	306.898,27	
Endividamento de médio e longo prazos		
Excesso	2.471.254,26	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
Margem		
Endividamento líquido		
Excesso	3.484.995,75	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
Margem		

(a) Valor referente a 31.12.2013 comunicado pela CIMAC.

De referir que o Município de Reguengos de Monsaraz apresentou à Direção Geral das Autarquias Locais um pedido de exceção ao endividamento líquido de aproximadamente 5,1 milhões de euros, onde se incluem os processos seguintes:

- -- Endividamento para com a ADSE, constituído no período que decorreu de 1987 a 2005:
 - -- ADSE de 1987 a 2002 (anterior ao POCAL) 520.962,75 €
 - -- ADSE de 2003 a 2005 (posterior ao POCAL) 218.244,31 €
- -- Contencioso com a Abovigia e a Fazenda Pública, consequência da dívida reclamada pelo abastecimento de água em alta no período de 1991 a 1998 202.238,29 €
- -- Recursos Hierárquico Necessário, Projeto Caminho dos Mancebos e Val Castelo (obra relativa ao ano de 2001) 193.633,79 €
- -- Processo contra a massa insolvente de João Cerejo dos Santos, esta empresa não terminou a empreitada de obra pública para a execução da Estrada Municipal 514, tendo entrado com um pedido de insolvência no ano de 2005 212.071,53 €



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- -- Dívida à Caixa Geral de Aposentações, constituída no período 2001-2005, regularizado por contrato celebrado com a CGD em 30 de Dezembro de 2005 1.289.060,71 €
- -- Pedido de compensação de SISA nos termos do n.º 3, art.4º, Lei 42/98, de 6 de Agosto 865.380,73 €
- -- Valores a excecionar na Prestação de Contas do exercício económico de 2010 145.797,62 €
- -- Valores a excecionar na Prestação de Contas do exercício económico de 2010 110.767,20 €
- -- Valores a excecionar na Prestação de Contas do exercício económico de 2010 1.338.865,26 €

Aguardamos assim o excecionamento pela Direcção-Geral das Autarquias Locais destes processos que ascendem ao total de 5.097.022,19€; que a ser considerado para os cálculos de verificação do cumprimento do limite do endividamento líquido conduz a que o Município de Reguengos de Monsaraz fique com uma margem de 1,6 milhões de euros, como se pode ver no quadro que seguinte:

Tabela 94. Apuramento da situação de endividamento em 31/12/2013, considerando o pedido de excecionamento ao endividamento líquido apresentado à DGAL

Designação	Montante	Observações
Total endividamento bancário curto prazo	350.000,00	(A) = Saldo credor conta 2311
Empréstimos de curto prazo não amortizados até 31 de dezembro do ano em causa	350.000,00	(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
Capital em dívida de médio e longo prazos município	10.814.024,26	(C) = Saldo credor conta 2312
Total endividamento líquido município	14.513.488,29	(D) = Passivos - Ativos da linha (A) do Quadro 2. Ativos e passivos financeiros
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento bancário De médio e longo prazos		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	-693.477,54	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido* (a)
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos	2.123.787,00	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
Excecionados dos limites de endividamento municipal	5.097.022,19	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
Capital em dívida de curto prazo com pedido de excecionamento apresentado à DGAL	0,00	(I) = Campo C do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
Dividas à EDP 1988	9.040.237,26	(J) = (C) + (E) - (G) + (B)**
Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	6.599.201,56	(K) = (D) + (F) - (G) - (H)
Endividamento líquido a considerar		
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
Endividamento de curto prazo	656.898,27	(L) = Campo (E) do Quadro 1
Endividamento de médio e longo prazos	6.568.983,00	(M) = Campo (F) do Quadro 1
Endividamento líquido	8.211.228,00	(N) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
Endividamento de curto prazo	Excesso	(O) = Excesso, se (A) > (K); (P) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	
Endividamento de médio e longo prazos	Excesso	(Q) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem	
Endividamento líquido	Excesso	(R) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	Margem	

(a) Valor referente a 31.12.2013 comunicado pela CIMAC.

Nos termos deste quadro podemos observar que tendo em consideração a solicitação de excecionamento efetuada junto da DGAL as margens face aos limites são as seguintes:

- -- Margem no endividamento de curto prazo de 307 mil euros;
- -- Excesso de endividamento de médio e longo prazo de 2.471 mil euros (justificado pelo valor contratado do empréstimo do PAEL); e
- -- Margem no endividamento líquido de 1.612 mil euros.

3.8. Limites de encargos com pessoal

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais e revogou o Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, o qual determina limites a respeitar em matéria de encargos com pessoal. Ainda que o referido diploma legal tenha sido revogado, importa aferir sobre quais os limites de encargos com pessoal.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Neste enquadramento e ao nível dos limites dos encargos, o artigo 10.º, n.º 1 referia que as despesas efetuadas com o pessoal do quadro não podiam ultrapassar os 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respetivo exercício. Sendo que o n.º 2 do mesmo artigo estabelecia que as despesas com o pessoal em qualquer outra situação não podiam ultrapassar 25% do limite legalmente fixado para os encargos com o pessoal do quadro.

Sempre que os municípios integrem associações de municípios com fins específicos, as despesas efetuadas com o pessoal do quadro ou outro relevam para efeito do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos municípios associados.

Assim, quer as despesas com pessoal do quadro, quer as despesas com pessoal em qualquer outra situação cumprem os limites fixados.

Tabela 95. Limite para custos com pessoal do quadro – exercício de 2013

	Limite 2013		Execução 2013	
Receitas correntes - 2012	€ 8.829.377,53	%	dezembro	% de Exec
Pessoal do Quadro - 2013	€ 5.297.626,52	60%	€ 2.581.312,69	29%

Tabela 96. Limite para custos com pessoal em qualquer outra situação – exercício 2013

	Limite 2013		Execução 2013	
Pessoal do Quadro - 2013	€ 5.297.626,52	%	dezembro	% de Exec
Pessoal Q O Situação	€ 1.324.406,63	25%	€ 181.694,35	3%

A Lei n.º 60-A/2005, no artigo 17.º refere que as despesas com pessoal das autarquias locais, incluindo as relativas a contratos de avença, de tarefa e de aquisições de serviços a pessoas singulares, devem manter-se ao mesmo nível do verificado em igual período do ano transato, exceto nas situações relacionadas com a transferência de competências da administração central e sem prejuízo do montante relativo ao aumento dos vencimentos dos funcionários públicos.

Em 2013, este Município não ultrapassou os limites legalmente fixados para os encargos com o pessoal do quadro (25%), assim como, não ultrapassou as despesas com o pessoal em qualquer outra situação (4%).

3.9. Fundo Social Municipal

Relativamente à repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais, a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, no art.º 19.º e art.º 24.º determina que o Fundo Social Municipal é uma subvenção específica cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios, associadas a funções sociais, nomeadamente a educação, saúde ou ação social.

Estabeleceu a Lei n.º 67-A/2007 de 31 de Dezembro, no n.º 4 do artigo 20.º, que o montante do fundo social municipal destina-se exclusivamente às competências atualmente exercidas pelos municípios no domínio da educação, mantendo-se para os anos seguintes com as respetivas alterações.

Trimestralmente, os Municípios comunicam à Direção Geral das Autarquias Locais quais as despesas efetuadas, pois tratando-se de uma transferência financeira consignada a um fim específico, caso o Município não realize despesa elegível de montante pelo menos igual à verba que lhe foi afeta, no ano subsequente será deduzida à verba a que teria direito ao abrigo do FSM a diferença entre a receita de FSM e a despesa correspondente.

Conforme o mapa XIX da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, do Orçamento de Estado para 2013, o Município de Reguengos de Monsaraz recebeu 192.654,00€ de FSM.

Em 2013, a Contabilidade apurou a recolha da informação sobre o Fundo Social Municipal com base na contabilidade de custos,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

cujo resultado apresentamos através do seguinte quadro:

Equação 1. Fundo Social Municipal

Demonstrar que:

$$FSM \leq A - B - C$$

Em que:

A - B - C = Despesas do Município elegíveis para financiamento através do FSM

FSM = Fundo Social Municipal

A = Total da Despesa

B = Participação recebida para despesas, prevista no Orçamento do Estado ou da Região Autónoma

C = Participação recebida para despesas, no âmbito de protocolos ou contratos (delegação de competências)

Tabela 97. Fundo Social Municipal (dezembro 2013)

FSM - FUNDO SOCIAL MUNICIPAL Dezembro 2013

Demonstrar que

FSM < ou = A - B - C

A - B - C = Despesas do Município elegíveis para financiamento através do FSM

FSM Fundo Social Municipal
 A Total da Despesa
 B Participação recebida para despesas, prevista no Orçamento do Estado ou da Região Autónoma
 C Participação recebida para despesas, no âmbito de protocolos ou contratos (delegação de competências)

1) Despesas de funcionamento corrente do pré-escolar público

Rubrica	A	B	C	
Remunerações de pessoal não docente	137.500,83 €		32.342,32 €	
Serviços de alimentação	68.675,60 €			
Prolongamento de horário	66.280,98 €		99.169,98 €	
Transporte escolar	38.407,85 €		13.296,00 €	
Outras despesas de funcionamento corrente	141.433,54 €		87.038,70 €	
TOTAL DE 1)	452.298,80 €	0,00 €	231.847,00 €	220.451,80 €

2) Despesas de funcionamento corrente com o 1.º ciclo do ensino básico público

Rubrica	A	B	C	
Remunerações de pessoal não docente	213.070,90 €		72.068,80 €	
Serviços de alimentação	68.675,60 €		3.915,96 €	
Atividades de enriquecimento curricular	78.076,66 €		81.375,00 €	
Transporte escolar	38.407,85 €			
Outras despesas de funcionamento corrente	216.960,32 €			
TOTAL DE 1)	615.191,33 €	0,00 €	157.359,76 €	457.831,57 €

3) Despesas com professores, monitores e técnicos do 1.º ciclo do ensino básico público com funções de enriq. escolar

Rubrica	A	B	C	
Enriquecimento curricular nas áreas de iniciação ao desporto e às artes				
Orientação escolar				
Apoio à saúde escolar				
Acompanhamento socioeducativo do ensino básico público				
Outras despesas com funções educativas de enriquecimento curricular				
TOTAL DE 1)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL DE 1) + 2) + 3)	1.067.490,13 €	0,00 €	389.206,76 €	678.283,37 €

FSM		FSM recebido	192.654,00 €
valor anual	192.654,00 €		
valor mensal	16.054,00 €		
			485.629,37 €



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Tal alteração permitiu conhecer e reportar à DGAL todos os valores suportados pelo Município.

Concluimos assim, que após subtraídas as receitas consignadas para as áreas da educação e após a subtração do valor recebido de FSM, o Município de Reguengos de Monsaraz ainda suportou em 2013 um total de custos com a educação que ascendeu a € 485.629,37.

Por outro lado, confirmamos, assim, que o Município aplica integralmente as receitas do Fundo Social Municipal.

3.9. Prazo Médio de Pagamentos

Nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril os Municípios calculam o prazo médio de pagamento por trimestre, através dos dados enviados para a Direção Geral das Autarquias Locais.

Equação 2. Prazo Médio de pagamento

$$PMP = \frac{\sum_{i=3}^t DF}{\sum_{i=3}^t A} \times 365$$

DF - valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre

A - aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre

Tabela XXX. prazo médio de pagamento em 31.12.2013

		1.º trim	2.º trim	3.º trim	4.º trim	
acumulados	DF					
	22	4.392.332,67 €	4.858.462,04 €	5.135.968,40 €	5.674.320,92 €	
	252	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	261	1.918.246,36 €	1.780.393,11 €	2.086.703,17 €	1.592.230,77 €	
	265	136,64 €	136,57 €	136,43 €	142,64 €	
		1.º trim	2.º trim	3.º trim	4.º trim	
	266	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	267	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
trimestrais	A	6.310.715,67 €	6.638.991,72 €	7.222.808,00 €	7.266.694,33 €	27.439.209,72 €
	31	298.853,45 €	339.151,86 €	339.054,98 €	968.838,34 €	
	62	704.341,32 €	1.034.016,00 €	802.481,89 €	968.789,67 €	saldo devedor
	42	63.716,02 €	2.788.805,46 €	135.462,38 €	2.820.830,35 €	
	442	700.741,60 €	739.948,34 €	513.361,21 €	285.668,15 €	
	445	151.136,65 €	60.035,09 €	491.206,71 €	377.947,58 €	
	45	0,00 €	0,00 €	0,00 €	142.559,73 €	
	TOTAL (DF/A)*91 ,25DGAL	1.918.689,04 €	4.961.956,75 €	2.281.567,17 €	5.564.633,82 €	14.726.846,78 €



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

ΣDF/4	6.859.802,43 €
(ΣDF/4)/ΣA	0,465802526
PMPDGAL	170

Em 31.12.2013, o prazo médio de pagamento a fornecedores do Município de Reguengos de Monsaraz é de 170 dias.

4. Evolução da Dívida a Terceiros

Neste domínio importa referir o seguinte:

a) Distinguimos o passivo em dois horizontes temporais, o de médio e longo prazos e o de curto prazo, sendo que o primeiro apenas inclui dívida resultante da contração de empréstimos, ao passo que o segundo inclui a dívida do empréstimo de curto prazo acrescida de todas as restantes dívidas a fornecedores e outros credores.

b) Entre 2011 e 2012, a evolução da dívida de médio e longo prazos, revela uma diminuição de quase 1 milhão de euros; valor que no seu todo resultou da amortização de empréstimos.

c) Entre 2012 e 2013, a evolução da dívida de médio e longo prazos, revela um aumento de 3,3 milhões de euros; valor que resultou da contração do empréstimo do PAEL e da amortização de outros empréstimos.

d) Relativamente ao curto prazo, durante o ano de 2013, o Município de Reguengos de Monsaraz amortizou 350 mil euros do empréstimo de curto prazo e reduziu as outras dívidas de curto prazo em 1,8 milhões de euros.

Tabela 98. Evolução das dívidas a terceiros - POCAL 13

DESIGNAÇÃO	CONTA PATRIMONIAL	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2013	OBS.
1- CURTO PRAZO					
<i>a) Instituições de crédito</i>					
Crédito Agrícola	231115				
Banco Santander Totta	231116				
Banco Comercial Português, S.A.	231111121	€ 700.000,00			
Banco Espírito Santo	231111131		€ 700.000,00	€ 350.000,00	
Subtotal (a)		€ 700.000,00	€ 700.000,00	€ 350.000,00	
<i>b) Outras</i>					
Fornecedores c/c	221	€ 4.525.107,36	€ 5.910.865,58	€ 5.674.320,92	
Clientes e utentes com cauções	217	€ 50.724,02	€ 49.748,36	€ 47.885,47	
Fornecedores de imobilizado	2611	€ 2.950.270,43	€ 2.779.083,95	€ 1.157.692,09	
Estado e outros entes públicos	24	€ 699.106,77	€ 712.288,00	€ 790.527,10	
Administração autárquica	264	€ 0,00	€ 48.800,00	€ 42.994,06	
Outros credores	262+263+267+268	€ 969.722,11	€ 778.298,27	€ 616.114,55	
Fornecedores de imobilizado - leasing	2612+2613+2614	€ 0,00	€ 0,00	€ 434.538,68	
Associações Profissionais	265	€ 139,73	€ 138,72	€ 142,64	
Adiantamentos por conta de vendas	2692+2693	€ 127.712,96	€ 0,00	€ 100.000,00	
Subtotal (b)		€ 9.322.783,38	€ 10.279.222,88	€ 8.864.215,51	
TOTAL A CURTO PRAZO		€ 10.022.783,38	€ 10.979.222,88	€ 9.214.215,51	
2- MÉDIO E LONGO PRAZOS					
<i>a) Instituições de crédito</i>					
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	23121111+23121121	€ 5.002.198,18	€ 4.215.302,85	€ 3.289.154,93	
Banco Comercial Português	23121122	€ 247.310,04	€ 237.208,94	€ 226.170,21	
Banco Espírito Santo	23121113+23121123	€ 1.406.797,44	€ 1.309.469,16	€ 1.212.140,88	
Banco Português do Investimento	23121115	€ 708.609,14	€ 668.555,01	€ 624.975,34	
PREDE (Estado)	231231101	€ 1.045.478,00	€ 1.045.478,00	€ 1.045.478,00	
PAEL (DGTF)	231231102			€ 4.416.104,90	
Subtotal (a)		€ 8.410.392,80	€ 7.476.013,96	€ 10.814.024,26	
<i>b) Outras</i>					
-	-	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	
Subtotal (b)		€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	
TOTAL A MÉDIO E LONGO PRAZOS		€ 8.410.392,80	€ 7.476.013,96	€ 10.814.024,26	
TOTAL GERAL		€ 18.433.176,18	€ 18.455.236,84	€ 20.028.239,77	



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

IV. PAEL – Ficha de Acompanhamento Anual

Programa de apoio à economia local

Quadro I: Síntese da situação financeira atual e previsões de evolução

Descrição	2011	2012 total	Valores Apurados 2012	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados PAF 2013	Valores Apurados 2013 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00	
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	19.644,45	365,70		-365,70		0,00		0,00	
A3. Receita efetiva	13.071.285,82	11.617.737,71	12.181.748,71	564.011,00		11.687.858,33	12.954.610,63	1.266.752,30	
A3.1. Receita corrente	8.343.247,10	8.765.147,95	8.829.355,25	64.207,30		8.338.603,29	10.405.484,30	2.066.881,01	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)	4.728.038,72	2.852.589,76	3.352.393,46	499.803,70		3.349.255,04	2.549.126,33	-800.128,71	
... do qual		0,00							
A3.2.1. Venda de bens de investimento	184.189,34	103.120,00	197.704,00	94.584,00		75.677,34	100.000,00	24.322,66	
A4. Despesa efetiva	12.230.656,04	14.937.720,92	11.197.180,50	-3.740.540,42		9.984.020,13	15.894.171,71	5.910.151,58	
A4.1. Correntes	8.733.023,98	10.717.386,44	8.830.560,31	-1.886.826,13		8.703.376,63	11.305.709,95	2.602.332,92	
... dos quais		0,00							
A4.1.1. Juros	250.303,72	392.770,70	362.304,55	-30.466,15		426.276,13	353.497,63	-72.778,50	
a. Resultantes do PAEL		0,00	0,00	0,00		199.502,44	42.746,27	-156.756,17	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	147.462,96	179.879,01	162.488,54	-17.390,47		226.773,69	99.398,78	-127.374,91	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	102.840,76	212.891,69	199.816,01	-13.075,68		0,00	211.352,58	211.352,58	
A4.1.2. Despesas com pessoal	4.427.598,81	4.036.864,94	3.976.344,16	-60.520,78		4.287.598,81	4.314.350,31	26.751,50	
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	3.497.632,06	4.220.334,48	2.366.620,19	-1.853.714,29		1.280.643,50	4.588.462,16	3.307.818,66	
A5. Saldo global	840.629,78	-3.319.983,21	984.568,21	4.304.551,42		1.703.838,20	-2.939.561,08	-4.643.399,28	
A5.1. Saldo corrente	-389.776,88	-1.952.238,49	-1.205,06	1.951.033,43		-364.773,34	-900.225,25	-535.451,91	
A5.2. Saldo de capital	1.230.406,66	-1.367.744,72	985.773,27	2.353.517,99		2.068.611,54	-2.039.335,83	-4.107.947,37	
A6. Saldo primário	1.090.933,50	-2.927.212,51	1.346.872,76	4.274.085,27		2.130.114,33	-2.586.063,45	-4.716.177,78	
A7. Ativos financeiros líquidos									
amortizações	-6.250,00	0,00	0,00	0,00		-6.250,00	0,00	6.250,00	
A7.1. Receltas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	6.250,00	0,00	0,00	-6.250,00		6.250,00	0,00	-6.250,00	
A8. Passivos financeiros líquidos	-817.491,93	3.781.560,10	-934.378,84	-4.715.938,94		-1.150.717,72	2.980.161,03	4.130.878,75	

Descrição	2011	2012 total	Valores Apurados 2012	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados PAF 2013	Valores Apurados 2013 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
amortizações									
A8.1. Receltas de passivos financeiros	898.000,00	5.572.327,01	700.000,00	-4.872.327,01		0,00	4.649.882,68	4.649.882,68	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	1.715.491,93	1.790.766,91	1.634.378,84	-156.388,07		1.150.717,72	1.669.721,65	519.003,93	
a. Resultantes do PAEL	0,00	0,00	0,00	0,00		262.856,84	116.888,89	-145.967,95	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.040.491,93	1.090.766,91	934.378,84	-156.388,07		887.860,88	1.202.832,76	314.971,88	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	675.000,00	700.000,00	700.000,00	0,00		0,00	350.000,00	350.000,00	
A9. Receita total	13.988.930,27	17.190.430,42	12.881.748,71	-4.308.681,71		11.687.858,33	17.604.493,31	5.916.634,98	
A10. Despesa total	13.952.397,97	16.728.487,83	12.831.559,34	-3.896.928,49		11.140.987,85	17.563.893,36	6.422.905,51	
A11. Saldo para a gerência seguinte	36.532,30	461.942,59	50.189,37	-411.753,22		546.870,48	40.599,95	-506.270,53	
A12. Serviço da dívida	1.965.795,65	2.183.537,61	1.995.683,39	-186.854,22		1.576.993,85	2.023.219,28	446.225,43	
A13. Endividamento total	18.433.176,38	17.706.828,91	18.305.034,33	598.205,42		16.795.204,97	20.028.839,77	3.233.634,80	
A13.1. Bancário	9.110.393,00	12.871.953,01	8.176.013,96	-4.695.939,05		12.191.952,58	11.164.024,26	-1.027.928,32	
A13.1.1. Médio e longo prazo	8.410.393,00	12.191.953,01	7.476.013,96	-4.715.939,05		12.191.952,58	10.814.024,26	-1.377.928,32	
a. Resultante do PAEL		4.872.327,01	0,00	-4.872.327,01		4.872.327,01	4.416.104,90	-456.222,11	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo (c)	8.410.393,00	7.319.626,00	7.476.013,96	156.387,96		7.319.625,57	6.397.919,36	-921.706,21	
A13.1.2. Curto prazo	700.000,00	680.000,00	200.000,00	-500.000,00		0,00	350.000,00	350.000,00	
A13.2. Fornecedores	7.475.377,79	3.091.469,59	8.689.949,53	5.598.479,94		3.091.469,59	7.267.151,69	4.175.682,10	
A13.3. Outra dívida a terceiros não financeira	1.847.405,59	1.743.406,31	1.439.070,84	-304.335,47		1.511.782,80	1.597.663,82	85.881,02	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	83	87	271	184			170		

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IHRU/INH)

Quadro II: Medidas propostas no plano de ajustamento financeiro

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011 Valores apurados (Indique o montante total executado nas rubricas respetivas)	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida (Indique apenas o acréscimo, em relação a 2011, resultante da implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida (Indique apenas o acréscimo, em relação a 2011, resultante da implementação da medida)	Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
			2012		2013				2013			
			Valor ano	Peso/Impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto			Valor ano	Peso/Impacte nas contas 2011 (%)		
B.1 Aumento da receita												
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	01-01-2013	2.041.794,20	0,00	0%					50.000,00	2%		
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	01-01-2013	221.130,93	25.000,00	11%	244.427,47	1.703,46			30.000,00	14%	214.936,46	36.194,47
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita												
Feder valores retidos	01-01-2013	2.538.446,08	0,00	0%					524.107,94	21%		
Total Aumento de receita (B.1)		4.801.371,21	25.000,00	1%					604.107,94	13%	214.936,46	36.194,47
B.2 Redução da despesa												
4. Redução/contenção/ racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	01-01-2013	2.801.410,20	0,00	0%					0,00	0%		
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa												
Redução das despesas com pessoal	01-01-2013	4.427.598,81	390.775,19	9%	3.976.344,16	60.479,46			90.000,00	2%	4.314.350,31	23.248,50
Redução de trabalho extraordinário	01-01-2013	206.395,32	54.199,82	26%	159.898,01	-7.702,51			50.000,00	24%	132.020,93	24.374,39



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Redução das transferências correntes (Instituições sem fins lucrativos)	01-01-2013	374.125,50	5.816,10	2%	311.988,87	56.320,53	20.000,00	5%	331.590,51	22.534,99	
Redução das transferências correntes (Juntas de freguesia)	01-01-2013	307.481,85	5.471,85	2%	249.258,00	52.752,00	10.000,00	3%	322.215,95	-24.734,10	
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		8.117.011,68	456.262,96	6%			170.000,00	2%	5.100.177,70	45.423,78	
B.3 Outras medidas											
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)		0,00	0,00				0,00				
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)		0,00	0,00				0,00				
8. Outras medidas b)											
... discriminar cada medida numa linha		0,00	0,00				0,00				
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)		0,00	0,00				0,00		0,00	0,00	
Total impacte esperado (B.1+B.2+B.3)		12.918.382,89	481.262,96	4%			774.107,94	6%	5.315.114,16	81.618,25	

b) Indicação do tipo de impacte que podem ter: no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.

c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

Quadro III: Evolução previsional da receita e da despesa

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura Valores estimados PAF 2013	Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados	2012 total							
	2011	2012 total							
Receitas correntes	8.343.247,10	8.765.147,95	8.829.355,25	-64.207,30		8.338.603,29	10.405.484,30	-2.066.881,01	
Impostos directos	1.521.646,53	1.968.328,31	1.725.888,19	242.440,12		1.601.971,68	2.397.036,99	-795.065,31	
IMI	927.498,68	1.053.313,11	942.859,67	110.453,44		1.053.313,11	1.209.646,37	-156.333,26	
IMT	357.227,37	723.584,00	548.333,11	175.250,89		357.227,37	878.867,05	-521.639,68	
Derrama	91.634,28	26.254,58	65.333,27	-39.078,69		26.254,58	88.501,19	-62.246,61	
Outros	145.286,20	165.176,62	169.362,14	-4.185,52		165.176,62	220.022,38	-54.845,76	
Impostos indirectos	33.253,17	54.973,12	33.049,97	21.923,15		54.973,12	28.272,43	26.700,69	
Taxas, multas e outras penalidades	221.158,53	245.053,64	244.427,47	626,17		251.158,53	214.961,06	36.197,47	
Taxas	200.148,93	201.501,06	211.572,10	-10.071,04		230.148,93	181.411,43	48.737,50	
Multas	21.009,60	43.552,58	32.855,37	10.697,21		21.009,60	33.549,63	-12.540,03	
Rendimentos da propriedade	70.195,62	238.542,94	160.625,93	77.917,01		70.195,62	176.846,24	-106.650,62	
Transferências correntes	4.419.599,55	4.232.910,64	4.458.606,09	-225.695,45		4.232.910,64	5.493.713,11	-1.260.802,47	
Venda de bens e serviços correntes	2.041.839,16	2.001.839,16	1.918.831,92	83.007,24		2.091.839,16	2.065.322,32	26.516,84	
Venda de bens	545.752,96	535.061,56	543.606,96	-8.545,40		559.117,21	513.685,35	45.431,86	
Serviços	928.962,08	910.763,54	924.956,18	-14.192,64		951.710,25	947.267,47	4.442,78	
Rendas	567.124,12	556.014,06	450.268,78	105.745,28		581.011,70	604.369,50	-23.357,80	
Outras receitas correntes	35.554,54	23.500,14	287.925,68	-264.425,54		35.554,54	29.332,15	6.222,39	
Receitas de capital	5.626.038,72	8.424.916,77	4.052.393,46	4.372.523,31		3.349.255,04	7.199.009,01	-3.849.753,97	
Venda de bens de investimento	184.189,34	103.120,00	197.704,00	-94.584,00		75.677,34	100.000,00	-24.322,66	
Terenos	75.677,34	103.120,00	59.704,00	43.416,00		75.677,34	0,00	75.677,34	
Habitacões	108.512,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Edifícios	0,00	0,00	138.000,00	-138.000,00		0,00	100.000,00	-100.000,00	
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Transferências de capital	4.520.767,08	2.745.969,76	3.116.406,63	-370.436,87		3.270.077,70	2.398.601,71	871.475,99	
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.982.321,00	1.879.620,00	1.879.620,00	0,00		1.879.620,00	939.810,00	939.810,00	
Athivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	898.000,00	5.572.327,01	700.000,00	4.872.327,01		0,00	4.649.882,68	-4.649.882,68	
Outras receitas de capital	23.082,30	3.500,00	1.750,00	1.750,00		3.500,00	105,00	3.395,00	
Rep. não abatidas nos pagamentos	19.644,45	365,70	207,97	157,73		0,00	4,32	-4,32	

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura Valores estimados PAF 2013	Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados	2012 total							
	2011	2012 total							
Total receita	13.988.930,27	17.190.430,42	12.881.956,68	4.308.473,74		11.687.858,33	17.604.497,63	-5.916.639,30	
Receitas correntes	8.343.247,10	8.765.147,95	8.829.355,25	-64.207,30		8.338.603,29	10.405.484,30	-2.066.881,01	
Receitas de capital	5.626.038,72	8.424.916,77	4.052.393,46	4.372.523,31		3.349.255,04	7.199.009,01	-3.849.753,97	
Despesas correntes	8.733.023,98	10.717.386,44	8.830.360,31	1.886.826,13		8.703.376,63	11.305.709,55	-2.602.332,92	
Despesas com o pessoal	4.427.598,81	4.036.864,94	3.976.344,16	60.520,78		4.287.598,81	4.314.350,31	-26.751,50	
Remunerações certas e permanentes	3.375.328,35	3.093.421,46	3.042.007,94	51.413,52		3.306.717,90	3.234.152,83	72.565,07	
Alibios variáveis ou eventuais	236.494,53	184.033,96	189.771,82	-5.737,86		181.687,30	170.380,75	11.306,55	
Segurança social	815.775,93	759.409,52	744.564,40	14.845,12		799.193,62	909.816,73	-110.623,11	
Aquisição de bens e serviços	2.801.410,20	5.072.536,62	3.187.729,93	1.884.806,69		2.801.410,20	5.266.504,82	-2.465.094,62	
Aquisição de bens	669.371,38	1.753.564,32	862.618,14	890.946,18		669.371,38	1.785.314,89	-1.115.943,51	
Aquisição de serviços	2.132.038,82	3.318.972,30	2.325.111,79	993.860,51		2.132.038,82	3.481.189,93	-1.349.151,11	
Juros e outros encargos	250.303,72	392.770,70	362.304,55	30.466,15		426.276,13	353.497,63	72.778,50	
Resultantes do PAEL		0,00		0,00		199.502,44	42.746,27	156.756,17	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	147.462,96	179.879,01	162.488,54	17.390,47		226.773,69	99.398,78	127.374,91	
Resultantes de endividamento de curto prazo	102.840,76	212.891,69	199.816,01	13.075,68		0,00	211.352,58	-211.352,58	
Transferências correntes	715.078,67	711.128,58	584.063,94	127.064,64		685.078,67	697.886,89	-12.808,22	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Freguesias	307.481,85	303.995,16	249.258,00	54.737,16		297.481,85	322.215,95	-24.734,10	
Associações de municípios	5.600,32	7.871,02	4.517,07	3.353,95		5.600,32	7.755,00	-2.154,68	
Instituições sem fins lucrativos	374.125,50	378.274,40	311.988,87	66.285,53		354.125,50	331.590,51	22.534,99	
Famílias	27.871,00	20.988,00	18.300,00	2.688,00		27.871,00	36.325,43	-8.454,43	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Subsídios	120.983,74	122.056,52	182.759,32	-60.702,80		120.983,74	305.493,64	-184.509,90	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Famílias	120.983,74	122.056,52	182.759,32	-60.702,80		120.983,74	305.493,64	-184.509,90	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	417.648,84	382.029,08	537.358,41	-155.329,33		382.029,08	367.976,26	14.052,82	
Despesas de capital	5.219.373,99	6.011.101,39	4.000.999,03	2.010.102,36		2.437.611,22	6.258.183,81	-3.820.572,59	
Aquisição de bens de capital	3.473.661,58	4.166.379,65	2.326.156,97	1.840.222,68		1.256.673,02	4.535.024,66	-3.278.351,64	



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura		Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados					Valores estimados PAF				
	2011	2012 total				2013				
Investimentos	3.288.714,51	3.894.229,90	2.105.463,69	1.788.766,21		1.071.725,95	4.518.274,83	-3.446.548,88		
Terrenos	20.000,00	37.000,00	14.941,76	22.058,24		20.000,00	12.000,00	8.000,00		
Habitaciones	1.725,95	3.407,48	0,00	3.407,48		1.725,95	75.483,34	-73.757,39		
Edifícios	500.382,33	1.148.599,13	996.194,89	152.404,24		400.000,00	1.735.301,99	-1.335.301,99		
Construções diversas	2.345.870,98	2.311.817,53	763.342,30	1.548.475,23		400.000,00	2.131.157,89	-1.731.157,89		
Outros	420.735,25	393.405,76	330.984,74	62.421,02		250.000,00	564.331,61	-314.331,61		
Locação financeira	125.464,90	0,00	0,00	0,00		125.464,90	0,00	125.464,90		
Bens de domínio público	59.482,17	272.149,75	220.693,28	51.456,47		59.482,17	16.749,83	42.732,34		
Transferências de capital	23.970,48	53.954,83	40.463,22	13.491,61		23.970,48	53.437,50	-29.467,02		
Empresas públicas municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Associações de municípios	23.970,48	42.079,83	4.838,22	37.241,61		23.970,48	0,00	23.970,48		
Instituições sem fins lucrativos	0,00	11.875,00	35.625,00	-23.750,00		0,00	53.437,50	-53.437,50		
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Ativos financeiros	6.250,00	0,00	0,00	0,00		6.250,00	0,00	6.250,00		
Passivos financeiros	1.715.491,93	1.790.766,91	1.634.378,84	156.388,07		1.150.717,72	1.669.721,65	-519.003,93		
Resultantes do PAEL		0,00		0,00			262.856,84	116.888,89		
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.040.491,93	1.090.766,91	934.378,84	156.388,07		887.860,88	1.202.832,76	-314.971,88		
Resultantes de endividamento de curto prazo	675.000,00	700.000,00	700.000,00	0,00		0,00	350.000,00	-350.000,00		
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Total despesa	13.952.397,97	16.728.487,83	12.831.559,34	3.896.928,49		11.140.987,85	17.563.893,36	-6.422.905,51		
Despesa corrente	8.733.023,98	10.717.386,44	8.830.560,31	1.886.826,13		8.703.376,63	11.305.709,55	-2.602.332,92		
Despesa de capital	5.219.373,99	6.011.101,39	4.000.999,03	2.010.102,36		2.437.611,22	6.258.183,81	-3.820.572,59		
Saldo (Receita - Despesa)	36.532,30	461.942,59	50.397,34	411.545,25		546.870,48	40.604,27	506.266,21		

Quadro IV: Mapa previsional da evolução dívida por curto e médio e longo prazo e do serviço da dívida de EMLP (dívida em 31 de dezembro)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio	Observação / Justificação	Valores candidatura 2013	Valores Executados 2013	Desvio	Observação / Justificação	(...)
	2011	2012 total								
Dívida de Curto prazo			10.151.038	10.151.038		9.214.216	9.214.216			
Empréstimos de CP	700.000	680.000	700.000	20.000		0	350.000	350.000		
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP		0	0	0		0	0	0		
Outra	9.322.783	4.603.252	9.451.038	4.847.785		4.603.252	8.864.216	4.260.963		
Fornecedores c/c	4.525.107	2.123.803	5.910.866	3.787.063		2.123.803	5.674.321	3.550.518		
Fornecedores de imobilizado c/c	2.950.270	967.667	2.779.084	1.811.417		967.667	1.592.231	624.564		
Estado e Outros Entes Públicos	699.107	686.543	712.288	25.745		686.543	790.527	103.984		
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0		0	47.885	-47.885		
Administração autárquica	0	46.251	48.800	2.549		46.251	42.994	-3.257		
Outros credores	1.148.299	778.989		-778.989		778.989	716.257	-62.731		
Subtotal Curto prazo	10.022.783	5.283.252	10.151.038	4.867.785		4.603.252	9.214.216	4.610.963		
Dívida de Médio e longo prazo			7.476.014	7.476.014		10.814.024	10.814.024			
Empréstimos	8.410.393	12.191.953	7.476.014	-4.715.939		11.041.235	10.814.024	-227.211		
No âmbito do PAEL		4.872.327	0	-4.872.327		4.609.470	4.416.105	-193.365		
Outros empréstimos de médio/longo prazo	8.410.393	7.319.626	7.476.014	156.388		6.431.765	6.397.919	-33.845		
Outra	0	0	0	0		0	0	0		
Fornecedores c/c	0	0	0	0		0	0	0		
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0	0	0		0	0	0		
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0		0	0	0		
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0		0	0	0		
Administração autárquica	0	0	0	0		0	0	0		
Outros credores	0	0	0	0		0	0	0		
Subtotal Médio e longo prazo	8.410.393	12.191.953	7.476.014	-4.715.939		11.041.235	10.814.024	-227.211		
Total da dívida	18.433.176	17.475.205	17.627.051	151.847		15.644.487	20.028.240	4.383.753		
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	209.726	209.738		-209.738		209.738		-209.738		
Total da dívida de natureza orçamental	18.223.450	17.265.467	17.627.051	361.585		15.434.749	20.028.240	4.593.491		

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP

Descrição	Valores apresentados em candidatura				2012 Valores Executados				Desvio	Valores candidatura 2013				Desvio	(...)
	2011		2012 total (1.º sem. apurado + 2.º sem. estimado)		2012		2013			2013					
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros		Amortizações	Juros				
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP															
No âmbito do PAEL															
Outros empréstimos de médio/longo prazo	1.042.955	191.119	645.510	101.989			-645.510	-101.989	887.861	226.774	1.194.983	107.248	307.123	-119.526	
Total	1.042.955	191.119	645.510	101.989	0	0	-645.510	-101.989	1.150.718	426.276	1.311.872	149.994	161.155	-276.282	0

V. Certificação legal de contas 2013"

Em seguida, explanou e explicitou circunstanciadamente os factos fundamentais vertidos na presente prestação de contas do exercício económico de 2013, agora em discussão, designadamente quanto ao nível de execução. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- Análise Orçamental

- Receita/Despesa (62%);
- Grandes Opções do Plano (62%);
- Atividades mais Relevantes (74%).

- Análise Patrimonial

- Componente Económica

- Custos e Perdas – (14,4 milhões de euros);
- Proveitos e Ganhos – (12,6 milhões de euros);
- Resultado Líquido Exercício – (1,8 milhões de euros).

- Componente Financeira

- Ativo Fixo Líquido (Imobilizado) – (58,8 milhões de euros);
- Ativo Circulante Líquido – (2,6 milhões de euros);
- Ativo Líquido Total – (61,4 milhões de euros);
- Fundos Próprios – (27,4 milhões de euros);
- Passivos médio/longo prazos – (10,8 milhões de euros);
- Passivo curto prazo (exceto acresc. diferim.) – (9,2 milhões de euros);
- Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo) – (81%);
- Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) – (45%);
- Liquidez Geral (Ativo Circulante/Passivo) – (8%)
- Grau de Cobertura de Imobilizado (Fundos Próprios/ Imobilizado Líquido) – (47%);
- Endividamento médio/longo prazos (Empréstimos/Ativo Líquido) – (18%)
- Endividamento curto prazo (Empréstimos/Ativo Líquido) – (1%);
- Endividamento Líquido – (Excesso de 3,4 milhões de euros);
- Limites de Encargos com o Pessoal (Despesa/Limite x 100%) – (29% e 3%);
- Fundo Social Municipal (Despesa/Receita x 100%) – (274%).

Usou da palavra, o senhor Vereador, Aníbal José Almeida Rosado, afirmando que nada opinará relativamente a este assunto, porquanto durante o ano transato, a maior parte, não fez parte do Executivo Municipal, pelo que o seu sentido de voto será o de abstenção.-----

Ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente o assunto o Executivo Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calisto, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel Lopes Janeiro, da senhora Vereadora, Joaquina Maria Patacho Conchinha Lopes Margalha e do senhor Vereador, Carlos Manuel Costa Pereira e o voto de abstenção do senhor Vereador, Aníbal



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

José Almeida Rosado:-----

- a) Aprovar os Documentos de Prestação de Contas do exercício económico de 2013;-----
- b) Submeter os aludidos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na alínea l) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- c) Determinar à unidade orgânica de Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais indispensáveis à execução da presente deliberação.-----

Empréstimo a Curto Prazo no Ano de 2014 – Relatório Final de Análise das Condições Apresentadas pelas Instituições Financeiras

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto deu conta da Proposta n.º 40/GP/2014, por si firmada em 11 de abril, p.p., atinente à análise das condições apresentadas pelas instituições financeiras para empréstimo a curto prazo para o ano de 2014; proposta ora transcrita: -----

“GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA N.º 40/GP/2014

EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO ANO DE 2014

RELATÓRIO FINAL DA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES APRESENTADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em harmonia ao preceituado no n.º 1, do artigo 50.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria e desde que amortizados até final do exercício económico em que foram contratados.

Considerando as pontuais e eventuais dificuldades de gestão de tesouraria desta Autarquia Local e considerando que durante o ano de 2014 pode, eventualmente, justificar-se o recurso a um novo empréstimo de curto prazo;

Nestes termos foi aprovada a proposta n.º 09/GP/2014 de 11 de fevereiro de 2014, na reunião de Câmara Municipal de 19 de fevereiro e na sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro do corrente ano, para apresentação de proposta de empréstimo financeiro de curto prazo no montante de 700.000,00€ (setecentos mil euros), até 31 de dezembro de 2014.

Para o efeito foi solicitado o envio de proposta de crédito às cinco instituições financeiras com balcão no concelho de Reguengos de Monsaraz, designadamente: à Caixa Geral de Depósitos, ao Banco Espírito Santo, ao Millennium BCP, ao Banco BPI e à CCAM do Alentejo Central.

Terminado o prazo para entrega das propostas dia 13 de março às 16h e 30m, foi feita a abertura das propostas dia 14 de março pelas 10h.

Apresentaram proposta de financiamento para a operação acima indicada as instituições financeiras seguintes: o Banco Espírito Santo, o Banco BPI e a CCAM do Alentejo Central. As restantes instituições financeiras, Caixa Geral de Depósitos e Millennium BCP não apresentaram proposta nem endereçaram outra qualquer comunicação em resposta ao ofício que lhes foi enviado.

A análise das propostas teve por base os critérios definidos e aprovados pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

bem como o custo que o financiamento terá para o Município. As três propostas recebidas cumprem os critérios solicitados, sendo assim o spread o único parâmetro que permite a distinção das mesmas e possibilita concluir qual a que implicará menores encargos financeiros. O Banco BPI apresenta a proposta de financiamento com o spread mais baixo, 2,75%, possibilitando ainda a sua redução mediante condição de domiciliação dos impostos municipais.

Assim, propõe-se a aprovação das condições de financiamento apresentadas pelo Banco BPI, para o empréstimo de 700.000,00€ (setecentos mil euros), que incluem: a taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses (base 360) em vigor no início de cada período de contagem de juros (semestral) - a qual em 13 de março era de 0,405% -, acrescida de um spread de 2,75%, até 31 de dezembro de 2014, com pagamento semestral de juros e isento de comissões.

Com as condições apresentadas e de acordo com o plano de pagamentos que a seguir se apresenta, o custo total com os encargos deste empréstimo são de aproximadamente 22 mil euros.

Valores a introduzir	
Taxa de Juro:	3,155%
Capital em dívida:	700.000,00 €
Número de prestações em falta:	2

Total de juros a pagar: 22.085,00 €

Nº	Prestação semestral	Juros	Capital
1	11.042,50 €	11.042,50 €	0,00 €
2	711.042,50 €	11.042,50 €	700.000,00 €
		22.085,00 €	700.000,00 €

Em harmonia ao preceituado nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, foi dado cumprimento à audiência de interessados, tendo o prazo terminado sem que houvesse qualquer comunicação das instituições financeiras em causa.

Assim, somos a propor ao Executivo Municipal:

- A adjudicação da proposta de empréstimo no valor de 700.000,00 Euros (setecentos mil euros) até 31 de dezembro de 2014, apresentada pelo Banco BPI.
- Determinar à Unidade Orgânica Financeira desta Câmara Municipal a adoção dos procedimentos administrativos indispensáveis à execução da presente deliberação.”

Outrossim, a sobredita análise das propostas, que se transcreve: -----

“ANÁLISE DAS PROPOSTAS DO EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO - 2014

Valor

€ 700.000,00 (setecentos mil euros)

Finalidade

Ocorrer a dificuldades de tesouraria

Enquadramento Legal

n.º 1 do art.º 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Intermunicipais

Instituições Bancárias

Caixa Geral de Depósitos

Banco Espírito Santo

Millennium BCP

Banco BPI

CCAM Alentejo Central

Melhor proposta apresentada

Banco BPI

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES APRESENTADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CONSULTADAS

		INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS				
		Caixa Geral de Depósitos (a)	Banco Espírito Santo	Millennium BCP (a)	Banco BPI	CCAM Alentejo Central
CONDIÇÕES PROPOSTAS	Taxa de Juro		Euribor a 6 meses Spread: 5% (sem arredondamentos)		Euribor a 6 meses Spread: 2,75% (sem arredondamentos). O spread supra referido poderá ser reduzido em 17,5 bps caso ocorra a domiciliação no BPI do IML e de 10 bps caso ocorra a domiciliação do IMT, Derrama e IMV (redução cumulativa máxima de 0,275%)	Euribor a 6 meses Spread: 4%
	Prazo Global		Até 31 de dezembro de 2014.		Até 31 de dezembro de 2014.	Até 2 de janeiro de 2014.
	Período de Utilização		Livre, de acordo com as necessidades do Município.		Livre, de acordo com as necessidades do Município.	Livre, de acordo com as necessidades do Município.
	Pagamento de Juros		Mensais e postecipados, sendo os mesmos calculados na base atual de 360 dias.		Semestral e postecipadamente.	No vencimento.
	Amortizações		No vencimento.		Amortização da operação de acordo com as disponibilidades do Município. Liquidação imperativa até 31 de dezembro de 2014.	No vencimento.
	Comissões e Encargos		Isento de comissões.		Isento de comissões e outras despesas.	Comissão de abertura de 1.400,00€
	Garantias		De acordo com a legislação em vigor.		De acordo com a legislação em vigor.	De acordo com a legislação em vigor.

(a) Não apresentou proposta.

Na sequência da proposta n.º 09/GP/2014 de 11 de fevereiro de 2014, aprovada na reunião de Câmara Municipal de 19 de fevereiro e na sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro do corrente ano, deu-se início ao procedimento de consulta às instituições financeiras com balcão no concelho de Reguengos de Monsaraz, para apresentação de proposta de um empréstimo de curto prazo no montante de 700.000,00€ (setecentos mil euros), até 31 de dezembro de 2014, ao abrigo do quadro legal definido no n.º 1 do art.º 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Para o efeito foi solicitado o envio de proposta de crédito a cinco instituições financeiras, designadamente: à Caixa Geral de Depósitos; ao Banco Espírito Santo; ao Millennium BCP; ao Banco BPI; e à CCAM do Alentejo Central.

Terminado o prazo para entrega das propostas dia 13 de março às 16h e 30m, foi feita a abertura das propostas dia 14 de março pelas 10h.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Apresentaram proposta de financiamento para a operação acima indicada as instituições financeiras seguintes: o Banco Espírito Santo, o Banco BPI e a CCAM do Alentejo Central. As restantes instituições financeiras, Caixa Geral de Depósitos e Millennium BCP não apresentaram proposta nem endereçaram outra qualquer comunicação em resposta ao ofício que lhes foi enviado.

A análise das propostas tem por base os critérios definidos e aprovados pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, bem como o custo que o financiamento terá para o Município. As três propostas recebidas cumprem os critérios solicitados, sendo assim o spread o único parâmetro que permite a distinção das mesmas e possibilita concluir qual a que implicará menores encargos financeiros. O Banco BPI apresenta a proposta de financiamento com o spread mais baixo, 2,75%, possibilitando ainda a sua redução mediante condição de domiciliação dos impostos municipais.

Assim, propõe-se que sejam aceites as condições de financiamento apresentadas pelo Banco BPI, para o empréstimo de 700.000,00€ (setecentos mil euros), que incluem: a taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses (base 360) em vigor no início de cada período de contagem de juros (semestral) - a qual ontem dia 13 de março foi de 0,405% -, acrescida de um spread de 2,75%, até 31 de dezembro de 2014, com pagamento semestral de juros e isento de comissões.

Com as condições apresentadas e de acordo com o plano de pagamentos que a seguir se apresenta, o custo total com os encargos deste empréstimo são de aproximadamente 22 mil euros.

Valores a introduzir	
Taxa de Juro:	3,155%
Capital em dívida:	700.000,00 €
Número de prestações em falta:	2

Total de juros a pagar: 22.085,00 €

Nº	Prestação semestral	Juros	Capital
1	11.042,50 €	11.042,50 €	0,00 €
2	711.042,50 €	11.042,50 €	700.000,00 €

22.085,00 €	700.000,00 €
-------------	--------------

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto o Executivo Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calisto, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel Lopes Janeiro, da senhora Vereadora, Joaquina Maria Patacho Conchinha Lopes Margalha e do senhor Vereador, Carlos Manuel Costa Pereira e o voto de abstenção do senhor Vereador, Aníbal José Almeida Rosado: -----

a) Aprovar a adjudicação da proposta de empréstimo no valor de € 700.000,00 (setecentos mil euros), até 31 de dezembro de 2014, ao Banco BPI;-----

b) Remeter à Assembleia Municipal nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 49.º e no artigo 50.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;-----

c) Determinar à Divisão de Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos indispensáveis à execução da presente deliberação.-----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Empréstimo a Curto Prazo no Ano de 2014 – Minuta do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto deu conta da Proposta n.º 41/GP/2014, por si firmada em 11 de abril, p.p., referente à aprovação da minuta do contrato de abertura de crédito em conta corrente do empréstimo a curto prazo no ano de 2014, a celebrar entre o Banco BPI e este Município de Reguengos de Monsaraz; proposta que ora se transcreve: -----

“GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA N.º 41/GP/2014

EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO ANO DE 2014

MINUTA DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE

Em harmonia ao preceituado no n.º 1, do artigo 50.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria e desde que amortizados até final do exercício económico em que foram contratados.

No seguimento da aprovação da proposta anterior, a Proposta n.º 40/GP/2014, de 11 de abril, sobre o relatório final da análise das propostas apresentadas pela instituições financeiras e da aprovação da adjudicação da proposta de empréstimo de curto prazo no valor de 700.000,00€ (setecentos mil euros) até 31 de dezembro de 2014, apresentada pelo Banco BPI.

Somos a propor ao Executivo Municipal:

- a) *A aprovação da minuta de contrato de abertura de crédito em conta corrente no valor de 700.000,00 Euros (setecentos mil euros) até 31 de dezembro de 2014, apresentada pelo Banco BPI.*
- b) *Determinar à Unidade Orgânica Financeira desta Câmara Municipal a adoção dos procedimentos administrativos indispensáveis à execução da presente deliberação.*

Outrossim, a sobredita minuta do contrato, que igualmente se transcreve: -----

MINUTA DE CONTRATO DE CRÉDITO

(Abertura de Crédito em Conta Corrente)

Entre:

Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta, com sede na Rua Tenente Valadim, 284, 4100-476 Porto, matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva número 501 214 534, com o capital social de € 1.190.000.000,00, adiante designado por “**Banco**”, neste acto devidamente representado por e por, na qualidade de procuradores e com poderes para o acto;

E:

Município de Reguengos de Monsaraz, pessoa colectiva número 507040589, com sede em, adiante designado por “**Município**”, neste acto devidamente representado por, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e com poderes para o acto;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

É celebrado o presente contrato de crédito que se rege pelas cláusulas que a seguir se indicam e que as partes se obrigam a cumprir integral e tempestivamente.

Primeira

(Definições)

1. Salvo se diferentemente se estabelecer no presente contrato, as expressões que a seguir se indicam quando iniciadas por maiúsculas têm o significado seguinte:

- (i) *Conta DO*: a conta de depósitos à ordem nº 1-3391333-001-001 de que o Município é titular junto do Banco.
- (ii) *Dia Útil*: dia completo em que a generalidade dos bancos se encontre aberta ao público em Lisboa e o sistema Target esteja em funcionamento (dias úteis Target);
- (iii) *Empréstimo*: o crédito concedido pelo Banco ao Município nos termos do presente contrato.
- (iv) *Euribor*: corresponde à taxa promovida pela Federação Bancária Europeia em conjunto com a Associação Cambista Internacional, resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários para cada prazo denominado em Euros, oferecidas na Zona da União Económica e Monetária entre Bancos de Primeira Linha cotada para valor spot (TARGET + 2) na base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas na página EURIBOR01 da REUTERS ou de outra Agência que a divulgue.

2. Excepto se do contexto resultar o contrário, os termos e expressões definidos no número 1 da presente cláusula, no singular ou no plural, poderão ser utilizados, respectivamente, no singular ou no plural, com a correspondente alteração do seu significado.

3. Sempre que, no presente contrato, se utilizem expressões como "obrigações emergentes do presente contrato", "montantes devidos nos termos do presente contrato" ou expressões similares, devem as mesmas ser interpretadas como incluindo as obrigações emergentes da utilização do crédito concedido e os montantes devidos em resultado dessa utilização

4. Qualquer referencia a "incumprimento" ou ao "não cumprimento", constante do presente contrato, inclui, além do incumprimento definitivo, referências a situações de simples mora ou de cumprimento defeituoso.

5. As epígrafes das cláusulas foram incluídas por razões de mera conveniência e não deverão ser consideradas na interpretação e integração do presente contrato.

Segunda

(Modalidade e Montante)

O Banco concede ao Município um crédito, na modalidade de abertura de crédito em conta corrente até ao montante de EUR 700.000,00 (setecentos mil euros).

Terceira

(Prazo e Finalidade)

1. O crédito é concedido até ao dia 31 de Dezembro de 2014.
2. O crédito destina-se a fazer face a déficits sazonais ou temporários de tesouraria do Município.

Quarta

(Utilização e Confissão de Dívida)

1. A utilização do crédito será efectuada mediante crédito na Conta DO e poderá iniciar-se logo que estejam verificadas as



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

condições de início de utilização previstas no número 5 da presente cláusula.

2. Durante a vigência do presente contrato, e desde que se encontrem verificadas as condições de utilização referidas no número 5 da presente cláusula, o crédito poderá ser utilizado, por uma ou mais vezes, até ao seu montante total.
3. A mora ou o incumprimento pelo Município de qualquer obrigação assumida no presente contrato confere ao Banco o direito de suspender a faculdade de utilizar o crédito pelo tempo em que subsistir a mora ou o incumprimento.
4. O Município confessa-se, desde já e incondicionalmente, devedor ao Banco das importâncias que venha a utilizar nos termos do número um anterior, bem como dos juros que as mesmas importâncias venham a vencer e, ainda, das despesas e encargos estipulados no presente contrato.
5. O início da utilização fica condicionado à entrega pelo Município ao Banco, em forma e conteúdo previamente por este aceite, de certidão ou fotocópia autenticada da Acta da Assembleia Municipal a aprovar a contratação da presente abertura de crédito, indicando, designadamente, o montante e a finalidade.

Quinta

(Taxa de Juro, contagem e pagamento dos juros)

1. Sobre os montantes de capital em cada momento utilizados e/ou em dívida, vencem-se juros à taxa nominal correspondente à Euribor a 6 (seis) meses, divulgada no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de uma margem ou spread de 2,75% (dois vírgula setenta e cinco pontos percentuais), o que corresponde, na presente data, a uma taxa de [●] %.
2. A TAE (calculada nos termos do DL 220/94 de 23 de Agosto) é, na presente data, de [●] %.
3. Caso, por uma qualquer razão, a Euribor não seja publicada, aplicar-se-á, durante o período de tempo em causa, a taxa que resultar da média aritmética das taxas oferecidas no segundo dia útil anterior à data de início de cada período de juros às, ou cerca das 11:00 horas de Bruxelas, para operações no Mercado Interbancário em Euros, com o mesmo prazo, por quatro bancos europeus de primeira ordem, escolhidos pelo Banco.
4. As variações da taxa de juro produzirão efeitos a partir do início do período de contagem de juros subsequente.
5. Os juros são contados dia a dia com referência a períodos de contagem de juros semestrais, sendo calculados na base dos dias efectivamente decorridos e de um ano de 360 dias.
6. Os juros serão pagos postecipadamente com a periodicidade estabelecida no número anterior.
7. A margem ou spread indicado no número 1 da presente cláusula, será reduzida nos seguintes termos:
 - a) em [●] % ([●] percentuais), caso o Município domicilie em conta de que seja titular junto do Banco, as receitas que vier a auferir a título de Imposto Municipal sobre Imóveis; e
 - b) em [●] % ([●] percentuais), caso o Município domicilie em conta de que seja titular junto do Banco, as receitas que vier a auferir a título de Imposto Municipal sobre as Transacções, Derrama e Imposto Único de Circulação.
8. Da aplicação conjugada do disposto nas alíneas a) e b) do número anterior, não poderá, contudo, resultar uma redução à margem ou spread superior a 0,275% (zero vírgula duzentos e setenta e cinco pontos percentuais).

Sexta

(Encerramento do crédito)



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Encerrado crédito pelo decurso do prazo, denúncia ou vencimento antecipado, fica o Município obrigado a pagar ao Banco todo o capital utilizado no âmbito do presente contrato e, bem assim, as quantias referentes a juros, devidos pela sua utilização, nos termos da cláusula anterior.

Sétima

(Mora e Capitalização)

- 1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira, em caso de mora, total ou parcial, do Município, no pagamento de qualquer um dos montantes devidos nos termos do presente contrato (como por exemplo a título de capital, de juros, de despesas ou de qualquer outra quantia devida nos termos deste contrato), poderá o Banco aplicar, sobre o montante em mora e durante o prazo em que a mesma subsistir, a taxa de juros remuneratórios acrescida da sobretaxa legal de mora máxima que à data vigorar.*
- 2. O Banco poderá capitalizar juros remuneratórios e moratórios nos termos previstos na lei.*

Oitava

(Despesas e Encargos)

- 1. O Município pagará ou reembolsará, logo que para tanto seja avisado pelo Banco, todas as despesas e custos por este suportados e relacionados com a modificação ou alteração do presente contrato, bem como todas as despesas documentalmente provadas (incluindo de expediente, de natureza fiscal, junto de conservatórias, notários, advogados ou solicitadores) que o Banco venha a suportar para promover a recuperação dos seus créditos.*
- 2. Será também da responsabilidade do Município o pagamento de quaisquer impostos, taxas, emolumentos e outros encargos, presentes e futuros, exigíveis pela execução do contrato, incluindo os inerentes à constituição, reforço e registos de quaisquer garantias, ou dos pagamentos a efectuar pelo Município, deles derivados ou com eles conexos.*

Nona

(Pagamentos)

- 1. Todos os pagamentos a efetuar pelo Município, nos termos deste contrato, deverão ser feitos pela totalidade, sem compensação ou quaisquer retenções ou deduções, nas respetivas datas de vencimento, por débito da Conta DO ou outra conta que venha a ser acordada entre o Banco e o Município.*
- 2. O Município obriga-se a assegurar que a Conta DO esteja, nas correspondentes datas de vencimento, suficientemente provisionada para efeitos do disposto no número 1. anterior.*
- 3. O Município desde já autoriza irrevogavelmente o Banco a debitar, se necessário, para efetivação dos pagamentos devidos, quaisquer outras contas de depósitos de que seja ou venha a ser titular ou co-titular solidária junto do Banco.*
- 4. Os pagamentos efetuados pelo Município que sejam insuficientes para o pagamento integral dos montantes vencidos e em dívida, serão, salvo acordo escrito em contrário, imputados sucessivamente a despesas, encargos, juros e capital e, neste último caso, segundo a ordem que o Banco venha a estabelecer.*

Décima

(Declarações e Obrigações do Município)

- 1. O Município declara e garante ao Banco que:*
 - a) Poderes, validade e eficácia: tem poderes para outorgar o presente contrato e cumprir as obrigações nele assumidas,*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

que são válidas e vinculativas, não existindo restrição que afecte a sua exequibilidade nem limitação que seja excedida em consequência da concessão do crédito, nem envolvendo a outorga e execução deste contrato a violação de qualquer norma ou contrato a que se ache vinculada.

- b) *Prestação de Contas: os relatórios e contas do Município são elaborados com observância de são princípios contabilísticos, de harmonia com a lei, e reflectem correctamente e com precisão a respectiva situação económica e financeira;*
- c) *Graduação Pari Passu das Obrigações: todas as obrigações, encargos ou sujeições que deste contrato emergem para o Município não ficarão, por qualquer modo, subordinados ou dependentes de outro contrato, celebrado ou a celebrar, e graduar-se-ão, pelo menos, em paridade (pari passu) com as obrigações do Município, presentes e futuras, com excepção das garantias e privilégios estabelecidos por lei, que não por contrato;*
- d) *Correcção e Completude da informação disponibilizada: as informações e demais documentos, fornecidos pelo Município ao Banco, relativos à negociação deste contrato são verdadeiros e correctos em todos os aspectos, não enfermando de vício ou omissão que os tomem enganosos ou menos correctos.*

2. *O Município declara e garante, ainda, ao Banco que não ocorreu nem se verifica qualquer facto ou circunstância que, pela simples notificação da sua ocorrência ou pelo mero decurso do tempo, constitua ou possa vir a constituir incumprimento do presente contrato ou de qualquer outro contrato, que possa afectar o cumprimento das obrigações ora assumidas;*

3. *As declarações constantes desta cláusula consideram-se:*

4. *essenciais para a formação da vontade de contratar do Banco e condicionam a integral execução do presente contrato por parte deste;*

5. *sucessivamente repetidas nas datas de pagamento de juros e de amortização de capital.*

Décima Primeira

(Causas de Vencimento Antecipado do Crédito)

1. *O Banco poderá, mediante simples declaração escrita dirigida ao Município, resolver o presente contrato e/ou declarar o vencimento antecipado e imediato da obrigação de reembolso dos fundos utilizados e das demais obrigações emergentes do contrato e, além de suspender de imediato o direito do Município utilizar o crédito relativamente a qualquer saldo disponível, exigir, o pagamento imediato de todos os montantes que, conseqüentemente, sejam devidos, ficando o Município obrigado a fazê-lo, caso se verifique qualquer uma das circunstâncias descritas nas alíneas subseqüentes:*

- a) *Mora ou incumprimento de obrigações pecuniárias assumidas no contrato: caso o Município deixe de cumprir pontualmente qualquer das obrigações, a que fica vinculado nos termos do presente contrato;*
- b) *Mora ou incumprimento de obrigações não pecuniárias assumidas no contrato: caso o Município não regularize, no prazo constante da notificação que o Banco lhe tiver enviado para o efeito, a mora ou incumprimento de qualquer obrigação não pecuniária, susceptível de sanção a que fica vinculado nos termos do presente contrato ou caso o Município deixe de cumprir tempestivamente qualquer obrigação não pecuniária, não susceptível de sanção, a que fica vinculado nos termos do presente contrato;*
- c) *Situação de incumprimento quanto a declarações efectuadas no contrato: se qualquer declaração feita ou a efectuar pelo Município, no presente contrato, for ou tiver sido falsa ou inexacta;*
- d) *Incumprimento de Outras Obrigações (Cross default): caso o Município, se encontre em mora ou em situação de*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

incumprimento em relação a qualquer obrigação (seja qual for a sua natureza) celebrada ou assumida com o Banco;

- 2. As faculdades previstas no número anterior podem ser exercidas a todo o tempo e o seu não exercício não envolve renúncia às mesmas.*

Décima Segunda

(Convenções)

- 1. Para efeitos do presente contrato, as datas e os prazos de antecedência fixados em dias reportam-se a dias úteis e só em dias úteis se poderão efectuar pagamentos.*
- 2. Se qualquer obrigação de pagamento se vencer em dia que não seja útil, segundo o disposto neste contrato, a data de vencimento pode ser transferida para o dia útil imediato, a não ser que este pertença já ao mês seguinte, caso em que o vencimento será antecipado para o dia útil imediatamente anterior.*
- 3. Os períodos de contagem de juros serão ajustados de harmonia com o disposto no número anterior.*

Cláusula Terceira

(Cessão de Posição Contratual)

- 1. O Município não poderá ceder, total ou parcialmente, os seus direitos decorrentes do presente contrato, sem o prévio consentimento escrito do Banco.*
- 2. O Banco fica expressa, irrevogável e incondicionalmente, e desde já, autorizado a, em qualquer momento, ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual no presente contrato.*
- 3. Para efeito do disposto nos números anteriores fica o Banco, desde já, autorizado a fornecer ao cessionário, mesmo previamente à cessão, todas as informações e documentos que, para o feito, entenda necessárias.*

Décima Quarta

(Comunicações ao Banco de Portugal)

- 1. O Banco está obrigado a comunicar ao Banco de Portugal a informação relativa a responsabilidades efectivas ou potenciais decorrentes de operações de crédito de que sejam beneficiárias pessoas singulares ou colectivas residentes ou não residentes no território nacional.*
- 2. Para cumprimento dessa obrigação, nos termos e para os efeitos do disposto na Instrução nº 21/2008, do Banco de Portugal, o Banco comunicará mensalmente à Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, os saldos daquelas responsabilidades aos quais serão associados, designadamente, os elementos referentes à identificação dos mutuários e dos garantes, ao montante dos créditos concedidos e o tipo e valor das garantias prestadas, ao grau de cumprimento do pagamento, aos prazos inicial e residual, à finalidade dos créditos contratados, aos créditos vencidos e ao valor dos encargos mensais associados ao pagamento dos créditos.*
- 3. Aos devedores dos créditos é reconhecido o direito de acesso à informação que, neste âmbito, é prestada a seu respeito, bem como o de solicitar a sua rectificação ou actualização.*

Décima Quinta

(Comunicações entre as partes)

- 1. Todos os avisos e comunicações entre as partes serão dados por escrito, e constarão de telefax ou carta entregue por protocolo ou registada, com aviso de recepção, dirigidos para os endereços adiante indicados:*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- **Banco:**

Banco BPI, SA.

Direcção de Banca Institucional

Centro Institucional Sul

Largo Jean Monnet, n.º 1 – 8.º piso

1269-067 Lisboa

Fax número: 21 318 16 70

- **Município:**

Município de Reguengos de Monsaraz

[●]

[●],

Fax número: [●]

2. Os endereços referidos no número anterior poderão ser alterados por comunicação à outra parte, mas as alterações só produzirão efeitos após terem sido recebidas pelos destinatários.

3. As comunicações por telefax consideram-se recebidas desde o momento em que o expedidor obtiver a resposta automática do teleimpressor do destinatário; as cartas ter-se-ão por recebidas na data da entrega, por protocolo, no endereço do destinatário ou, se enviadas pelo correio, na data de assinatura do aviso de recepção.

Décima Sexta

(Títulos Executivos / Extractos de Conta)

1. Os documentos, de qualquer natureza, em que o Município figure como responsável e conexos com o presente contrato, dele ficarão a fazer parte integrante para efeitos de execução.

2. Os extractos de contas emergentes do Empréstimo constituem documento bastante para a prova da dívida e da sua movimentação, nos termos e para os efeitos do número anterior.

Décima Sétima

(Foro)

Para as questões que resultarem do presente contrato ou que visem acautelar os créditos deles emergente será competente o tribunal da sede ou domicílio do demandado, sem prejuízo do disposto no artigo 71º do Código de Processo Civil.

Décima Oitava

(Perfeição do Contrato)

O presente contrato só se considera perfeito após a sua assinatura por todas as partes e desde, tenham sido cumpridas as condições referidas no número 5 da Cláusula Quarta.

Apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calisto, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Lopes Janeiro, da senhora Vereadora, Joaquina Maria Patacho Conchinha Lopes Margalha e do senhor Vereador, Carlos Manuel Costa Pereira e o voto de abstenção do senhor Vereador, Aníbal José Almeida Rosado:-----

- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 41/GP/2014;-----
- b) Em consonância, aprovar a minuta do contrato de abertura de crédito em conta corrente do empréstimo a curto prazo no ano de 2014, no valor de € 700.000,00 (setecentos mil euros), a celebrar entre o Banco BPI e este Município de Reguengos de Monsaraz;-----
- c) Mandatar o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto a outorgar o sobredito contrato, em ordem ao preceituado na alínea a), do n.º 1 do artigo 35.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- d) Determinar à Divisão de Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais indispensáveis à execução da presente deliberação.-----

Constituição de Fundos de Maneio para 2014 – Aditamento

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto deu conta da Proposta n.º 42/GP/2014, por si firmada em 14 de abril, p.p., referente a aditamento à constituição de Fundos de Maneio para o ano 2014, e cujo teor ora se transcreve:-----

“GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA N.º 42/GP/2014

CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA 2014

No ponto 2.9.10.1.11 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Plano oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL - pode ler-se que: “Para efeitos de controlo de fundos de maneio, o órgão executivo deve aprovar um regulamento que estabeleça a sua constituição e regularização, (...)”.

Considerando que o atual Regulamento de Fundos de Maneio do Município de Reguengos de Monsaraz, aprovado na reunião de Câmara de 12 de Janeiro de 2011, refere a possibilidade de existirem fundos de maneio para unidades orgânicas específicas.

Considerando que na reunião de camara de 8 de Janeiro do corrente ano foram constituídos fundos de maneio para exercício de 2014, e considerando que a Técnica Superior do Serviço de Ação Social, **Sónia Maria Medinas Canhão Cavaco**, se encontra em licença de maternidade,

Somos a propor ao Executivo Municipal:

a) Que seja constituído, de acordo com os artigos 5.º, 6.º, 7.º e 8.º do Regulamento de Fundos de Maneio, novo fundo de maneio, designadamente:

a.1) Um fundo de maneio, no âmbito da unidade orgânica de 3.º Grau Sociocultural e Desportiva, à responsabilidade da Técnica Superior de Animação Cultural, **Neusa Isabel da Luz Medinas**, no valor de **200,00 Euros (duzentos euros)**, para afetar a despesas correntes de carácter urgente e inadiável, com as rubricas das classificações económicas:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- 02.01.21 – outros bens – 50€; e
- 06.02.03.05 – outras despesas correntes – 150€.

b) Que seja determinado ao detentore do fundo de maneiio, à Contabilidade e Património e à Tesouraria, da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, a adopção dos legais procedimentos e actos administrativos e financeiros inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que vier a recair sobre a presente proposta.”

Apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: -----

a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 42/GP/2014; -----

b) Aprovar a constituição do seguinte fundo de maneiio para o ano de 2014: -----

i) No âmbito da unidade orgânica Sociocultural e Desportiva, à responsabilidade da Técnica Superior do serviço de Ação Social, Neusa Isabel da Luz Medinas, no valor de € 200,00 (duzentos euros); -----

c) Determinar às subunidades orgânicas de Contabilidade e Património e de Tesouraria a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e financeiros indispensáveis à execução da presente deliberação. -----

Revisão do “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz”

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto deu conta da Proposta n.º 43/GP/2014, por si firmada em 14 de abril, p.p., referente à Revisão do “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz”, cujo teor ora se transcreve: -----

“GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA N.º 43/GP/2014

REVISÃO DO “PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ”

Considerando que,

- A gestão de risco é um processo contínuo e em constante desenvolvimento, constituindo um requisito essencial ao funcionamento do Município de Reguengos de Monsaraz, sendo fundamental nas relações que se estabelecem entre esta Edilidade e os municípios;

- O Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas, do Município de Reguengos de Monsaraz, foi aprovado em sessão ordinária de Assembleia Municipal, realizada em 30 de dezembro de 2009, mediante proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária realizada em 18 de setembro de 2009;

- Em sessão ordinária de Assembleia Municipal, realizada em 30 de abril de 2012, mediante proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária realizada em 18 de abril de 2012, foi aprovada a primeira revisão do referido Plano;

- A avaliação da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz, no ano de 2013, teve como referência o Relatório de Execução do Plano elaborado em 2012;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- Da referida avaliação resultou que, o Município de Reguengos de Monsaraz já vem implementando, há algum tempo, diversos mecanismos com o objetivo de acautelar, eliminar situações de risco e aumentar o controlo interno, nomeadamente, através da existência de uma área de auditoria interna; porém, foram, ainda, detetadas várias situações que terão de ser revistas;

- O objetivo da presente revisão é sobretudo o de aproximar a identificação dos riscos e a proposta das medidas às especificidades de cada serviço; outrossim, ter-se-á, em conta as alterações estruturais decorrentes da reorganização dos serviços municipais, de forma a fortalecer os mecanismos de controlo interno já existentes, direcionando-os para a temática da prevenção da corrupção e riscos conexos e reflexão interna para a melhoria das práticas existentes, e reforçar as competências de todos os agentes públicos no que respeita a esta matéria;

- A gestão do risco assume um caráter transversal, repartindo a responsabilidade de todos os trabalhadores municipais;

- São vários os fatores que podem influenciar situações de risco de corrupção e infrações conexas, destacando-se:

- A competência da gestão, uma vez que uma menor competência da atividade gestionária envolve, necessariamente um maior risco;
- A idoneidade dos gestores e decisores, com um comportamento ético e um comportamento rigoroso, que levará a um menor risco;
- A qualidade do sistema de controlo interno e a sua ineficácia – quanto menor a eficácia, maior o risco;
- A conduta dos trabalhadores municipais e a existência de normas e princípios que pautem a sua atuação;
- A legislação em vigor e as obrigações a que cada serviço está vinculado, que por vezes não propicia, de forma fácil, a tomada de decisões sem riscos.

- A equipa multidisciplinar responsável pela elaboração do relatório anual de execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz recomendou no relatório referente ao ano de 2013, a revisão do supracitado Plano, de acordo com a nova estrutura orgânica do Município de Reguengos de Monsaraz, publicada no Diário da República, nos despachos n.ºs 281/2013, 2.ª série, n.º 4, de 07 de janeiro, 417/2013, 2.ª série, n.º 5, de 08 de janeiro e n.º 747/2013, 2.ª série, n.º 8, de 11 de janeiro;

- A revisão do referido Plano, coordenada pelo Gabinete Jurídico e de Auditoria do Município de Reguengos de Monsaraz, assentou em quatro etapas principais: 1.ª - definição dos parâmetros básicos dentro dos quais os riscos devem ser geridos, levando em consideração o contexto externo e interno em que cada unidade orgânica atua; 2.ª - proceder à identificação de novos riscos de corrupção e infrações conexas; 3.ª - proceder à classificação do risco segundo critérios de probabilidade identificando-se e avaliando-se os mecanismos de controlo já existentes; 4.ª Etapa – identificação de novas medidas para o tratamento de cada risco;

- À semelhança do Plano em vigor, o novo Plano contém os elementos emanados da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 01 de julho de 2009, designadamente:

I – Compromisso ético;

II – Organograma e Identificação dos responsáveis;

III – Identificação das áreas e atividades, dos riscos de corrupção e infrações conexas, da qualificação da frequência dos riscos, das medidas a adotar e dos responsáveis;

IV - Conceito de Risco/Situações de Corrupção e de Infrações Conexas



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

V – Monitorização, avaliação e atualização do Plano;

Termos em que, somos a propor ao Executivo Municipal:

- a) a aprovação do novo “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz”, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos;
- b) a submissão do “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz” à aprovação da Assembleia Municipal;
- c) que seja determinado ao Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal a remessa do sobredito Plano ao Conselho de Prevenção da Corrupção e à entidade que exerce tutela administrativa sobre as Autarquias Locais; e,
- d) a aprovação de uma equipa multidisciplinar responsável pela elaboração do relatório anual de execução do Plano, composta pelos seguintes elementos: João Manuel Paias Gaspar e Dra. Marta de Jesus Rosado Santos, Chefe e Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Dr. José Alberto Viegas Oliveira, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Financeira, Dr. Nelson Fernando Nunes Galvão, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administração Geral, e, Maria da Graça Baptista Charrua Murteira, Coordenadora Técnica da Subunidade Orgânica Expediente Urbanístico.”

Outrossim, a sobredita Revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz, que se transcreve:-----

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz

I – INTRODUÇÃO

Tendo em consideração a Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 01 de julho de 2009 e a Recomendação n.º 01/2010, de 7 de abril, que estabeleceram a obrigatoriedade de elaboração do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas, o Município de Reguengos de Monsaraz apresenta o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas revisto e atualizado, tendo em conta o Relatório de Execução Anual do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas do ano de 2013 e o Despacho n.º 747/2013, de 28 de dezembro.

A gestão de risco é um processo contínuo e em constante desenvolvimento, constituindo um requisito essencial ao funcionamento do Município de Reguengos de Monsaraz, sendo fundamental nas relações que se estabelecem entre esta Edilidade e os municípios. Trata-se, assim, de uma atividade que tem por objetivo salvaguardar aspetos indispensáveis na tomada de decisões e que estas se revelem conformes com a legislação vigente e com os procedimentos em vigor.

Desta forma, em 2011, considerou-se necessário proceder à revisão do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas, do Município de Reguengos de Monsaraz, aprovado em sessão ordinária de Assembleia Municipal, realizada em 30 de dezembro de 2009, mediante proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária realizada em 18 de setembro de 2009, e revisto em 2011. A referida revisão foi aprovada em sessão ordinária de Assembleia Municipal, realizada em 30 de abril de 2012, mediante proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária realizada em 18 de abril de 2012.

O objetivo da presente revisão é sobretudo o de aproximar a identificação dos riscos e a proposta das medidas às especificidades de cada serviço. Ter-se-á, igualmente, em conta as alterações estruturais decorrentes da reorganização dos serviços municipais, de forma a fortalecer os mecanismos de controlo interno já existentes, direcionando-os para a temática da prevenção da corrupção e riscos conexos e reflexão interna para a melhoria das práticas existentes, e reforçar as competências de todos os agentes públicos no que respeita a esta matéria.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Neste âmbito, foi solicitado a todos os serviços municipais que elaborassem os respetivos mapas de riscos com o objetivo de identificar situações potenciadoras de risco de corrupção e infrações conexas e adotar medidas preventivas e corretivas que possibilitem a eliminação dos riscos ou minimizem a probabilidade da sua ocorrência.

Como se tem vindo a notar, a gestão do risco assume um carácter multifacetado e interdisciplinar, repartindo a responsabilidade de todos os trabalhadores municipais. Deste modo, são vários os fatores que podem influenciar situações de risco de corrupção e infrações conexas, destacando-se:

- A competência da gestão, uma vez que uma menor competência da atividade gestonária envolve, necessariamente um maior risco;*
- A idoneidade dos gestores e decisores, com um comportamento ético e um comportamento rigoroso, que levará a um menor risco;*
- A qualidade do sistema de controlo interno e a sua ineficácia – quanto menor a eficácia, maior o risco;*
- A conduta dos trabalhadores municipais e a existência de normas e princípios que pautem a sua atuação;*
- A legislação em vigor e as obrigações a que cada serviço está vinculado, que por vezes não propicia, de forma fácil, a tomada de decisões sem riscos.*

Assim, a divulgação acrescida dos princípios e regras nos vários serviços municipais e a adoção de medidas de sensibilização crescente para a matéria da prevenção da corrupção e riscos, são peças fundamentais na presente revisão.

O processo de revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, foi coordenado pelo Gabinete Jurídico e de Auditoria, do Município de Reguengos de Monsaraz, com o objetivo de assegurar a coerência da abordagem temática, prover apoio operacional aos serviços municipais na adoção de uma metodologia baseada na análise do risco e para garantir a definição de métodos e procedimentos que permitam uma eficaz implementação e monitorização do Plano.

Desta forma, consolidou-se o trabalho efetuado pelos diferentes serviços municipais suscetíveis de geração de riscos de corrupção e infrações conexas e, procedeu-se à elaboração do presente Plano, composto pela seguinte estrutura:

I – Introdução.

II – Compromisso Ético.

III – Organograma e Identificação dos responsáveis;

IV – Conceito de Risco/Situações de Corrupção e de Infrações Conexas.

V – Identificação das áreas e atividades, dos riscos de corrupção e infrações conexas, da qualidade do grau e frequência dos riscos, das medidas, dos responsáveis e do número de trabalhadores;

VI – Acompanhamento, Monitorização e Atualização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;

VII – Anexos.

II – COMPROMISSO ÉTICO

Para além das normas legais aplicáveis, as relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos, os trabalhadores e demais colaboradores do Município, bem como no seu contacto com as populações, assentam, nomeadamente, num conjunto de princípios e valores, cujo conteúdo está, em parte, já vertido na Carta Ética da Administração Pública. A saber:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- a) *Integridade, procurando as melhores soluções para o interesse público que se pretende atingir;*
- b) *Comportamento profissional;*
- c) *Consideração Ética nas ações;*
- d) *Responsabilidade social;*
- e) *Não exercício de atividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções no Município ou criar situações de conflitos de interesses;*
- f) *Promoção, em tempo útil, do debate necessário à tomada de decisões;*
- g) *Respeito absoluto pelo quadro legal vigente e cumprimento das orientações internas e das disposições regulamentares;*
- h) *Manutenção da mais estrita isenção e objetividade;*
- i) *Transparência na tomada de decisões e na difusão da informação;*
- j) *Publicitação das deliberações municipais e das decisões dos membros dos órgãos;*
- k) *Igualdade no tratamento e não discriminação;*
- l) *Declaração de qualquer presente ou benefício que possam influenciar a imparcialidade com que exercem as suas funções.*

III – ORGANOGRAMA E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

1. Organograma

O Município de Reguengos de Monsaraz é uma Autarquia Local e tem por missão definir e executar políticas tendo em vista a defesa dos interesses e satisfação das necessidades da população local. Neste sentido, as suas atribuições encontram-se definidas no n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e incidem, designadamente, sobre os seguintes domínios: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo.

Atualmente, o Município de Reguengos de Monsaraz tem a estrutura orgânica que consta da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município de Reguengos de Monsaraz, publicada no Diário da República, nos Despachos n.ºs 281/2013, 2.ª série, n.º 4, de 07 de janeiro, 417/2013, 2.ª série, n.º 5, de 08 de janeiro e n.º 747/2013, 2.ª série, n.º 8, de 11 de janeiro, conforme anexo constante do presente Plano.

2. Identificação dos responsáveis

Órgãos autárquicos	Órgãos de apoio	nome
Presidente da Câmara Municipal		José Gabriel Paixão Calixto
	Gabinete de Apoio ao Presidente	João Manuel Paias Gaspar
		Marta de Jesus Rosado Santos
Vice-Presidente da Câmara Municipal		Manuel Lopes Janeiro
Vereadores em regime de permanência		Joaquina Maria Patacho Conchinha Lopes Margalha
	Gabinete de Apoio ao Vereadores	Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Unidade orgânica	Subunidade orgânica	nome	cargo
Administração Geral		<i>Nelson Fernando Nunes Galvão</i>	<i>Chefe de Divisão</i>
	<i>Recursos Humanos</i>	<i>Nelson Fernando Nunes Galvão</i>	<i>Chefe de Divisão</i>
	<i>Gestão Documental</i>	<i>Francisca Bento Galamba Martelo</i>	<i>Coordenadora Técnica</i>
	<i>Taxas e Licenças</i>	<i>Maria Beatriz Lopes da Silva</i>	<i>Coordenadora Técnica</i>
	<i>Balcão Único</i>	<i>Maria Rosado Gato Almeida</i>	<i>Assistente Técnica</i>
	<i>Informática</i>	<i>Carlos Boto Medinas</i>	<i>Técnico de Informática</i>
Financeira e Desenvolvimento Económico		<i>José Alberto Viegas Oliveira</i>	<i>Chefe de Divisão</i>
	<i>Contabilidade e Património</i>	<i>Benvinda Caeiro Lopes Monteiro</i>	<i>Coordenadora Técnica</i>
	<i>Aprovisionamento</i>	<i>Fernando da Ascensão Fernandes Mendes</i>	<i>Coordenador Técnico</i>
	<i>Tesouraria</i>	<i>Domingas Clara Paulino</i>	<i>Tesoureira</i>
	<i>Administrativa de Obras e Projetos</i>	<i>Cesilde de Jesus Pereira Franco</i>	<i>Técnica Superior</i>
	<i>Desenvolvimento Económico e Turismo</i>	<i>Patrícia Isabel dos Santos Casimiro e Maria de Jesus Cardoso Gamado</i>	<i>Técnica Superior e Assistente Técnica</i>
Planeamento Obras e Ambiente			
	<i>Serviços de Produção e Manutenção</i>	<i>Joaquim Manuel Claudino, Vítor Manuel Figueira Batista e Néstor Falé Filho</i>	<i>Encarregados Operacionais</i>
	<i>Águas e Saneamento Básico</i>	<i>Henrique Joaquim Tiago Medinas</i>	<i>Encarregado Operacional</i>
	<i>Trânsito e Mobilidade</i>	<i>Eduardo Jorge de Sousa Albardeiro</i>	<i>Técnico Superior</i>
	<i>Serviço de Higiene e Ambiente</i>	<i>Sónia Sofia Cardoso Almeida</i>	<i>Técnica Superior</i>
	<i>Serviços de Requalificação Urbana e Espaços Verdes</i>	<i>Nuno Miguel Antunes Lourenço</i>	<i>Técnico Superior</i>
	<i>Gabinete Técnico Florestal</i>	<i>Ana Margarida Paixão Ferreira</i>	<i>Técnica Superior</i>
	<i>Expediente Urbanístico</i>	<i>Maria da Graça Batista Charrua Murteira</i>	<i>Coordenadora Técnica</i>
	<i>Serviço de Urbanismo, Ordenamento do Território e Fiscalização</i>	<i>Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis</i>	<i>Técnico Superior</i>
Sociocultural e Desportiva			
	<i>Educação</i>	<i>João Paulo Passinhas Batista</i>	<i>Técnico Superior</i>
	<i>Serviço de Desporto</i>	<i>Pedro Nuno Campos Natário</i>	<i>Técnico Superior</i>
	<i>Serviço de Cultura</i>	<i>Joaquina Maria Patacho C. Lopes Marçalha</i>	<i>Vereadora</i>
	<i>Serviço de Ação Social</i>	<i>Sónia Maria Medinas Canhão Cavaco</i>	<i>Técnica Superior</i>
	<i>Gabinete Jurídico e de Auditoria</i>	<i>José Gabriel Paixão Calixto</i>	<i>Presidente da Câmara Municipal</i>
	<i>Serviço Municipal de Proteção Civil</i>	<i>João José Salgado Roma</i>	<i>Comandante Operacional Municipal</i>
	<i>Gabinete de Comunicação e Imagem</i>	<i>Carlos Manuel Cunha Pereira Martins Barão</i>	<i>Técnico Superior</i>
	<i>Serviço de Veterinário e de Atividade Cinegética</i>	<i>Rui Manuel dos Santos Silva Aleixo</i>	<i>Técnico Superior</i>

IV - CONCEITO DE RISCO/SITUAÇÕES DE CORRUPÇÃO E DE INFRAÇÕES CONEXAS

1. Conceito de risco

O termo risco é utilizado de forma generalizada para designar o resultado objetivo da combinação entre a probabilidade de ocorrência de um determinado evento, aleatório, futuro, e o impacto resultante caso ele ocorra. O simples facto de uma atividade existir, abre a possibilidade da ocorrência de eventos, cujas consequências constituem oportunidade para obter vantagens ou ameaças ao sucesso. Assim, o risco é a possibilidade de algo correr mal ou de ocorrerem prejuízos, perdas, incertezas que resultam em consequências negativas, e nesse sentido surge a necessidade de agir com as medidas preventivas.

2. Situações de Corrupção e Infrações Conexas

A corrupção enquanto infração de natureza penal encontra-se tipificada no Código Penal, sob os seguintes tipos:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

CORRUPÇÃO	DEFINIÇÃO	NORMA (Código Penal)
1. Crime de corrupção passiva por ato ilícito	<i>O trabalhador, com contrato de trabalho em funções públicas, que solicite ou aceite, por si ou por interposta pessoa, vantagem patrimonial ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiro, para a prática de um qualquer ato ou omissão contrário aos deveres das funções que desempenha.</i>	<i>Artigo 372.º, do Código Penal</i>
2. Crime de corrupção passiva por ato lícito	<i>O trabalhador, com contrato de trabalho em funções públicas, que solicite ou aceite, por si ou interposta pessoa, vantagem patrimonial ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiro, para a prática de um qualquer ato ou omissão não contrários ao dever das funções que desempenha.</i>	<i>Artigo 373.º, do Código Penal</i>
3. Crime de corrupção ativa	<i>Qualquer pessoa que por si, ou interposta pessoa, der ou prometer a trabalhador, com contrato de trabalho em funções públicas, ou terceiro, com conhecimento daquele, vantagem patrimonial, que a este não seja devida, quer seja para a prática de um ato.</i>	<i>Artigo 374.º, do Código Penal</i>

Outrossim, existem outros crimes, próximos da corrupção, os quais são igualmente prejudiciais ao bom funcionamento das entidades, são eles:

INFRAÇÕES CONEXAS	DEFINIÇÃO	NORMA (Código Penal)
1. Abuso de poder	<i>Obter para si ou terceiro, benefício ilícito ou prejudicar outrem.</i>	<i>Artigo 382.º, do Código Penal</i>
2. Peculato	<i>Obter dinheiro ou coisa imóvel, que passou a ser acessível devido às funções que desempenha.</i>	<i>Artigo 376.º, do Código Penal</i>
3. Participação Económica em Negócio	<i>Participar em negócio ilícito, cuja sua função é defender, fiscalizar.</i>	<i>Artigo 377.º, do Código Penal</i>
4. Tráfico de influências	<i>Obter vantagem patrimonial ou não patrimonial, devido à sua influência real ou suposta.</i>	<i>Artigo 355.º, do Código Penal</i>
5. Concussão	<i>Obter por erro ou indução de erro da vítima, vantagem patrimonial</i>	<i>Artigo 379.º, do Código Penal</i>
6. Suborno	<i>Convencer alguém através de promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para falsear os dados.</i>	<i>Artigo 363.º, do Código Penal</i>

Em suma, o princípio legal que vigora é que qualquer comportamento não deve trazer vantagens indevidas ou mesmo promessa desta, em benefício do próprio ou de terceiro, para assumir de um determinado comportamento, seja lícito ou ilícito, através de uma ação ou uma omissão.

3. Grau e frequência do risco

Os riscos podem ser graduados em função da probabilidade da sua ocorrência da seguinte forma:

- *Pouco frequente/Inexistente: o risco decorre de um processo que apenas ocorrerá em circunstâncias excecionais ou nunca ocorrerá;*
- *Frequente: o risco está associado a um processo pontual da organização que se admite que venha a acontecer no decorrer do ano;*
- *Muito frequente: o risco surge de um processo corrente e frequente no Município.*

Outrossim, os riscos podem ser graduados em função da gravidade da ocorrência da consequência da ocorrência dos riscos:

- *Baixa: a situação de risco em causa não está potenciada para provocar prejuízos financeiros ao Município, não sendo as*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

infrações suscetíveis de ser praticadas para o Município e perturbar o normal funcionamento da organização;

- *Moderada: a situação de risco pode comportar prejuízos financeiros para o Município e perturbar o normal funcionamento da organização;*
- *Elevada: quando da situação de risco identificada podem decorrer prejuízos financeiros significativos para o Município e a violação grave dos princípios associados ao interesse público, ferindo a credibilidade do Município e da própria Administração Pública.*

V - IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS E ATIVIDADES, DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DA QUALIDADE DO GRAU E FREQUÊNCIA DOS RISCOS, DAS MEDIDAS, DOS RESPONSÁVEIS E DO NÚMERO DE TRABALHADORES

Tendo em conta que o Município de Reguengos de Monsaraz, enquanto Autarquia Local, visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas (artigos 235.º e 236.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa) e considerando as suas atribuições e competências, foram identificadas como suscetíveis de geração de riscos de corrupção e infrações conexas as seguinte áreas:

1. *Gestão administrativa/Atendimento ao público (Balcão Único);*
2. *Recursos humanos;*
3. *Aquisição de bens e serviços;*
4. *Contratação de empreitadas;*
5. *Gestão Financeira;*
6. *Urbanismo e Edificação;*
7. *Concessão de Benefícios Públicos;*
8. *Contencioso e Apoio Jurídico.*

Em seguida, apresenta-se um quadro com os principais riscos potenciais de ocorrência de situações de corrupção ou infrações conexas, identificados para cada área, bem como a respetiva Unidade Orgânica/Subunidade Orgânica/Serviço, a frequência dos riscos e o grau de ocorrência do risco, bem como as medidas que se pretendem adotar para prevenir a sua ocorrência e mitigar o seu impacto.

Área:	Administrativa
Unidade Orgânica:	Administração Geral
Subunidade Orgânica:	Gestão Documental
Missão:	Assegurar as tarefas que se inserem no domínio da administração, da receção, classificação, distribuição e expedição de correspondência
Identificação dos responsáveis:	Nelson Fernando Nunes Galvão (Chefe de Divisão) e Francisca Galamba Martelo (Coordenadora Técnica)
Número de trabalhadores:	2
Principais atividades	<ul style="list-style-type: none">• Assegurar toda a gestão documental do município;• Registrar toda a correspondência;• Desenvolver os processos de licenciamento de recintos improvisados e itinerantes;• Desenvolver os processos de licenciamento da atividade de transporte em táxi;• Desenvolver os processos de licenciamento da atividade de guarda-noturno, venda ambulante de lotarias, arrumador de automóveis e de leilões;• Assegurar as atividades decorrentes da realização de eleições e de referendos;• Emitir certidões de guias de receita no âmbito das suas atribuições.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
<ul style="list-style-type: none"> Extravio de documentos; 	Pouco frequente	Moderada	<ul style="list-style-type: none"> Digitalização de todos os documentos rececionados no Município; Sensibilização dos trabalhadores da Subunidade Orgânica para as consequências que advêm do extravio de documentos. Ações regulares de verificação, correção e validação de documentos; Sensibilização dos trabalhadores da Subunidade Orgânica para as consequências que advêm do erro no encaminhamento da correspondência e documentação. Instituir mecanismos de auditorias internas às atividades/tarefas; Formar mais trabalhadores para a execução de uma determinada atividade/tarefa; Instituir a rotatividade de funções entre os trabalhadores agregados à Subunidade Orgânica Formar/sensibilizar os trabalhadores da Subunidade Orgânica, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos trabalhadores, os modelos de gestão e serviço público, a modernização administrativa, entre outras; Disponibilização, em local visível e acessível ao público, do organograma da Subunidade Orgânica, bem como da identificação do respetivo dirigente e trabalhadores.
<ul style="list-style-type: none"> Erro no encaminhamento da correspondência e documentação; 	Pouco Frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Atividades/Tarefas levadas a cabo sempre pelo mesmo trabalhador; 	Pouco frequente	Baixa	
<ul style="list-style-type: none"> Não disponibilização de informação útil, em tempo oportuno, dificultando o acesso à informação por parte dos cidadãos. 	Frequente	Moderada	

Área:	Administrativa
Unidade Orgânica:	Administração Geral
Subunidade Orgânica:	Taxas e Licenças
Missão:	Proceder à emissão de diversas licenças e assegurar os procedimentos atinentes ao pagamento das taxas, tarifas e licenças e outros rendimentos, não especialmente cometidos a outras secções
Identificação dos responsáveis:	Nelson Fernando Nunes Galvão (Chefe de Divisão) e Maria Beatriz Lopes da Silva (Coordenadora Técnica)
Número de trabalhadores:	7
Principais atividades	<ul style="list-style-type: none"> Proceder à emissão das diversas licenças, cuja atribuição seja da competência do Município e que não estejam cometidas a outro serviço; Gerir os processos de realização e licenciamento das feiras e mercados e da atividade de venda ambulante; Gerir os processos de publicidade e ocupação do espaço público; Apoiar na tramitação dos processos de execução fiscal; Assegurar todos os procedimentos administrativos referentes aos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos urbanos; Zelar pela cobrança das rendas do parque habitacional municipal; Promover o pagamento das rendas de equipamentos e ou prédios rústicos propriedade do Município; Assegurar todos os procedimentos relativos ao controlo metrológico.

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
<ul style="list-style-type: none"> Violação dos princípios gerais da atividade administrativa; parcialidade; falta de isenção; e tratamento diferenciado dos munícipes; 	Pouco frequentes/Inexistente	Moderada	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar os trabalhadores da Subunidade Orgânica para as consequências da corrupção e infrações conexas; Ampla divulgação dos princípios gerais da atividade administrativa; Levantamento anual das reclamações, em que o reclamante alega, com sucesso, a ausência ou a deficiente fundamentação das decisões da Administração;
<ul style="list-style-type: none"> Falhas no acompanhamento dos processos desde o pedido de instalação do 	Frequente	Moderada	



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

contador/ramal até à conclusão do mesmo;			<ul style="list-style-type: none"> Formação dos trabalhadores da Subunidade Orgânica sobre o CPA; Criar um sistema que permita a avaliação do modo como decorre o processo desde o pedido de instalação do contador/ramal até à conclusão do processo; Criar metodologia que todos os trabalhos a efetuar tenha despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal; Monitorizar por amostragem semestral; Criar um sistema informático que permita ter um registo de todos os prédios existentes no concelho, registando quais os que têm ou não têm contador (com nota a informar o porquê de não ter); Monitorizar por amostragem semestral; Exigência de declaração de interesses; Disponibilização de toda a informação de caráter administrativo, nos termos de Acesso aos Documentos Administrativos, constante dos processos de execução fiscal que correm termos no Município; Definição de um quadro de objetivos claros, com definição de prazos; Implementação de procedimentos de análise da informação para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades.
<ul style="list-style-type: none"> Realização de trabalhos antes do respetivo pedido de contador ter sido devidamente autorizada; 	Pouco Frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Pagamentos indevidos; 	Pouco frequente	Baixa	
<ul style="list-style-type: none"> Contadores colocados, que não estejam registados no sistema informático não permitindo a cobrança ao munícipe; 	Pouco Frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Falhas na realização de "contratos de fornecimento de água" nos pedidos de ligação à rede; 	Pouco frequente/Inexistente	Baixa	
<ul style="list-style-type: none"> Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra contrária à lei ou ainda em detrimento de objetivos legítimos e éticos do município na instrução dos processos de execução fiscal; Incumprimento de prazos nos processos de execução fiscal; Influência da decisão proposta pelo instrutor/decisor que tramita o processo. 	Pouco frequente	Moderada	

Área:	Recursos Humanos
Unidade Orgânica:	Administração Geral
Subunidade Orgânica:	Recursos Humanos
Missão:	Desenvolver todos os procedimentos relativos à área de Recursos Humanos
Identificação dos responsáveis:	Nelson Galvão (Chefe de Divisão)
Número de trabalhadores:	4
Principais Atividades	<ul style="list-style-type: none"> Executar as tarefas e procedimentos administrativos relativos à gestão de pessoal; Executar todos os procedimentos e tarefas relativos ao recrutamento de pessoal; Organizar e manter atualizados os processos individuais e cadastro do pessoal; Organizar e supervisionar a execução do processo anual de avaliação de desempenho; Assegurar a preparação e elaboração do balanço social; Elaborar o mapa de pessoal, bem como as respetivas alterações, e executar o respetivo acompanhamento; Processar, em articulação com a subunidade orgânica Contabilidade e Património, os vencimentos e demais abonos do pessoal e dos eleitos locais; Proceder ao registo e controlo da assiduidade do pessoal; Organizar e instruir os processos referentes às prestações sociais dos trabalhadores da autarquia e processar os descontos sociais obrigatórios para as diversas entidades; Elaborar o plano de formação anual e efetuar o respetivo acompanhamento e avaliação; Promover ações de sensibilização no âmbito da segurança, higiene e medicina no trabalho; Assegurar a elaboração e acompanhamento de todos os processos de acidentes em serviço; Proceder, nos termos legais, às verificações de doença e juntas médicas relacionadas com os trabalhadores municipais; Organizar e remeter às entidades competentes os processos de aposentação do pessoal; Elaborar propostas de políticas de apoio social aos trabalhadores municipais; Prestar as informações necessárias às entidades competentes.

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
RECRUTAMENTO DE PESSOAL: <ul style="list-style-type: none"> Ausência de mecanismos que obriguem à rotatividade dos elementos integrantes dos júris; 	Pouco frequente	Moderada	<ul style="list-style-type: none"> Rotatividade aleatória de trabalhadores para efetuar uma determinada atividade/tarefa; Disponibilização de toda a informação de caráter



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

<ul style="list-style-type: none"> Intervenção em procedimento de seleção ou no procedimento de avaliação pessoal de elementos com relações de proximidade, relações familiares ou de parentesco com os candidatos ou os avaliados; 	Pouco frequente	Moderada	<p>administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA);</p> <ul style="list-style-type: none"> Nomeação de um responsável ou “gestor” do procedimento e identificação do respetivo contato dentro dos serviços; Proibição de pessoas estranhas nos serviços; Exigência de declaração de interesses; Elenco objetivo de critérios de seleção de candidatos que permitam que a fundamentação das decisões de contratar sejam facilmente perceptíveis e sindicáveis; Sensibilizar os decisores no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, ou outros atos de gestão de pessoal, para a necessidade e obrigatoriedade de fundamentação das suas decisões; Disponibilização, em local visível e acessível ao público, do organograma da Subunidade Orgânica, bem como da identificação dos respetivos dirigentes e eventualmente dos trabalhadores envolvidos no processo; Formar/sensibilizar os trabalhadores da Subunidade Orgânica, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos trabalhadores, os modelos de gestão e serviço público, entre outros.
<ul style="list-style-type: none"> Ausência ou deficiente fundamentação dos atos de seleção do pessoal; 	Pouco frequente/inexistente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Ausência ou deficiente fundamentação dos resultados das decisões de avaliação; 	Pouco frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Não disponibilização aos interessados de mecanismos de acesso facilitado e célere a informação procedimental relativa a procedimentos de seleção ou de avaliação de pessoal, por parte dos interessados. 	Pouco frequente/inexistente	Baixa	
<p>AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:</p> <ul style="list-style-type: none"> Utilização de critérios de avaliação com excessiva margem de discricionariedade ou que, reportando-se ao uso de conceitos indeterminados, não permitam que o recrutamento do pessoal seja levado a cabo dentro dos princípios da equidade; 	Pouco frequente	Moderada	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar um quadro de objetivos e critérios de fundamentação claros de forma a se tornar transparente a avaliação dos trabalhadores; Instituir mecanismos de monitorização da avaliação de desempenho; Formar mais trabalhadores para a execução de uma determinada atividade/tarefa; Exportação de dados do ficheiro de assiduidade para o processamento de vencimentos; Sensibilizar os decisores no âmbito dos procedimentos de avaliação, para a necessidade e obrigatoriedade de fundamentação das suas decisões; Formar/sensibilizar os trabalhadores, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos trabalhadores.
<ul style="list-style-type: none"> Utilização de critérios preferenciais como objetivos; 	Pouco frequente	Baixa	
<ul style="list-style-type: none"> Utilização de elenco subjetivo de critérios de avaliação, não permitindo que a fundamentação das decisões finais de avaliação sejam facilmente perceptíveis e sindicáveis; 	Pouco frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Não cumprimento dos prazos legalmente definidos para as várias fases do processo de avaliação. 	Pouco frequente	Moderada	
<p>OUTROS PROCEDIMENTOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Utilização excessiva do recurso ao trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes do serviço. 	Pouco frequente	Moderada	

Área:	Administrativa
Unidade Orgânica:	Administração Geral
Subunidade Orgânica:	Balcão Único
Missão:	Assegurar o atendimento presencial, proceder ao registo de entrada de requerimentos e outros pedidos e encaminhar os processos para os diversos serviços municipais.
Identificação dos responsáveis:	Nelson Fernando Nunes Galvão (Chefe de Divisão) e Maria Rosado Ventura Gato Almeida (Coordenadora Técnica)
Número de trabalhadores:	2
Principais atividades	<ul style="list-style-type: none"> Gerir e disponibilizar numa área ou zona física de acesso por parte dos munícipes o atendimento e encaminhamento de processos nas diversas áreas da competência municipal; Efetuar a cobrança das receitas das atividades prestadas pelo serviço; Efetuar a cobrança dos serviços educativos prestados pelo Município em articulação direta com os serviços responsáveis; Registar a permanência de cidadãos europeus e estrangeiros; Colaborar e cooperar nas ações de modernização administrativa promovidas pelo Município.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
<ul style="list-style-type: none"> Utilização para fins privados do equipamento municipal; 	Pouco frequente	Moderada	<ul style="list-style-type: none"> Realização de ações de formação para a generalidade dos trabalhadores, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos trabalhadores, os modelos de gestão e serviço público, entre outras; Disponibilização, em local visível e acessível ao público, do organograma da Subunidade Orgânica, bem como da identificação do respetivo dirigente e dos trabalhadores; Disponibilização de formulários tipo relativos aos pedidos de informação procedimental, bem como de formulários tipo relativos à apresentação de todos os modelos inerentes ao licenciamento; Organização do sistema geral de atendimento em ordem à melhoria da eficiência do mesmo, do desempenho, avaliação e controlo global dos trabalhadores; Horário de atendimento regulado; Instituir e/ou otimizar mecanismos de extração de indicadores de determinados procedimentos, com vista a definir objetivos de eficiência processual, designadamente em análise processual; Otimização da aplicação informática, de forma a existirem alertas obrigatórios relativamente ao não cumprimento de prazos no âmbito de procedimentos; Disponibilização de informação ao cidadão sobre determinada formalidade municipal, mais concretamente sobre procedimentos, prazos médios de conclusão, documentos instrutórios para o pedido, legislação relevante e outras informações; Adoção de mecanismos de controlo diário de receitas municipais; Rever política de atribuição de permissões de acesso aos sistemas de informação; Definir regras de prioridade de backups (diário).
<ul style="list-style-type: none"> Falta de verificação da legitimidade para acesso à informação, originando a não salvaguarda de informações confidenciais 	Pouco frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Deficitário registo de receitas, correndo risco de não recebimento; 	Pouco frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Divulgação, eliminação, manipulação ou uso indevido de informação confidencial; 	Pouco frequente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Deficitário registo de entrada dos documentos, ocorrendo risco de não recebimento; 	Pouco frequente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Ineficiência da gestão processual; 	Pouco frequente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Não disponibilização de informação útil, em tempo oportuno, dificultando o acesso à informação por parte dos cidadãos/empresas. 	Pouco frequente	Moderada	

Área:	Financeira
Unidade Orgânica:	Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico
Subunidade Orgânica:	Contabilidade e Património
Missão:	Desenvolver todos os procedimentos relativos às áreas da contabilidade e património
Identificação dos responsáveis:	José Alberto Viegas Oliveira (Chefe de Divisão) e Benvinda Caeiro Lopes Monteiro (Coordenadora Técnica)
Número de trabalhadores:	8
Principais atividades	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar os documentos previsionais e as respetivas revisões e alterações; Assegurar o funcionamento do sistema de contabilidade, respeitando as condições técnicas, os princípios e as regras contabilísticas legalmente em vigor; Proceder à classificação de documentos e assegurar todos os registos e procedimentos contabilísticos; Efetuar o acompanhamento e fiscalização da Tesouraria e contas bancárias do município; Elaborar e subscrever certidões relativas a processos de despesa e receita a remete às diversas entidades, em respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei; Acompanhar os processos de contração de empréstimos bancários, suas amortizações e liquidação dos respetivos juros; Proceder à emissão e envio de cheques e de transferências bancárias; Recolher elementos conducentes ao preenchimento de modelos fiscais, segurança social e outros e subscrever os respetivos documentos; Calcular, registar e controlar os pagamentos das retenções de verbas relativas a receitas cobradas para terceiros nos processamentos efetuados; Elaborar os documentos de prestação de contas; Organizar e manter atualizado o sistema de inventário e cadastro patrimonial; Assegurar os procedimentos necessários à aquisição, oneração, alienação, abate e controlo dos bens do município; Elaborar as reconciliações bancárias; Assegurar a gestão dos seguros dos bens móveis e imóveis do município; Proceder ao preenchimento e envio de inquéritos, mapas e quaisquer outros documentos às entidades competentes; Arquivar os documentos de receita e despesa;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- Emitir guias de receita;
- Articular com outros serviços a implementação dos circuitos documentais necessários ao processamento da contabilidade de custos, assim como a sua classificação e lançamento;
- Elaborar o relatório mensal com análise do endividamento de curto, médio e longo prazo e de endividamento líquido do município, face aos limites impostos por lei;
- Elaborar o relatório mensal sobre a evolução do imobilizado;
- Elaborar mensalmente o orçamento da Tesouraria.

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
• Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva dotação orçamental;	Pouco frequente	Elevada	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar os desvios, justificando-os; • Informatização integrada dos procedimentos de controlo interno e contabilidade; • Analisar a classificação de despesa por amostragem de relevância material (valor em euros ou quantidades); • Formar/sensibilizar a generalidade dos trabalhadores, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e os deveres dos trabalhadores; • Classificar a informação de acesso restrito e divulga-la pelos trabalhadores; • Limites de responsabilidade bem definidos de todos os intervenientes no processo de autorizações de pagamento; • Análise e revisão permanente da execução dos procedimentos legais e dos estabelecidos no sistema de controlo interno; • Implementação de medidas de organização do trabalho, de forma a assegurar a rotatividade e variabilidade, por parte dos técnicos, no exercício das suas funções; • Planeamento e controlo anual dos bens móveis do Município, registado em folhas de inventário; • O Município deverá sempre recorrer à Hasta Pública para alienação de imóveis.
• Fraca análise de desvios orçamentais e inadequada classificação da despesa;	Pouco frequente	Elevada	
• Impossibilidade ou deficiente controlo sobre execução orçamental por deficiência das aplicações informáticas;	Pouco frequente	Moderada	
• Incumprimento ou cumprimento defeituoso das regras de controlo interno;	Pouco frequente	Moderada	
• Atividades/tarefas levadas a cabo sempre pelo mesmo trabalhador (possibilitando a ocorrência mais frequente de erros);	Pouco frequente	Baixa	
• Extravio de bens móveis;	Pouco frequente	Moderada	
• Deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens;	Pouco frequente	Moderada	
• Alienação de imóveis sem recorrência ao procedimento de Hasta Pública.	Pouco frequente	Moderada	

Área:	Finança
Unidade Orgânica:	Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico
Subunidade Orgânica:	Tesouraria
Missão:	Promover todos os procedimentos relativos à tesouraria do Município
Identificação dos responsáveis:	José Alberto Viegas Oliveira (Chefe de Divisão) e Domingas Clara Paulino (Tesoureira)
Número de trabalhadores:	2
Principais atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a arrecadação de receitas, entregando aos utentes o respetivo recibo; • Efetuar os pagamentos de acordo com a respetiva ordem, verificando a conformidade legal dos mesmos; • Efetuar registos de toda a movimentação diária no sistema informático de tesouraria; • Arquivar diariamente todos os mapas da tesouraria; • Conferir diariamente com a Subunidade Orgânica Contabilidade e Património os mapas auxiliares de receita eventual/virtual; • Assegurar os depósitos, o controlo e os registos dos movimentos das contas bancárias tituladas pela autarquia; • Colaborar com a subunidade orgânica Contabilidade e Património na produção dos documentos contabilísticos; • Elaborar os segundos avisos e promover o envio aos consumidores dentro dos prazos legais; • Passar certidões de relaxe a entregar na Subunidade Orgânica Taxas e Licenças, findo o prazo de pagamento voluntário.

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
• Omissões na prestação de contas do movimento de	Pouco frequente	Elevada	• Registo detalhado dos factos, sendo que todas as operações devem ser relevadas de uma forma sistemática e sequencial



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

operações de tesouraria;			<p>e todas as passagens dos documentos pelos diversos setores devem ficar documentadas;</p> <ul style="list-style-type: none"> Reforço das medidas de controlo interno; Instituir mecanismos de auditorias internas às atividades/tarefas dos trabalhadores; Segregação de funções, permitindo melhor a qualidade do serviço prestado; Informatização do procedimento ao nível da atividade/tarefa ou de templates a utilizar.
<ul style="list-style-type: none"> Incumprimento ou cumprimento defeituoso das regras de controlo interno; 	Pouco frequente	Moderada	
OPERAÇÕES DE TEROURARIA	Pouco frequente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Omissões e erros dos valores inscritos nos resumos diários; 			
<ul style="list-style-type: none"> Desvio de dinheiro e outros valores. 	Pouco frequente/ Inexistente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Falhas na aplicação das normas, procedimentos e regulamentos de natureza financeira. 	Pouco frequente	Moderada	
COBRANÇA DE RECEITAS:	Frequente	Baixa	
<ul style="list-style-type: none"> Receitas cobradas por entidades distintas do tesoureiro; 			
<ul style="list-style-type: none"> Processo de receita incorretamente documentado; 	Pouco frequente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Cobrança de valor diferente do inscrito na guia de recebimento; 	Pouco frequente/ Inexistente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Omissão de comunicação de guias de recebimento não cobradas; 	Pouco frequente/ Inexistente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Não cobrança de juros devidos. 	Pouco frequente/ Inexistente	Elevada	
MOVIMENTOS BANCÁRIOS:	Pouco frequente/ Inexistente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Movimentação de valores sem autorização; 			
<ul style="list-style-type: none"> Movimentação de valores para contas diferentes do autorizado; 	Pouco frequente/ Inexistente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de mecanismos de controlo de cheques por emitir, inutilizados e por expedir; 	Pouco frequente/ Inexistente	Elevada	

Área:	Aquisição de bens e serviços
Unidade Orgânica:	Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico
Subunidade Orgânica:	Aprovisionamento
Missão:	Assegurar todos os procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços necessários à execução das atividades e do funcionamento dos serviços e proceder à gestão racional dos stocks
Identificação dos responsáveis:	José Alberto Viegas Oliveira (Chefe de Divisão) e Fernando da Ascensão Fernandes Mendes (Coordenador-Técnico)
Número de trabalhadores:	3
Principais atividades	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar as atividades de aprovisionamento municipal em bens e serviços necessários à execução das atividades e ao funcionamento dos serviços; Proceder ao lançamento dos procedimentos de aquisição de bens e serviços, desenvolvendo todas as tarefas ao abrigo do Código dos Contratos Públicos; Proceder à gestão racional dos stocks, em consonância com critérios definidos, e em articulação com os diversos serviços utilizadores; Proceder ao armazenamento e gestão material dos bens e ao fornecimento respetivo aos serviços mediante requisição própria; Proceder à gestão de compras ou de contratos, nomeadamente, quanto a prazos, receção e conferência dos bens entregues e das respetivas guias e faturas; Assegurar o normal funcionamento do armazém, procedendo ao movimento e registo de entradas e saídas de bens em armazém; Colaborar na organização e atualização do inventário e cadastro de bens municipais; Proceder ao fecho do mês, inventário anual e fecho do ano de gestão de stocks.

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
<ul style="list-style-type: none"> Indefinição das responsabilidades de cada um dos intervenientes no processo da contratação, nas diversas fases; 	Pouco frequente	Moderada	<ul style="list-style-type: none"> Rotatividade aleatória de trabalhadores para efetuar uma determinada atividade/tarefa; Instituir mecanismos internos de controlo de entradas e saídas de existências;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de cabimentação prévia da despesa; 	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de um sistema estruturado de avaliação das necessidades; Efetuar inventário físico anual, com possibilidade de amostragens trimestrais; Adoção do princípio da segregação de funções que consiste na separação de funções potencialmente conflitantes, permitindo melhorar a qualidade do serviço prestado; Ponderação de necessidades de bens e serviços, cujas aquisições estão dependentes do prévio cabimento da despesa; Definição de procedimentos que definam claramente os intervenientes no processo nas diferentes fases, a responsabilidade de cada um e o cumprimento dos prazos; Disponibilização de toda a informação de caráter administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA); Exigência de declaração de conflito de interesses; Exigência da presença de dois trabalhadores na inspeção ou avaliação da quantidade e qualidade dos bens e serviços adquiridos; Implementação de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades; Preenchimento de fichas de avaliação de fornecedores;
<ul style="list-style-type: none"> Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto, quando baseado em critérios materiais; 	Pouco frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Controlo deficiente dos prazos; 	Pouco frequente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Intervenção em procedimento de elementos com relações de proximidade, relações familiares ou de parentesco com os potenciais prestadores de serviços; 	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Inexistência ou insuficiência de mecanismos de controlo relativamente à execução do contrato de aquisição de bens tendo-se em conta o prazo de vigência; 	Pouco frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Não acompanhamento e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e qualidade estabelecidos no contrato; 	Pouco frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de inspeção ou de ato que certifique as quantidades e qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento e/ou inspeção ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um trabalhador; 	Pouco frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Existência de favoritismo injustificado; 	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Conflito de interesses na análise e informação de processos; 	Pouco frequente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Desaparecimento de património/existências; 	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none"> Existência de stocks em excesso ou falta recorrente de determinado material; 	Pouco frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Fornecimento inadequado face aos requisitos acordados (prazos, conformidade do produto ou serviço, preços, quantidades e outros); Elevado índice de devoluções. 	Pouco frequente	Moderada	

Área:	Contratação de Empreitadas
Unidade Orgânica:	Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico
Subunidade Orgânica:	Administrativa de Obras e Projetos
Missão:	Assegurar a elaboração dos estudos e projetos relativos a infraestruturas e equipamentos e proceder à organização e acompanhamento dos processos de concurso, nomeadamente, os de empreitada
Identificação dos responsáveis:	José Alberto Viegas Oliveira (Chefe de Divisão) e Cesilde de Jesus Pereira Franco (Técnica Superior)
Número de trabalhadores:	5
Principais atividades	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o conhecimento atualizado e profundo dos mecanismos e recursos regionais, centrais e da União Europeia de apoio ao desenvolvimento local; Assegurar, em colaboração com os serviços municipais intervenientes, a elaboração dos processos de candidatura



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- *municipal a recursos financeiros para investimento no Município;*
- *Assegurar a elaboração dos processos de prestação de contas e correspondentes relatórios aos financiamentos para projetos estruturais obtidos pelo município junto das instâncias supramunicipais;*
- *Proceder à organização de todos os processos de concurso, nomeadamente, os de contratação pública inerentes à integração em obras municipais e outros projetos candidatados aos diversos fundos estruturais, quer nacionais quer comunitários, a desenvolver no âmbito das atribuições da unidade orgânica e efetuar o seu acompanhamento;*
- *Organizar o arquivo dos documentos da unidade orgânica.*

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Divulgação, eliminação, sonegação, manipulação ou uso indevido de informação confidencial;</i> 	<i>Pouco frequente</i>	<i>Elevada</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Rotatividade aleatória de trabalhadores para efetuar uma determinada atividade ou tarefa;</i> • <i>Seleção/distribuição aleatória de processos;</i> • <i>Exigência de declarações de interesses privados dos trabalhadores;</i> • <i>Disponibilização de toda a informação de carácter administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA);</i> • <i>Proibição de pessoas estranhas ao serviço;</i> • <i>Criação de regras gerais de rotatividade dos elementos que compõem os júris dos concursos, de forma a assegurar que as decisões ou as propostas de decisão não fiquem, por regra, concentradas nos mesmos trabalhadores ou dirigentes;</i> • <i>Avaliação a posteriori do nível de qualidade dos empreiteiros;</i> • <i>Instituir mecanismos de auditorias internas às atividades/tarefas;</i> • <i>Formar mais trabalhadores para a execução de uma determinada atividade/tarefa;</i> • <i>Promover a elaboração de procedimentos onde se defina o processo de planeamento de vistorias/fiscalização e respetivas regras a verificar em todo o processo;</i> • <i>Acompanhar desvios, justificando-os;</i> • <i>Formar/sensibilizar os trabalhadores da Subunidade Orgânica, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos trabalhadores, os modelos de gestão e serviço público, entre outros;</i> • <i>Disponibilização em local visível e acessível ao público, do organograma da Subunidade Orgânica, bem como da identificação do respetivo dirigente e dos trabalhadores;</i> • <i>Formalizar regras e definir procedimentos internos para o lançamento e gestão de empreitadas;</i> • <i>Instituir mecanismos de controlo dos pareceres por vários níveis de responsáveis hierárquicos;</i> • <i>Instituir mecanismos de envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviço logo que se detetam irregulares (custos e/ou prazos);</i> • <i>Instituir mecanismos que garantam que o procedimento escolhido se encontra em conformidade com os preceitos legais;</i> • <i>Publicitação de anúncio nos termos da lei e com as menções indispensáveis constantes dos modelos aplicáveis;</i> • <i>Definir modelo de avaliação das propostas com carácter objetivo, baseando-se em dados quantificáveis e comparáveis;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Não audição dos concorrentes sobre o relatório preliminar/decisão de adjudicação;</i> 	<i>Pouco frequente/ Inexistente</i>	<i>Elevada</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Enunciação deficiente ou insuficiente dos critérios de adjudicação e dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis;</i> 	<i>Pouco frequente/ Inexistente</i>	<i>Elevada</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado das peças de concurso;</i> 	<i>Pouco frequente/ Inexistente</i>	<i>Elevada</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Não existência de uma avaliação a posteriori do nível de qualidade e do preço das empreitadas realizadas aos diversos empreiteiros;</i> 	<i>Pouco frequente</i>	<i>Moderada</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Conflito de interesses na análise e informação de processos;</i> 	<i>Pouco frequente</i>	<i>Elevada</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Intervenção em determinado procedimento de elementos com relações de proximidade familiares ou de parentesco;</i> 	<i>Pouco frequente/ Inexistente</i>	<i>Elevada</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Atividades/Tarefas levadas a cabo sempre pelo mesmo trabalhador (possibilitando a ocorrência mais frequente de lapsos);</i> 	<i>Pouco frequente</i>	<i>Moderada</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Falta de uma gestão centralizada, uniforme e eficaz para o tratamento e acompanhamento de reclamações/denúncias;</i> 	<i>Pouco frequente/ Inexistente</i>	<i>Elevada</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ineficiência da gestão processual;</i> 	<i>Pouco frequente/ Inexistente</i>	<i>Elevada</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Discricionariedade na elaboração de planos, projetos, propostas, pareceres, etc., que poderão propiciar o favorecimento ou desfavorecimento dos interessados;</i> 	<i>Pouco frequente/ Inexistente</i>	<i>Elevada</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Utilização para fins privados de equipamentos/bens municipais;</i> 	<i>Pouco frequente/ Inexistente</i>	<i>Elevada</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Deficiente sistema de controlo interno, destinado a verificar e</i> 	<i>Pouco frequente/ Inexistente</i>	<i>Elevada</i>	



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

a certificar os procedimentos pré-contratuais.			
--	--	--	--

Área:	Urbanismo e Edificação
Unidade Orgânica:	Planeamento, Obras e Ambiente
Subunidade Orgânica:	Expediente Urbanístico
Missão:	Assegurar todos os procedimentos nas áreas de planeamento e gestão urbanística e assegurar, de um modo geral o expediente administrativo relativo àquelas áreas
Identificação dos responsáveis:	Maria da Graça Batista Charrua Murteira (Coordenadora-Técnica)
Número de trabalhadores:	4
Principais atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder ao registo, classificação, distribuição e movimentação de documentos a toda a unidade orgânica, controlando prazos legais; • Garantir o atendimento e o apoio aos munícipes no âmbito da atividade da unidade orgânica; • Promover a recolha dos pareceres, quer internos e ou externos, bem como informações técnicas, necessárias ao andamento de cada petição ou processo; • Assegurar o registo e toda a movimentação quer em suporte informático, quer em papel, de todo o expediente dos processos previstos no RJUE; • Emitir alvarás de licenças de loteamento, de obras particulares, de demolição, de obras de urbanização, remodelação de terrenos e de autorização de utilização; • Emitir recibos de entrega e de aceitação, respeitantes aos processos de comunicação prévia; • Autenticar e emitir guias de recebimento correspondentes às fichas técnicas de habitação; • Emitir notas de fiscalização para efeitos de acompanhamento das várias obras, pelos funcionários adstritos a esses serviços; • Assegurar todo o expediente necessário no âmbito dos processos de desafetação do domínio público; • Assegurar o expediente respeitante ao registo/declaração prévia de indústrias Tipo 3, em que o município é a entidade coordenadora; • Assegurar o expediente relativo a elevadores/monta-cargas ou outro equipamento em que é obrigatória a vistoria por entidade credenciada; • Assegurar o expediente relativo a postos de abastecimento e instalações de armazenagem de combustíveis; • Assegurar o expediente relativo aos processos de divisão de prédios rústicos e urbanos e emissão da correspondente certidão; • Assegurar o expediente relacionado com processos de imóveis devolutos e queixas de particulares; • Fornecer plantas de imóveis para efeitos de IMI, plantas de localização e plantas cadastrais; • Proceder ao cálculo das áreas e taxas inerentes aos processos de obras, loteamentos, ocupação da via pública, utilização e outros; • Emitir certidões de toponímia e outras narrativas ou de teor; • Recolher mensalmente elementos estatísticos, enviando para o INE a informação necessária; • Enviar mensalmente para os serviços de finanças os mapas respeitantes aos projetos, processos e licenças/comunicações; • Emitir guias de recebimento relativas a todos os atos inerentes à atividade do serviço; • Prestar apoio administrativo à unidade orgânica; • Organizar e arquivar os processos, assegurando a sua integridade e disponibilizando-os de acordo com orientações superiores e parâmetros legais.

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção em determinado procedimento de elementos com relações de proximidade, familiares ou de parentesco 	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	<ul style="list-style-type: none"> • Obrigatoriedade anual de apresentação prévia de pedido fundamentado instruído, por parte dos técnicos ou dirigentes, que pretendam exercer funções privadas que possam conflitar como exercício das suas funções enquanto trabalhadores da Administração Pública;
<ul style="list-style-type: none"> • Conflito de interesses na análise e informação de processos e na realização de vistorias; 	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de medidas de organização de trabalho, por forma a assegurar a rotatividade e variabilidade por parte dos técnicos, no exercício das suas funções;
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de imparcialidade potenciada pela intervenção sistemática de determinado(s) técnico(s) em processos da mesma natureza, processos instruídos pelos mesmos requerentes ou processos instruídos por requerentes com algum tipo de 	Pouco frequente	Elevada	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de regras de distribuição de processos de forma a acautelar que um determinado técnico não fique responsável de forma continuada pelos processos de determinado requerente; • Disponibilização de toda a informação de carácter administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acessos aos Documentos Administrativos (LADA); • Proibição de permanência de pessoas estranhas aos serviços; • Exigência de declaração de impedimento nos processos,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

<i>proximidade, o que poderá propiciar o favorecimento ou desfavorecimento;</i>			<p><i>prevenindo, assim, o potencial favorecimento particular ou privado;</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Instituir mecanismos de definição de objetivos em consonância com a orientação estratégica do Município;</i> <i>Disponibilização em local visível e acessível ao público, do organograma da Subunidade Orgânica, bem como da identificação do respetivo dirigente e dos trabalhadores;</i> <i>Formar/sensibilizar a generalidade dos trabalhadores, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos trabalhadores;</i> <i>Distribuição de processos de maior complexidade e/ou dimensão a mais do que um técnico para prestação de informação conjunta.</i>
<ul style="list-style-type: none"> Acumulação de tarefas de apreciação de projetos com funções de fiscalização da execução, pelo menos, no âmbito dos mesmos processos; 	Pouco frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Não disponibilização de informação útil, em tempo oportuno, dificultando o acesso à informação por parte dos cidadãos; 	Pouco frequente	Moderada	
<ul style="list-style-type: none"> Discricionariedade na elaboração de planos, projetos, propostas, pareceres, etc., que poderão propiciar o favorecimento ou desfavorecimento dos interessados. 	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	

Área:	Contencioso e apoio jurídico
Serviço:	Gabinete Jurídico e de Auditoria
Missão:	Prestar apoio jurídico aos órgãos e serviços do município.
Identificação dos responsáveis:	José Gabriel Paixão Calixto – Presidente da Câmara Municipal
Número de trabalhadores:	2
Principais atividades	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar e dirigir as atividades e os recursos humanos afetos ao gabinete; Prestar acessória jurídica aos órgãos e aos serviços municipais que dela careçam; Velar pelo cumprimento das leis, regulamentos e deliberações dos órgãos do município, no âmbito das suas atribuições; Emitir pareceres de natureza jurídica sobre matérias respeitantes aos serviços municipais e manter atualizado o seu registo; Assegurar e concorrer para o aperfeiçoamento técnico-jurídico dos atos administrativos municipais; Propor, superiormente, as soluções que tenha por conformes com as leis e regulamentos aplicáveis, sugerindo alternativas de decisão ou deliberação; Participar na elaboração de regulamentos, despachos internos e ordens de serviço emanados dos órgãos municipais, concorrendo para que o município disponibilize ao público, através de suportes acessíveis e práticos, o conhecimento das normas regulamentares em vigor; Promover a defesa contenciosa dos interesses do município, obtendo, em tempo útil, todos os elementos necessários e, sendo o caso, prestar toda a colaboração a mandatários externos; Instruir processos de expropriação, quer na fase de negociação pela via do direito privado, quer pela via litigiosa até à fase decisória, por forma a garantir a proteção dos interesses da autarquia; Assegurar a instrução dos processos de contraordenação cuja competência caiba, por lei, ao município e promover a sua remessa ao tribunal territorial e materialmente competente, na fase de recurso ou de execução por falta de pagamento tempestivo de coimas e custas; Organizar processos de embargo, de demolição e de posse administrativa; Proceder à fiscalização e controlo interno da atividade dos serviços municipais, através da realização de auditorias internas, inspeções, sindicâncias, inquéritos ou processos de meras averiguações; Coordenar a implementação e monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz; Emitir certidões em matérias da competência do Gabinete; Emitir pareceres e informações no âmbito das atribuições do Município; Fornecer ao executivo municipal os elementos de gestão que o habilitem à correta tomada de decisões; Zelar pela correta e atempada execução das atribuições respetivas, estudando e propondo as medidas organizativas que contribuam para aumentar a eficácia e qualidade do serviço; Colaborar na elaboração dos diferentes instrumentos de planeamento, programação, orçamentação e de gestão da atividade do município; Zelar pelo conhecimento atempado de legislação e de normas regulamentares de interesse para a atividade do gabinete.

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
--	---	---	---



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

• Violação dos deveres de isenção e imparcialidade;	Inexistente	Elevada	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização de toda a informação de carácter administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA); Apresentação de declarações de interesses e de impedimentos ou incompatibilidade; Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo; Acesso e pesquisa de informação científica atualizada; Formação profissional adequada; Definição de um quadro de objetivos claros, com definição de prazos; Elaboração de mapas de pendência de processos; Segregação de funções.
• Conflito de interesses;	Pouco frequente/Inexistente	Moderada	
• Prescrição ou caducidade de processos;	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	
• Deferimento tácito, por não cumprimento de prazos legais;	Pouco frequente	Moderada	
• Inobservância de prazos judiciais;	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	
• Incumprimento de diretrizes e normas de auditoria;	Pouco frequente/Inexistente	Moderada	
• Ausência deliberada de rigor, isenção e objetividade.	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	

Área:	Concessão de Benefícios Públicos
Unidade Orgânica:	Sociocultural e Desportiva
Serviço:	Desporto
Missão:	Colaborar, apoiar e acompanhar as associações, coletividades e clubes desportivos no desenvolvimento desportivo do município.
Identificação dos responsáveis:	Pedro Natário (Técnico Superior)
Número de trabalhadores:	5
Principais atividades	ÁREA A REALÇAR: <ul style="list-style-type: none"> Concessão de benefícios públicos – área do desporto, cultura e organização de eventos.

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
• Inexistência de declarações de interesses privados dos trabalhadores envolvidos nos processos de concessão de benefícios;	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar um quadro de objetivos e critérios de fundamentação claros de forma a se tomar transparente a avaliação das candidaturas; Análise documental que evidencie que o beneficiário cumpre todas as normas regulamentares aplicáveis; Uniformização e consolidação da informação relativa a todas as pessoas e a todas as entidades beneficiárias; Implementação de mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo por um determinado beneficiário; Disponibilização de toda a informação de carácter administrativo, nos termos estabelecido na Lei de Acessos a Documentos Administrativos (LADA); Formar/sensibilizar os trabalhadores, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos trabalhadores; Apresentação de declarações de interesses e de impedimentos ou incompatibilidade; Publicitação da atribuição dos benefícios, nomeadamente no sítio do município na internet, bem como de toda a informação sobre as entidades beneficiárias; Criação de regras gerais de rotatividade dos elementos que compõem os júris dos concursos, de forma a assegurar que as decisões ou as propostas de decisão não fiquem, por regra, concentradas nos mesmos trabalhadores ou dirigentes; Estabelecimento de consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário, nomeadamente a devolução da quantia entregue ou do benefício recebido; Verificação do compromisso assumido pela entidade beneficiária.
• Existência de situações indiciadoras de conluio entre os intervenientes no processo;	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	
• Existência de situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário;	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	
• Existência de situações em que os beneficiários não juntam todos os documentos necessários à instrução do processo;	Pouco frequente	Moderada	
• Alteração das condições que levaram à atribuição de um determinado subsídio;	Pouco frequente	Baixa	
• Não verificação, na instrução do processo, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício;	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	
• Não apresentação, pelos beneficiários, dos relatórios das atividades;	Pouco frequente	Elevada	
• Ausência de mecanismos de publicitação.	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Área:	Concessão de Benefícios Públicos
Unidade Orgânica	Sociocultural e Desportiva
Serviço:	Ação Social
Missão:	Implementar as políticas municipais de ação social.
Identificação dos responsáveis:	Sónia Cavaco (Técnica Superior)
Número de trabalhadores:	5
Principais atividades	ÁREA A REALÇAR: <ul style="list-style-type: none">• Atribuição de fogos municipais de venda ou arrendamento a famílias com carência habitacional;• Gestão social da habitação municipal.

Riscos identificados/potenciais riscos	Probabilidade de ocorrência do risco (Muito Frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Gravidade da consequência da ocorrência do risco (Baixa, Moderada; Elevada)	Medidas propostas para prevenir a ocorrência do risco
<ul style="list-style-type: none">• Existência de situações indiciadoras de conluio entre os intervenientes no processo de atribuição e utilização da habitação social municipal;	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	<ul style="list-style-type: none">• Reunião de avaliação para decisão da atribuição de fogos, que integram as chefias e diferentes técnicos;• Definição prévia das responsabilidades de cada interveniente;• Rotatividade aleatória de trabalhadores para efetuar uma determinada atividade ou tarefa;• Análise documental que evidencie que o candidato cumpre todas as normas regulamentares aplicáveis;• Implementação de mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo por um determinado candidato;• Formar/sensibilizar os trabalhadores, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos trabalhadores;• Apresentação de declarações de interesses e de impedimentos ou incompatibilidade.
<ul style="list-style-type: none">• Existência de situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário;	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	
<ul style="list-style-type: none">• Alteração das condições que levaram à atribuição de um fogo de habitação social municipal;	Pouco frequente	Baixa	
<ul style="list-style-type: none">• Não verificação, na instrução do processo, de que os beneficiários cumprem as normas legais e regulamentares em vigor relativas à atribuição do fogo de habitação social municipal.	Pouco frequente/Inexistente	Elevada	

VI – Acompanhamento, Monitorização e Atualização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Após a implementação do Plano, o Município de Reguengos de Monsaraz deverá proceder a um rigoroso controlo de validação, no sentido de verificar a conformidade factual entre as normas de prevenção da ocorrência de riscos previstas no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e a aplicação das mesmas. Assim, devem ser criados métodos e definidos procedimentos e controlo das atividades de forma adequada e eficiente, de modo a permitir a salvaguardar dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, garantindo os procedimentos de controlo a utilizar para atingir os objetivos definidos.

Assim, compete aos dirigentes supervisionar a execução e implementação das medidas de tratamento de riscos propostas para as suas Unidades/Subunidade Orgânicas e Serviços, do Município de Reguengos de Monsaraz, gerindo os recursos necessários para a sua concretização e assegurando o cumprimento dos prazos previstos. Para tal, deverão os mesmos proceder ao preenchimento do respetivo Mapa de Riscos, propondo, sempre que se justifique, a eliminação, introdução ou revisão de riscos e medidas.

Nesta sequência, o acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas será efetuado em forma de relatório anual, elaborado pela equipa multidisciplinar designada para o efeito.

O referido relatório anual deverá apresentar as medidas definidas, as medidas implementadas, a análise de implementação e identificar as evidências da implementação.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Ao Gabinete Jurídico e de Auditoria, enquanto serviço responsável pela monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, terá, designadamente, as seguintes competências:

- Receber e analisar os relatórios elaborados por cada um dos responsáveis das Unidades /Subunidades Orgânicas e Serviços, do Município de Reguengos de Monsaraz;
- Identificar e propor ações de melhoria, bem como propor a eliminação, introdução ou revisão de riscos, caso se justifique;
- Se necessário, deve marcar reuniões com os responsáveis de cada uma das Unidade/Subunidades Orgânicas e Serviços, de forma a avaliar a implementação das medidas, que não forem passíveis de verificar por outro meio;
- Tomar outras providências que julgue necessárias para melhor concretização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Assim, nos termos do disposto no ponto 1.2 da Recomendação n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicada na 2.ª série, do Diário da República, n.º 140, de 22 de julho, os Planos e os Relatórios de Execução devem ser remetidos ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como à entidade que exerce tutela administrativa sobre as Autarquias Locais.

O Plano e o Relatório de Execução do Plano devem ser objeto de publicação no sítio do Município de Reguengos de Monsaraz na internet.

VII. Anexos

Cronograma de medidas gerais de execução do Plano

Medidas	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Constituição da Comissão/Equipa de Monitorização do PGRIC												
Ações de divulgação												
Criação do Código de Conduta/Faqs/Outros												
Ações de Sensibilização												
Aprovação do Código de Conduta ou outros												
Ações de Formação												
Declaração de Compromisso Incompatibilidades e incumprimentos												
Disponibilização e assinatura												
Verificação de preenchimento												
Reunião de acompanhamento												
Elaboração do relatório anual sobre o cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas												
Envio do relatório anual sobre o cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas												

Cronograma de medidas preventivas por área de ris

Medidas	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
1. Gestão Administrativa/Atendimento ao Público (Balcão U nico)												
2. Recursos Humanos												
3. Aquisição de bens e serviços												
4. Contratação de empreitada												
5. Gestão Financeira												
6. Urbanismo e Edificação												
7. Concessão de Benefícios Públicos												
8. Contencioso e Apoio Jurídico												



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Declaração de interesses privados

Identificação

Nome: _____
Residência/ende: _____
Código postal: _____
Localidade: _____ Freguesia: _____
N.º de identificação: _____ Tipo de documento: _____

Funções

Categoria: _____
Unidade Orgânica/Subunidade Orgânica/Serviço: _____

Declaração

Declaro que, caso me venha a encontrar em situação de conflito de interesses¹ dela darei conhecimento ao meu superior hierárquico ou ao presidente do órgão ou júri de que faça parte.

Observações

Data: _____ (Assinatura e n.º mec.)

1 Indicar o tipo de documento de identificação (Bilhete de Identidade, Cartão de cidadão, passaporte ou outro)
2 Estabelece conflito de interesses sempre que os profissionais tenham um interesse pessoal ou privado em determinadas matérias que possa influenciar o desempenho imparcial e objetivo das suas funções. Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, para os seus familiares e afins.

Pág 1 de 1 Documento Interno
Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Coisas do Município de Reguengos de Monsaraz



Declaração de compromisso relativa a incompatibilidade, impedimentos e escusa

Identificação

Nome: _____
Residência/ende: _____
Código postal: _____
Freguesia: _____ Concelho: _____
N.º de identificação: _____ Tipo de documento: _____

Funções

Categoria: _____
Unidade Orgânica/Subunidade Orgânica/Serviço: _____

Declaração

Declaro ter conhecimento das incompatibilidades ou impedimentos previstos na Lei, designadamente:
- na Constituição da República Portuguesa;
- No Código de Procedimento Administrativo (artigos 44.º e 51.º);
- no Regime de Visitação, de Carnets e de Remunerações dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (artigos 26.º e 30.º);
- No Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado.

Declaro que pedirei dispensa de intervir em procedimentos quando ocorrer circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da minha lealdade ou retidão na minha conduta, designadamente nas situações constantes do artigo 48.º do CPA.

Declaro que, caso me venha a encontrar em situação de incompatibilidade, impedimento ou escusa, dá mesma darei imediato conhecimento ao meu superior hierárquico ou ao presidente do órgão ou júri de que faça parte.

Observações

Data: _____ (Assinatura e n.º mec.)

1 Indicar o tipo de documento de identificação (Bilhete de Identidade, Cartão de cidadão, passaporte ou outro)

Pág 1 de 1 Documento Interno
Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Coisas do Município de Reguengos de Monsaraz



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



Avaliação de desempenho de fornecedor Avaliação da satisfação da qualidade do fornecedor

Serviço/bem: _____ Fornecedor: _____

Representante do serviço/bem: _____ Nome/função: _____

Fornecedor: _____

Pessoa a contactar: _____

Tabela de avaliação

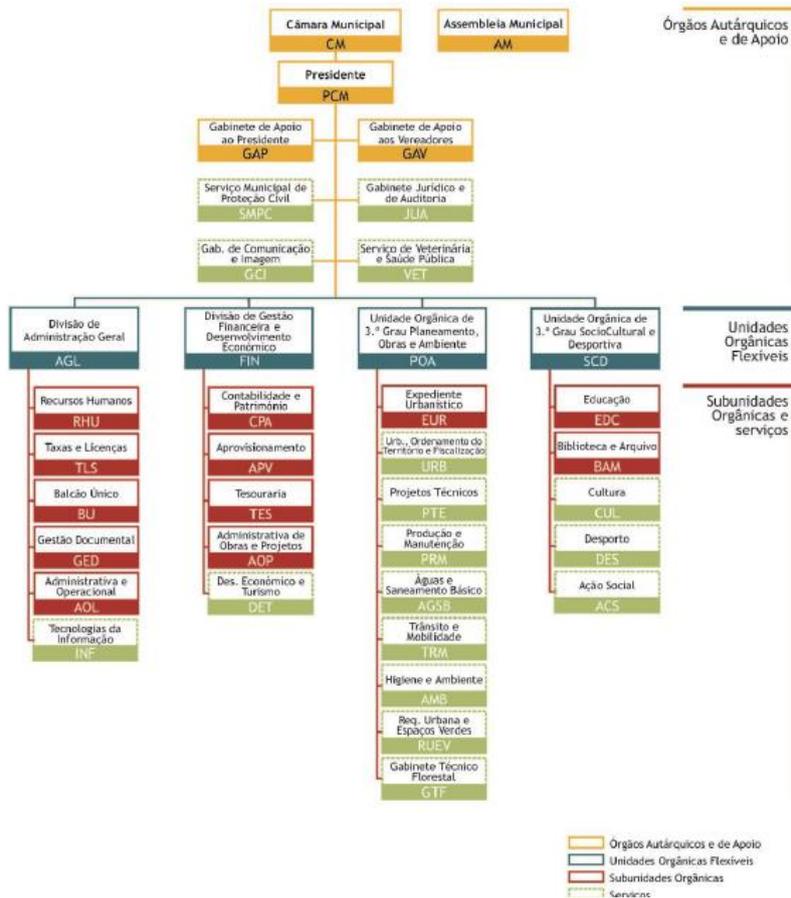
Tipo de fornecimento	N.º de fornecimento	Índice de desempenho				Observações
		A Cumprimento dos prazos de entrega Sim (+1) Não (+0)		B Cumprimento das especificações da contratação	C Qualidade do produto ou serviço	

1 - inexistente de acordo com o seguinte escala: 0 = máu justificável, 1 = aceitável, 2 = bom, 3 = muito bom, 4 = não aplicável

Pág 1 de 1

Documento Interno
Plano de Gestão do Risco de Corrupção e de Infrações Coexas do município de Reguengos de Monsaraz

Estrutura Orgânica do Município de Reguengos de Monsaraz





MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Ponderado, apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: -----

a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 43/GP/2014; -----

b) Em consonância, aprovar a revisão do “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz”; -----

c) Submeter a presente revisão do “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz” à aprovação da Assembleia Municipal; -----

d) Aprovar a constituição de uma equipa multidisciplinar responsável pela execução do Plano, nos seguintes termos: ---

i) João Manuel Paias Gaspar, Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência; -----

ii) Marta de Jesus Rosado Santos, Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência -----

iii) José Alberto Viegas Oliveira, Chefe de Divisão da unidade orgânica Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico; -----

iv) Nelson Fernando Nunes Galvão, Chefe de Divisão da unidade orgânica Administração Geral; -----

v) Maria da Graça Baptista Charrua Murteira, Coordenadora Técnica da subunidade orgânica Expediente Urbanístico; -----

e) Determinar ao Gabinete de Apoio à Presidência e à unidade orgânica Jurídica e de Auditoria a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais indispensáveis à execução da presente deliberação. -----

Projeto de Regulamento Municipal sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto deu conta da Proposta n.º 44/GP/2014, por si firmada em 14 de abril, p.p., referente ao projeto de Regulamento Municipal sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público, cujo teor ora se transcreve: -----

“GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA N.º 44/GP/2014

PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE APASCENTAMENTO DE ANIMAIS E SUA PERMANÊNCIA E TRÂNSITO EM ESPAÇO PÚBLICO

Considerando que:

- *Da legislação em vigor sobre identificação, registo e circulação de animais, onde se incluem os equídeos, não resultam quaisquer regras específicas sobre as condições de circulação sem fins transacionais e comerciais e permanência de animais em espaço público;*

- *O Código da Estrada estabelece no seu artigo 98.º, que em tudo o que não estiver previsto no referido Código, o trânsito de*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

veículos de tração animal e de animais é objeto de regulamentação local;

- Compete ao Município de Reguengos de Monsaraz gerir o espaço público confiado à sua tutela;

- O Município possui regras sobre animais em espaço público inseridas no Código de Posturas do Município de Reguengos de Monsaraz, mas que se mostram insuficientes,

- Que o Município de Reguengos de Monsaraz pretende elaborar um regulamento específico sobre apascentamento de gado e permanência e trânsito de animais em espaço público, à exceção dos canídeos e felinos, onde se incluam regras sobre a recolha de animais errantes e requisitos gerais para os alojamentos dos animais;

Somos a propor ao Executivo Municipal:

- a) a aprovação do Projeto de Regulamento Municipal sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos;
- b) a submissão do referido Projeto de Regulamento, atento ao princípio da participação dos interessados nas decisões que lhe dizem respeito, a discussão pública, nos termos do disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro e Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; e,
- c) que seja determinado ao Gabinete Jurídico e de Auditoria do Município de Reguengos de Monsaraz a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que vier a recair sobre a presente proposta.”

Outrossim, o sobredito projeto de Regulamento, que ora se transcreve: -----

“Projeto de Regulamento Municipal sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público

Preâmbulo

O Regulamento (CE) n.º 504/2008, da Comissão, de 6 de junho de 2008, que aplica as Diretivas n.ºs 90/426/CEE, e 90/427/CEE, do Conselho, de 26 de junho de 1990, no que respeita aos métodos para identificação de equídeos, veio estabelecer normas sobre identificação de equídeos com vista à sua aplicação uniforme nos Estados-Membros da União Europeia.

O Decreto-Lei n.º 123/2003, de 28 de agosto veio, por sua vez, estabelecer as normas de execução do Regulamento (CE) n.º 504/2008, da Comissão, de 6 de junho de 2008, que constituem as regras do sistema de identificação dos equídeos nascidos e introduzidos em Portugal.

Quanto à identificação, registo e circulação de animais das espécies bovina, ovina, caprina e suína, bem como dos equídeos, existem ainda as regras estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 27 de julho, que criou o SNIRA – Sistema Nacional de Informação e Registo Animal.

Contudo, da legislação em vigor referida, não resultam quaisquer regras específicas sobre as condições de circulação e permanência de animais em espaço público.

Existem, por sua vez, no Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, na sua redação atualizada, normas especiais sobre veículos de tração animal e animais, referindo, no entanto, o seu artigo 98.º, que, em tudo o que não



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

estiver previsto neste código, sobre o trânsito de veículos de tração animal e de animais, é objeto de regulamentação local.

No Município de Reguengos de Monsaraz não existe regulamentação local sobre a deambulação e permanência de animais na via pública e em espaço de domínio público, salvo as disposições contidas no Código de Posturas do Município de Reguengos de Monsaraz, que se encontram um pouco desajustadas e insuficientes face à panorâmica legislativa nacional, nomeadamente no que toca a equídeos.

Nestes termos, e considerando que compete aos municípios gerir o espaço público confiado à sua tutela e garantir a tranquilidade e segurança dentre desse mesmo espaço, e que nos últimos tempos se tem verificado no Município de Reguengos de Monsaraz um crescente número de situações de deambulação de equídeos na via pública e em espaço público, que nalguns casos tem provocado acidentes de viação, urge aprovar regras disciplinadoras relativas ao apascentamento de animais e sua circulação e permanência na via pública e em espaço público.

Assim, no uso da competência prevista nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e conferida pelo disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Anexo ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o objetivo de ser aprovado pela Câmara Municipal e submetido a discussão pública, durante o período de 30 (trinta) úteis mediante a sua publicação na 2.ª Série do Diário da República, nos termos do disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, é elaborado o seguinte **Projeto de Regulamento Municipal sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público**, que se encontra em conformidade com os supracitados Decreto-Lei n.º 123/2003, de 28 de agosto, Regulamento (CE) n.º 504/2008, da Comissão, de 6 de junho de 2008, e Decreto-Lei n.º 124/2006, de 27 de julho:

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento tem como leis habilitantes, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o Decreto-Lei n.º 114/94, de 03 de maio, que aprovou o Código da Estrada, na sua versão atualizada.

Artigo 2.º

Objeto

O presente Regulamento estabelece as normas reguladoras do apascentamento de animais e da sua circulação e permanência em espaço público e em espaço privado de forma irregular.

Artigo 3.º

Âmbito

O presente Regulamento aplica-se em todo o território do Município de Reguengos de Monsaraz, sem prejuízo de leis ou regulamentos específicos que se lhe sobreponham.

Artigo 4.º

Definições

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

a) «Alojamento» - qualquer instalação, edifício, grupo de edifícios ou outro local, podendo incluir zona não completamente



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

fechada, que albergue, ou destinada a albergar, os animais;

- b) «Animal» – todo o animal de qualquer espécie, à exceção de canídeos e felinos;
- c) «Animal vadio ou errante» - qualquer animal de qualquer espécie, à exceção de canídeos e felinos, que seja encontrado na via pública ou outros lugares públicos fora do controlo e guarda dos respetivos detentores ou relativamente ao qual existam fortes indícios de que foi abandonado ou não tem detentor;
- d) «Detentor» - qualquer pessoa singular ou coletiva que seja proprietária, ou esteja na posse de, ou esteja encarregada de um animal de qualquer espécie, à exceção de canídeos e felinos, com ou sem contrapartidas financeiras, temporária ou permanentemente, incluindo durante o transporte, em mercados, ou durante concursos, corridas ou eventos culturais;
- e) «Equídeo ou animal de raça equina» - um mamífero solípede selvagem ou domesticado, de todas as espécies compreendidas no género *Equus* da família dos equídeos, e respetivos cruzamentos;
- f) «Equídeos» - os animais domésticos ou selvagens das espécies equina, incluindo as zebras, e asinina ou animais resultantes dos seus cruzamentos;
- g) «Espaço ou lugar público» – área de acesso livre e de uso coletivo afeta ao domínio público das autarquias;
- h) «Exploração de animais» - qualquer instalação ou, no caso de uma exploração agropecuária ao ar livre, qualquer local onde os animais sejam alojados, criados ou mantidos;
- i) «Gado» - conjunto de animais das espécies bovina, suína, ovina, e caprina, bem como os equídeos;
- j) «Trânsito animal» - qualquer movimentação dos animais vivos em território nacional;
- k) «Via pública» - via de comunicação terrestre afeta ao trânsito público;
- l) «Zonas urbanas» - zonas urbanizadas e urbanizáveis que estão previstas e classificadas nos planos municipais do ordenamento do território.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DOS DETENTORES DE ANIMAIS

Artigo 5.º

Proibições gerais

1 - É proibido abandonar animais na via pública e demais lugares públicos.

2 - É proibido ter animais ao ar livre em locais de domínio privado sem estarem devidamente vedados ou vedados deficientemente de forma a evitar a saída dos mesmos.

Artigo 6.º

Obrigações gerais dos detentores de animais

1 – Os detentores dos animais devem adotar medidas de prevenção e controlo no sentido de eliminar ou reduzir os riscos suscetíveis de afetar animais, pessoas, bens e ambiente, no respeito pelas normas de saúde e bem-estar animal, e na salvaguarda da saúde pública e do ambiente.

2 – Sempre que seja obrigatório, os detentores deverão requerer o licenciamento das suas explorações pecuárias junto da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), nos termos da legislação aplicável.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

3 – Os detentores de animais deverão cumprir com as regras de identificação, registo, e circulação previstas na legislação em vigor.

4 – Os detentores dos animais são obrigados a garantir o rastreio sanitário dos animais em função dos normativos legais aplicáveis para cada espécie.

CAPÍTULO III APASCENTAMENTO DE ANIMAIS

Artigo 7.º

Apascentamento de animais

1 – É proibido apascentar animais de qualquer espécie em espaço público.

2 – Só é permitido o apascentamento de animais em propriedade privada e com autorização escrita do proprietário ou possuidor do prédio em causa.

3 – É proibido ter em pastagens gado bravo ou arisco a menos de 50 metros de distância dos caminhos e espaços públicos.

4 – O terreno que servir de apascentamento de animais tem que estar devidamente vedado, de forma a evitar a saída dos mesmos.

CAPÍTULO IV TRÂNSITO DE ANIMAIS E VEÍCULOS DE TRACÇÃO ANIMAL

Artigo 8.º

Regra geral

É proibida a deambulação na via pública e demais lugares públicos de quaisquer animais que não vão atrelados ou conduzidos por pessoas.

Artigo 9.º

Regras especiais sobre equídeos

1 – É permitido o trânsito de equídeos nas vias públicas, quer estes sejam utilizados como veículos de tração animal, quer sozinhos, desde que os equídeos sejam conduzidos por pessoas ou se encontrem devidamente controlados ou presos, sujeitos ao domínio do seu condutor.

2 - Os condutores de veículos de tração animal ou de equídeos devem conduzi-los de modo a manter sempre o domínio sobre a sua marcha e a evitar impedimento ou perigo para o trânsito.

3 - Nas pontes, túneis e passagens de nível, os condutores dos equídeos, atrelados ou não, devem fazê-los seguir a passo.

4 – Desde o anoitecer ao amanhecer e, ainda, durante o dia sempre que existam condições meteorológicas ou ambientais que tornem a visibilidade insuficiente, nomeadamente em caso de nevoeiro, chuva intensa, queda de neve, nuvens de fumo ou pó, os condutores dos veículos de tração animal ou dos equídeos devem utilizar uma lanterna de luz branca, visível em ambos os sentidos de trânsito.

5 – Os proprietários ou acompanhantes de equídeos devem proceder à limpeza e remoção dos dejetos produzidos por esses animais nas vias públicas e outros espaços públicos, devendo utilizar sacos para acondicionar os detritos removidos, os quais devem ser fechados e depositados nos contentores do lixo.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Artigo 10.º

Regras especiais sobre gado

1 - Dentro da zona urbana, é proibido todo e qualquer trânsito e permanência de gado a pé na via pública e em espaço público.

2 – Apenas é permitido o trânsito de gado, se o gado se encontrar devidamente acomodado em meio de transporte próprio para o efeito, de acordo com o disposto no e o Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 214/2008, de 10 de novembro, 316/2009, de 29 de outubro, 85/2012, de 05 de abril, 260/2012, de 12 de dezembro e 81/2013, de 14 de junho.

3 – Fora das zonas urbanas, é proibido:

a) A permanência de gado ou animal em espaço público;

b) O trânsito de gado pela via pública, ao longo da mesma.

4 – Só é permitida a permanência de gado nas vias públicas se o mesmo se destinar a atravessar a via, e só se o detentor do gado for o proprietário dos terrenos de ambos os lados da via, ou tiver autorização escrita dos proprietários para apascentamento de gado.

5 – A entrada de gado na via pública dever ser previamente assinalada pelo respetivo condutor e fazer-se por caminhos ou serventias a esse fim destinados.

6 – Nos casos previstos no número anterior, desde o anoitecer ao amanhecer e, ainda, durante o dia sempre que existam condições meteorológicas ou ambientais que tornem a visibilidade insuficiente, nomeadamente em caso de nevoeiro, chuva intensa, queda de neve, nuvens de fumo ou pó, o respetivo condutor deve utilizar uma lanterna de luz branca, visível em ambos os sentidos de trânsito.

CAPÍTULO V

ANIMAIS ERRANTES

Artigo 11.º

Recolha de animais errantes

1 - A Guarda Nacional Republicana ou os serviços municipais quando encontrarem animais na via pública ou outros lugares públicos relativamente aos quais existam fortes indícios de que foram abandonados ou não têm detentores e não seja possível proceder à identificação dos mesmos, procederão à sua recolha, fazendo-os transportar para local próprio, determinado para o efeito pelo Município de Reguengos de Monsaraz, onde permanecerão até serem legitimamente reclamados pelo seu proprietário.

2 - A Guarda Nacional Republicana ou os serviços municipais quando encontrarem animais ao ar livre em locais de domínio privado sem estarem vedados ou vedados deficientemente de forma a evitar a saída dos mesmos, que não têm detentores e haja uma forte possibilidade dos mesmos poderem vir a colocar em risco a segurança do trânsito rodoviário e das pessoas, procederão, igualmente à sua recolha, fazendo-os transportar para local próprio determinado para o efeito pelo Município de Reguengos de Monsaraz, onde permanecerão até serem legitimamente reclamados pelo seu proprietário.

3 – No caso de serem encontrados ou identificados os detentores dos animais, a Guarda Nacional Republicana procederá à identificação dos mesmos e ao levantamento do respetivo Auto de Notícia por Contraordenação.

4 – No caso de se tratar de animais vadios e ou abandonados e que ponham em risco a vida de pessoas, o Serviço de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Fiscalização Municipal, com a colaboração da força policial e do Serviço de Proteção Civil, quando não seja possível a sua recolha, poderão proceder de imediato ao seu abate.

5 – *O abate dos animais nos termos do número anterior não confere ao seu proprietário, detentor, possuidor ou responsável, o direito de exigir uma indemnização ao Município de Reguengos de Monsaraz, não sendo a Autarquia responsável, a qualquer título, por este abate.*

6 – *O proprietário, detentor, possuidor ou responsável do animal recolhido dispõe de um prazo de 8 (oito) dias úteis para o reclamar junto do Serviço de Fiscalização do Município, sendo entregue, depois de verificação documental do respetivo animal, pagas as despesas feitas com a sua recolha e com a sua estadia e liquidada a importância da coima, se a ela houver lugar, e cumpridas as normas de profilaxia médica e sanitária, sendo necessária, sempre que possível, a presença do Médico Veterinário Municipal, na sua entrega.*

7 - *Se os animais não forem reclamados no prazo referido no número anterior, consideram-se perdidos a favor do Município de Reguengos de Monsaraz, podendo ser alienados, sob parecer obrigatório do médico veterinário municipal, por venda em hasta pública ou cedência gratuita quer a particulares, quer a instituições zoófilas devidamente constituídas e que provem possuir condições adequadas de alojamento e manejo de animais.*

8 - *Não sendo possível a alienação referida no número anterior ou quando o Médico Veterinário Municipal determinar em função do estado sanitário dos animais, deverá o Município de Reguengos de Monsaraz promover o encaminhamento dos animais para abate em matadouro, em coordenação com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária.*

CAPÍTULO VI

ALOJAMENTOS DE ANIMAIS

Artigo 12.º

Condições genéricas dos alojamentos de animais

1 – *Nas zonas urbanas, a permanência de quaisquer animais fica condicionada ao cumprimento das disposições constantes do presente artigo, bem como das disposições constantes do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto, de 1951, na sua redação atual, nomeadamente nos seus artigos 56.º e 115.º a 120.º.*

2 – *A permanência de quaisquer animais em prédios situados em zona urbana fica condicionada à existência de boas condições de alojamento dos mesmos, ausência de riscos sob o aspeto sanitário e inexistência nesses animais de doenças transmissíveis ao homem.*

3 – *As instalações para alojamento de animais somente poderão ser consentidas nas áreas habitadas ou suas imediações, quando construídas e exploradas em condições de não originarem, direta ou indiretamente, qualquer prejuízo para a salubridade e conforto das habitações.*

4 – *Os detentores dos animais deverão assegurar a manutenção da limpeza e higiene dos alojamentos, removendo frequentemente os dejetos e outros detritos, de forma a não gerar insalubridade que possa por em causa a saúde pública e a saúde animal.*

5 - *Os detentores deverão ainda adotar medidas adequadas de forma a minimizar a formação de odores e a propagação de insetos e roedores e efetuar o encaminhamento adequado dos efluentes pecuários.*

Artigo 13.º

Remoção de animais e demolição de instalações por decisão administrativa



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

1 – Por razões de salubridade e ou tranquilidade da vizinhança, atestadas por relatório elaborado pelo Médico Veterinário Municipal, ou de violação do disposto no artigo anterior, a Câmara Municipal poderá determinar a remoção dos animais, bem como interditar a construção ou determinar a demolição de acomodações construídas para instalação de animais nos logradouros ou terrenos vizinhos dos prédios situados em zonas urbanas.

2 – Nos casos referidos no número anterior, deverá ser assegurada a audiência prévia de interessado, nos termos dos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, que disporá de 15 dias úteis, a contar da notificação do relatório elaborado pelo Médico Veterinário Municipal, para se pronunciar sobre o conteúdo do mesmo.

3 – Para efeitos da realização da audiência prévia do interessado, após a elaboração de relatório pelo Médico Veterinário Municipal, os serviços municipais competentes intimarão o proprietário, possuidor ou detentor dos animais, bem como o proprietário ou possuidor do prédio onde os mesmos estão alojados, em caso de não coincidirem, para proceder à remoção dos animais e ou à demolição das suas acomodações, no prazo máximo de 15 dias úteis.

4 – Decorrido o prazo de 15 dias úteis atrás referido, sem que a ordem para remoção dos animais e ou de demolição das instalações dos animais se mostre cumprida, o Presidente da Câmara Municipal determina a remoção dos animais e ou a demolição das suas acomodações, a expensas do intimado.

5 – Até prova em contrário, o proprietário ou possuidor do terreno e o proprietário ou detentor do animal são solidariamente responsáveis quanto ao mesmo.

6 – As forças policiais prestarão o auxílio necessário à remoção coerciva dos animais por parte dos serviços municipais.

Artigo 14.º

Posse administrativa e execução coerciva

1 – Caso a execução da demolição das instalações dos animais não seja autorizada pelo particular, o Presidente da Câmara Municipal pode determinar a posse administrativa do imóvel onde está a ser realizada a obra ou onde estão instaladas as acomodações, por forma a permitir a execução coerciva de tal medida.

2 – O ato administrativo que tiver determinado a posse administrativa é notificado ao proprietário prédio onde os animais estão alojados.

3 – A posse administrativa é realizada pelos fiscais municipais, mediante a elaboração de um Auto onde, para além de se identificar o ato referido no número anterior, é especificado o estado das instalações dos animais e os animais que ali se encontrarem.

4 – A posse administrativa mantém-se pelo período necessário à execução coerciva, caducando no termo do prazo fixado para a mesma.

CAPÍTULO VII

FISCALIZAÇÃO

Artigo 15.º

Fiscalização

1 - São competentes para fiscalizar o cumprimento das disposições do presente Regulamento:

- a) O Município de Reguengos de Monsaraz e os serviços municipais;
- b) A Guarda Nacional Republicana;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

c) *Outras autoridades a quem a lei atribua tal competência.*

2 - *Sem prejuízo do disposto no número anterior, compete ao serviço municipal de fiscalização, a investigação e participação de qualquer evento ou circunstância suscetível de implicar responsabilidade por contraordenação, independentemente da competência atribuída por lei a outras entidades.*

3 – *O agente fiscalizador poderá determinar a apreensão dos objetos, animais e equipamentos do infrator que estão ou estavam a servir à prática da contraordenação, nos termos do disposto no artigo 48.º-A do regime geral do ilícito de mera ordenação social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atualizada.*

4 – *No exercício da sua atividade, o Médico Veterinário Municipal e os trabalhadores incumbidos da atividade fiscalizadora podem recorrer à Autoridade Policial sempre que o necessitem, para o desempenho célere e eficaz das suas funções, que deverá prestar toda a colaboração solicitada.*

5 - *Todas as pessoas são obrigadas a facultar aos agentes fiscalizadores o acesso aos animais, ao local onde estes habitualmente se encontrem, aos alojamentos e equipamentos a eles destinados, bem como a todas as informações e respetiva documentação legal ou regularmente exigida.*

CAPÍTULO VIII

REGIME CONTRAORDENACIONAL

Artigo 16.º

Contraordenações

Constituem contraordenações, qualquer violação das normas constantes no presente Regulamento, nomeadamente:

- a) *O apascentamento de animais em espaço público ou em propriedade privada sem autorização escrita do proprietário;*
- b) *Ter em pastagens gado bravo ou arisco a menos de 50 metros de distância dos caminhos públicos;*
- c) *Não vedar o terreno que servir de apascentamento de animais, de forma a impedir a saída do gado, ou vedá-lo deficientemente;*
- d) *A deambulação de animais na via pública e demais lugares públicos sem condutor, ou sem que estes se encontrem devidamente controlados pelo seu condutor;*
- e) *Permitir a permanência de animais ao ar livre em locais de domínio privado sem estarem vedados ou vedados deficientemente de forma a evitar a saída dos mesmos, que não têm detentores e não estejam identificados, e haja uma forte possibilidade dos mesmos poderem vir a colocar em risco o trânsito rodoviário e a segurança das pessoas;*
- f) *Permitir o trânsito ou a permanência de gado a pé nas zonas urbanas;*
- g) *Permitir a permanência de gado ou animal em qualquer espaço público, fora das zonas urbanas;*
- h) *O trânsito de gado pela via pública, ao longo da mesma;*
- i) *A travessia de gado ou animal numa via pública, sem que o seu condutor seja proprietário dos terrenos de ambas as faixas da via ou não se encontre autorizado por escrito pelos proprietários;*
- j) *A travessia de gado ou animal numa via pública sem ser devidamente assinalada pelo seu condutor;*
- k) *A não utilização do dispositivo de sinalização luminosa pelos condutores de veículos de tração animal ou de equídeos, sempre que seja obrigatória;*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- l) A não utilização do dispositivo de sinalização luminosa pelos condutores de gado, aquando da sua travessia na via pública, sempre que seja obrigatória;*
- m) A não remoção de detritos produzidos pelos equídeos que conspurquem o espaço público;*
- n) O abandono de qualquer animal pelo seu proprietário ou detentor;*
- o) O incumprimento da intimação para remoção dos animais e ou demolição das suas instalações construídas em violação do RGEU devido a questões de salubridade e ou tranquilidade da vizinhança.*

Artigo 17.º

Coimas

- 1 – As contraordenações previstas nas alíneas a), b) e c), do artigo anterior, são punidas com coima graduada de € 100,00 a 2.500,00.*
- 2 - As contraordenações previstas nas alíneas d), e), f), g), n) e o), do artigo anterior, são punidas com coima graduada de € 250,00 a 2.500,00.*
- 3 - As contraordenações previstas nas alíneas h), e i), do artigo anterior, são punidas com coima graduada de € 250,00 a 1.850,00.*
- 4 - As contraordenações previstas nas alíneas j), k) e l), do artigo anterior, são punidas com coima graduada de € 30,00 a € 150,00.*
- 5 - A contraordenação previstas na alínea m), do artigo anterior, são punidas com coima graduada de € 50,00 a 250,00.*
- 6 – Os montantes mínimos e máximos das coimas previstas no presente artigo elevam-se para o dobro quando o infrator for uma pessoa coletiva.*
- 7 - Os montantes máximos e mínimos das coimas a aplicar às contraordenações, em caso de reincidência, são agravados com um acréscimo de 1/3, não podendo exceder o limite máximo previsto no regime geral do ilícito de mera ordenação social.*
- 8 – A determinação da medida da coima é feita nos termos do disposto no regime geral do ilícito de mera ordenação social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atualizada.*
- 9 - A tentativa e a negligência são puníveis.*

Artigo 18.º

Sanções acessórias

Consoante a gravidade da infração e a culpa do agente, pode o Município de Reguengos de Monsaraz, nos termos da lei geral, determinar, cumulativamente com as coimas, a aplicação da sanção acessória consubstanciada na perda de objetos pertencentes ao agente, incluindo animais.

Artigo 19.º

Processamento das contraordenações e aplicação das coimas

- 1 - A competência para a instauração e instrução dos processos de contraordenação, bem como para aplicação das respetivas coimas, compete ao Presidente da Câmara Municipal, podendo esta competência ser delegada em Vereador.*
- 2 - O processo de contraordenações previsto no presente Regulamento está subordinado ao regime geral do ilícito de mera ordenação social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atualizada.*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

3 - O produto da aplicação das coimas reverte integralmente a favor do Município.

Artigo 20.º

Responsabilidade solidária

1 - São considerados solidariamente responsáveis como arguidos, nos processos de contraordenação instaurados por violação das normas do presente Regulamento, aquele que é proprietário do animal e o seu possuidor, ainda que eventual.

2 - Quem auxiliar ou proteger, por qualquer forma, as violações das normas constantes do presente Regulamento, ou impedir e embaraçar a aplicação das coimas que ao caso em concreto couber, será punido com a mesma pena em que tiver incorrido o infrator.

Artigo 21.º

Responsabilidade civil

1 - As coimas aplicadas não afastam o dever de indemnizar nos termos gerais, quando das infrações resultem prejuízos para os particulares ou para o próprio Município.

2 - Quem tiver assumido o encargo de vigilância de quaisquer animais, responde pelos danos que estes causarem, salvo se provar que nenhuma culpa houve da sua parte.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22.º

Revogações

A partir da entrada em vigor do presente Regulamento ficam revogados todos os regulamentos, posturas ou disposições municipais que versem sobre a matéria do presente Regulamento.

Artigo 23.º

Dúvidas e Omissões

As dúvidas e/ou omissões suscitadas na interpretação e/ou aplicação do presente Regulamento serão dirimidas e/ou integradas por deliberação do Órgão Executivo Municipal, mediante apresentação de proposta do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 24.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor quinze dias após a sua afixação, nos lugares públicos do costume, dos Editais que publiquem a sua aprovação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal.”

Ponderado, apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: ---

a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 44/GP/2014; -----

b) Em consonância, aprovar o presente projeto de Regulamento Municipal sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público; -----

c) Determinar a submissão do presente Projeto de Regulamento a discussão pública, atento ao princípio da participação dos interessados, nos exatos termos consignados; -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

d) Determinar ao Gabinete Jurídico e de Auditoria a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais indispensáveis à execução da presente deliberação.-----

Atribuição do Cartão Social do Município

A senhora Vereadora, Joaquina Maria Patacho Conchinha Lopes Margalha deu conta da Proposta n.º 16/VJLM/2014, por si firmada em 14 de abril, p.p., atinente à atribuição do Cartão Social do Município; proposta ora transcrita: -----

“GABINETE DA VERAÇÃO

PROPOSTA N.º 16/VJLM/2014

ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO SOCIAL DO MUNICÍPE

Considerando,

-Que o Cartão Social destina-se a apoiar a população sénior, bem como os portadores de deficiência ou reformados por invalidez e os agregados familiares em situação de carência socioeconómica;

- Que, nos termos do disposto no n.º 1, do art. 5.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Município, podem ser beneficiários do Cartão Social do Município, os cidadãos que residam no concelho de Reguengos de Monsaraz há, pelo menos 2 anos e que se enquadrem numa ou mais situações:

a) ter idade igual ou superior a 65 anos;

b) ter deficiência ou incapacidade igual ou superior a 60%;

c) ser reformado(a) por invalidez;

d) pertencer a agregado familiar em situação de carência socioeconómica.

- Que as pessoas indicadas nas alíneas a), b), e c), do n.º 1 do art.º 5.º do citado Regulamento, terão que estar cumulativamente em situação de carência socioeconómica (n.º 2, do art.º 5.º);

- Que foram apresentados no Serviço de Ação Social, 4 (quatro) requerimentos a solicitar a atribuição do Cartão Social e documentos necessários à análise das candidaturas, pelos seguintes munícipes:

1. Paula do Carmo Pacífico Ferro;

2. Joaquina Mantas da Rosa Machado;

3. Larisa Dron;

4. Maria Tiago Pinto.

- Que o Serviço de Ação Social apreciou as candidaturas apresentadas para obtenção do Cartão Social do Município, procedendo à organização e análise dos respetivos processos.

Somos a propor ao Executivo Municipal:

a) Nos termos do disposto no art.º 5.º e no art.º 13.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Município, a atribuição do Cartão Social, pelos fundamentos seguintes, aos munícipes:

1. Paula do Carmo Pacífico Ferro



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

2. *Joaquina Mantas da Rosa Machado*

3. *Larisa Dron*

b) *Aprovar a proposta de indeferimento do pedido de atribuição do Cartão Social, nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Município por falta de cumprimento do requisito previsto na alínea d), do n.º 1, do art.º 5.º, do Regulamento, conforme melhor se encontra fundamentado em relatório constante de cada processo, elaborado pelo Serviço de Ação Social do Município de Reguengos de Monsaraz, que se encontram aqui reproduzidos para todos os devidos e legais efeitos, dos seguintes munícipes:*

1. *Maria Tiago Pinto.*

c) *Que seja determinada a realização de audiência escrita de interessados, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3, do art.º 14.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Município, conjugado com os artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, concedendo-se um prazo não inferior a 10 dias úteis, aos munícipes cuja decisão lhes é desfavorável, para dizerem o que se lhes oferecer;*

d) *Que seja determinado ao Serviço de Ação Social, do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da deliberação que recair sob a presente proposta.”*

Ponderado, apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: ---

a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 16/VJLM/2014;-----

b) Em consonância, aprovar a atribuição do Cartão Social do Município aos munícipes constantes da referida proposta, nos exatos termos consignados; -----

c) Aprovar o indeferimento do pedido de atribuição do Cartão Social do Município à munícipe constante da referida proposta, nos exatos termos consignados; -----

d) Determinar a realização de audiência escrita de interessados, num prazo de 10 dias, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do respetivo Regulamento, conjugado com os artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo,-----

e) Determinar ao serviço de Ação Social a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, financeiros e materiais indispensáveis à execução da presente deliberação.-----

Administração Urbanística

Projetos de Arquitetura e Especialidades

Presente o **processo administrativo n.º 14/2014**, de que é titular Armando Manuel Vieira Costa.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu conta da informação técnica n.º 020/2014, datada de 14 de abril, p.p., que ora se transcreve: -----

“Informação Técnica N.º URB/CMS/020/2014



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Para: Presidente da Câmara Municipal
De: Serviço de Urbanismo
Assunto: **Licenciamento para obras de edificação de moradia – aprovação do projeto de Arquitetura.**
Utilização: **Habitação**
Requerente: **Armando Manuel Vieira Costa**
Processo n.º: 14/2014
Data: Reguengos de Monsaraz, 14 de abril de 2014
Gestor do Procedimento: Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis
Prédio
Matriz: Rústico
Designação: “Ferraçal dos Aveceiros”
Artigo: 005.072.000
Descrição: 212/19870206 - Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz
Morada: Carrapatelo
Freguesia: Corval
Proposta
Técnico: Pedro Miguel Saião Palheta – Arquiteto
N.º de Inscrição
Profissional: 20 239 OASRS

1. INTRODUÇÃO:

No seguimento da análise ao processo submetido pelo Requerente para controlo prévio, estes serviços técnicos elaboraram as seguintes considerações que se revelam neste parecer interorgânico, endo-municipal de carácter obrigatório, em ordem ao preceituado no Código do Procedimento Administrativo e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adiante designado pelo acrónimo RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL:

2.1 Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE):

A presente pretensão está sujeita ao regime de licença administrativa por se enquadrar nas operações urbanísticas previstas na alínea c), do n.º 2, do Artigo 4.º do RJUE.

3. SANEAMENTO:

3.1 Instrução:

De acordo com as peças escritas e desenhadas que integram o processo em epígrafe, conclui-se que o projeto se encontra corretamente instruído, em ordem ao preceituado no artigo 11.º, da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, relativo à instrução de processos de licenciamento de obras de edificação, e é acompanhado pelos respetivos termos de responsabilidade. Assim sendo, verificou-se a possibilidade de se proceder à análise urbanística e arquitetónica da proposta.

4. PROPOSTA:

“O edifício encontra-se implantado num prédio rústico (em zona considerada urbana) envolvido sobretudo por um olival.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

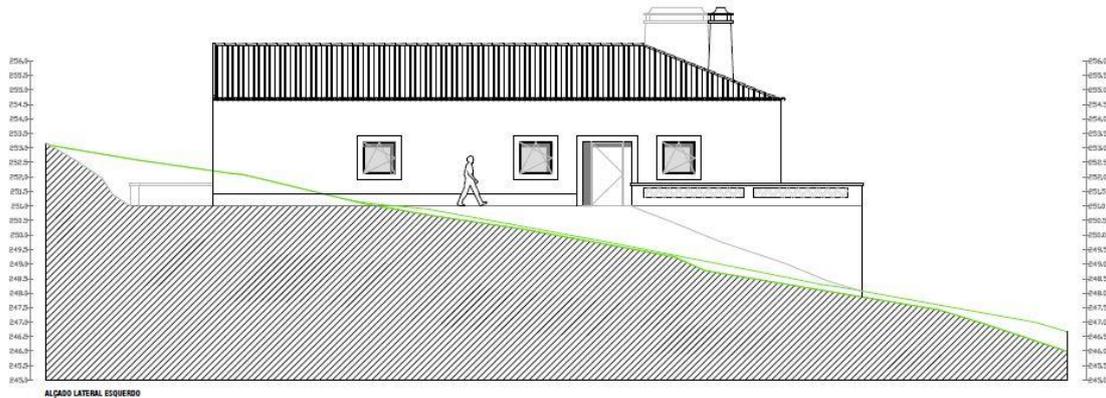
Câmara Municipal

A proposta apresentada caracteriza-se pela sobriedade de linhas, de formas e princípios que regem a arquitectura contemporânea, com o fim de se obter um conjunto harmonioso e perfeitamente consonante com a envolvente. Introduzindo elementos, quer no seu traço, quer nos materiais utilizados, que permitem valorizar o conjunto do espaço onde esta se propõe.

Na elaboração do projecto foram tidos em linha de conta, a legislação em vigor e aplicável ao local, nomeadamente no que diz respeito aos índices e parâmetros urbanísticos impostos para o mesmo.

O edifício proposto, devido à morfologia do terreno, encontra-se implantado sob uma plataforma que cria uma zona de circulação em volta do edifício. Esta zona será ladeada por muros. Devido à inclinação do terreno criou-se uma cave de modo a aproveitar melhor esta área.”

In Memória Descritiva



5. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, NORMAS TÉCNICAS E ACESSIBILIDADES:

5.1 Enquadramento no Plano Diretor Municipal (PDM):

Compulsado este Plano Municipal de Ordenamento do Território, e tendo em conta a localização do prédio relativo à pretensão da Requerente, verifica-se que a mesma se enquadra, na Planta de Ordenamento, na classe de espaço urbanizável, cumprindo o preconizado no artigo 31.º do Regulamento.

No que concerne à Planta de Condicionantes, não se verifica a existência de qualquer servidão ou restrição de utilidade pública.

5.2 Normas Técnicas e regulamentares:

Na sequência da análise consubstanciada nos elementos entregues verifica-se, genericamente, o cumprimento das premissas regulamentares definidas no Regulamento Geral de Edificações Urbanas, bem como, as demais normas e técnicas aplicáveis decorrentes da legislação em vigor, nomeadamente no que respeita ao regime de segurança contra incêndios.

5.3 Regime das acessibilidades:

Face à análise efetuada ao processo submetido verifica-se que são cumpridos os preceitos legais preconizados no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

6. ANÁLISE E CONCLUSÃO:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

6.1 Análise:

A proposta apresentada revela uma Arquitetura que pelo seu traço, morfologia e materialidades, promove um enquadramento adequado com a envolvente urbanística e paisagística, assentando essencialmente na vertente alentejana tradicional. Desta forma, não se vê inconveniente na aprovação da pretensão.

6.2 Conclusão:

Face ao exposto, propõe-se superiormente:

- a) a emissão de **parecer favorável**;
- b) a notificação do Requerente, caso se verifique o deferimento da pretensão, que deverá apresentar os projetos de especialidades nos prazos previstos no RJUE.”

Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: -----

- a) Acolher o teor da informação técnica sobredita; -----
- b) Em consonância, aprovar o projeto de arquitetura em apreço, nos exatos termos consignados; -----
- c) Notificar o titular do processo, Armando Manuel Vieira Costa, do teor da presente deliberação. -----

Presente o **processo administrativo n.º 15/2014**, de que é titular Maria Luísa Pinto Ramos. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu conta da informação técnica n.º 022/2014, datada de 14 de abril, p.p., que ora se transcreve: -----

“Informação Técnica N.º URB/CMS/022/2014

Para: Presidente da Câmara Municipal
De: Serviço de Urbanismo
Assunto: **Licenciamento para obras já executadas de alteração/ampliação de edifício destinado a turismo no espaço rural na modalidade casa de campo – aprovação dos projetos de Arquitetura e de especialidades.**
Utilização: **Fins turísticos**
Requerente: **Maria Luísa Pinto Ramos**
Processo n.º: 15/2014
Data: Reguengos de Monsaraz, 14 de abril de 2014
Gestor do Procedimento: Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis
Prédio
Matriz: Urbana
Designação: “Horta da Coutada”
Artigo: 1 274 – urbano e 005.0260.000 – rústico
Descrição: 1617/19991228 - Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz
Morada: Ferragudo
Freguesia: Monsaraz
Proposta
Técnico: Nélson da Conceição Dias Vitor – Arquiteto
N.º de Inscrição
Profissional: 6 679 OASRS

1. INTRODUÇÃO:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

No seguimento da análise ao processo submetido pela Requerente para controlo prévio, estes serviços técnicos elaboraram as seguintes considerações que se revelam neste parecer interorgânico, endo-municipal de carácter obrigatório, em ordem ao preceituado no Código do Procedimento Administrativo e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adiante designado pelo acrónimo RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL:

2.1 Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE):

A presente pretensão está sujeita ao regime de licença administrativa por se enquadrar nas operações urbanísticas previstas na alínea c), do n.º 2, do Artigo 4.º do RJUE.

3. SANEAMENTO:

3.1 Instrução:

De acordo com as peças escritas e desenhadas que integram o processo em epígrafe, conclui-se que o projeto se encontra corretamente instruído, em ordem ao preceituado no artigo 11.º, da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, relativo à instrução de processos de licenciamento de obras de edificação, e é acompanhado pelos respetivos termos de responsabilidade. Assim sendo, verificou-se a possibilidade de se proceder à análise urbanística e arquitetónica da proposta.

Outrossim, foram entregues os seguintes projetos de especialidades:

- projeto de estabilidade;
- projeto das redes prediais de água e esgotos;
- projeto de acondicionamento acústico;
- ficha eletrotécnica;
- ficha de segurança contra incêndios.

É solicitada a isenção da entrega do projeto de infraestruturas de gás uma vez que não existe rede exterior de distribuição de gás na área a intervir.

4. PROPOSTA:

“O prédio em proémio, encontra-se abrangido pelo Plano Director Municipal, e tendo presente a localização do mesmo, constata-se que é abrangido pela classe de espaço agro-silvo-pastoril. A proprietária tem o espaço licenciado para Turismo em Espaço Rural. Para além deste, dispõe ainda de construções rurais, conforme fotografia que se anexa, à entrada do imóvel à esquerda. Atendendo há pré-existência, a proprietária pensou em recuperar esses espaços, adaptando-os, para futuramente serem absorvidos pela sua unidade. No entanto, essa intervenção não estava dispensada de licenciamento, pois alterou a forma da cobertura, volumetria e alteração de alçados, tendo sido alvo da visita dos serviços de fiscalização do município, e consequentemente, lavrado um auto de embargo. Pretende a requerente regularizar a obra, perante o Município, por forma a

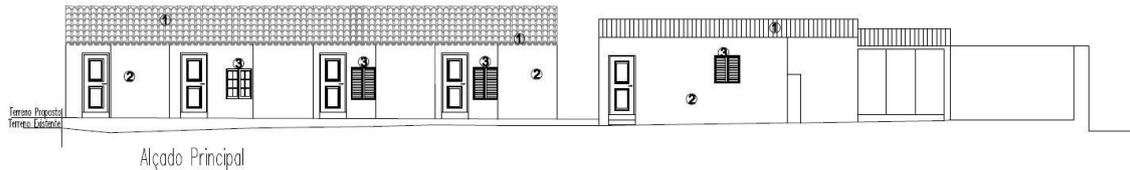


MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

conclui-la.”

In Memória Descritiva



5. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, NORMAS TÉCNICAS E ACESSIBILIDADES:

5.1 Enquadramento no Plano Diretor Municipal (PDM):

Compulsado o PDM, e tendo em conta a localização do prédio relativo à pretensão do requerente, verifica-se que a mesma se enquadra, na Planta de Ordenamento, na classe de espaço Agro-silvo-pastoril cumprindo o previsto no artigo 33.º do Regulamento.

No que concerne à Planta de Condicionantes, não se verifica a existência de qualquer servidão ou restrição de utilidade pública que inviabilize a pretensão.

5.2 Normas Técnicas e regulamentares:

Na sequência da análise consubstanciada nos elementos entregues verifica-se, genericamente, o cumprimento das premissas regulamentares definidas no Regulamento Geral de Edificações Urbanas, bem como, as demais normas e técnicas aplicáveis decorrentes da legislação em vigor, nomeadamente no que respeita ao regime de segurança contra incêndios.

5.3 Regime das acessibilidades:

Face à análise efetuada ao processo submetido verifica-se que são cumpridos os preceitos legais preconizados no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

6. ANÁLISE E CONCLUSÃO:

6.1 Análise:

A proposta apresentada revela uma Arquitetura que pelo seu traço, morfologia e materialidades, promove um enquadramento adequado com a envolvente urbanística e paisagística, assentando essencialmente na vertente alentejana tradicional. Desta forma, não se vê inconveniente na aprovação da pretensão.

6.2 Conclusão:

Face ao exposto, propõe-se superiormente:

- a) o acolhimento da isenção da entrega do projeto de infraestruturas de gás;
- b) a emissão de **parecer favorável**;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

c) a notificação do Requerente, caso se verifique o deferimento da pretensão, que deverá requerer a emissão do alvará de licença de obras de construção, nos prazos previstos no RJUE, apresentando para tal, os documentos instrutórios previstos no artigo 3.º, da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março;

d) a informação da Sra. Instrutora do processo de contraordenação, do presente eventual deferimento.”

Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: -----

a) Acolher o teor da informação técnica sobredita; -----

b) Em consonância, aprovar os projetos de arquitetura e especialidades em apreço, nos exatos termos consignados; ----

c) Notificar a titular do processo, Maria Luísa Pinto Ramos, do teor da presente deliberação. -----

Presente o **processo administrativo n.º 16/2014**, de que é titular Hugo Fritz Stutz. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu conta da informação técnica n.º 021/2014, datada de 14 de abril, p.p., que ora se transcreve: -----

“Informação Técnica N.º URB/CMS/021/2014

Para: Presidente da Câmara Municipal
De: Serviço de Urbanismo
Assunto: **Licenciamento para obras de alteração durante a execução das obras de edificação de picadeiro e anexo agrícola**
Utilização: **Agrícola/ habitação**
Requerente: **Hugo Fritz Stutz**
Processo n.º: 16/2012
Data: Reguengos de Monsaraz, 14 de abril de 2014
Gestor do Procedimento: Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis
Prédio
Matriz: Rústica
Designação: “Machoa”
Artigo: 003.026.000 e 003.027.000
Descrição: 2400/20110401 - Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz
Morada:
Freguesia: Monsaraz
Proposta
Técnico: Jorge Miguel Lagareiro Ramalho - Arquiteto
N.º de Inscrição
Profissional: 8 142 OASRS

1. INTRODUÇÃO:

No seguimento da análise ao processo submetido pelo Requerente para controlo prévio, estes serviços técnicos elaboraram as seguintes considerações que se revelam neste parecer interorgânico, endo-municipal de carácter obrigatório, em ordem ao preceituado no Código do Procedimento Administrativo e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adiante designado pelo acrónimo RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

2.1 Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE):

A presente pretensão está sujeita ao regime de licenciamento por se enquadrar nos preceitos legais definidos no n.º 3, do artigo 83.º do RJUE.

3. SANEAMENTO:

3.1 Antecedentes:

O Requerente submeteu a controlo prévio, para efeitos de licenciamento, ao abrigo do RJUE, os projetos de Arquitetura e especialidades para obras de edificação de picadeiro e anexo agrícola, como se verifica no processo n.º 16/2012, o qual mereceu deferimento da Câmara Municipal por deliberação na reunião ordinária do dia 2 de maio de 2012.

3.2 Instrução:

De acordo com as peças escritas e desenhadas que integram o processo em epígrafe, conclui-se que o projeto se encontra corretamente instruído com as peças alteradas, em ordem ao preceituado no artigo 11.º, da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, relativo à instrução de processos de licenciamento de obras de edificação, e é acompanhado pelos respetivos termos de responsabilidade. Assim sendo, verificou-se a possibilidade de se proceder à análise urbanística e arquitetónica da proposta.

Relativamente à habitação proposta foram entregues os seguintes projetos de especialidades:

- projeto de estabilidade;
- projeto de águas pluviais;
- projetos das redes de águas e esgotos domésticos;
- projeto de comportamento térmico, declaração de conformidade regulamentar;
- projeto acústico;
- ficha eletrotécnica;
- projeto de ITED.

É apresentada a fundamentação para isenção de entrega do projeto de gás, uma vez que o edifício não possui qualquer instalação desse tipo de combustível.

4. PROPOSTA:

“Estando a construção do edifício em curso, verificou-se em fase de toscos da necessidade de proceder a algumas alterações de forma a poder dar resposta às necessidades de utilização do edifício pelo proprietário. As alterações pretendidas, e de seguida discriminadas, mantêm inalteradas as áreas de implantação, brutas e volumetria do edifício tal como aprovado no projecto inicial. Não há também qualquer alteração a nível estrutural nem ao nível das redes técnicas.

É alterada a cobertura, que passa a ter revestimento em telha cerâmica tipo Lusa, agora com beirado visível e projectado na forma comum. A telha assentará sob painéis subtelha que incorporam isolamento térmico, e que irão assentar na estrutura metálica projectada. Esta solução, além de melhorar a inserção no ambiente rural do edifício destina-se igualmente e criar melhores condições de conforto térmico no seu interior, facilitando simultaneamente a sua manutenção.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

No interior, apenas se propõe eliminar a pequena parede divisória junto à instalação sanitária, atendendo a que não se vê necessidade de colocar os armários vestiários naquele local dado que o apoio agrícola irá ser normalmente utilizado apenas pelo proprietário.

No exterior, propõe-se um ligeiro aumento das dimensões do portão, por razões práticas de acessibilidade, e são acrescentadas janelas, uma mais em cada alçado (excepto no alçado principal que já tinha duas), todas iguais entre si, de forma a melhorar as condições de iluminação e ventilação interior. A disposição dos vãos foi ligeiramente rectificada.

Com a alteração da cobertura, eliminou-se a solução de platibanda, passando a optar-se por um desenho simples de empena com telha sobreposta e beirado, mantendo o telhado de duas águas, numa imagem final mais tradicional. Não há alteração de materiais.”

In Memória Descritiva

5. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, NORMAS TÉCNICAS E ACESSIBILIDADES:

5.1 Enquadramento no Plano Diretor Municipal (PDM):

Compulsado o PDM, e tendo em conta a localização do prédio relativo à pretensão do requerente, verifica-se que a mesma se enquadra, na Planta de Ordenamento, na classe de espaço Agro-silvo-pastoril cumprindo o previsto no artigo 33.º do Regulamento.

No que concerne à Planta de Condicionantes, não se verifica a existência de qualquer servidão ou restrição de utilidade pública que inviabilize a pretensão.

5.2 Normas Técnicas e Regulamentares:

Na sequência da análise consubstanciada nos elementos entregues verifica-se, genericamente, o cumprimento das premissas regulamentares definidas no Regulamento Geral de Edificações Urbanas, bem como, as demais normas e técnicas aplicáveis decorrentes da legislação em vigor.

5.3 Regime das acessibilidades:

Face à análise efetuada ao processo submetido verifica-se que são cumpridos os preceitos legais preconizados no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

6. ANÁLISE E CONCLUSÃO:

6.1 Análise:

Em nosso entender as alterações ora propostas visam a alteração do edifício face às expectativas do Requerente, por outro lado não desvirtuam, nem comprometem o projeto inicialmente aprovado, não se apresentando, por isso, impeditivas à sua aprovação.

6.2 Conclusão:

Face ao exposto, propõe-se superiormente a emissão de **parecer favorável**.”

Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: -----

a) Acolher o teor da informação técnica sobredita; -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

- b) Em consonância, aprovar os projetos de arquitetura e especialidades em apreço, nos exatos termos consignados; ----
c) Notificar o titular do processo, Hugo Fritz Stutz, do teor da presente deliberação. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que nos termos do disposto no artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, fixava-se o período de intervenção aberto ao público. -----

Estiveram presentes os alunos da CAF – Componente de Apoio à Família que ofertaram a todos os membros do Executivo Municipal prendas alusivas à Páscoa, por eles confeccionadas. -----

Aprovação em Minuta

A presente ata ficou lavrada, lida e aprovada em minuta, por unanimidade, no final da reunião de harmonia com o preceituado no artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais. -----

E nada mais havendo a apreciar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião. Eram onze horas e vinte e cinco minutos. -----

E eu _____ na qualidade de Secretário desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz lavrei, li e subscrevi a presente ata. -----